



**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Relações Internacionais**  
**Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e**  
**Desenvolvimento Regional – UnB/UFRR/FLACSO**

**IZAURA RODRIGUES NASCIMENTO**

**GLOBALIZAÇÃO AMBIENTAL, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E**  
**REDES NA AMAZÔNIA**

Brasília/DF – outubro/2011



**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Relações Internacionais**  
**Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e**  
**Desenvolvimento Regional – UnB/UFRR/FLACSO**

**IZAURA RODRIGUES NASCIMENTO**

**GLOBALIZAÇÃO AMBIENTAL, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E**  
**REDES NA AMAZÔNIA**

Tese apresentada ao curso de Pós – Graduação em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, Instituto de Relações internacionais, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Roraima, Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional.

**Orientadora: Profa. Dra. Cristina Y. A. Inoue**

Brasília/DF – outubro/2011

N244g	<p>Nascimento, Izaura Rodrigues.  Globalização ambiental, Organizações Não Governamentais e redes na Amazônia. / Izaura Rodrigues Nascimento. – Brasília: UnB, 2011. 258 fls.: il.</p> <p>Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) – Instituto de Relações internacionais, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Roraima, Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais.</p> <p>Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristina Y. A. Inoue</p> <p>1. Globalização. 2. Amazônia. 3. Organizações Não Governamentais - Redes. I. Inoue, Cristina Y. A. (Orient.) II. Universidade de Brasília. III. FLACSO. IV. UFRR. V. Título</p> <p style="text-align: right;"><b>CDD 361.76</b></p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por:  
João Carlos dos Santos Chrisóstomo – CRB: 11/487

**IZAURA RODRIGUES NASCIMENTO**

**GLOBALIZAÇÃO AMBIENTAL, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E  
REDES NA AMAZÔNIA**

Tese apresentada ao curso de Pós – Graduação em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, Instituto de Relações internacionais, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Roraima, Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional.

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristina Y. A. Inoue  
*Orientadora*  
*Universidade de Brasília – UnB*

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Lúcia da Costa Ferreira  
*Examinadora*  
*Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP*

---

Prof. Dr. Wellington Lourenço Almeida  
*Examinador*  
*Universidade de Brasília – UnB*

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Helena de Castro Santos  
*Examinadora*  
*Universidade de Brasília – UnB*

---

Prof. Dr. Eduardo José Viola  
*Examinador*  
*Universidade de Brasília – UnB*

---

Prof. Dr. Carlos Pio (suplente)  
*Examinador*  
*Universidade de Brasília – UnB*

À Maria Rodrigues Nascimento e Izael Nascimento

*In memoriam*

Cujas influências baré e de experiência nos seringais nutriram uma típica amazonense.

## AGRADECIMENTOS

O apoio de diversas instituições e pessoas foi fundamental neste percurso. No primeiro momento, para possibilitar a realização do curso e minha participação nele, e, num segundo momento, para que eu tivesse as condições necessárias para a realização da pesquisa e a elaboração da tese.

Agradeço às seguintes instituições que viabilizaram a realização do curso de Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional: Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e Governo do Estado de Roraima que o financiaram; Universidade Federal de Roraima (UFRR), Núcleo de Estudo Comparados da Amazônia e Caribe (NECAR), Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Relações Internacionais (IREL) e Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (Flacso/sede Brasil) cuja parceria e infraestrutura possibilitaram a realização do curso. Ao Governo do Estado do Amazonas e ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), cujo apoio me permitiu cursar as disciplinas.

Agradeço especialmente às seguintes pessoas: ao professor Alcides da Costa Vaz, coordenador do curso, em nome de quem agradeço aos docentes do IREL/UnB e de outras instituições que ministraram as disciplinas, sempre dispostos a contribuir com a ampliação dos nossos horizontes; ao professor Alberto Castañeda, coordenador do curso na UFRR; à Odalva de A. Otavio e Ingrid Caldas, em nome das quais agradeço ao pessoal de apoio do NECAR e do IREL; aos colegas do curso, pelos momentos de cumplicidade e apoio, particularmente a Ana Zuleide B. da Silva de cujo esforço pessoal muito dependeu o bom andamento do curso; a Giane, Mônica e Cristina Acevedo, pelo privilégio de convivência e amizade.

A todas as pessoas entrevistadas e/ou que forneceram informações por e-mail, cujas contribuições foram fundamentais à pesquisa, agradeço a atenção e o tempo dispendidos.

A Cristina Y. A. Inoue, orientadora, agradeço pela compreensão, respeito e dedicação à leitura dos meus textos e orientações que me permitiram construir o caminho da pesquisa.

Aos José Vicente (marido), Vinícius e Vitor (filhos) pelo apoio incondicional, compreensão pelas horas roubadas do convívio familiar e pelo encorajamento, sempre. Espero poder retribuir-lhes em suas aventuras.

## RESUMO

A sociedade contemporânea se caracteriza pelo aumento da interdependência, pela globalização e por ser uma sociedade em rede. Esses processos têm gerado grandes transformações na política internacional tanto em relação ao surgimento de novos temas quanto ao surgimento de novos atores. A atuação de ONGs e de comunidades epistêmicas têm se destacado de modo particular na agenda ambiental desde a formulação das questões à implementação de políticas. No Brasil, a Amazônia é uma área de especial interesse devido à dimensão da floresta amazônica, sua riqueza hídrica e sua riqueza em biodiversidade. O objetivo da tese consiste em analisar o papel das redes e das organizações não governamentais e suas interações no processo de construção de alianças na Amazônia, em particular no estado do Amazonas, como reflexo da globalização ambiental. Trata-se de uma pesquisa descritiva, combinando estudos de multicascos (em relação às ONGs) e casos específicos (rede de financiamento a partir da Fundação Gordon e Betty Moore). Como resultado da pesquisa, observou-se que a estrutura política doméstica favoreceu a atuação de atores não governamentais na região, em particular no Amazonas onde foram identificadas 22 organizações e 9 redes formais. As organizações estão envolvidas em inúmeros programas e projetos orientados pelo e para o desenvolvimento sustentável por meio da gestão de unidades de conservação, do desenvolvimento de pesquisas, do manejo de recursos naturais e/ou iniciativas de geração de renda. Concluiu-se que estas organizações, através de suas parcerias e participação em redes, se vinculam a uma diversidade de atores governamentais e não governamentais, dentre eles ONGs, fundações, OSCIPs e movimentos sociais que atuam na rede transnacional de defesa do meio ambiente, conectando o científico e o político, o local e o global mediante fluxo de recursos financeiros e de ideias que sustentam as redes. Grande parte destas organizações tem participação orgânica na política ambiental em diversos espaços e níveis. Essa participação ocorre tanto por meio de parcerias com os governos quanto pela participação nos diversos canais de governança, em conselhos e fóruns locais, nacionais e globais.

**Palavras-chave: Globalização. Amazônia. Organizações não governamentais. Redes.**

## **ABSTRACT**

Contemporary society is characterized by increasing interdependence, globalization and a network society. These processes led to dramatic changes in international politics resulting in the emergence of new themes and new actors. Particularly, NGOs and epistemic communities have distinguished themselves in the environmental arena from agenda setting to policy implementation. In Brazil, the Amazon is an area of global interest because the size of Amazon forest, its wealth of water and its richness in biodiversity. The aim of this study was to analyze the role of networks and NGOs and their interactions in the process of alliances building in the Amazon, particularly in Amazonas state, seen as an evidence of environmental globalization. It is a descriptive research study combining multi-cases (concerning NGOs) and specific cases (funding network from the Gordon and Betty Moore Foundation). One of the results of the research is the suggestion that the domestic political structure favored the work of the NGOs in the region. More specifically, 22 organizations and nine formal networks were identified in Amazonas. The organizations are involved in numerous programs and projects aimed at sustainable development through the management of protected areas, development of research, natural resource management and / or income generation initiatives. We conclude that these organizations, through their participation in partnerships and networks, are linked to a variety of governmental and nongovernmental actors, including NGOs, foundations, OSCIPs and social movements that operate in the transnational network of environmental protection, linking the scientific and political, through local and global flow of funds and ideas that support networks. Most of these organizations have organic participation in environmental policy at various levels. This participation takes place both through partnerships with governments and by participation in the various channels of governance in local councils and forums, national and global.

**Keywords: Globalization. Amazon. Non-governmental organizations. Networks.**

## LISTA DE SIGLAS

AANA - Associação de Artesãos de Novo Airão  
ABC - Academia Brasileira de Ciências  
ABONG - Associação Brasileira de ONGs  
ACT - Amazon Conservation Team (Equipe de Conservação da Amazônia)  
AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural  
AMORU - Associação dos Moradores do Rio Unini  
AMOTAPI - Associação dos Moradores da Comunidade do Tapiira  
AMPA – Associação dos Amigos do Peixe-Boi  
AMPDJL - Associação de Moradores pela Preservação e Desenvolvimento do Jardim Lorena  
APPN - Associação Paulista de Proteção Natural  
APA - Área de Proteção Ambiental  
ARA - Rede Articulação Regional Amazônica  
ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia  
ASIBA - Associação Indígena de Barcelos  
ASPAC - Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural  
AT - Aliança da Terra  
AVIVE - Associação Viva Verde  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base  
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação  
CGEN - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético  
CI - Conservation International (Conservação Internacional)  
CIMI - Conselho Indigenista Missionário  
CLUA – Climate and Land Use Alliance (Aliança pelo Clima e Uso da Terra)  
CNEA - Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento  
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente  
CONABIO - Comissão Nacional de Biodiversidade  
COIAB - Coordenação dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira  
COPRONAT - Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia  
COOPTUR - Cooperativa de Trabalho Ecoturístico e Ambiental da Amazônia  
CPPMA - Centro de Preservação e Pesquisa dos Mamíferos Aquáticos  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CSF - Conservation Strategy Fund (Fundo Estratégico de Conservação)  
CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas  
EDF - Environmental Defense Fund (Fundo de Defesa Ambiental)  
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
FAOR - Fórum da Amazônia Oriental

FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amazonas  
FAS - Fundação Amazônia Sustentável  
FASE - Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional  
FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento  
FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza  
FDB - Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera (anteriormente era denominada de Fundação Djalma Batista)  
FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente  
FVA – Fundação Vitória Amazônica  
FEPAM - Fundação Ecológica de Proteção de Manacapuru  
FFT - Fundação Floresta Tropical  
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos  
FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente  
FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade  
FVPP - Fundação Viver, Proteger e Preservar (FVPP)  
GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas  
GEF – Global Environment Facility (Fundo Global para o Meio Ambiente)  
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico  
GTZ - Agência de Cooperação Alemã  
IA - Instituto Amazônia  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas  
IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá  
IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil  
IFT – Instituto Floresta Tropical  
IMAFLOTA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola  
IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia  
INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia  
IPDA - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico  
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia  
IPÊ - Instituto de Pesquisa Ecológica  
I-Piatam - Instituto Piatam  
IIED - Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento  
IIRSA - Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas)  
IPI – Instituto Piagaçu-Purus  
IPRAM - Instituto de Preservação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais da Amazônia  
ISA – Instituto Socioambiental  
ISER - Instituto de Estudos da Religião

ITEC - Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia  
IUCN – International Union for Conservation of Nature (União Internacional para a Conservação da Natureza)  
LMA - Laboratório de Mamíferos Aquáticos  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia  
MEB - Movimento de Educação de Base  
MIQCB - Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores  
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização  
MUSA - Museu da Amazônia  
NF - New Forest Advisory (Nova Floresta )  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OELA – Oficina Escola de Lutheria da Amazônia  
OPAN – Operação Amazônia Nativa  
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PAREST - Parque Estadual  
PAS - Programa Amazônia Sustentável  
PDPI - Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas  
PED - Programa de Execução Descentralizada  
PGAI – Projeto de Gestão Ambiental Integrada  
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
PIN – Pólo Industrial de Manaus  
PNN - Programa Nossa Natureza  
PNMA - Programa Nacional de Meio Ambiente  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
PO - Pastoral Operária  
POEMA - Projeto Pobreza e Meio Ambiente  
PPG7 - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil  
PWA - Precious Woods Amazon  
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável  
REDD – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação  
RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor  
RRN – Rede rio Negro  
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SCM - Sociedade Civil Mamirauá  
SDS – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente  
SEMAM - Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República  
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente  
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SOPREN - Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia  
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Paulo de Olivença  
SUPREN - Superintendência dos Recursos Naturais  
TNC - The Nature Conservancy  
UC – Unidade de Conservação  
USP - Universidade de São Paulo  
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
UFAM – Universidade Federal do Amazonas  
USAID – United States Agency for International Development (Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional)  
WCS - Wildlife Conservation Society (Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem)  
WHRC - Wood Hole Reserch Center  
WSPA - Sociedade Mundial de Proteção Animal

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 1. NOVOS ATORES, GOVERNANÇA E GLOBALIZAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>22</b>
1.1 INTRODUÇÃO.....	22
1.2 SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: ALGUNS ASPECTOS.....	22
1.3 ESTADO, NOVOS ATORES E GOVERNANÇA.....	25
1.4 POLÍTICA AMBIENTAL INTERNACIONAL, GLOBALIZAÇÃO AMBIENTAL.....	32
1.4.1 Hurrell e Kingsbury e a Política Internacional do Meio Ambiente.....	33
1.4.2 Globalização Ambiental e Política Doméstica.....	35
1.4.3 Globalização Ambiental na Amazônia.....	38
1.5 CONSIDERAÇÕES.....	40
<b>Capítulo 2. REDES, ONGs E AMBIENTALISMO.....</b>	<b>42</b>
2.1 INTRODUÇÃO.....	42
2.2 RELAÇÕES TRANSNACIONAIS E REDES.....	44
2.2.1 Organizações Não Governamentais – ONGs.....	48
2.2.2 O “Nicho” de Atuação das ONGs.....	49
2.2.3 A Eficácia das ONGs.....	50
2.2.4 Poder e Influência.....	52
2.3 Ambientalismo, Campo Ambiental, Sociedade Civil, Esfera Pública.....	53
2.3.1 Ambientalismos.....	53
2.3.2 Campo Ambiental, Sociedade Civil e Esfera Pública.....	55
<b>Capítulo 3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL, AMBIENTALISMO E AMAZÔNIA.....</b>	<b>61</b>
3.1 INTRODUÇÃO.....	61
3.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL.....	64
3.3 AMBIENTALISMO NO BRASIL.....	72
3.4 AMAZÔNIA: POLÍTICA E QUESTÕES AMBIENTAIS.....	79
3.4.1 Política e Questões Ambientais na Década de 1990.....	79
3.4.2 Política e Questões Ambientais no Século XXI.....	81
3.4.3 O Estado do Amazonas, Desenvolvimento e Conservação Ambiental.....	88
3.5 CONSIDERAÇÕES.....	91
<b>Capítulo 4. RELAÇÕES TRANSNACIONAIS, AMAZÔNIA E FUNDAÇÃO MOORE.....</b>	<b>95</b>
4.1 INTRODUÇÃO.....	95
4.2 A FUNDAÇÃO GORDON E BETTY MOORE NA AMAZÔNIA.....	98
4.3 FORMA DE ATUAÇÃO.....	99
4.4 REDE DE FINANCIAMENTO – FLUXO DE RECURSOS.....	102

<b>4.4.1 Projetos Apoiados na Região da Amazônia Brasileira e Bacia Amazônica.....</b>	<b>103</b>
<b>4.4.2 Projetos Apoiados nos Estados da Amazônia Brasileira.....</b>	<b>107</b>
<b>4.5 FLUXO DE IDEIAS – UMA APROXIMAÇÃO.....</b>	<b>112</b>
<b>4.6 CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>115</b>
<b>Capítulo 5. ONGS NO AMAZONAS: ATIVIDADES, PROFISSIONALIZAÇÃO E IDENTIDADE E PARCERIAS INTERNACIONAIS.....</b>	<b>120</b>
<b>5.1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>120</b>
<b>5.2 ONGs AMBIENTALISTAS NO AMAZONAS: objetivos, atividades, profissionalização, identidade e parcerias.....</b>	<b>125</b>
<b>5.2.1 Arranjos para a Conservação.....</b>	<b>129</b>
<b>5.2.1.1 Parcerias para a Gestão de Unidades de Conservação.....</b>	<b>130</b>
<b>5.2.1.2 ONGs, Conservação Ambiental, Cultura e Desenvolvimento Indígena Sustentável.....</b>	<b>136</b>
<b>5.2.1.3 ONGs, Arranjos para o Fortalecimento dos Movimentos Sociais e Geração de Renda.....</b>	<b>138</b>
<b>5.2.1.4 ONGs e Mercado de Serviços Relacionados à Conservação Ambiental.....</b>	<b>141</b>
<b>5.2.1.5 ONGs para a Conservação de Espécies.....</b>	<b>142</b>
<b>5.2.2 Profissionalização e Identidade.....</b>	<b>142</b>
<b>5.2.2.1 Profissionalização.....</b>	<b>143</b>
<b>5.2.2.2 Identidade das ONGs.....</b>	<b>145</b>
<b>5.2.3 Parcerias Nacionais e Internacionais.....</b>	<b>149</b>
<b>5.2.4 Cooperação Transnacional (Sul/Sul).....</b>	<b>157</b>
<b>5.3 CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>159</b>
<b>Capítulo 6. ONGS EM REDE: REDES LOCAIS, NACIONAIS E TRANSNACIONAIS.....</b>	<b>165</b>
<b>6.1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>165</b>
<b>6.2 ONGs em Redes.....</b>	<b>168</b>
<b>6.3 Redes Nacionais e Locais.....</b>	<b>173</b>
<b>6.3.1 Redes Nacionais.....</b>	<b>173</b>
<b>6.3.2 Redes Locais: Rede rio Negro e Outras iniciativas.....</b>	<b>178</b>
<b>6.4 LEGADO HISTÓRICO DAS REDES NA AMAZÔNIA.....</b>	<b>180</b>
<b>6.5 REDES NACIONAIS E LOCAIS, ARTICULAÇÕES NA PAN-AMAZÔNIA E REDES TRANSNACIONAIS.....</b>	<b>188</b>
<b>6.6 REDES TRANSNACIONAIS, REDES EM REDE.....</b>	<b>192</b>
<b>6.6.1 União Internacional para a Conservação da Natureza.....</b>	<b>193</b>
<b>6.6.2 Redes em Rede.....</b>	<b>197</b>
<b>6.7 CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>201</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>204</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>214</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>229</b>

## INTRODUÇÃO

Globalização ambiental, ONGs e redes na Amazônia é um tema que congrega diversas questões teóricas e histórias no campo das relações internacionais. A globalização corresponde a uma das características da sociedade contemporânea. Alguns autores a definem como um processo de aceleração da interdependência, de compressão do espaço-tempo e/ou que congrega uma ação à distância.

Esse não é um fenômeno novo, mas a intensidade, extensividade e a velocidade adquiridas nas últimas décadas lhe deram um caráter estruturante da sociedade atual. Mercadorias, capitais, pessoas, conhecimento, comunicação e armas, poluentes, modas e crenças, se movem rapidamente através de fronteiras territoriais (HELD e MCGREW 1999, p. 49).

A globalização ambiental corresponde a uma das dimensões da globalização. Este processo se deve às características de muitas questões ambientais que podem afetar o ambiente global, caso da perda de biodiversidade, de florestas tropicais e das mudanças climáticas. Tais questões compõem a agenda política internacional, presente nas conferências da ONU sobre meio ambiente.

Nesses fóruns, os atores não governamentais, particularmente ONGs ambientalistas, têm atuado de forma decisiva. As organizações não governamentais compõem os novos atores que despontaram nas relações internacionais principalmente nas duas últimas décadas com participação ativa nos regimes internacionais. Isto ocorreu em diversas áreas, mas, na área ambiental, tais organizações se destacaram desde a formulação das problemáticas, contribuindo para a constituição de regimes internacionais e sua implementação.

A Amazônia pode ser considerada uma área de especial interesse no debate global sobre meio ambiente devido a sua riqueza em biodiversidade, em recursos hídricos e ao tamanho de sua floresta tropical. Nas últimas décadas, a região se tornou palco de diversas iniciativas governamentais e não governamentais, congregando diversos atores no desenvolvimento de programas, projetos e experiências de manejo orientados para o desenvolvimento sustentável.

Diversos atores não governamentais têm desempenhado uma função fundamental na Amazônia, no monitoramento das queimadas, na atuação em áreas indígenas, na criação e gestão em Unidades de Conservação.

O objetivo da tese consiste em analisar o papel das redes e das organizações não governamentais e suas interações no processo de construção de alianças na Amazônia, em

particular no estado do Amazonas, como reflexo da globalização ambiental.

A questão ambiental, enquadrada na perspectiva do desenvolvimento sustentável sob o ponto de vista político, é compreendida, neste contexto, com o conjunto de questões ambientais e socioambientais que envolvem a gestão do uso dos recursos naturais nos quais estão implicados governos e a sociedade civil. Assim, a criação e a implantação de áreas protegidas, o uso dos recursos naturais, a implantação de grandes empreendimentos na região, as políticas governamentais de meio ambiente, os projetos ambientais, os arranjos institucionais, entre outros, compõem a questão ambiental.

Tais questões são fortemente impactadas pelo fluxo de recursos e ideias que perpassam a interação entre diversos atores que atuam na região direta e indiretamente, suas populações e o ambiente amazônico. São fundações, ONGs, governos, agências multilaterais, bilaterais, organizações internacionais, movimentos sociais, redes. Não se podem compreender as políticas governamentais e não governamentais implementadas na região sem levar em consideração tais influências.

Nas últimas décadas, houve uma mudança substancial no processo político que envolve a questão ambiental e no plano teórico que busca compreendê-la. A história recente apresenta novos processos que configuram uma realidade nova tanto no plano local/nacional quanto no plano global e com eles questões teóricas que têm sido articuladas como legado histórico/teórico, num contexto fecundo a novas formulações e conceitos: de problemas ambientais locais/nacionais a problemas ambientais globais, de sociedade civil a sociedade civil global, de esfera pública a esfera pública global, de políticas governamentais a políticas públicas, de regime internacional a regime global, de redes associativas locais a redes transnacionais.

Neste cenário, como se manifestam os reflexos da globalização ambiental na Amazônia? Buscou-se identificar como isto se processa na região por meio da influência externa e sua interação com a estrutura política doméstica na política ambiental do país e da Amazônia bem como no movimento ambientalista nacional (capítulo 3); da influência dos recursos da Fundação Gordon e Betty Moore na Amazônia (capítulo 4); da configuração da ação das ONGs ambientalistas com atuação no estado do Amazonas viabilizada pelo compartilhamento de ideias referentes à conservação ambiental e pela participação em redes (capítulos 5 e 6).

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um método, combinando estudos de multicasos (em relação as ONGs, OSCIPs e Fundações) e casos específicos (rede de financiamento a partir da Fundação Gordon e Betty Moore). O ponto de partida da pesquisa empírica consistiu

na identificação dos atores locais (ONGs e outras organizações) ambientalistas. O percurso posterior foi definido a partir dos caminhos abertos pelo envolvimento dessas organizações com a conservação ambiental, suas características e o contexto no qual surgiram e do qual fazem parte, o legado histórico, o perfil (identidade, profissionalização), bem como por suas articulações por meio de parcerias e de redes nos níveis local, nacional e transnacional.

A Fundação Moore foi identificada, nesse processo, como uma das organizações com um volume expressivo de recursos financeiros destinados à conservação ambiental na Amazônia, com apoio a organizações não governamentais com destacada atuação na região, razão de sua seleção para o estudo, bem como pela disponibilidade de informações em seu sítio.

Buscou-se analisar a relação entre o local e o global por meio das interações dos atores a partir das atividades envolvidas e de suas alianças, sob a orientação de conceitos oriundos dos estudos de relações transnacionais (RISSE-KAPEN, 1995) e particularmente da teoria das redes proposta por Keck e Sikkink (1998), em cujos processos, os atores não governamentais desempenham papel importante.

Deve-se reconhecer, no entanto, que a ênfase nas interações tende a ofuscar a percepção das relações de poder, das assimetrias, das contradições e dos conflitos que também compõem as relações entre os diversos atores.

Os referenciais teóricos utilizados, principalmente no que concerne às ONGs (PRINCEN E FINGER, 1994; KECK E SIKKINK, 1998; CORELL E BETSILL, 2008) possuem uma percepção otimista da constituição das redes e da ação das ONGs que atuam na arena internacional. Observa-se que a maioria da bibliografia sobre a atuação das grandes ONGs ambientalistas na década de 1980 e 1990 enfatiza a importância dessas organizações como partícipes de uma genuína crítica ao capitalismo. Na primeira década do século XXI manifestam-se outras leituras sobre o papel desempenhado por essas organizações.

As crítica de Chapin, Ottaway e Stephens, e Dowie<sup>1</sup>, entre outros, a respeito das alianças de grandes ONGs, com empresas que atuam em atividades e setores com alto potencial de impacto ambiental, como British Petróleo, ONGs que adquiriram um poder econômico que suplanta muitos estados nacionais, que promovem a expulsão de populações de determinados territórios para a criação de áreas destinadas à conservação ambiental e/ou que contribuem para a constituição dos refugiados ambientais. Entre estas estão a

---

<sup>1</sup> Os artigos desses autores estão reunidos em Diegues (2008). O artigo de Mac Chapin foi publicado originalmente em 2004, está disponível em <http://www.worldwatch.org/system/files/EP176A.pdf>. O artigo de Ottaway e Stephen foi publicado no jornal Washington Post em 2003, está disponível em <http://www.washingtonpost.com/ac2/wp-dyn/A9888-2003May3>. O artigo de Dowie foi publicado originalmente em 2005, está disponível em <http://www.orionmagazine.org/index.php/articles/article/161/>.

Conservation Internacional (CI), The Nature Conservation, WWF e Wildlife Conservation Society (WCS).

Não obstante a importância desses aspectos, a abordagem a partir das conexões entre o local e o global por meio das redes, por outro lado, tem a potencialidade de contribuir para a identificação de alianças estabelecidas mediante o apoio técnico, político e financeiro, bem como para a percepção das interações que ocorrem entre os movimentos sociais, pequenas ONGs, grandes ONGs e fundações, entre outros atores, o que se buscou nesta pesquisa.

Os procedimentos da pesquisa envolveram: pesquisa bibliográfica; consulta à lista ou bancos de informações de ONGs e/ou movimentos sociais, a sítios de ONGs e a documentos neles disponíveis, a sítios governamentais; participação em eventos significativos para a pesquisa; acompanhamento da pauta ambientalista no Brasil (poder público e ONGs), particularmente das notícias relacionadas à Amazônia, por meio dos boletins eletrônicos diários *Manchetes Socioambientais* (do Instituto Socioambiental - ISA) e *ambientebrasil* e a realização de entrevistas com alguns gestores de ONGs e de redes.

A pesquisa bibliográfica compreendeu o levantamento de livros, de teses e de dissertações (em bancos de teses e dissertações e o portal domínio público<sup>2</sup>) e artigos sobre os temas abordados nesta tese. Também foi utilizada a ferramenta de busca da *google*. Quanto aos sítios das ONGs, alguns dispunham de informações mais detalhadas com relatórios de atividades, relatórios financeiros, documentos técnicos, entre outros. Em outros, as informações sobre os projetos e atividades desenvolvidas são apresentadas de modo sintético, com pouco ou nenhum documento disponível. Algumas ONGs de atuação mais local não dispõem de sítios; o acesso às informações foi realizado por estudos existentes sobre a ONG ou área geográfica na qual atuam.

Dois eventos foram de significativa importância no período da pesquisa: o seminário *Visões do Rio Babel: conversas sobre o futuro da bacia do Rio Negro*, ocorrido em maio de 2007<sup>3</sup> e o *Seminário de Resultados e Perspectivas das Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas*, em novembro de 2010<sup>4</sup>. O primeiro oriundo da articulação de um conjunto de ONGs ambientalistas que atuam na bacia do rio Negro, no Amazonas. O segundo de iniciativa governamental, com a participação de representantes de associações e de movimentos sociais

---

<sup>2</sup> Portal do governo brasileiro: [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

<sup>3</sup> Realizado em Manaus, de 22 a 25 de maio de 2007, com a participação de 148 pessoas, entre as quais cientistas sociais e da ciência da natureza, gestores de ONGs, escritores, estudantes, associações indígenas, com representantes da Colômbia e da Venezuela.

<sup>4</sup> Realizado em Manaus, nos dias 25 e 26 de novembro de 2010, organizado pelo Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS).

de áreas de unidades de conservação ambiental e das ONGs parceiras na gestão destas áreas<sup>5</sup>. Ambos eventos foram apoiados pela Fundação Gordon e Betty Moore, à qual dedicamos um capítulo, devido sua importância no financiamento da conservação ambiental no Amazonas.

Quanto aos boletins eletrônicos, *Manchetes Socioambientais* e *ambientebrasil* são diários. O primeiro, acessível no portal do ISA ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)), veicula informações/análise do ISA em um resumo de notícias selecionadas entre os principais jornais diários e revistas semanais com *links* para as notícias. O *ambientebrasil* (<http://www.ambientebrasil.com.br>) veicula um *clipping* com as principais notícias sobre meio ambiente no Brasil e sobre a Amazônia, com opiniões de diversos seguimentos sobre as questões ambientais<sup>6</sup>. Optou-se em acompanhar estes dois boletins após verificar que eles refletiam as principais notícias nacionais.

No *Ambiente y Sociedad*, editado pelo Ecoportal<sup>7</sup> e com veiculação semanal, encontram-se informações sobre meio ambiente na América Latina e no Mundo. São artigos e informações sobre trabalhos científicos, envolvendo os impactos ambientais sobre as populações humanas, entre outras questões.

Foram realizadas entrevistas com 12 gestores de organizações não governamentais, bem como uma entrevista com o presidente da rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e uma entrevista com um dos gestores da Fundação Gordon e Betty Moore. A lista dos entrevistados se encontra no Anexo 1. As entrevistas foram orientadas por um roteiro básico (Anexo 2). Em alguns casos, entrevistou-se mais de uma pessoa da mesma organização devido à necessidade de maiores esclarecimentos sobre os programas e/ou parcerias.

Em outros casos, fez-se contato com algumas organizações e/ou gestores de ONGs por e-mail, visando à complementação ou esclarecimento de dúvida sobre algumas informações disponíveis do sítio ou complementando alguma informação fornecida por ocasião das entrevistas. Este é o caso da IUCN Brasil, da qual solicitamos informações sobre as ONGs brasileiras que fazem parte da rede, sobre os projetos desenvolvidos na Amazônia e os pesquisadores brasileiros que compõem as comissões científicas. Da Fundação Gordon e Betty Moore, solicitaram-se informações sobre a fonte de recursos e da Rede do Grupo de

---

<sup>5</sup> O fato de ter participado da instalação do Conselho Estadual de Meio Ambiente (como representante da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SECT) de outubro de 2005 até abril de 2007) e da participação atual no recém-formado Conselho Estadual das Populações Tradicionais (no qual atuo como representante do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) desde julho de 2010) possibilitou tanto formular algumas questões quanto perceber as alianças entre setores do governo do estado, de ONGs e de movimentos sociais.

<sup>6</sup> Segundo informado no portal este boletim atinge mais de 380.000 interessados.

<sup>7</sup> O Ecoportal ([www.ecoportal.net](http://www.ecoportal.net)) é um portal espanhol, criado em 2000, com atenção voltada ao meio ambiente, à natureza, aos direitos humanos e à qualidade de vida. No boletim *Ambiente y Sociedad* estão subscritos “mais de 120 mil ecologistas no mundo”, conforme informado pelo próprio boletim.

Trabalho Amazônico (GTA) a lista de organizações que fazem parte da rede.

A tese está dividida em seis capítulos. A problemática ambiental compõe o conjunto das ameaças difusas e alcance transnacional que incluem o aquecimento global, o terrorismo e o tráfico internacional de drogas. Neste nível, a questão é indissociável do processo de globalização, correspondendo a um de seus aspectos, bem como da preocupação com a governança global visto que as questões envolvem, além dos estados, as instituições internacionais, o mercado e as organizações da sociedade civil. Este é o objeto do primeiro capítulo, no qual se faz um percurso sobre algumas características da sociedade contemporânea, e sobre os debates ocorridos na década de 1990 sobre governança, no qual aproximamos o conceito de globalização ambiental.

No segundo capítulo, aborda-se a emergência de novos atores nas relações internacionais, as condições que propiciaram a atuação eficaz e das ONGs e distinções e conceitos utilizados nos estudos sobre ONGs ambientalistas e sociedade civil. No terceiro capítulo, o foco incide sobre as interações entre a constituição da política ambiental internacional/global e a institucionalização da política ambiental brasileira. O ambientalismo no Brasil e a Amazônia são outros elementos abordados no capítulo com os quais se pretende compreender a estrutura política doméstica.

No quarto capítulo, aborda-se a Fundação Gordon e Betty Moore como ator político importante no campo ambiental. Identifica-se a rede de financiamento que se constitui na Amazônia a partir da Fundação e os arranjos que se tornam possíveis com os projetos, que permitem a transformação dos recursos financeiros em recursos políticos.

No quinto capítulo, o foco incide sobre as ONGs que atuam no Amazonas. O perfil das organizações (identidade, profissionalização, atividades predominantes), bem como suas parcerias. No sexto capítulo, abordam-se as redes (locais, nacionais e transnacionais). As relações transnacionais tomadas como meio pelos quais se operam as relações entre o local e o global.

Conclui-se que as redes transnacionais ambientalistas às quais estão vinculadas as ONGs que atuam no Amazonas têm sido fundamentais à manutenção da maioria das ONGs e de políticas voltadas à conservação ambiental implementadas por governos e/ou ONGs e movimentos sociais. Tais redes oportunizam alianças e a construção de arranjos institucionais, formas de manejo dos recursos naturais e políticas ambientais inovadoras. Este processo, no entanto, resulta da interação dos diversos atores (Fundações que apoiam financeiramente, grandes ONGs, ONGs nacionais, governos, movimentos sociais) e redes (ambientalistas, de defesa dos povos indígenas e de populações tradicionais), com momentos de disputas, de

conflitos e de construção de consensos.

As inovações na política ambiental brasileira tais como as reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável e acordos de pesca, resultaram da construção social e política que contaram com a participação de uma diversidade de atores. Propostas como o programa bolsa floresta, turismo de base comunitária, entre outras, são recentes e estão sob o crivo da crítica social e política.

A densidade de experiências acumuladas tem permitido a algumas organizações, seja pela visibilidade adquirida, e/ou pela estrutura de oportunidades (caso da ênfase na questão da mudança climática), a colaboração com países do sul, na assessoria, participação em pesquisas, estruturação de programas nacionais, difusão de metodologias, entre outras formas de parceria, o que configura uma cooperação transnacional onde organizações com sede no Amazonas passam a ocupar um espaço político de maior alcance e visibilidade no campo ambiental.

## Capítulo 1

### NOVOS ATORES, GOVERNANÇA E GLOBALIZAÇÃO AMBIENTAL

*As “relações internacionais” não têm fronteiras reais; não podem ser separadas materialmente dos outros fenômenos sociais. (ARON, 1986, p. 51).*

#### 1.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, objetiva-se contextualizar a questão da tese que consiste em identificar os reflexos da globalização sobre a questão ambiental na Amazônia a partir da atuação de ONGs e de outras organizações e da vinculação destas à redes transnacionais. Ele está dividido em três partes. Na primeira são destacadas algumas características da sociedade contemporânea, com o aumento da interdependência, a globalização e o advento da sociedade da informação.

Em seguida, trata-se do Estado, novos atores e governança, momento no qual se argumenta que há uma percepção compartilhada por diversos autores de que os atores estatais não são únicos a influenciarem a política internacional, os múltiplos canais de contato oportunizam a participação de diversos atores não governamentais, donde emerge o debate sobre governança global.

Na última parte, trata-se de alguns aspectos da política ambiental internacional e a globalização ambiental. Observa-se que os problemas ambientais entraram na agenda política internacional a partir do momento em que os países desenvolvidos passaram a considerar seus possíveis impactos à segurança internacional e ao funcionamento da economia mundial e que problemas ambientais relacionados a alterações climáticas, questões fronteiriças e a proteção de áreas especiais refletem a interdependência e requerem a cooperação entre diversos atores. Desse modo, o processo de globalização inclui a questão ambiental, cujos reflexos sobre as políticas domésticas são inevitáveis e pode ocorrer de diversas formas.

#### 1.2 SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: ALGUNS ASPECTOS

Desde a segunda metade do século XX, a percepção do aumento da interdependência, da globalização e o do crescimento da influência de atores não estatais resultam em inúmeras

reflexões acerca da política internacional. Se compreendermos as relações internacionais da forma como tradicionalmente têm sido abordadas, e as localizarmos no contexto das mudanças nos fluxos de capitais, bens, serviços, ideias, informações, poderemos, como sugere Rosenau (2000), ampliar o escopo da análise e tomar como objeto a política mundial, onde as relações internacionais (entre estados) são um componente dessa política.

Compreende-se a globalização como um processo ou um conjunto de processos resultantes de transformações nos setores econômicos, políticos, sociais, culturais, jurídicos, militares e ambientais, de acordo com Keohane e Nye (2000) e Held (1999). É um fenômeno multifacetado, não é linear nem configura uma sociedade global ou uma comunidade global. Está associada tanto à desterritorialização quanto à reterritorialização do espaço socioeconômico e político. As mudanças nas várias dimensões não ocorreram simultaneamente e têm efeitos diferentes em cada país e sobre a política mundial.

A sociedade contemporânea é também uma sociedade da informação. Segundo Castells (2005), as novas tecnologias da comunicação e informação possibilitaram completar o processo de globalização econômica que já vinha se estruturando a partir de políticas interrelacionadas e orientadas pelos grupos dos países mais ricos do mundo (G 7), quais sejam: a desregulamentação das atividades econômicas domésticas, a liberalização do comércio e dos investimentos internacionais e a privatização das empresas públicas.

Desse modo, a sociedade informacional emergente se caracteriza pelo caráter decisivo que os avanços na área da informática adquiriram na segunda metade do século XX. Desde as formas de comunicação à aplicação em pesquisas sobre a genética - cujos resultados mais proeminentes estão evidenciados pelos avanços na biotecnologia. A lógica informacional se tornou o elemento revolucionário das relações sociais, dos mercados e das inovações tecnológicas.

Este processo é mais completo nas sociedades avançadas, embora apresente expressões diferenciadas em cada realidade, de acordo com as estruturas pré-existentes nos países e regiões. Segundo Castells (2005), nas sociedades em desenvolvimento, as mudanças chegam, sobretudo, através do mercado.

A ideia de redes é provocativa quanto à complexidade que se estabelece entre os diversos níveis e atores da sociedade contemporânea. Por elas são conectadas empresas, movimentos sociais, o narcotráfico. Pode-se dizer, nesta perspectiva, que há um conjunto de oportunidades, uma potencialidade infinita de agregações e igual diversidade de racionalidades que podem orientá-las.

O aumento da interdependência também é um fator determinante na sociedade

contemporânea, ocasionado pela intensificação da troca de bens, serviços e informações que afetam diversos setores. A interdependência significa dependência mútua, se refere, na política mundial, a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países, conforme Keohane e Nye (2005)<sup>8</sup>.

Outra contribuição de Keohane, juntamente com Nye, fundamental neste contexto, consiste na ideia da interdependência complexa. Caracterizada principalmente pela existência de canais múltiplos que conectam as sociedades. Esses canais podem ser formados por nexos entre burocratas, elites, cientistas.

A ideia de que o mundo contemporâneo experimenta uma interdependência complexa é apresentada pelos autores em análise de casos específicos como uma hipótese, um tipo ideal. Em situações/contextos onde predomina este tipo de interdependência a agenda das relações interestatais é formada por múltiplos temas que não estão colocados em uma hierarquia clara ou estável, onde a força militar não é empregada pelos governos contra outros governos da região ou nos temas da agenda.

Pode-se dizer que, com o fenômeno da globalização, houve o aumento da densidade e a complexificação da política internacional, com o aumento no número de organizações internacionais e de suas atividades, especialmente encontros e conferências<sup>9</sup>. Este crescimento revela uma ênfase na abordagem coletiva dos temas, concretamente percebida pela expansão dos regimes internacionais<sup>10</sup>.

Neste cenário, as alterações têm sido profundas. No que concerne ao Estado, do ponto de vista das relações internacionais, já se vinha observando mudança significativa de suas funções na ordem pós-vestfália, consequência, entre outros fatores, do aumento do número de estados, os quais, embora pequenos, contribuíram significativamente para a dinamização das relações efetivas de poder, através da defesa de interesses coletivos e da redução do poder sobre o território, sobretudo em função do poder econômico, passou a haver disputa por mercado e oportunidade de investimento em todo o mundo.

---

<sup>8</sup> In: Arturo Borja Tamayo (organizador). *Interdependência, cooperación y globalismo: ensayos escogidos de Robert O. Keohane*, 2005.

<sup>9</sup> Afirma Zacher que entre 1838 e 1860, a frequência desses encontros era de dois ou três por ano; na primeira década do século XX, de cerca de duzentos por ano; e na década de 1970, mais de três mil. (In: ROSENAU; CZEMPIEL, 2000 p. 93).

<sup>10</sup> Regimes internacionais, de acordo com Krasner (1982), são definidos como um conjunto de princípios, normas, regras, um processo de decisão em torno do qual as expectativas dos atores convergem em uma determinada área temática. São um conjunto de arranjos reguladores que contribuem para a padronização do comportamento e o controle de seus efeitos, de acordo com Keohane e Nye, conforme Krasner (1982).

### 1.3 ESTADO, NOVOS ATORES E GOVERNANÇA

O Estado é considerado o ator mais importante nas relações internacionais, deste modo, pensar na sociedade contemporânea exige tê-lo como referência, uma vez que a própria gênese das relações internacionais enquanto campo de conhecimento está vinculado a ele.

O sistema de estados tem seu fundamento nos tratados de Vestfália, quando há o reconhecimento oficial do Estado. Assinados em 1648, esses tratados “puseram fim a 30 anos de guerras religiosas, asseguraram a manutenção da nova ordem europeia e assentaram a soberania e a igualdade como princípios fundamentais a orientar suas relações mútuas” (GONÇALVES, 2002, p. 15). Assim, a obrigação e o respeito mútuo pela soberania e o alto grau de autonomia do Estado em assuntos internos e externos foram as características fundamentais do sistema de Vestfália.

Na Europa do século XIX, o sistema internacional, considerado aqui como sistema de estados, caracterizava-se por uma distribuição policêntrica do poder, ancorado em uma coalizão de cinco potências: a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, a Rússia e a Áustria.

A primeira guerra mundial suscitou diversas incursões e pôs, como primeira preocupação do estudo das relações internacionais, as causas da guerra e como alcançar e manter a paz, contexto em que Waltz em sua análise considera que:

São tão fundamentais o homem, o Estado e o sistema de Estados em toda tentativa de compreender as relações internacionais que é raro a um analista, por mais comprometido que esteja com uma determinada imagem, desconsiderar por completo as outras duas (WALTZ, 2004, p. 199).

O autor, considerado um clássico em Teoria das Relações Internacionais, demarca o Estado como o centro das discussões no estudo das relações internacionais. O sistema internacional poderia, em sua visão, se configurar como hierarquia e anarquia, ambas as configurações teriam como elemento fundante a soberania dos estados-nacionais.

Do ponto de vista da ciência jurídica, Hans Kelsen (1998) considera, como elementos essenciais do Estado, a população, o território e o poder, os quais são definidos normativamente. O Estado, portanto, nesta perspectiva, jamais perde sua soberania. A análise de sua efetividade ou não, está alhures. Deve-se destacar a importância do aspecto normativo do Estado, abordada por Kelsen, fundamento jurídico, como um dos pilares do reconhecimento da soberania nas relações internacionais.

Na visão da ciência política, uma das discussões que acompanha a trajetória histórica da soberania desde os anos de 1970 envolve as condições de governabilidade e não

governabilidade. Estas abordagens se associam a diversos fatores, tais como, a crise fiscal, a crise da democracia ou a crise da racionalidade<sup>11</sup>. Pode-se dizer que subjacente a estas ideias se encontra a análise da efetividade da soberania<sup>12</sup>.

Na segunda metade do século XX, o sistema de Estados que sustentou a Liga das Nações e, posteriormente, as Nações Unidas foi surpreendido pela crescente influência de atores não estatais. Passa a ter destaque a preocupação com a governabilidade e a governança. Estes seriam, desde então, temas frequentes, principalmente com a intensificação do processo de globalização.

Neste contexto, os atores transnacionais, organizações internacionais e estados nacionais são cada vez mais sujeitos e objetos de uma interação complexa, dados os interesses militares, sobretudo dos Estados, mas também do mercado de armamentos. Há também os movimentos de constituição de regimes internacionais, por organizações internacionais, ONGs transnacionais em articulação com interesses regionais e locais e os interesses das grandes corporações transnacionais.

Não obstante o destacado papel desempenhado pelos estados nas relações internacionais, uma crítica à visão estado-cêntrica se manifesta, sob diversas formas. Há a percepção de que a política internacional contemporânea dinamizou-se, ocasionada devido a mudanças na ordem mundial. Desse modo, abordagens destacando a turbulência na política mundial, conforme Rosenau (1990), e a problemática de uma governança sem governo posta por diversos autores como Robert Cox, Oran Young, o próprio Rosenau, tomaram lugar em discussões acadêmicas e se tornaram foco de preocupação da Organização das Nações Unidas na década de 90 do século passado, resultando na criação da Comissão sobre Governança Global.

Na visão da teoria crítica das relações internacionais, o Estado passou a ser tributário de algo maior do que ele, “internacionalizou-se”, passou a ser uma correia de transmissão da economia mundial para a economia nacional, conforme a análise de Robert Cox (2000). Do ponto de vista da economia mundial, portanto este autor considera que o Estado continua a ter importância, mas como um dentre os vários níveis de autoridade.

Pode-se dizer que tanto os liberais quanto os funcionalistas reconhecem a emergência de novos atores. Na visão de Young “...os níveis crescentes de interdependência internacional,

---

<sup>11</sup> Uma descrição resumida das teses que sustentam estas hipóteses se encontra em Bobbio, 1995.

<sup>12</sup> A soberania consiste no fundamento dos Estados. Do ponto de vista das relações internacionais, conforme Gonçalves (2002), ela continua a ser definida pela Convenção de Montevideú, de 1933, segundo a qual o Estado deve possuir: “ 1) população permanente; 2) território definido; 3) governo; e 4) capacidade de honrar os compromissos contraídos com os outros Estados. É comum fazer-se referência apenas aos três primeiros fatores, por serem dotados de objetividade, enquanto o quarto fator é reconhecidamente de caráter político” (GONÇALVES , 2002, p. 14).

o papel crescente dos atores não estatais e o surgimento de uma agenda de mudança global levantam agora questões profundas sobre algumas das bases intelectuais do sistema de Estados” (YOUNG, 2000, p. 259)<sup>13</sup>.

A complexificação da política mundial caracteriza-se por um ambiente cujas influências econômica, cultural, política e estratégico-militar se relacionam em hierarquias diversas que interagem, sob a hegemonia das democracias de mercado, mas também sob a emergência de atores não estatais<sup>14</sup>.

Oran Young, em *Global Governance: toward a theory of decentralized world order*, destaca que a demanda por governança em assuntos mundiais nunca foi tão grande. Referindo-se às consequências da dissolução da União Soviética, da crise do México e da Rússia e à emissão de gases que afetam o clima global, afirma que esses exemplos ilustram a impossibilidade de isolamentos dos atores individuais do contexto mundial.

A ideia de governança é um elemento comum nas abordagens sobre a política mundial contemporânea, tornando-se importante elemento no contexto desse estudo. Apesar da diversidade de seus usos, a governança “refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder, de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências” (ROSENAU, 2000, p. 16)<sup>15</sup>.

A governança, por conseguinte, exige elementos objetivos (estatutos formalmente instituídos), mas também elementos subjetivos, pois precisa ser aceita pela maioria, condição de sua existência, dada à inexistência de uma autoridade central legalmente constituída, caso do Estado<sup>16</sup>.

A própria discussão de governabilidade, levada a termo no interior dos Estados Nacionais já evidenciava a percepção de uma realidade complexa, não contemplada pelas hipóteses das crises fiscal, da democracia e da racionalidade na medida em que cada uma delas enfatizava fatores específicos.

Conforme se pode verificar, a problemática da governança resguarda uma analogia com a da governabilidade no que concerne ao processo de construção de consensos. Da forma

---

<sup>13</sup> Idem

<sup>14</sup> Hegemonia é entendida aqui no sentido de dominância, não tendo relação com o sentido utilizado por Gramsci (COX, 2000. In: ROSENAU; CZEMPIEL. 2000, p. 193).

<sup>15</sup> In: ROSENAU; CZEMPIEL, 2000.

<sup>16</sup> No relatório da Comissão sobre Governança Global da ONU, a governança: “... is the sum of the many ways individuals and institutions, public and private, manage their common affairs. It is a continuing process through which conflicting or diverse interests may be accommodated and co-operative action may be taken. It includes formal institutions and regimes empowered to enforce compliance, as well as informal arrangements that people and institutions either have agreed to or perceive to be in their interest.” (Our Global Neighborhood: Report of the Commission on Global Governance, 1995)

como tem sido abordada é um processo em curso, constrói-se tanto no plano histórico quanto teórico, é contingente.

Na política mundial, uma diferença fundamental apontada por Rosenau (2000) entre governabilidade e governança consiste no fato de que, enquanto a primeira está associada a governo, ou seja, à autoridade instituída, possuidora de responsabilidades legais e formalmente prescritas, a segunda depende de mecanismos informais, trata-se, por conseguinte, de uma construção social e política que congrega diversos atores (estatais e não estatais) em torno de suas necessidades e a fim de satisfazê-las<sup>17</sup>.

Um dos grandes desafios dos pensadores contemporâneos parece ser o de como se pode operar a governança global, uma vez que a passagem de processo social construído pelos diversos atores da política mundial à institucionalização, sua constituição normativa e sua efetividade política dependem grandemente da capacidade de construção de consensos. Além do que os caminhos seguem trilhas diversas, podem se constituir paralelamente às pautas estabelecidas pelos estados.

As abordagens de algumas questões (direitos humanos, meio ambiente, etc.) ilustram estas manifestações. Conforme Young “em um nível geral, a governança envolve a criação/fundação e a operação com instituições sociais” (YOUNG, 1997, p. 4). Em muitos casos, portanto, a percepção e, posteriormente, o estudo dos processos só ocorrerá quando os resultados já se fizerem notar, ou seja, quando o processo de institucionalização ocorrer.

Pode-se dizer que o debate acerca da governança resgata a ideia do “bom governo”, manifesto em nível mundial. Está relativamente claro que a governança só ocorre se for participativa. No entanto, as assimetrias compõem o processo, condicionando as possibilidades de participação, apesar de ela poder se realizar por diversos canais dentre os quais através das comunidades epistêmicas<sup>18</sup>, *advocacy networks*<sup>19</sup>, redes de atores governamentais e outros. Destacam-se nesse quadro, atores como a Organização Mundial do

---

<sup>17</sup> [...] a governança é um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente instituídos. [...] é um sistema de ordenação que só funciona se for aceito pela maioria (ou pelo menos pelos atores mais poderosos do seu universo), [...] é sempre eficaz, quando se trata das funções necessárias para a persistência sistêmica, ou então não é concebida para existir efetivamente (com efeito, não se fala em uma governança ineficaz, mas sim de anarquia ou caos). [...] Portanto, pode-se falar em governança sem governo – sem mecanismos regulatórios em uma esfera de atividade que funcione efetivamente mesmo que não tenha o endosso de uma autoridade formal” (ROSENAU, 2000, p. 16).

<sup>18</sup> De acordo com HAAS, as comunidades epistêmicas são comunidade específica de especialistas que compartilham a crença em um conjunto de relações de causa e efeito, bem como os valores comuns de como as políticas que regem essas relações deverão ser aplicadas. Juntos, eles atuam como um grupo de *lobby* coordenado informalmente (HAAS, 1989, p. 384).

<sup>19</sup> Uma *advocacy network* transnacional inclui aqueles atores que trabalham internacionalmente com um assunto/questão/problemática, geralmente unidos por valores compartilhados, um discurso comum e densa troca/intercâmbio de informações e serviços (SIKKINK e KECK, 1998, p. 89).

Comércio e as redes de atores empresariais, os quais têm um poder de organização orientado por fins e são, assim, altamente racionalizados. Além do seu alto poder de barganha junto aos Estados.

Não obstante outros movimentos, as próprias organizações internacionais se constituíram em mecanismos do movimento de interação entre as pautas dos Estados e as visões dos atores não estatais, conforme apontam estudos empíricos desde a década de 80 do século XX, como aponta Risse-Kappen (2002). Alguns autores destacam o papel desempenhado pelos atores transnacionais (corporações econômicas, ONGs, comunidades epistêmicas), como elemento dinamizador na política mundial.

Embora pondere que a efetividade da interferência de novos atores só poderá ser avaliada em pesquisas posteriores, Risse-Kappen (2002) já identificava, na literatura, naquele momento, a percepção da complexidade das interações entre atores estatais e não estatais na política mundial, inclusive a existência de pesquisas sobre uma governança tripartite.

Ela seria constituída por redes incluindo atores estatais, empresas e *advocacy groups*, destacando a discussão, nessa perspectiva, sobre o problema da legitimidade do processo político. Das abordagens recentes, o conceito que lhe parece mais fecundo é o de *deliberative democracy*, a partir do qual a transparência e o debate público das decisões garantiriam uma democracia efetiva.

O debate sobre a governança global se constitui em mais um momento histórico no qual a soberania se define entre a representação e a realidade histórica, conforme Badie (2000). A soberania não passa incólume ao poder dos mercados, dos ilícitos transfronteiriços, das mediações das instituições internacionais. Além disso, a realidade histórica suporta ainda soberanias desiguais, a dos mais fracos em muitos casos à mercê dos interesses dos Estados mais fortes<sup>20</sup>.

Os autores vinculados à perspectiva realista reconhecem a crescente influência de novos atores como as ONGs e os mercados, mas para eles a centralidade do papel do Estado nunca deixou de existir, visto que esta instituição, de acordo com Gilpin (2002)<sup>21</sup>, é a única que detém legitimidade. O Estado-nação é o único ator com capacidade para fazer cumprir decisões, mantendo o monopólio sobre funções chaves como a criação de moeda, a tributação,

---

<sup>20</sup> Bertrand Badie, na introdução do seu livro *Um mundo sem soberania*, defende a perspectiva de que “Podemos levar a sério o par ‘soberania-responsabilidade’ sem fazer dele um princípio de destruição nem o fecundador de uma nova ordem” (BADIE, 2000, p. 18). Esta tese respalda-se na percepção, defendida ao longo do livro, de que a ideia de soberania prevalecte sempre esteve entre o “artifício e a realidade”. A soberania, por conseguinte, é um tipo ideal, pois na história seguiu sendo uma construção ao mesmo tempo horizontal e vertical, externa e interna (BADIE, 2000, p. 49).

<sup>21</sup> In: HELD; MCGREW, 2002. No livro há uma análise das perspectivas de governança internacional no texto *A realist Perspective on International Governance*.

a proteção nacional e segurança individual, segundo este autor.

Para Held e McGrew (2001) o que está em jogo na nova ordem mundial são os princípios éticos e institucionais que a orientarão. Além disso, a caracterização de uma ordem mundial não é tarefa simples, na medida em que em geral se refere não só a processo políticos, mas também ao sistema econômico mundial.

O processo de globalização e a crescente interdependência geraram profundas mudanças na política mundial. Novas abordagens são suscitadas e esta perspectiva é um elemento comum entre os autores das diversas correntes teóricas.

Uma das alterações significativas ocorreu no papel dos Estados tanto no plano nacional quanto internacional, pois diversas redes e arranjos se operam tanto no interior das estruturas estatais quanto paralelamente. O Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) pode nos servir de exemplo, no caso Brasileiro.

Nesse caso, o Estado realiza um projeto nacional orientado por resultados de conferências mundiais, regimes internacionais e por acordos multilaterais, cujas ações realizadas são fortemente orientadas por comunidades epistêmicas e com a parceria de ONGs articuladas a movimentos sociais e a órgãos estatais no plano local. Essa situação evidencia a complexidade das interações entre os diversos atores, assim como a interdependência entre os países.

Um aspecto importante a destacar consiste no reconhecimento do papel das redes. Elas não aparecem mais como um fenômeno difuso, pois mesmo as teorias pouco permeáveis à percepção da relevância de atores não estatais reconhecem este mecanismo de interferência nas relações de poder mundial.

Para Willetts, a governança global:

consiste na elaboração e execução de políticas nos sistemas globais, através da colaboração dos governos com os atores da sociedade civil e com o setor privado. A formulação e implementação de políticas nem sempre é coerente, nem sempre obtém sucesso na consecução dos objetivos acordados. No entanto, a governança global é, no mínimo, o processo político de tentar acordar uma ação coletiva coerente e eficaz (WILLETTS, 2011, p. 148. Tradução livre).

Na análise deste autor, não há espaço para a ideia de um governo mundial. Para ele não há um único sistema de governança, porque as diferentes questões políticas variam bastante em sua relevância para diferentes atores políticos. A governança global se estrutura de diferentes maneiras em diferentes domínios de intervenção. Assim, a política de direitos humanos, as mudanças climáticas e a estabilidade financeira global envolvem atores distintos com foco em organizações separadas, com um mínimo de sobreposição entre os domínios de

política.

No debate acerca da governança global, meio ambiente e recursos naturais são temas que se destacam. Particularmente nas questões ambientais, os estudos demonstram que houve um crescimento das articulações dos atores não estatais, dentre os quais as Organizações Não Governamentais (ONGs), com influência direta sobre a criação e atuação para a efetividade dos regimes internacionais, afetando com isso o caráter das relações internacionais, conforme aponta Young (1997).

Observa o autor o debate sobre a relativa importância de várias forças sociais na determinação do sucesso ou da falha nos esforços para a formação de regimes internacionais que não tem crescido somente neste campo. São estudos sobre o exercício do poder, que abordam a função das potências hegemônicas (dominantes), o impacto das ideias - a exemplo das comunidades epistêmicas, os interesses em jogo - barganha das instituições, e o impacto dos contextos sociopolíticos.

No campo ambiental, o crescimento das forças sociais deveu-se, sobretudo, à natureza da questão. A consciência dos riscos dos problemas ambientais à própria vida humana gerou um rápido crescimento da consciência ambiental e à percepção da amplitude dos esforços para o enfrentamento dos problemas. Isto favoreceu a inserção do tema na agenda política mundial.

De um modo geral os autores referidos reconhecem o caráter coletivo da gestão ambiental. As discussões sobre governança ambiental, regimes e instituições internacionais apontam nesta direção, conforme aponta Barros-Platiau *et al* (2004). As abordagens sobre a forma de governança oscilam entre a perspectiva de um governo mundial e as que consideram mais radicalmente a importância das ONGs e dos mercados, em detrimento do papel desempenhado pelo Estado.

Estes defendem uma governança compartilhada por estes atores, algumas chegaram a propor uma governança tripartite. De qualquer modo “qualquer definição de governança passará pela ideia de democratização e de legitimidade ou de comunicação aberta e reflexividade coletiva” (BARROS-PLATIAU *et al* , 2004, p. 114).

A hipótese sobre uma possível perda de importância dos Estados na política mundial no início deste século implicadas na questão da soberania tomou um novo rumo. Atualmente, conforme Andrew Hurrell (2009) o debate caminha numa direção bem diferente daquela que predominou na década de 1990. Naquele período, havia uma concentração das atenções em torno da mudança de poder dos Estados para empresas e atores não estatais, conforme vimos anteriormente. O debate desta década está centrado em outros elementos da política

internacional<sup>22</sup>.

A crise financeira mundial desencadeada nos Estados Unidos em 2008 e que se manteve nos últimos anos, bem como a crise europeia evidenciaram a precariedade da autorregulação do sistema financeiro, a eficácia de instituições internacionais vinculadas à área econômica e repõe no cenário o papel fundamental dos Estados. Ainda não é possível perceber quais serão os impactos da crise sobre a política ambiental global.

Desse modo, seria precipitado afirmar que as relações interestatais perderam importância na política mundial. Obviamente os atores não governamentais permanecem no cenário, sendo que a intervenção dos atores estatais foi decisiva para a contenção e/ou minimização dos efeitos da crise.

Assim, a política mundial é composta essencialmente por um sistema internacional anárquico, em cujo cenário, os desafios globais se multiplicam, entre eles as ameaças relacionadas aos problemas ambientais, que exigem por sua natureza cada vez maior esforço coletivo e a consequente participação de outros atores. De modo geral, como destaca Risse-Kappen (2002), não há uma ruptura entre atores estatais e não estatais e sim uma interação complexa e, em muitos casos, a cooperação.

#### **1.4 POLÍTICA AMBIENTAL INTERNACIONAL, GLOBALIZAÇÃO AMBIENTAL**

O debate em torno da governança ocorreu a partir da percepção de mudanças significativas operadas no interior das relações internacionais e da política mundial. Os temas relacionados ao terrorismo, ao meio ambiente, às redes de narcotráfico, entre outros, puseram em relevo a participação ativa de atores não governamentais. Também em outros momentos históricos atores não governamentais estiveram presentes, no entanto agora desempenham fortes ameaças à segurança internacional e representam grandes desafios para a humanidade.

No caso da agenda ambiental, os problemas ambientais globais e as respostas às ameaças dessa natureza permitem observarmos aspectos da interdependência e da globalização. Por seu caráter, eles exigem uma governança global, a qual, do ponto de vista típico ideal, inclui os atores do sistema internacional, os Estados, e os agentes não governamentais envolvidos ou implicados pelos problemas ambientais globais. A cooperação entre diversos atores, neste processo, é o elemento fundamental na governança, através da qual as normas e regimes internacionais de meio ambiente se constituem e concretizam as

---

<sup>22</sup> “...en las potencias emergentes, en la actividad económica dirigida por el Estado y en el desajuste entre los acuerdos de gobernanza económica global existentes y la distribución de poder entre los países que realmente tienen el poder para tomar decisiones económicas eficaces” (HURREL, 2009, p. 3).

ações coordenadas.

Tomam-se algumas abordagens para compor um quadro de aspectos importantes a serem observados na globalização ambiental. Retomamos, neste sentido, alguns elementos do estudo sobre política internacional de meio ambiente de Hurrell e Kingsbury (1992) e a caracterização da política ambiental global de Inoue (2007). As contribuições de Held (1999) e Risse-Kappen (1995) são referências para a aproximação da globalização ambiental e seus efeitos sobre a política doméstica.

#### **1.4.1 Hurrell e Kingsbury e a Política Internacional do Meio Ambiente**

Hurrell e Kingsbury em *The international Politics of the environment: actors, interests, and institutions*, publicado em 1992, abordam diversos aspectos da política internacional do meio ambiente.

Evidenciam os autores que, nos últimos anos, houve o crescimento de problemas ambientais fronteiriços e o aparecimento de uma nova categoria de problemas – os problemas ambientais globais. Esses problemas podem afetar a cada um dos países e só pode ser gerido pela cooperação entre todos ou pela maioria dos países, de acordo com Hurrell e Kingsbury (1992), dando um outro caráter ao tema ambiental e à política internacional nesta área.

Assim, o controle das alterações climáticas, a emissão de gases de efeito estufa, a proteção da camada de ozônio, a proteção da biodiversidade e a proteção de regiões especiais como a Antártica e a Amazônia só podem ser efetuadas mediante uma ação coordenada dos países. Os acordos formais entre os Estados, neste contexto, são peças fundamentais para lidar com os problemas ambientais globais.

Para Hurrell as repercussões dos problemas ambientais na política internacional se devem aos interesses dos países desenvolvidos quanto à sua própria segurança e ao funcionamento da economia mundial. A degradação ambiental, ao comprometer os recursos naturais poderá minar a economia dos países pobres e em desenvolvimento, contribuindo para o aumento do fluxo de refugiados e a consequente pressão sobre os países desenvolvidos. Hurrell e Kingsbury consideram haver relações complexas entre a economia mundial e os problemas ambientais.

Observa-se, neste aspecto, como a interdependência cria novos elementos de instabilidade como a suscetibilidade da política interna a algumas mudanças no plano internacional. O movimento contrário também se opera, pois existem ameaças ao plano internacional, originadas a partir de questões internas ou regionais. Os efeitos das mudanças

climáticas exemplificam bem esta situação. O mercado e as pressões competitivas podem impedir a ação internacional por um lado, por outro podem atuar como correia de transmissão.

O crescimento de acordos internacionais permite contestar a imagem hobbesiana das relações internacionais, segundo a qual, a anarquia e o conflito são as regras. No entanto não nos autoriza tomá-los como processos simples. Hurrell e Kingsbury (1992) afirmam que as dificuldades de cooperação devem ser tomadas como ponto de partida para qualquer estudo referente à gestão ambiental global.

Embora a cooperação seja o ideal, os Estados se inclinam para não fazê-lo, a menos que tenham incentivos para acreditar que os outros estados se integrarão à cooperação, contribuindo para um ganho mútuo. Os interesses imediatos, os conflitos históricos e a heterogeneidade cultural política e econômica entre os países favorecem a disposição de não cooperação.

Segundo Hurrell e Kingsbury (1992) as formas de cooperação que surgiram historicamente entre os Estados tiveram base em regras mínimas de convivência e foram construídas em torno do reconhecimento mútuo das soberanias e da não intervenção, os quais não incorporaram um conjunto abrangente de objetivos comuns. Desse modo, são grandes os desafios para uma gestão coletiva do meio ambiente. Envolve a criação de regras e instituições que incorporem noções de partilha de responsabilidades e deveres comuns, e uma noção de bem comum para o planeta. Tem como efeito a criação de estruturas domésticas.

Acredita-se que nas novas formas de cooperação haja alguma limitação sobre a soberania do Estado, mas não há uma perda de sua importância na política mundial: “as questões ambientais ainda precisarão ser gerenciadas dentro das limitações de um sistema político em que os Estados soberanos desempenham um papel importante” (HURRELL e KINGSBURY, 1992, p. 9)<sup>23</sup>.

Conforme aponta Hurrell e Kingsbury (1992), as negociações e acordos internacionais são apenas um aspecto da gestão do meio ambiente global. A gestão depende fortemente dos Estados, de suas políticas internas e de mudanças em nível de consciência, estilo de vida e, sobretudo, da adoção de formas mais limpas de produção.

Na visão desses autores, alguns aspectos têm sido negligenciados na análise da política global de meio ambiente: o crescente papel de ONGs; o papel de indivíduos no esclarecimento de problemas particulares, na formulação de respostas internacionais a problemas ambientais possibilitando o êxito nas negociações; e o impacto que o contexto da política externa pode ter sobre o processo de negociações ambientais.

---

<sup>23</sup> Tradução livre.

Quanto aos limites dos acordos ambientais internacionais e ao problema da observância, argumentam os autores que os tratados podem conter uma linguagem ambígua para garantir o consenso, bem como incidir sobre padrões mínimos de concordância com o propósito de obtenção da adesão. O direito internacional e os regimes ambientais funcionam como incentivos contra a deserção.

Os regimes ambientais legais na análise de Hurrell e Kingsbury (1992) estabilizam as expectativas e institucionalizam o envolvimento do estado na cooperação a longo prazo, o que garante a participação dos estados, visto que são diversas as negociações nas quais os estados participam ao mesmo tempo.

A transparência dos regimes, objetivadas na produção e difusão de informações propicia um maior controle social e um espaço de pressão para os atores não estatais, como as ONGs. De acordo com Hurrell e Kingsbury talvez esse seja o elemento de coerção mais importante na aplicação de acordos ambientais internacionais.

Por outro lado, as questões ambientais têm o potencial para gerar várias formas de conflito. As duas áreas de conflitos mais relevantes nas negociações internacionais são os conflitos a respeito da definição de prioridades e distribuição dos custos da gestão global do ambiente e os conflitos sobre questões relacionadas com a soberania.

Quanto à definição de prioridades e a distribuição dos custos da gestão global do ambiente, a capacidade de determinar a agenda internacional é uma forma eficaz de poder. No caso da agenda ambiental, na análise de Hurrell e Kingsbury (1992), as questões relacionadas aos países desenvolvidos têm prevalecido sobre as questões relativas ao desenvolvimento, pauta prioritária dos países do Sul<sup>24</sup>.

Quanto às questões relativas à soberania, os problemas envolvem a discordância quanto à necessidade de constituição de uma autoridade ambiental internacional e conflitos quanto à distribuição de autoridade decisória, vista em alguns casos como forma de intervenção de país do Norte em países do Sul.

#### **1.4.2 Globalização Ambiental e Política Doméstica**

Pode-se dizer que o tema ambiental, por sua natureza, transcende os interesses soberanos dos Estados, principalmente em se tratando de problemas ambientais globais, tal

---

<sup>24</sup> Embora, quanto a isso, Lago (2006) demonstre como a coalizão dos países do Sul, desde a Conferência de Estocolmo, tem obtido logros no tocante à agenda ambiental nas conferências da ONU sobre Meio Ambiente. A pauta do desenvolvimento, o reconhecimento das responsabilidades comuns, porém diferenciadas sobre problemas ambientais globais resultaram de articulações entre governos, organizações não governamentais e movimentos sociais.

como caracterizados por Hurrell (1992). Desde sua inserção na agenda política, o tema ambiental já trazia consigo aspectos que transcendiam as relações interestatais. Apesar dos interesses dos Estados, a inserção do tema ambiental na agenda internacional e global decorreu grandemente da “expansão de análises científicas racionalizadas na natureza, que definem e codificam a degradação ambiental em termos que facilitam a ação e mobilização coletiva” (INOUE, 2007, p. 52).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Ambiente Humano realizada em Estocolmo, em 1972, e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, foram marcos de referência na política ambiental. A primeira inseriu definitivamente o tema na agenda internacional e teve como resultado concreto a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e a segunda consolidou sua perspectiva global. A Carta da Terra, Agenda 21 e as Convenções de Biodiversidade e de Mudanças Climáticas foram os resultados mais expressivos da segunda.

O processo de preparação das referidas conferências e a posterior implementação dos acordos saiu da esfera dos agentes estatais, mobilizou ONGs ambientalistas, movimentos sociais, comunidades científicas e agentes econômicos. O conceito de desenvolvimento sustentável passou a orientar as políticas nacionais e a balizar as ações das instituições internacionais.

A política ambiental global, consoante Inoue (2007), apresenta as seguintes características. É marcada pelo envolvimento de negociações multilaterais, tende a refletir a estrutura da economia global, envolve conflitos na política ambiental não suscetíveis de impacto direto do poder militar – elemento fundamental nas relações internacionais tradicionais, apresentam uma relação potencial entre segurança, economia e problemas ambientais, bem como uma grande importância da opinião pública e das ONGs. De acordo com a autora:

ONGs, ativistas, grupos de cientistas, instituições acadêmicas e de pesquisa têm desempenhado papel chave e influenciado a opinião pública em maior grau do que nas outras áreas. Nesse sentido, a atuação desses atores pode ser considerada um caráter distintivo dessa esfera política (INOUE, 2007, p. 50).

A cooperação internacional na área ambiental implica vislumbrar interesses comuns em uma área específica, onde outros temas como a política, a economia e questões sociais ocupam um espaço privilegiado e têm uma influência significativa sobre as pautas domésticas. Desse modo, os interesses e as motivações dos estados variam em função da percepção dos custos, das ameaças e das soluções.

As assimetrias entre os países no estabelecimento da agenda e na definição das formas de enfrentamento são elementos presentes nas negociações ambientais. Além disso, “os custos e ameaças da degradação ambiental não são distribuídos igualmente entre os estados” (INOUE, 2007, p. 49).

Deve-se destacar que os regimes ambientais e os regimes econômicos em muitos casos se direcionam em sentidos opostos, levando a contradições no âmbito internacional e no âmbito doméstico. Em uma comparação entre os referidos regimes, Barros-Platiau *et al* (2004) observam a existência de um alto grau de observância dos regimes econômicos, em função da clareza das normas e do grau de delegação.

No caso dos regimes ambientais, alguns elementos considerados virtuosos como a flexibilidade e a construção de acordos em torno de consensos mínimos, como ponto de partida para ações mais amplas, fragilizam sua observância. A estes aspectos se adicionam as suas implicações econômicas e as assimetrias entre os países que compõem o sistema internacional, onde os países desenvolvidos dispõem de mecanismos fortes de imposição de sua agenda.

A despeito das condições referidas, os regimes ambientais proliferaram desde a década de 1990, com o aumento do número de fóruns de discussão envolvendo agentes econômicos, ONGs e movimentos sociais e governos, em âmbito local, nacional e internacional. Acompanhadas pela mídia e por pressões de diversos grupos de interesses e de conjunto de indivíduos, os fóruns mundiais de meio ambiente envolvendo biodiversidade, florestas, mudança climática, entre outros temas, se tornaram um grande espaço de disputa política.

As discussões precedentes demonstram os processos resultantes da globalização ambiental, refletida nos debates em torno da governança, dos regimes internacionais e da emergência de uma sociedade civil global, com a participação expressiva de ONGs ambientalistas internacionais e comunidades epistêmicas. Desse modo, esta pesquisa se situa no contexto de percepção dos impactos da globalização ambiental sobre as políticas domésticas.

A globalização ambiental teve sua origem na intensidade e expansão histórica da degradação ambiental, em cujo processo, a expansão da revolução industrial desempenhou um papel significativo. Somente no final do século XX, conforme Held *et al* (1999), o avanço cultural e científico permitiu descrevê-la e elaborar respostas políticas aos problemas dessa natureza.

O alcance e a densidade das interconexões globais envolvem comunidades, estados, instituições internacionais, organizações não governamentais e corporações transnacionais. As

redes sobrepostas e em interação definem uma estrutura em evolução que tanto impõe restrições quanto capacitam as comunidades, estados e forças sociais. Em um sistema global cada vez mais interligado, o exercício do poder através das decisões, ações ou omissões, das agências em um continente pode ter consequências significativas para as nações, comunidades e famílias em outros continentes.

Na perspectiva de Held *et al* (1999), os impactos da globalização ambiental na política doméstica pode ser de quatro tipos: decisório, institucional, distributivo, estrutural. O impacto decisório concentra a atenção sobre como a globalização influencia diretamente as preferências e escolhas. O impacto institucional destaca as maneiras pelas quais as agendas institucionais e coletivas refletem as escolhas eficazes ou gama de opções disponíveis, como resultado de globalização.

Os impactos distributivos se referem às formas em que a globalização molda a configuração de forças sociais (grupos, classes, coletividades) dentro das sociedades e através delas. Os impactos estruturais ocorrem na medida em que a globalização condiciona os padrões de organização social, econômica, o comportamento e a organização da política doméstica (HELD *et al*, 1999, p. 18).

As influências de coalizões transnacionais foram decisivas para o avanço das políticas ambientais nos países em desenvolvimento, expressas no movimento em torno da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992. Isto foi possível pelo nível de institucionalização alcançado pela questão ambiental em nível internacional e pelas estruturas políticas dos países. Estruturas de governança doméstica e internacional interagem na determinação do impacto político de atores transnacionais.

Segundo Risse-Kappen (1995), as estruturas domésticas<sup>25</sup> e a distribuição internacional do poder são susceptíveis de determinar tanto a disponibilidade de canais para os atores transnacionais, nos sistemas políticos, quanto os requisitos para o estabelecimento de coalizões fortes e eficazes na contribuição para mudanças políticas.

### **1.4.3 Globalização Ambiental na Amazônia**

No processo de globalização ambiental, as regiões de floresta tropical adquiriram grande importância para a conservação da biodiversidade, das florestas e para o equilíbrio do

---

<sup>25</sup> O conceito de estruturas domésticas é fundamental nesta perspectiva. Para Risse-Kappen (1995), a noção de estrutura doméstica se refere às instituições políticas do Estado, às estruturas sociais e às redes de política que as unem. Abrange, desse modo, o aparato organizacional das instituições políticas e sociais, suas rotinas, as regras de decisão e procedimentos incorporados na lei e ao costume, bem como os valores e as normas incorporado na cultura política.

clima global, em cujo contexto, a Amazônia aparece como uma região de interesse especial, devido às dimensões de sua floresta tropical, da bacia hidrográfica e à sua riqueza em biodiversidade<sup>26</sup>.

Na Amazônia brasileira, o reflexo mais contundente dos efeitos da globalização ambiental pode ser percebido pela estruturação de órgãos ambientais e pela incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável<sup>27</sup> em todas as políticas governamentais desenvolvidas na região, ainda que, em alguns casos, isso ocorra apenas discursivamente, bem como, pelo crescimento de iniciativas de organizações não governamentais envolvendo esta área.

Este processo também tem ocorrido em outras regiões do mundo e envolve geralmente discussões sobre democracia e desenvolvimento sustentável. Na África, a relação entre estes dois temas se tornou dominante nas discussões sobre desenvolvimento desde os anos de 1990, de acordo com Buturo (1994). O mesmo processo acontece em países asiáticos e na região do Pacífico (ESCAP/ADB, 2000). Em todos os casos, as organizações não governamentais têm desempenhado uma função importante.

Promover o desenvolvimento com a preocupação em conservar o meio ambiente constitui a substância do desenvolvimento sustentável, sua ideia força, e é, ao mesmo tempo, o grande desafio global. O número de organizações não governamentais, de programas e projetos executados e em execução na Amazônia sob essa orientação pode ser revelador da densidade de experiências em curso. Conforme se poderá observar no capítulo 4, apenas uma organização, a Fundação Gordon e Betty Moore, de 2001 até pouco mais da metade de 2011, apoiou 47 projetos desenvolvidos na Amazônia brasileira e/ou que a incluem, um volume de recursos em torno de 81 milhões de dólares, envolvendo diretamente 20 instituições (governamentais e não governamentais) e indiretamente populações tradicionais e indígenas dispersas na região, com suas respectivas organizações.

As 22 organizações não governamentais analisadas no capítulo 5 e as organizações com as quais possuem parcerias; as organizações subvencionadas pela Fundação Gordon e Betty Moore, referidas no capítulo 3 e a própria Fundação; as redes referidas no capítulo 6 e

---

<sup>26</sup> De acordo com Freitas e Silva (2000), isto ocorre ao mesmo tempo em que outras forças da globalização atingem a Amazônia, como o *agrobusiness* e as zonas de livre comércio. Esta última desde o final da década de 1960.

<sup>27</sup> Conforme o documento *Nosso Futuro Comum* é um desenvolvimento que visa atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas próprias necessidades. (*Nosso Futuro Comum*, 1988, p. 9). Essa perspectiva se diferencia do conceito de desenvolvimento utilizado tradicionalmente, o qual é relacionado ao desenvolvimento econômico, composto pelo crescimento econômico (aumento do produto nacional bruto per capita), acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população, conforme Sandroni (1999, p. 169).

as organizações que as integram fazem parte da rede transnacional de defesa do meio ambiente. Estas organizações são, ao mesmo tempo, agentes e estrutura na conformação política da globalização ambiental e na construção de novas formas de governança.

## 1.5 CONSIDERAÇÕES

A sociedade contemporânea se caracteriza pelo aumento da interdependência, pela globalização e pela influência decisiva do avanço nos meios de comunicação e informação. As abordagens, no campo das relações internacionais, sejam elas orientadas pela perspectiva realista ou não, reconhecem a influência de novos atores na política internacional, devido a ampliação e ao alcance das ações de ONGs internacionais e de agentes econômicos em suas relações com os Estados, pode-se falar de uma política mundial ou global.

A globalização põe diversos temas em pauta, dentre os quais, a Amazônia como uma região especial. A governança parece um tema aberto a discussões porque os Estados não são os únicos atores interessados nem os únicos que podem influenciar a agenda política, pois agentes econômicos e ONGs internacionais, nacionais e locais estão cada vez mais conectados e influenciando-a. Deve-se notar que a globalização é um processo multifacetado, enquanto a ideia de governança se remete especificamente ao domínio político, de acordo com Willetts (2011).

A globalização ambiental teve e tem apresentado profunda interferência na política internacional, nas políticas domésticas e em regiões especiais como a Amazônia, por meio dos regimes internacionais ambientais, as comunidades epistêmicas e as redes transnacionais. A adesão dos países aos regimes internacionais os enredam em um sistema no qual eles são constrangidos ou persuadidos a cumpri-los e a promulgar leis nacionais coerentes com tais regimes.

Esta afirmação é fundamental, funciona como um porto de partida. Os impactos no caso de cada país e de cada tipo ou objeto dos referidos acordos tende a ter características específicas, e o comprometimento dos Estados depende muito da relação com outros temas, dos interesses dos próprios estados e também de forças políticas de atores da sociedade civil.

Uma vez estabelecidos os regimes internacionais ambientais a força da institucionalização se impõe, tanto por parte dos envolvidos, como por parte da sociedade civil. A difusão de informações propiciadas pelos regimes ambientais favorece o controle social, criando espaço para maior participação de ONGs através de pressão sobre os agentes estatais. A informação por parte das ONGs tem funcionado como um importante artifício de

coerção. As sanções econômicas também são assinaladas como mecanismos eficazes utilizados para a observância de regimes ambientais.

Apesar disso, a soberania, a segurança e a economia têm sido tradicionalmente as questões prioritárias no sistema internacional, são os temas mobilizadores, por excelência. Desse modo, a política ambiental não pode ser compreendida sem considerar o contexto no qual está inserida.

As questões ressaltadas e os elementos da teoria das relações internacionais destacados neste capítulo operam como aspectos do contexto no qual estão inseridas as interações entre atores não governamentais nacionais (sobretudo ONGs) que atuam na Amazônia e redes e/ou atores não governamentais transnacionais ambientalistas (ONGs, Fundações) na governança ambiental global. No capítulo seguinte, são destacados outros instrumentos de análise que propiciam a aproximação com as redes, as ONGs e o ambientalismo.

## Capítulo 2

### REDES, ONGs E AMBIENTALISMO

#### 2.1 INTRODUÇÃO

Conforme abordado no primeiro capítulo, no campo das relações internacionais há cada vez mais o reconhecimento de que o surgimento de múltiplos canais de contato entre as sociedades, propiciadas pelos diversos aspectos da globalização impactam significativamente as políticas doméstica e internacional.

Muitos dos efeitos da globalização ambiental ocorrem por meio de relações transnacionais que envolvem ONGs nacionais, internacionais e mesmo governos. As relações transnacionais se referem a interações regulares entre fronteiras nacionais quando um ator é uma agente não estatal (RISSE-KAPPEN, 2002, p. 256). O “transnacionalismo recorta, como um eixo transversal, os diferentes níveis de integração”, como adverte Ribeiro (2000, p. 173).

No campo das relações internacionais, a globalização e a crescente importância de atores não estatais na política internacional têm mobilizado a atenção de diversos pesquisadores, conforme referido no capítulo anterior. Held *et al* (1999) destacam a globalização em diversos setores, dentre as quais o ambiental.

Esta pesquisa se insere na recente tradição que identifica as relações transnacionais como a forma privilegiada de atuação de atores não governamentais, particularmente as ONGs que buscam influenciar nas políticas doméstica, internacional e global (KECK e SIKKINK, 1998).

As interações em foco ocorrem entre ONGs, entre estas e movimentos sociais, entre estas e governos e/ou setores governamentais. A atuação em rede tem sido identificada como uma estratégia eficaz na articulação entre o local e o global, entre o científico e o político. A combinação desses fatores logrou um êxito destacável das ONGs ambientalistas em relação às que atuam em outras áreas de acordo com Princen e Finger (1994).

As diversas organizações cumprem papéis diferenciados na divisão do trabalho ambientalista. Há algumas ONGs diplomatas (CORELL e BETSILL, 2008), outras se especializaram em pôr em foco alguns problemas ou questões (Greenpeace), o foco de outras consiste em pesquisa científica, construção de modelos (Woods Hoole Researcher Center), as

ONGs que atuam em nível local desenvolvem “experimentos” de desenvolvimento sustentável, conforme se poderá observar nos capítulos 4 e 5.

Em quais espaços de ação política os atores não estatais podem ser mais bem apreendidos? As ONGs ambientalistas tem se destacado no plano internacional em diversas áreas tais como: a defesa dos direitos humanos, dos povos indígenas, das mulheres, particularmente no ciclo de conferências ambientais e sociais promovidas na década de 1990 pela ONU, de acordo com Vieira (2001). As comunidades epistêmicas e as ONGs têm influenciado significativamente os regimes internacionais ambientais (HAAS, 1989; RISSE-KAPEN, 1995; RISSE-KAPEN, 2002; WILLETTS, 2011).

De acordo com Willetts (2011), a teoria das relações internacionais que propicia uma maior aproximação do papel desempenhado pelos atores não estatais é o construtivismo, isto porque as abordagens, a partir das relações interestatais, dificultam a percepção da atuação dos atores não estatais por eles mesmos. Tanto os realistas quanto os funcionalistas ainda que considerem a influência de atores não estatais a subordinam ao sistema de estados.

Conforme afirma Wendt (1999), enquanto a teoria realista explica a influência dos atores no sistema internacional (os Estados) a partir da capacidade material e a teoria institucional a partir da capacidade das instituições, o construtivismo procura identificar a influência dos atores no sistema internacional a partir das ideias.

Partir do princípio de que as relações internacionais resultam de uma construção social e de que as ideias tem um papel importante nesse processo implica admitir que não só os estados e as instituições contribuem para o sistema internacional, mas também que atores não estatais também podem fazê-lo de modo significativo. Nessa perspectiva, Keck e Sikkink (1998) se propõem a elaborar uma teoria das redes transnacionais, onde os atores não estatais ocupam um espaço privilegiado.

O construtivismo permite uma abordagem desde uma política global, em cujo contexto se pode perguntar quando e por que as ONGs decidem agir de forma transnacional e em que medida elas estão agindo de forma independente, embora se deva considerar a relação entre agente e estrutura, pois, de acordo com Risse-Kapen (1995), o impacto político de coalizões transnacionais é influenciado pela estrutura doméstica e pela estrutura internacional de governança.

Neste capítulo, o foco incide sobre os conceitos e/ou distinções utilizados como instrumento de compreensão de alguns dos processos de manifestação dos efeitos da globalização ambiental sobre a Amazônia, tendo, como eixo, as redes transnacionais. Assim, abordam-se: relações transnacionais e redes, o nicho de atuação das ONGs, a eficácia das

ONGs, poder e influência, ONGs, ambientalismo, campo ambiental, sociedade civil e esfera pública.

## 2.2 RELAÇÕES TRANSNACIONAIS E REDES

As relações transnacionais, conforme referido no primeiro capítulo, se referem a interações regulares através de fronteiras nacionais quando, pelo menos, um ator é uma agente não estatal. Este tipo de relação tem se destacado na constituição e na eficácia de regimes internacionais em diversas áreas (HAAS, 1989; SIKKINK, 1993; PRINCEN e FINGER, 1994), bem como na constituição do regime global de biodiversidade (INOUE, 2007)<sup>28</sup>.

Para Risse-Kapen (1995), a eficácia ou não das coalizões transnacionais depende de dois fatores: da estrutura política doméstica e da posição do estado na estrutura internacional de distribuição do poder. A estrutura política doméstica se refere às características institucionais do estado (estrutura centralizada ou fragmentada), da sociedade (estrutura fraca ou forte) e das relações estabelecidas entre sociedade e estado (rede política consensual ou polarizada) de acordo com uma política específica (RISSE KAPEN, 1995, p. 20).

A posição do estado na estrutura internacional depende do grau de cooperação e de institucionalização das relações interestatais em uma área específica. De acordo com Risse-Kapen, os regimes e organizações internacionais são susceptíveis de aumentar a disponibilidade de canais que atores transnacionais podem usar para atingir os governos nacionais a fim de influenciar suas políticas (1995, p. 31).

As relações transnacionais em diversos casos ocorrem por meio de redes. Contribuições de referência para uma teoria das redes transnacionais se encontram em Keck e Sikkink (1998). Estas autoras abordam as relações transnacionais a partir das *transnational advocacy networks*, ou seja, a partir das redes que se articulam e se organizam transnacionalmente em função de uma causa ou proposição. Tais redes se sustentam pelo compartilhamento de valores comuns pelos atores envolvidos. Emergem da conexão entre pessoas que atuam com determinadas questões (direitos humanos, meio ambiente, povos indígenas). Os vínculos são propiciados por contextos pessoais, profissionais e organizacionais onde estes indivíduos se familiarizam, travam conhecimento, e compartilham

---

<sup>28</sup> De acordo com Inoue (2007), o “regime global de biodiversidade consiste no conjunto de elementos balizadores normativos e cognitivos ao redor dos quais interagem os atores, produzindo, do global ao local, decisões, ações e dinâmicas de trocas de recursos e de conhecimento sintonizadas com a Convenção sobre Diversidade Biológica”. (p. 97). A diferença dele em relação ao regime internacional consiste na “incorporação dos elementos cognitivos que pautam as decisões e ações relativas à biodiversidade, na ênfase na existência de múltiplos atores e interações, além das interestatais, e no reconhecimento do nível local como relevante na implementação de alguns regimes, como é o caso do da biodiversidade.” (p. 97)

preocupações.

Três condições concorrem para o surgimento das redes transnacionais deste tipo segundo essas autoras. Essas redes, em geral, se organizam em torno de questões onde os canais de comunicação entre os grupos domésticos e seus governos estão rompidos ou são ineficazes para resolver os conflitos; apresentam vantagens para os ativistas ou “empreendedores políticos” na expectativa de aumentar seu raio e sua capacidade de ação; e/ou quando conferências internacionais ou outros fóruns similares criam ambientes propícios à criação ou ao fortalecimento de redes de contatos já existentes, favorecendo o surgimento de redes transnacionais.

As *advocacy networks* não são uma novidade na história, no entanto, segundo Keck e Sikkink (1998) o número, o volume e o profissionalismo dessas redes, bem como sua densidade e complexidade possibilitam identificá-las como atores importantes na política internacional, atuando de forma transnacional.

As redes, de um modo geral, são, ao mesmo tempo, estruturas comunicativas e espaço político. Tornam-se um espaço de discursos, processos e negociações dos empreendimentos sociais, culturais e políticos conjuntos, voltadas à formação ou consolidação de uma comunidade política.

Os atores das redes transnacionais podem ser ONGs internacionais e domésticas; pesquisadores; organizações que trabalham diretamente com a questão - como grupos de defesa de direitos humanos; fundações; mídia; igrejas; associações comerciais; grupos que fazem parte de organizações intergovernamentais e de governos; intelectuais; movimentos sociais; entre outros.

De acordo com Sikkink (1993), a interconexão das organizações, ou seja, as redes transnacionais podem ser de três tipos. O primeiro ocorre informalmente por meio do fluxo de informações em uma densa rede de interconexões dos atores, por meio de intercâmbio de relatórios, chamadas telefônicas, e presença/frequência em conferências e encontros. (SIKKINK, 1993, p. 416<sup>29</sup>)

Há também conexões formalizadas, o segundo tipo, quando as ONGs possuem status consultivo oficial em organizações intergovernamentais. O terceiro tipo corresponde às interconexões das organizações pautadas pelo fluxo de fundos e serviços, “este é especialmente o caso de relações entre fundações e ONGs, mas algumas ONGs também podem prestar serviços como o treinamento de outras ONGs na rede” (SIKKINK, 1993, p. 417).

---

<sup>29</sup> Tradução livre.

As conexões entre a Fundação Moore e grandes ONGs e ONGs nacionais observados no capítulo 4 se enquadram no terceiro tipo apontado por Sikkink, interligando estas organizações por meio da concessão de subvenções e demonstram como este recurso tem capacidade de influenciar o campo ambiental e as políticas públicas ambientais. Entre as redes, podem-se identificar também as redes solidarísticas e as redes estratégicas, de acordo com Scherer-Warren (2003). As primeiras constituem o tecido social comunitário, são informais. As redes estratégicas são redes que compõem o tecido social associativista, podem ser formais ou informais.

As redes transnacionais, segundo Keck e Sikkink (1998), operam simultaneamente como agentes e estrutura, uma aproximação da teoria da ação na sociologia que enfatiza o caráter ativo e reflexivo da conduta humana. Nesta perspectiva, de acordo com Giddens (2009), na análise institucional, “as propriedades estruturais dos sistemas sociais só existem na medida em que formas de conduta social são cronicamente reproduzidas através do tempo e do espaço” (GIDDENS, 2009, p. XXIII). Na análise da conduta estratégica, “o foco incide sobre os modos como os atores sociais se apoiam nas propriedades estruturais para a constituição de relações sociais” (GIDDENS, 2009, p. 340).

De que modo as redes transnacionais interferem na política internacional? As redes transnacionais de defesa (*transnational advocacy networks*), segundo Keck e Sikkink (1999), participam simultaneamente na política doméstica e na política internacional. Procuram influenciar, persuadir os estados e as organizações interestatais a partir de táticas específicas, utilizando seus recursos, expressos em suas políticas: de informação, simbólica, de alavancagem e de política de responsabilização.

Os atores não estatais se tornam recursos alternativos de informação e a utilizam de modo estratégico buscando oferecer dados estatísticos e testemunhos em suas campanhas (política de informação). Utilizam-se de eventos simbólicos, articulando-os à questão em foco ou criando eventos simbólicos (política simbólica). Identificam atores, possíveis aliados, poderosos (atores privados, organizações internacionais, agências financiadoras de determinados projetos), mobilizando-os a partir de questões morais, valores, compromisso social (política de alavancagem). Investem na mudança de posições políticas dos Estados em relação ao tema de seu interesse, e, posteriormente, exigem a coerência de sua prática política com o discurso (política de responsabilização).

Observa-se, consoante as autoras, que a moeda mais importante das Redes Transnacionais é a informação:

Além de compartilhar informações, grupos em redes *criam categorias ou sistemas com os quais organizam e geram* informações nas quais baseiam suas campanhas. *A habilidade para gerar informação rapidamente e com precisão, e implantá-la efetivamente, é sua mais valiosa moeda corrente; é também central em suas identidades.* Os organizadores das campanhas devem estar certos de que indivíduos e organizações com acesso a informações necessárias estão incorporadas na rede (SIKKINK e KECK, 1999, p. 93. Tradução Livre. Grifo meu).

As autoras identificaram cinco tipos de estágios de influência das redes transnacionais na política internacional, quais sejam: influência na definição da agenda, por meio da inserção de uma questão nova, ou o destaque a uma questão específica a partir de um novo enquadramento; influência na posição discursiva de Estados e de organizações regionais e internacionais; influência em processos institucionais; influência na mudança política de “atores alvo” que podem ser Estados, organizações regionais e internacionais, ou atores privados; influência no comportamento dos Estados.

As campanhas voltadas a influenciar os Estados em função da violação ou o não reconhecimento de direitos funcionam de acordo com o padrão *boomerang*.

Quando os canais entre o estado e atores domésticos estão interrompidos, ONGs domésticas podem procurar aliados internacionais para que estas exerçam pressão externa. Este é o padrão boomerang de influência característico das relações transnacionais, onde as metas de suas atividades é mudar o comportamento dos estados. Isto é mais comum em campanhas de direitos humanos. Similarmente, campanhas de direitos indígenas e de meio ambiente referente a demandas de populações locais para a participação em projetos de desenvolvimento que podem afetá-los, frequentemente envolve este tipo de triangulação (SIKKINK e KECK, 1999, p. 93. Tradução livre).

Observa-se que, entre os atores não governamentais que atuam nas redes transnacionais, as ONGs desempenham uma função fundamental. Nas relações internacionais ambientais, tem se estruturado uma verdadeira diplomacia das ONGs, conforme demonstram Corell e Betsill (2008). Quais condições favoreceram a atuação desses atores na política internacional? E de onde provém a capacidade de influenciar efetivamente a política nesse nível e em nível global?

Tendo em vista tratar sobre estas questões, a seguir, aborda-se o conceito de ONG utilizado neste estudo e ressalta-se algumas das contribuições fornecidas por Princen *et al* (1994) em *Transnational linkages*<sup>30</sup> sobre o nicho e a eficácia da atuação dessas organizações. Estes autores analisam os quatro estudos de caso apresentados no livro

---

<sup>30</sup> In: Princen e Finger, 1994.

*Environmental NGOs in World Politics: linking the local and the global*, abordando as condições que em suas visões resultaram na construção de um conjunto de capacidades que permitiram a algumas ONGs ambientalistas a conversão destes recursos em influência política.

### **2.2.1 Organizações Não Governamentais - ONGs**

As ONGs são organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos e com finalidade pública que ganharam grande expressividade no mundo e, particularmente no Brasil, sobretudo desde a década de 1990. Neste estudo se faz referência às ONGs ambientalistas nacionais, internacionais e às grandes ONGs que se identificam como organizações globais. Estas instituições têm desempenhado um papel fundamental na formulação e implementação da política ambiental, atuam no terceiro setor, sendo este constituído por entidades privadas sem fins lucrativos, caráter que o distingue do Estado e do mercado, considerados primeiro e segundo setores.

A definição do que é uma ONG apresenta diversas implicações, como demonstrou Assumpção (1993). Neste contexto, parte-se da autoidentificação ou de uma definição operacional. De acordo com uma definição operacional de terceiro setor, elaborada por ocasião da pesquisa “Comparative Nonprofit Sector Project”, realizada com 40 países pela Universidade Johns Hoptkins, as organizações que o compõem se caracterizam por possuir alguma forma de institucionalização, são autoadministradas, privadas, sem distribuição de lucros entre sócios ou membros e adesão voluntária de indivíduos (FERRAREZI, 2007, p. 108).

Embora ONG seja uma denominação genérica criada em 1950 pelas Nações Unidas “para sintetizar um conjunto muito variado e heterogêneo de organizações internacionais não oriundas de acordos governamentais e atuantes no âmbito supranacional”, de acordo com Ferreira (1999, p. 43), foi popularizada apenas na década de 1990.

As organizações ambientalistas são aquelas que “tanto em seus discursos quanto em suas práticas, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento ente o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante” (CASTELLS, 1999: 143).

Deve-se destacar, conforme mencionado anteriormente, que as organizações não governamentais, como fundações e ONGs, têm sido reconhecidas como atores importantes tanto na política doméstica quanto internacional. As ONGs e as fundações se destacam entre

os atores que compõem as redes transnacionais, de acordo com Keck e Sikkink (1998). Em capítulo posterior, é possível demonstrar a importância dos recursos financeiros da Fundação Gordon e Betty Moore e as atividades desenvolvidas por grandes ONGs na bacia Amazônica, particularmente na Amazônia brasileira, para a estruturação da política governamental de conservação ambiental e para a atuação de ONGs nos níveis nacional e local.

A identidade das ONGs se refere à forma como elas se apresentam, o que dizem de si mesmas. Este tipo de abordagem se orienta pelas perspectivas de Touraine (2007) e Castells (1999), segundo os quais, os atores dos movimentos sociais (associações, ONGs, sindicatos etc) devem ser tipificados a partir da autoidentificação, pois o sentido da ação só pode ser compreendido partindo do sentido que os próprios atores lhe atribuem.

Uma das formas de autorreconhecimento como ambientalista já está expressa no próprio ato das ONGs se cadastrarem ou se inserirem na lista/banco de dados do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), da Associação Brasileira de ONGs (ABONG) ou no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNEA), conforme demonstrado no capítulo 5.

Tradicionalmente a identidade das ONGs é associada às vertentes do ambientalismo, principalmente às vertentes preservacionista e conservacionista. No Brasil o socioambientalismo aparece como uma categoria importante para a análise sobre as ONGs, uma vez que a maior parte dessas organizações assim se identifica.

## **2.2.2 O “Nicho” de Atuação das ONGs**

A política ambiental internacional possui características diferentes da política tradicional, desafiando o sistema político estatocêntrico. Conforme Princen *et al* “a crise ecológica global, a necessidade de uma nova política, e as especificidades da gestão científica desafiam a capacidade do sistema estatocêntrico tradicional, abrindo um nicho crítico na política mundial” (1994, p. 220<sup>31</sup>). Conforme Risse-Kappen (1995), os problemas relacionados a esta crise favoreceram a emergência de Regimes Internacionais, os quais possibilitaram a constituição de um espaço político específico, um ambiente político que se converteu em uma estrutura de oportunidade política para as ONGs.

Uma questão posta por Princen *et al* (1994) é a seguinte: a que se deve a eficácia das ONGs nesse espaço político? Nessa perspectiva, faz-se necessário verificar como se formou esse nicho e o que favoreceu a ascensão das ONGs à condição de atores políticos importantes

---

<sup>31</sup> Transnational linkages. In: PRINCEN e FINGER, 1994. Tradução Livre.

na política mundial de meio ambiente.

As conexões transnacionais das ONGs obtiveram espaço na política ambiental internacional em função de três razões, conforme Princen *et al* (1994). A primeira diz respeito aos limites da diplomacia tradicional devido à complexidade da crise ambiental, em cujo enfrentamento há a necessidade de conhecimento especializado. A segunda se relaciona ao caráter dos Estados, mobilizados pelas questões relacionadas à proteção do território e à promoção do desenvolvimento as quais subordinam as preocupações com o meio ambiente. Com isso os Estados tendem a negligenciar o cumprimento dos acordos ambientais. A terceira razão se refere à necessidade de consonância dos acordos internacionais com os interesses locais e a articulação desses com os globais para a resolução dos problemas, um papel de difícil atuação para os estados.

As ONGs, assim, ocuparam um “nicho” formado por um espaço aberto pela ação política dos Estados em função da crise ambiental e, concomitantemente, pelos limites dos estados em atuarem nessa área, visto que as questões ambientais transcendem os seus interesses imediatos. Elas, concentradas em uma área específica (a área ambiental), passaram a prover o ambiente político do conhecimento científico especializado e a proporcionar as conexões entre o local e o global.

### **2.2.3 A Eficácia das ONGs**

A eficácia das ONGs nesse nicho depende de uma complexa interação. De acordo com Princen *et al*, “as interações das ONGs no mundo da política ambiental podem ser vistas como a construção de relações em duas dimensões: uma dimensão que conecta o biofísico ao político e a outra que liga o local ao global” (2004, p. 221)<sup>32</sup>.

Segundo estes autores, as ONGs atuam tradicionalmente em uma área específica, com o foco em comunidades (local), em Conferências internacionais (global), no biofísico (pesquisa científica) ou no político (na política nacional). Não obstante a contribuição delas em cada um desses espaços, a priorização de um foco tende a limitar a visão desses atores. O foco em comunidades pode levar as ONGs a ignorarem as forças de mercado que podem contribuir para a pobreza e a deterioração ambiental em tais comunidades.

Do mesmo modo, as ONGs que se concentram na esfera global tendem a ignorar as aspirações e questões relacionadas às condições concretas vivenciadas pelas populações. As ONGs com foco na política nacional tendem a negligenciar a possibilidade de alianças

---

<sup>32</sup> Idem.

internacionais estratégicas. Por sua vez, as que centralizam suas atividades na pesquisa científica se inclinam a ignorar os canais de discussão política, sem converter tais conhecimentos em contribuição efetiva à política nacional ou global. Ou seja, a atuação específica de cada uma não consegue contribuir de modo eficaz para a política ambiental global.

A análise dos autores sobre quatro estudos de caso os levou a concluir que as ONGs que lograram maior eficácia foram as ambientalistas que conseguiram realizar as articulações entre o biofísico e o político, o local e o global. Esta articulação, no entanto, não foi realizada por uma ONG, mas o resultado da interação entre diversas ONGs.

De acordo com Princen *et al* (1994), os mecanismos de mudança implementados pelas ONGs podem ser apreendidos a partir da transformação institucional e da aprendizagem social. A transformação institucional se refere às alterações ocorridas nas organizações internacionais e nos regimes internacionais. Embora ocorra no plano da diplomacia tradicional e de normas internacionais, em muitos casos, essas alterações contaram com grande contribuição de ONGs. A aprendizagem social se refere ao conhecimento proveniente de experiências resultante das interações das ONGs com diversos atores (população local, agentes estatais, organizações internacionais e outros) em diversos espaços.

As ONGs têm contribuído para a aprendizagem social de três formas. A primeira por meio do enquadramento de questões ambientais, ajudando a estabelecer uma linguagem comum, propondo termos e conceitos. Em nível internacional, o conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) em 1980. A problemática do desenvolvimento em termos de equidade aparece pela primeira vez na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD).

A segunda forma consiste nas contribuições a transformações societárias por meio do desenvolvimento comunitário. Tais experiências envolvem organização comunitária local, o desenvolvimento de projetos concretos e a construção de coalizões em diversos níveis. Estas experiências se convertem em aprendizagem social. A terceira corresponde ao desenvolvimento de projetos que substituem a ação governamental e funcionam como projetos demonstrativos. Nessa perspectiva, as ONGs se convertem em agentes de aprendizagem social, de acordo com Princen *et al* (1994)<sup>33</sup>.

Segundo estes autores, a construção de uma efetiva articulação transnacional é o elemento principal para a contribuição das ONGs à transformação institucional e à

---

<sup>33</sup> Transnational linkages. In: Princen e Finger, 1994.

aprendizagem social. As coalizões são eficazes quando as realidades biofísicas são traduzidas em ação política e as necessidades locais são transferidas para a arena internacional de decisão política.

#### **2.2.4 Poder e Influência**

O poder dos movimentos sociais e das organizações não governamentais possui uma natureza diferente do poder do Estado. Este é o único que dispõe do monopólio legítimo da força física, conforme Weber (1982). Embora este não seja o único elemento mobilizado no seu exercício, o qual na maior parte do tempo busca legitimação por meio da produção do consenso.

Conforme Villa e Castro (2008):

[...] a existência da coação, condição necessária embora não suficiente do poder político, representa a diferença entre poder e influência: um ator tem poder de mando, em última instância, na medida em que controla a coerção física; quando carece desta, mas vale-se de meios consensuais para conseguir o objetivo de encontrar obediência nas vontades alheias, tem influência (VILLA e CASTRO, 2008, p. 205).

Durante muito tempo, as discussões sobre poder e influência nas relações internacionais concentraram-se nos Estados. Mais recentemente os estudos sobre a atuação das ONGs em âmbito internacional têm demonstrado o exercício de influência dessas organizações em negociações internacionais, bem como nas políticas domésticas.

Segundo Cox e Jacobson (Apud CORELL e BETSILL, 2008, p. 22), o poder pode ser definido como o agregado dos recursos políticos disponíveis para um ator, enquanto a influência corresponde à modificação da conduta de um ator por outro. Neste sentido, o poder (caso dos estados) ou a capacidade (caso das ONGs e movimentos sociais) não garante a influência.

Deve-se buscar compreender sob quais condições a capacidade de um ator resulta em influência. E isso se deve aos recursos disponíveis e à conversão deles em recursos políticos. Os recursos podem ser de natureza econômica, técnico-científica, associativa e/ou se basear na disseminação de informações. Esses recursos podem ou não ser convertidos em recursos políticos. Depende também da estrutura de oportunidade política. De acordo com Tarrow, estrutura de oportunidade política significa a identificação de sinais consistentes

mas não necessariamente formais, permanentes ou nacionais – para os atores sociais ou políticos que os encorajem ou desencorajem a utilizar seus recursos internos para organização de movimentos sociais [...] os tipos de sinais mais evidentes são quatro: a abertura de acesso ao poder, mudanças de alinhamentos, a disponibilidade de aliados influentes, e clivagens dentro e entre as elites (Apud KECK e SIKKINK, 1998, p. 8).

Existem aspectos relativamente estáveis, como a tradição e as instituições, bem como elementos mais inconstantes como política pública, discurso político e alinhamento das elites (MEYER, e STAGGENBORG, 1996, p. 1.632).

Além dos conceitos e contribuições anteriormente referidos, basilares nessa abordagem, os conceitos de ambientalismo, campo ambiental, sociedade civil e esfera pública são referidos nos capítulos, pois aparecem com recorrência em estudos sobre organizações não governamentais ambientalistas no plano doméstico e internacional (ASSUMPCÃO, 1993; VIEIRA, 2001; AQUINO, 2003; ZHOURI, 2001 e 2006; CASTELLS, 2005 e 2008) e são instrumentos importantes para a análise, de modo que passamos a abordá-los.

## **2.3 AMBIENTALISMO, CAMPO AMBIENTAL, SOCIEDADE CIVIL, ESFERA PÚBLICA**

### **2.3.1 Ambientanismos**

Um pré-requisito para a compreensão das influências externas sobre a política ambiental e sobre o movimento ambientalista no Brasil consiste em compreender as ideias que orientam o movimento ambientalista como um todo.

O movimento ambientalista não é uniforme, fundamentalmente quanto à relação homem/natureza. Little (2004)<sup>34</sup>, caracteriza suas diferentes vertentes em: preservacionismo, conservacionismo, tecnoambientalismo, ecologismo, socioambientalismo e globalismo.

O preservacionismo e o conservacionismo surgiram no século XIX nos Estados Unidos. No preservacionismo, a natureza é fonte de inspiração espiritual, em seu estado selvagem, além de possuir uma importância ambiental, científica e educacional. John Muir, (1838 a 1914) que contribuiu de modo expressivo para esta perspectiva, fundou a primeira organização ambiental norte-americana, o Sierra Club, em 1892, e colaborou para a criação de diversos parques naquele país<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> In: Sayago *et al* 2004

<sup>35</sup> Informações biográficas sobre o autor estão disponíveis em [http://www.sierraclub.org/john\\_muir\\_exhibit/bio/default.aspx](http://www.sierraclub.org/john_muir_exhibit/bio/default.aspx). Alguns artigos podem ser encontrados em [http://www.yosemite.ca.us/john\\_muir\\_writings/](http://www.yosemite.ca.us/john_muir_writings/).

De sua influência, surgiram as propostas de criação de área a serem preservadas na sua integralidade, áreas intocáveis por populações humanas (LITTLE, in SAYAGO *et al*, 2004; DIEGUES, 1996)<sup>36</sup>. No Brasil, inspirou a criação dos primeiros parques. Atualmente, este pensamento se concretiza nas áreas de proteção integral inseridas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação Ambiental.

Na análise de Little (2004)<sup>37</sup>, o conservacionismo e o socioambientalismo apresentam alguns elementos comuns no que concerne à inclusão de populações humanas na conservação ambiental. O primeiro surgiu na engenharia florestal, foi sintetizada por Gifford Pinchot (1865 a 1946). Suas ideias se tornaram importantes para as discussões posteriores envolvendo o ecodesenvolvimento, na década de 1970, e estiveram no centro da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo, conforme Diegues (1996).

Na tentativa de explorar os recursos naturais sem esgotá-los, os engenheiros florestais se aproximaram das sociedades indígenas e de suas práticas. Mais recentemente, além dos grupos indígenas, os conservacionistas incluíram as populações tradicionais.

De acordo com Little (2004)<sup>38</sup>, “o tecnoambientalismo surgiu no final do século XIX em resposta às péssimas condições ambientais encontradas nas cidades em processo de industrialização” (p. 333). Trata-se de remediar os impactos mediante a busca de respostas técnicas sem questionamento aos processos produtivos que os causaram.

Essa perspectiva se aproxima da ideia de ambientalismo de resultado utilizada por Zhouri (2006) para qualificar mudanças no ativismo ambientalista transnacional. Em sua visão, ele teria se desenvolvido, sobretudo desde a década de 80 do século passado. O conhecimento técnico, a eficiência na produção e o apelo à cooperação passam a dar a tônica na ação de grandes ONGs, que passam da crítica dos anos 1980 à apresentação de soluções ao comércio madeireiro<sup>39</sup>.

O ecologismo possui algumas variantes. De acordo com Diegues (1996), pode buscar uma consciência ecológica, aproximando-se mais de uma adoração ao mundo natural (ecologia profunda), uma concepção mais ampla da natureza e/ou buscar a afirmação de uma nova relação homem/natureza, uma nova aliança (ecologia social e ecossocialismo). Para

---

<sup>36</sup> A Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 instituiu este Sistema, segundo a qual as Unidades de Conservação de Proteção Integral são aquelas onde há a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.

<sup>37</sup> In: SAYAGO *et al*, 2004.

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Conforme Zhouri: “Nesse contexto é que as principais organizações não-governamentais (ONGs), entre elas o Greenpeace, O Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e a Amigos da Terra, associaram-se aos empresários do setor madeireiro para desenvolverem um esquema de certificação florestal” (2006, p. 141).

Little (2004)<sup>40</sup> o ecologismo, “busca mudanças radicais nas formas atuais de produção, chegando a questionar e atacar as ideologias produtivista e de mercado que fundamentam as economias nacionais e mundial” (p. 334).

O globalismo e o socioambientalismo são vertentes mais recentes. No globalismo, há uma preocupação com a situação ambiental da Terra, em escala planetária, enquanto o socioambientalismo defende a conservação ambiental a partir de alianças estratégicas entre setores do movimento ambientalista e grupos sociais, propõe processos participativos e a incorporação das populações locais na proposição e gestão de Unidades de Conservação Ambiental (SANTILLI, 2005; LITTLE, 2004; ALLEGRETTI, 2002).

O socioambientalismo é uma invenção brasileira, surgiu no final da década de 1980 “a partir de articulações políticas entre os movimentos sociais e o movimento ambientalista”. (SANTILLI, 2005, p. 31). Para Viola (1998), o socioambientalismo surgiu de movimentos sociais que passaram a incorporar a demanda ambiental.

Tanto nas políticas ambientais quanto no movimento ambientalista estas perspectivas, em alguns momentos, aparecem bem definidas, em outros se manifestam em um campo de lutas, em outros ainda aparecem combinadas, sendo difícil a identificação da perspectiva predominante em alguns casos.

### **2.3.2 Campo Ambiental, Sociedade Civil e Esfera Pública**

O conceito de campo ambiental tem sido utilizado por diversos autores no Brasil em análises sobre a conservação e os impactos ambientais, o movimento ambientalista nacional e transnacional (LANDIN, 1993; AQUINO, 2003; ZHOURI, 2006; ASSIS, 2008). Trata-se da aplicação do conceito de campo desenvolvidos por Pierre Bourdieu em sua análise da cultura e da política, onde são utilizados os conceitos de campo intelectual, campo religioso e campo político.

Em todos os casos, o campo corresponde a uma estrutura e a um agente, ambos marcados pelas relações de poder entre os grupos sociais que os compõem, de acordo com a posição que cada grupo ocupa no campo. Tal posição depende da distribuição do capital cultural e dos bens simbólicos entre os grupos, além do *habitus* que distingue os seus integrantes<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> In: SAYAGO *et al.*, 2004.

<sup>41</sup> O *habitus*, de acordo com Bourdieu (1999) corresponde a “um sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (p. 191).

Conservacionismo e preservacionismo compõem a gênese do movimento ambientalista e, por conseguinte, foram fundamentais à disseminação de ideias basilares na constituição do campo ambiental, introduzindo a problemática que se propunham a enfrentar. Os conceitos de conservação, preservação, ecologia, socioambiental, entre outros, podem ser exemplificados como forma de capital ou bens simbólicos. Os atores sociais que os defendem se encontram constantemente em disputa pela legitimidade no interior do ambientalismo.

O campo ambiental adquiriu sua autonomia no decurso da globalização do tema, em cujo processo o conhecimento científico passou a ocupar um lugar privilegiado por meio da produção de estudos e relatórios científicos, elaborados por comissões de especialistas.

Este campo é composto por organizações não governamentais ambientalistas de diversos níveis e capacidade de atuação, comunidades epistêmicas, movimentos sociais, movimentos indígenas, indivíduos, inclusive funcionários públicos e gestores estatais, entre outros. Ou seja, por todos aqueles que compartilham os princípios do ambientalismo. Assim, os níveis de inserção no campo, representação e defesa de suas ideias variam.

Pode-se dizer que os representantes orgânicos são aqueles que contribuem sistematicamente para a reprodução das ações/ideias. As ONGs e os movimentos ambientalistas que financiam e executam programas, projetos, realizam campanhas, monitoram atividades produtivas e intervenções estatais; as comunidades epistêmicas que produzem estudos voltados à conservação e/ou preservação de recursos naturais podem ser consideradas as elites do campo. Os recursos econômicos, capacidade técnica, conhecimento científico são desigualmente distribuídos entre estes atores.

Enquanto estrutura, este campo influencia os modos de vida, desde os hábitos individuais, como o consumo consciente; os movimentos e organizações sociais; o mercado, com as exigências em relação à produção limpa; as políticas estatais; à política internacional e global. Dada à dimensão do seu raio de ação, pode ser considerada uma estrutura estruturante da sociedade global e, por conseguinte, da sociedade em rede.

Concomitantemente à constituição do campo ambiental também se constituía uma esfera pública. As duas primeiras conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente, de 1972 e de 1992, foram emblemáticas quanto à influência do campo ambiental em nível internacional, tanto pela inserção da questão na agenda internacional quanto pela repercussão das discussões e dos resultados obtidos <sup>42</sup>. Além disso, estabeleceram um espaço e uma

---

<sup>42</sup> Em Estocolmo, foram aprovados a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, com 26 princípios e o Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano, com 109 recomendações, cujas consequências seriam: “a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (UNEP, em inglês); o estímulo à criação de órgãos nacionais dedicados à questão de meio ambiente em dezenas de países que ainda não os tinham; o fortalecimento das organizações não governamentais e a maior

situação de discussão pública sobre a temática ambiental propiciando a interação entre movimentos sociais, organizações não governamentais, governos e setores econômicos<sup>43</sup>, abrindo, com isso, um diálogo global. Conforme Castells (2008):

Embora sem muita eficácia em termos de concepção política, estas conferências foram essenciais na promoção de um diálogo global, de sensibilização da opinião pública e em fornecer a plataforma sobre a qual a sociedade civil mundial poderia passar à vanguarda do debate político (p. 90)<sup>44</sup>.

Ambos os eventos sintetizaram mudanças políticas que vinham se processando por meio de fóruns, produção de relatórios, documentos, construção de coalizões que as precederam. Ou seja, foram espaços construídos social, política e culturalmente. O evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) funcionou como uma forma de submissão das discussões dos estados ao crivo da sociedade civil, cuja voz não pode ser ignorada<sup>45</sup>.

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo em 2002, viria corroborar a ampliação da participação de organizações não governamentais. Em Estocolmo, o número de ONGs dos países em desenvolvimento não chegava a compor uma mesa de reunião, conforme relata Roberto Pereira Guimarães<sup>46</sup>. No Rio, na CNUMAD, a delegação brasileira contava com a participação de 8 ONGs. Em Joanesburgo, das 230 pessoas que compunham a delegação, 170 provinham dessas organizações.

O conceito de esfera pública nos permite uma aproximação da importância das conferências ambientais da ONU como uma forma de ação comunicativa na perspectiva da produção de consensos em nível global.

O conceito de esfera pública tal como é referido atualmente possui sua gênese na ideia de esfera pública burguesa referida por Habermas, na década de 1960, a respeito das

participação da sociedade civil nas questões ambientais” (LAGO, 2006, p. 48). Na Conferência de 1992 foram aprovados os seguintes documentos: a Agenda XXI, o Protocolo sobre as Florestas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre as Mudanças Climáticas Mundiais.

<sup>43</sup> Na Conferência de Estocolmo, os empresários procuraram influenciar os debates por meio do livro *Os limites do Crescimento*, elaborado por uma equipe do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, sua sigla em inglês) a pedido do Clube de Roma (associação formada por cientistas, empresários e estadistas). As posições do empresariado mudaram significativamente desde Estocolmo. Em 2002, o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, sigla em inglês) publicou o livro *Cumprindo o Prometido* e participou de forma mais efetiva e construtiva nas discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável, conforme Lago (2006, p. 111).

<sup>44</sup> Tradução Livre.

<sup>45</sup> O Fórum Global ocorreu paralelamente a CNUMAD, com 17 mil participantes. Foi também um momento onde a pressão por parte das ONGs e movimentos sociais alcançou níveis surpreendentes, evidenciando a crescente influência destes atores não estatais na política mundial.

<sup>46</sup> Apud Lago, 2006, p. 50.

mudanças estruturais pelas quais a esfera pública passou desde a idade média<sup>47</sup>.

De acordo com Vieira (2001), o conceito de esfera pública ocupa posição central na teoria habermasiana como arena de formação da vontade coletiva. Segundo Habermas “a esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (1984, p. 42). A esfera pública consistia, de acordo com Kellner (2000), nos espaços sociais onde as pessoas se reuniam para discutir seus assuntos comuns e se organizar contra as formas arbitrárias e opressivas de poder social e público. Desenvolveu-se desde o século XVII nos cafés, salões, teatros e clubes.

Na análise de Habermas assiste-se o declínio da esfera pública burguesa no final do século XIX quando poderosas corporações passam a controlar a mídia, e o Estado passa cada vez mais a intervir na vida privada. Isso contribuiu para a diminuição da esfera pública, os cidadãos passaram a ser, sobretudo, consumidores passivos, voltados aos interesses privados.

Posteriormente, a sociedade civil aparece nas preocupações de Habermas na teoria da ação comunicativa. De acordo com Kellner:

A partir do momento em que a teoria da ação comunicativa e o contraste entre o sistema e o mundo da vida se tornou central para seu projeto, a ênfase de Habermas tem sido a formação e a vontade política através do processo de "democracia deliberativa", concebido como um processo que leva sujeitos racionais e morais por meio da reflexão, argumentação e raciocínio público, a chegar a um consenso” (2000, p. 12. Tradução livre).

Em sua perspectiva de esfera pública ou espaço público “Habermas compartilha com a tradição chamada de republicana ou de virtude cívica essa ênfase na participação política e na ampla democratização dos processos de tomada de decisão” (VIEIRA, 2001, p. 59). É dessa forma que é retomada na teoria da ação comunicativa, onde aparece como o espaço em que este tipo de ação pode ocorrer, correspondendo a uma estrutura de oportunidades, pois tanto a cidadania quanto a sociedade civil são empiricamente contingentes, conforme acentua Vieira (2001). A diferenciação entre política governamental e política pública no plano doméstico a que se referem Allegretti (2002) e Little (2003) é um reflexo da constituição de uma esfera pública<sup>48</sup>.

Na década de 1990, foram realizadas pela ONU diversas conferências de grande importância para a humanidade, cujos temas variaram da condição das mulheres à

<sup>47</sup> A primeira publicação da Mudança Estrutural da Esfera Pública ocorreu no ano de 1961.

<sup>48</sup> A ideia de política pública é mais ampla que a de política governamental, pois não pode prescindir da participação da sociedade civil em sua elaboração e execução (Ver ALLEGRETTI, 2002, p. 463; LITTLE, 2003). Conforme Little, “o conceito de 'políticas públicas' ganha um novo sentido: o conjunto de decisões inter-relacionadas, definido por atores políticos, que tem como finalidade o ordenamento, a regulação e o controle do bem público” (2003, p. 18).

conservação ambiental. Na análise de Castells (2008), o maior efeito dessas conferências consistiu na constituição de um espaço de discussão pública.

Alguns autores consideram que o processo de globalização trouxe consigo a formação de uma sociedade civil global, mundial ou transnacional (ARATO, 1994; LEIS, 1999; VIEIRA, 2001; COHEN, 2003; IANNI, 2008; CASTELLS, 2008). De acordo com Cohen, “A ideia de uma sociedade civil mundial ou transnacional já se tornou a principal contribuição do século XXI ao debate sobre esse conceito” (COHEN, 2003, p. 419).

A sociedade civil continua sendo vista como essencial para a democracia, e o processo de democratização, no entanto o alvo da democratização e da integração, é a nova ordem mundial, conforme referido no capítulo 1, ou seja, a ordem global. Como se configura a sociedade civil em tempos de globalização e como se configura a esfera pública nesta nova ordem?

Estas questões têm sido o foco das preocupações do sociólogo espanhol Manuel Castells. O termo sociedade civil, de acordo com Castells (2008), “é um termo genérico que agrupa várias, díspares e frequentemente contraditórias e competitivas formas de organização e ação” (p. 53. Tradução livre). Em sua abordagem sobre a sociedade civil global, o autor distingue quatro tipos de organizações: a sociedade civil local, as ONGs, os movimentos sociais e o movimento de opinião pública.

A sociedade civil local defende os interesses locais ou setoriais, orienta-se por valores específicos contra ou além do processo político formal. Este tipo é formado por movimentos tradicionalmente presentes em nível nacional, como movimentos estudantis, de trabalhadores rurais, associações de moradores, entre outros.

O segundo tipo é formado pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) com um quadro global ou internacional de referência em suas ações e metas. Entre estas se encontram a Anistia Internacional, a Cruz Vermelha, o Greenpeace. Estas são organizações privadas que abordam problemas globais fora dos canais governamentais.

Os movimentos sociais que objetivam o controle social do processo de globalização correspondem ao terceiro tipo de organização. Estes movimentos constroem redes de ação e organização que induzem o movimento social global para a justiça global. Reunidos em torno de “um outro mundo é possível”, identificam-se mais como uma rede de oposição aos valores e interesses predominantes no processo de globalização que por uma ideologia única.

O quarto tipo de organização consiste no movimento de opinião pública. Caracteriza-se pelo intenso fluxo de informações em um sistema de mídia heterogêneo e pelo surgimento de mobilizações espontâneas a partir do uso de redes horizontais e autônomas de

comunicação. Na sociedade em rede, a esfera pública é organizada, sobretudo, com base nas redes virtuais de comunicação. O espaço de comunicação multimodal é o que constitui a nova esfera pública global.

Apesar dos avanços obtidos nesse plano no que concerne a uma maior porosidade às contribuições da sociedade civil, não se pode dizer que haja uma esfera pública no sentido proposto por Habermas, dada sua referência ao Estado Nacional e às condições anteriormente referidas.

Castells (2008) propõe o conceito de uma Esfera Pública Global, devido à existência de questões globais que transcendem as soberanias nacionais. Este conceito se aproxima dos estudos que trabalham com processos desencadeados por regimes internacionais, os quais propiciaram arranjos institucionais complexos configurando novos tipos de regimes, os regimes globais (INOUE, 2007; ABDALA, 2007).

Deve-se notar que a constituição do campo ambiental, a percepção do risco em função de possíveis catástrofes a pôr em risco a segurança dos países e da humanidade, e a constituição da Esfera Pública Global ocorreram paralelamente.

A autonomia do campo ambiental e a constituição de uma esfera pública em nível nacional, com a democratização do país; e global, com a realização das conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente, todo o processo que envolveu o adensamento dos atores sociais e políticos na discussão sobre meio ambiente logrou mudanças substanciais na política ambiental brasileira, favorecendo complexos arranjos institucionais, o ambientalismo transnacional e alterações no perfil dos atores sociais.

## Capítulo 3

# INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL, AMBIENTALISMO E AMAZÔNIA

### 3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, aborda-se a política ambiental federal, o ambientalismo e a Amazônia. A articulação entre esses temas nos permite vislumbrar o contexto que propiciou as articulações de ONGs e movimentos sociais - envolvidos com a temática ambiental com atuação na Amazônia, com fundações e ONGs internacionais, configurando *transnational advocacy networks* nessa área específica, ou seja, redes transnacionais em defesa do meio ambiente.

A aproximação do Estado se orienta pela abordagem de Risse-Kappen (1995). Este autor compreende o Estado ao mesmo tempo como estrutura e agente, o que permite vislumbrar suas mudanças no tempo e no espaço:

O Estado como uma estrutura de autoridade que engloba instituições políticas, rotinas organizacionais, procedimentos legais e normas que prescreve um comportamento apropriado, devem ser distinguidos dos governos e atores governamentais a tomar decisões, negociando tratados, e interagindo com a sociedade e outros governos (1995, p. 19. Tradução livre).

De acordo com Risse-Kappen (1995), são dois os fatores condicionantes das relações transnacionais e das coalizões. São eles a estrutura política doméstica e a posição do Estado na estrutura internacional de distribuição do poder.

A estrutura política do Brasil na área de meio ambiente pode ser compreendida a partir do processo de institucionalização da política ambiental e esta em estreita relação com a dimensão internacional que o tema tem alcançado desde década de 1970, por isso tomamos como marco de referência o início desta década, quando foi realizada a primeira conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente.

Assim, os momentos de constituição da política ambiental refletem as características do governo brasileiro, entre 1970 até 1985, sob um regime centralizado, sob controle militar. Desde o final da década de 1980 estrutura-se um governo democrático com maior espaço para a organização da sociedade civil, com o adensamento de movimentos sociais e organizações não governamentais.

Do ponto de vista da posição que o Estado ocupa na política internacional ambiental, dois fatores favorecem as relações transnacionais, o primeiro consiste no fato de o país ser megadiverso, o que conta como recurso político na atração de parcerias com governos e com organizações não governamentais. O segundo se relaciona ao grau de institucionalização internacional da política ambiental e a inserção do Brasil nesse processo.

A despeito das posições assumidas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (1972), a organização e a efetiva participação do país na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (1992) e nos acordos que dela resultaram o tornaram um ator importante, um dos líderes entre os países em desenvolvimento<sup>49</sup>. Destaca-se, desde 2005, uma ação mais pró-ativa do país na Convenção-Quadro de Mudanças Climáticas quanto à inserção da floresta “em pé” no regime do clima conforme aponta Carvalho (2010)<sup>50</sup>.

A institucionalização da política ambiental no Brasil teve grande influência de processos ocorridos no plano internacional. A publicação de documentos, as discussões e os acordos tiveram impacto profundo na política doméstica desde 1972, quando foi realizada a Conferência de Estocolmo.

Os efeitos da globalização ambiental e da constituição de uma esfera pública global<sup>51</sup> na política brasileira podem ser identificados pelo processo de institucionalização da política ambiental no país e nas mudanças que ocorreram a partir do final da década de 1980, sobretudo depois da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

A ideia de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a cooperação internacional, bem como a responsabilidade de cidadãos, comunidades, empresas e instituições, produto do envolvimento de diversos atores desde Estocolmo, perpassam as conferências mundiais de meio ambiente, e vão se imiscuindo paulatinamente na atuação dos diversos atores no Brasil.

Na década de 1990, o conceito de desenvolvimento sustentável e o consenso em torno

---

<sup>49</sup> Lago (2006) demonstra a importância da liderança assumida pelo Brasil desde a Conferência de Estocolmo como resistência à agenda dos países desenvolvidos. Não se poderia tratar de conservação sem levar em consideração o desenvolvimento, o que foi retomado nas articulações para a realização da CNUMAD, em 1992.

<sup>50</sup> A autora demonstra a evolução da posição do Brasil a partir de sua resistência à inserção de floresta “em pé” no Protocolo de Quioto, à proposta de criação do mercado voluntário de carbono, onde o Fundo Amazônia se insere.

<sup>51</sup> As conferências mundiais da ONU se tornaram canais de participação da sociedade civil, levando o debate da política internacional além do sistema de estados, isso contribuiu significativamente para a constituição de uma esfera pública global. O conceito de esfera pública é tratado de modo mais detalhado no capítulo 2.

dos riscos ambientais levaram diversos países à adoção de compromissos cujo maior impacto institucional consistiu na implantação de políticas nacionais, conselhos de meio ambiente e ministérios de meio ambiente. Nos países onde estes já existiam, a incorporação do conceito abriu um espaço amplo de discussões e a geração de oportunidades de apoio externo aos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Neste capítulo, aborda-se também o ambientalismo no Brasil, como elemento que compõe a estrutura política doméstica. Ressalta-se que as primeiras organizações ambientalistas foram criadas nos anos de 1950, tendo adquirido maior expressividade na década de 1970 com a crítica aos impactos da industrialização sobre o ambiente urbano. Muitos dos seus integrantes foram incorporados à burocracia estatal nos primeiros órgãos que lidavam com o meio ambiente.

O movimento pela democratização conferiu vigor aos movimentos sociais na década de 1980. Assim, o acirramento do debate em torno na questão ambiental aproximou diversas organizações dessa agenda, propiciou também a criação de novas organizações, alianças, redes. A profissionalização das ONGs pôs novas questões em debate.

Na década seguinte, o espaço constituído pela perspectiva do desenvolvimento sustentável favoreceu a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais, e de novos atores, como as ONGs ambientalistas. Estas com os movimentos sociais, desde então, desempenham um papel importante no cumprimento dos compromissos assumidos por ocasião da Conferência das Nações sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992.

No terceiro momento deste capítulo, aborda-se a Amazônia e as intervenções nos anos de 1990. Observa-se, desde então, que a região se tornou o foco de iniciativas visando ao zoneamento ambiental, ao desenvolvimento de grandes projetos ambientais na região, com a criação de um grande número de unidades de conservação ambiental, mas também um lugar visado para a expansão agropecuária, exploração madeireira e projetos de desenvolvimento e integração.

Para a elaboração desse capítulo, utilizou-se, como fonte de informação, as produções acadêmicas de universidades, institutos de pesquisa vinculados ao governo, relatórios governamentais, relatórios e levantamentos realizados por ONGs, notícias institucionais do governo, de jornais e notícias de sítios governamentais e de redes de informação ambiental.

### 3.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL

A institucionalização da política ambiental no Brasil se iniciou na vigência do regime militar com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA)<sup>52</sup>. Diversos órgãos que direta ou indiretamente lidavam com assuntos ambientais a precederam: o Banco Nacional de Habitação (BNH) (1964), o Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (1965), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (1967), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1970), o Conselho Nacional de Saneamento Básico (1965) e o Conselho Nacional de Poluição Ambiental, vinculado ao Ministério da Saúde (1967). Somente na década de 70 com a criação da Superintendência dos Recursos Naturais (SUPREN) e da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), houve uma centralização dos órgãos ambientais.

O ambiente que antecedeu a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) foi profundamente marcado pela posição brasileira na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, ocorrida em Estocolmo, em 1972. O país liderou os países latino-americanos, contrários à “obstrução do processo de desenvolvimento” e se opôs à salvaguarda da Amazônia, em nome da soberania nacional, pelo que foi hostilizado pelos participantes da Conferência. Destaca-se que a perspectiva conservacionista se impunha de modo significativo nesta Conferência, de acordo com Lago (2006).

A Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) foi criada em 1973 com o objetivo de atender a exigências de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, os quais, além de órgãos ambientais formais, exigiam relatórios de impacto ambiental para aprovação de empréstimos destinados a grandes obras públicas, conforme Ferreira (1992). Tais exigências faziam parte dos reflexos da Conferência de Estocolmo.

Um momento importante para desencadear o processo de implantação de órgãos estaduais de meio ambiente, nos anos 70 do século XX, ocorreu com o Decreto nº 76.389/75. O referido decreto relacionava as áreas críticas estabelecidas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento e determinava aos estados e municípios o estabelecimento de condições para o funcionamento de empresas, quanto à prevenção ou correção da poluição causada, no entanto o Decreto resguardava muitas prerrogativas à SEMA.

---

<sup>52</sup> O país havia se democratizado na segunda metade da década de 1940, na segunda onda de democratização (1942 e 1962), tendo sucumbido à segunda onda reversa (1958 a 1965) como a maioria dos países latino-americanos, de acordo com Huntington (1994). Tornou-se democrático apenas na década de 1980, a partir daí, houve um movimento geral em direção à democratização no processo de formação e implementação das políticas governamentais, assegurados pela constituição de 1988, com os conselhos e conferências.

Após a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), um outro importante momento na institucionalização correspondeu à criação da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente n.º 6.938/81. Destacando-se a exigência de Estudos de Impacto Ambiental e de Relatórios de Impacto Ambiental, a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), bem como o autofinanciamento da política ambiental.

No Início do governo de José Sarney (1985-1989), sob regime democrático, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) passa a ser subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, que substituiu o antigo Ministério do Interior. A partir das pressões internacionais, desencadeadas pelo relatório *Nosso Futuro Comum*<sup>53</sup>, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República constituiu uma Assessoria de Recursos Naturais e Meio Ambiente com acesso ao ministro, onde começaram as negociações com o Banco Mundial para o financiamento de um grande programa ambiental nacional.

Uma das condições impostas pelo Ministério das Relações Exteriores ao programa era de que não se introduzisse a temática Amazônica, considerada um tabu, uma questão de soberania nacional para os militares. Uma alteração só viria ocorrer, com a inclusão de um pequeno recurso para o fortalecimento dos órgãos ambientais estaduais, após as pressões nacionais e internacionais resultantes do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes (BRASIL, 1997, p. 11).

É interessante observar que a questão ambiental se notabilizara de modo significativo na década de 80, do século XX, em função dos efeitos de projetos governamentais para a região, financiados por agências multilaterais. Foi o caso da construção da BR-364; das reservas extrativistas, representadas pelo líder seringueiro Chico Mendes; das preocupações globais com o clima, com a biodiversidade entre outras.

A partir da notabilidade que ganharam estes fatos em função da mobilização resultante da coalizão de ambientalistas do Norte e do Sul (ZHOURI, 2006), e da pressão nacional e internacional para a adoção de políticas públicas para a região, o governo tomou uma série de medidas, dentre as quais, o lançamento do Programa Nossa Natureza (PNN), em abril de 1989.

A elaboração do Programa Nossa Natureza (PNN) contou com a participação de 6 grupos de trabalho interministeriais, caracterizando, conforme Ferreira (1992), a militarização

---

<sup>53</sup> O Relatório foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criada em 1983, presidida pela então Primeira-Ministra da Noruega, Gro Brundtland, publicado em 1987. A Comissão foi composta por 23 comissários de 22 países. Para a feitura do relatório, foram encomendados dezenas de estudos, consultadas milhares de pessoas e visitados diversos países, entre eles, o Brasil, de acordo com Lago (2006, p. 64).

da questão ambiental. A partir daí, a política ambiental para a Amazônia passou a ser oficialmente coordenada pelos militares, de acordo com a referida autora.

Entre as principais críticas ao Programa Nossa Natureza (PNN), conforme Becker (1989, 18), encontra-se: o tratamento autoritário e sigiloso dado ao programa, sem consulta prévia à comunidade científica brasileira e à população local, o seu caráter burocrático e a omissão da questão indígena. Seu principal mérito citado pela autora foi o de conseguir a liberação internacional de recursos para a proteção ambiental e sua disposição em contar com a colaboração dos governos estaduais.

Tais medidas de controle e repressão sobre as principais fontes de agressão à natureza concorreram para a redução dos índices de desmatamento a partir de 1988, o que, sob outro ponto de vista, ocorreu em função da recessão econômica, pois os fazendeiros não dispunham recursos para expandirem suas áreas.

Em janeiro de 1989, foi criado o Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a unificação de diversas instituições. À Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM) e ao Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis, ficaram os papéis de agir supletivamente nos estados, onde os órgãos ambientais não estivessem cumprindo devidamente suas funções, assim como agir na coordenação e homogeneização de procedimentos nos empreendimentos interestaduais.

No governo Sarney (1985 a 1989), também é criado o Conselho Superior de Meio Ambiente, que passou a ser o órgão superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) (Lei 7.797/89). O FNMA foi criado com o objetivo de fomentar projetos que visassem ao uso racional e sustentável dos recursos naturais, principalmente através de ONGs e de pequenos municípios (BRASIL, 1997, p. 13).

As medidas do governo de Fernando Collor de Melo (1990 a 1992) iniciam com a indicação do militante ambientalista José Antônio Lutzemberger para a Secretaria Especial de Meio Ambiente da Presidência da República, o que, na Avaliação do Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA, ocorrida em 1997, significou mais um entrave do que um incentivo às negociações internacionais que vinham se operando visto que aquele secretário era desfavorável à entrada de recursos estrangeiros para o financiamento de projetos na área ambiental.

O Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) foram de negociação lenta e difícil. Embora o PPG7 tenha sido aprovado em dezembro de 1991 e criado oficialmente em junho de 1992, no

governo Itamar Franco (1992 a 1994), começou a ser executado somente em 1995. O discurso do desenvolvimento sustentável contrastou com ações conservacionistas, direcionadas a problemas isolados.

Apesar disso, e da crise política desencadeada com o processo que levou ao *impeachment* presidencial; na década de 1990, têm-se grandes progressos quanto à política ambiental brasileira tendo contribuído para isso o ambiente favorável do período preparatório e a própria realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). O Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA), negociado desde 1987, é firmado com o Banco Mundial em dezembro de 1990.

No ano de 1992, é criado, pela Lei nº 8.490/92, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) com estrutura ampliada e autonomia orçamentária, mas que sofre uma perda do ponto de vista da articulação e integração com os demais setores, conforme o documento de avaliação do PNMA (BRASIL, 1997). Este é um desafio permanente nos órgãos executores da política ambiental em diversos níveis devido o caráter das questões ambientais que deveriam ser consideradas nas demais políticas.

O Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) resultou de uma série de influências: da situação política nacional, das demandas sociais, da cultura organizacional do estado brasileiro, das pressões e atuações de organismos internacionais. Sua execução envolveu desde os governos federal, estadual e municipal, ONGs (após a revisão do PNMA ocorrida em 1993), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial, a KfW/GTZ<sup>54</sup>, e se configurou como resultado dessas interações.

Como mencionado anteriormente, a década de 1990 dá um novo perfil à política ambiental. O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade compartilhada como condição de seu alcance consolidou o espaço para novos atores, como as ONGs ambientalistas e os movimentos sociais, os quais, desde então, desempenham um papel importante no desenvolvimento de iniciativas voltadas à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

A participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, fortaleceu o lugar ocupado pelo tema na política doméstica e externa. Desde os eventos preparatórios e dos documentos produzidos, a força da conferência já se impunha.

A criação da comissão de coordenação do PPG7 em junho de 1992, pelo governo

---

<sup>54</sup> KfW - o agente do governo federal alemão para as operações de cooperação financeira oficial entre a Alemanha e os países em desenvolvimento; GTZ - Agência de Cooperação Técnica Alemã, atualmente GIZ.

federal, exemplifica o caráter coercitivo do fórum e da mobilização em torno dele, suscitando demonstrações do comprometimento com o tema por parte do governo brasileiro. Quanto às ONGs, o evento significou o reconhecimento destes atores no espaço público nacional, processo que também ocorreu em nível global, conforme Leis (1999).

As ONGs novatas, as ecológicas ou ambientalistas, constituídas no cenário dos novos movimentos sociais, conforme Assumpção (1993), multiplicaram-se nos anos que antecederam a CNUMAD e foram as grandes responsáveis pela consolidação do campo de ação das ONGs. O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, sediado em Brasília, chegou a cadastrar em 1992, 1,5 mil instituições.

Ao contrário do que ocorrera no governo Collor, onde o tema ambiental se tornou um recurso político vigoroso, nos governos de Itamar Franco (1992-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a crise política e econômica herdadas pelo primeiro e a ênfase da agenda econômica para o segundo deixou o tema ambiental fora das prioridades, conforme aponta Viola (1998).

Logo no início do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal passou a denominar-se Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, alterando, por conseguinte, as suas atribuições. Os efeitos disso sobre o ministério em termos orçamentários pode ser exemplificado pelo valor correspondente ao Controle de Enchente e Recuperação de Vales e Cidades. Em 1996, os recursos destinados a esta finalidade representava 27,5% do valor do orçamento, em 1998 correspondia a 48,9%. (BARRETO FILHO, 2004, p. 333)

Do ponto de vista normativo, houve alguns avanços durante o governo de Cardoso, como a promulgação da Lei no. 9605/98 “Lei de Crimes Ambientais”, um projeto do executivo federal durante o governo Collor. Houve também a aprovação, em 2000, da Lei 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Os programas mais importantes deste governo foram aqueles que tinham apoio da cooperação internacional, resultantes de compromissos internacionais assumidos e em resposta à demanda internacional. Dentre os quais, o Programa de Execução Descentralizada (PED), o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA), o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA).

Ao final do primeiro mandato, houve um corte de orçamento para a área ambiental. O corte atingiu todas as áreas (educação, saúde, habitação) em função de compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional esta foi a área que sofreu maior impacto. Os

principais programas sofreram redução de 80% em seus orçamentos, de acordo com Barreto Filho (2004).

Havia grande expectativa de alguns setores sobre o governo Lula quanto à sua atuação na área ambiental, devido sua procedência do movimento sindical e proximidade com os movimentos sociais. A nomeação de ministros ou gestores de segundo escalão com um reconhecimento na área tem sido uma carta de uso comum entre os governos. Assim, foram José Lutzemberger, ministro no governo Collor, e Mary Allegretti, na Secretaria Coordenação da Amazônia no governo Cardoso. No governo Lula, a nomeação de Marina Silva demonstrou mais uma vez a utilização desse recurso<sup>55</sup>.

Os conflitos frequentes entre os ministérios em função de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da proposta de alteração do Código Florestal repuseram as contradições entre a promoção do desenvolvimento econômico e a conservação ambiental do próprio governo, e acirraram mobilizações e debates entre este e diversos atores, incluindo partidos, ambientalistas, associações científicas, índios, populações residentes em áreas afetadas por grandes empreendimento, ONGs e movimentos sociais.

A saída da ambientalista Marina Silva do governo, em 2008, tornou ainda mais evidente as contradições existentes no governo, as quais permaneceram até o final do governo, estendendo-se para o governo atual. O licenciamento ambiental de obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) continua como questões delicadas entre os ministérios.

Destaca-se que a influência externa tanto política quanto econômica foi significativa para a consolidação da política ambiental no Brasil. O avanço obtido com a criação da SEMA em 1973 é incomparável com a natureza das transformações ocorridas nas últimas décadas. O Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) bem como os dois programas de grande impacto para a Amazônia Brasileira, o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e o Programa Áreas Protegidas para a Amazônia (ARPA) tiveram o aporte de recursos internacionais expressivos.

O PPG7 foi o maior programa de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental de importância global, de acordo com o Ministério de Meio Ambiente<sup>56</sup>. O planejamento e a execução deste programa envolveram a parceria entre órgãos

---

<sup>55</sup> A ex-ministra é oriunda do Movimento Nacional dos Seringueiros, movimento social notabilizado pela luta em defesa da Amazônia, contra o desmatamento e em favor das Reservas Extrativistas como forma de desenvolvimento sustentável.

<sup>56</sup> Conforme informações disponíveis no sítio do Ministério, a primeira fase do programa correspondeu ao período de 1995 a 1999, quando houve uma avaliação. A segunda fase iniciou em 2003, com previsão de duração até 2010. Informações disponíveis em <http://www.mma.gov.br/ppg7/>. Acesso em 18.04.2011.

governamentais federais, estaduais e municipais, movimentos sociais, organizações ambientais e setor privado.

Seu objetivo consistia em conservar os recursos naturais e promover o desenvolvimento sustentável por meio da criação, validação e difusão de conhecimentos, da influência na formulação e implementação de políticas públicas e do apoio ao fortalecimento institucional tanto a instituições públicas quanto privadas e da sociedade civil<sup>57</sup>.

O Programa correspondeu a um experimento de governança florestal, conforme aponta Abdala (2007), envolvendo instituições internacionais e nacionais, multilaterais, governamentais, ONGs e movimentos sociais<sup>58</sup>. No âmbito nacional, a Comissão Brasileira de Coordenação Conjunta (CCB) incluía representantes de 8 ministérios, representante do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS) e dos governos dos estados da Amazônia Legal, Representante do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e da Rede de ONGs da Mata Atlântica.

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), do governo federal, foi lançado em 2002 com o objetivo de expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia, proteger 60 milhões de hectares, assegurar recursos financeiros para a gestão destas áreas em curto e em longo prazo e promover o desenvolvimento sustentável naquela região<sup>59</sup>. Previsto para ser desenvolvido em três fases, a primeira de 2002 a 2009, a segunda de 2010 a 2013 e a terceira de 2014 a 2016. Assim como o PPG7, é um programa que envolve um complexo arranjo institucional<sup>60</sup>.

Ressalta-se que em sua primeira fase (de 2002 a 2009), o ARPA possibilitou a

---

<sup>57</sup> Outros tipos de financiamentos externos também contem estes mesmos componentes, caso da Fundação Moore, que veremos em capítulo posterior.

<sup>58</sup> A cooperação multilateral compreendia o Banco Mundial responsável por administrar o Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais (RFT) cujos recursos provinham de doação dos países membros do G7, pela supervisão dos projetos financiados pelo fundo e pela Secretaria Executiva da Comissão de Coordenação dos Doadores (CCD); e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que administrava os recursos de vários dos projetos da carteira do Programa Piloto, promovia a coordenação com outros projetos relevantes de seu portfólio na área ambiental, e cooperava na articulação e coordenação de ações e resultados. Além destes algumas agências governamentais eram responsáveis pela cooperação bilateral como o Banco Alemão de Reconstrução (KfW), Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), o Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

<sup>59</sup> Conforme o sítio do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em

<http://www.programaarpa.org.br/pt/institucional/quem-somos.html>. Acesso em 18.04.2011.

<sup>60</sup> As instituições que o compõem compreendem o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), órgãos gestores de unidades de conservação de diversas esferas de governo e organizações da sociedade civil. Como doadores, inclui o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) por meio do Banco Mundial; o Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), e o Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU) alemães, por intermédio do Banco Alemão de Desenvolvimento – (KfW); o Fundo Amazônia, por meio do BNDES; a ONG Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil) e as empresas Natura e O Boticário.

ampliação da área destinada à conservação ambiental, em 13,2 milhões de hectares em área de proteção integral e 10,8 milhões de hectares em áreas de uso sustentável, além das metas previstas<sup>61</sup>.

Os acordos formais e a institucionalização que mantiveram tais programas suplantaram as diferenças entre os sucessivos governos, os termos dos acordos propiciaram a continuidade das atividades fortalecendo os governos em diversos níveis no que concerne à conservação ambiental e promovendo apoio à sociedade civil.

Identifica-se claramente a importância da institucionalização desses temas na política internacional como um fator decisivo no desencadeamento do PPG7 e ARPA e nos respectivos arranjos institucionais de sustentação. Elemento destacado por Risse-Kapen (1995) como facilitador das relações transnacionais.

Observa-se aqui como o cumprimento dos acordos internacionais, envolvendo as questões relacionadas à mudança do clima, à proteção da diversidade biológica e das florestas estão presentes e funcionam como indutores dessas iniciativas, uma vez que em ambas a redução das emissões de carbono, prevenção e controle do desmatamento, conservação de ecossistemas são resultados almejados. O fortalecimento institucional é outro componente desses programas.

Este tipo de arranjo, que envolve um conjunto de atores governamentais e não governamentais, corresponde às orientações contidas na Agenda 21. No capítulo 38, referente a arranjos institucionais internacionais, há referência à necessidade de compor arranjos formados por estados, instituições internacionais e também se refere à participação de atores da sociedade civil: “é importante a participação ininterrupta, ativa e eficaz das organizações não governamentais, da comunidade científica e do setor privado, assim como dos grupos e das comunidades locais” (SENADO FEDERAL, 2001, p. 556.)

Até o início dos anos 1990, a maior parte das ações de gestão ambiental na Amazônia eram executadas pelo Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) devido à falta de estrutura nos estados. O PPG7 e o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) favoreceram a criação e/ou estruturação de instituições governamentais estaduais de meio ambiente, ferramentas legais para a gestão ambiental, a composição de fundos ambientais e a criação de conselhos de meio ambiente, na Amazônia, a despeito das diferenças entre a composição e o funcionamento de tais mecanismos nos diversos estados conforme aponta

---

<sup>61</sup> Informações disponíveis em <http://www.programaarpa.org.br/pt/institucional/metas-a-resultados.html>. Acesso em 18 de abril de 2011.

Bursztyn *et al* (2004)<sup>62</sup>.

### 3.3 AMBIENTALISMO NO BRASIL

A estrutura política doméstica explica a variação nas respostas dos estados a pressões, constrangimentos e oportunidades internacionais similares. Tal estrutura não compreende só aspectos institucionais estatais e as características governamentais, mencionadas no item anterior, mas também a estrutura social, conforme Risse-Kappen (1995). Neste aspecto se abordam as organizações da sociedade civil, particularmente os movimentos sociais e ONGs ambientalistas a partir da constituição e transformações ocorridas no movimento ambientalista no país.

As primeiras organizações ambientalistas no Brasil surgiram na década de 1950. Até a década de 1970, os movimentos se orientaram para a crítica à degradação ambiental proveniente da atividade industrial. Entre as primeiras organizações, encontra-se a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural e a Associação Paulista de Proteção Natural.

A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), formada em 1958 no Rio de Janeiro, era constituída basicamente de engenheiros agrônomos e cientistas naturais e, até a década de 1970, atuava como um grupo de interesse. Alonso *et al* (2007) afirmam que “a trajetória de seus membros se confunde com a montagem da própria burocracia ambiental brasileira” (p. 155).

A Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), fundada em 1971, em alguns aspectos, tem um perfil similar ao da FBCN, principalmente quanto à sua constituição e incorporação de seus membros na burocracia. Suas estratégias como a realização de campanhas de conscientização, palestras, divulgação de informações, no entanto, aproximaram-na do movimento estudantil e da campanha pela redemocratização.

Em São Paulo, a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), fundada em 1976, nasceu de uma mobilização comunitária contra a construção de um aeroporto na região sudoeste da grande São Paulo. Desde o início, portanto, vinculava a conservação da natureza ao movimento social.

A criação de agências ambientais, concomitante à criação e o fortalecimento de algumas entidades ambientalistas depois da Conferência de Estocolmo estabeleceu uma

---

<sup>62</sup> In: SAYAGO *et al* (2004), no capítulo Aspectos legais e institucionais da gestão ambiental na Amazônia.

relação ao mesmo tempo de cooperação e de conflito entre estas instituições. As alianças decorreram do desenvolvimento de atividades para chamar a atenção sobre a temática. Os conflitos se manifestaram a partir das críticas das entidades ambientalistas às ações pouco eficazes, em suas visões, das instituições estatais, fundamentalmente no que concerne à punição de empresas poluidoras.

As entidades ambientalistas atuavam basicamente em torno de denúncia e da conscientização pública sobre a degradação ambiental, com enfoque sobretudo local. Só em poucos casos, havia uma dedicação a questões de escala mais regionais ou nacionais. O ideário norte-americano e europeu, questionador dos impactos negativos da civilização urbano-industrial influenciou fortemente o movimento brasileiro desta época.

Tais movimentos funcionavam nos limites que a ordem permitia, na medida em que a cassação aos direitos políticos, a tortura e a censura aos meios de comunicação de massa caracterizaram o governo militar, momento em que prevaleceu o binômio desenvolvimento econômico-segurança nacional conforme aponta Dalari (2000)<sup>63</sup>.

Esse contexto era desfavorável a coalizões fortes e eficazes dos movimentos sociais no nível doméstico dados os limites de constituição de uma esfera pública, relacionada a condições políticas específicas onde a informação e a liberdade de associação estejam presentes, ou seja, em um situação onde há democracia, com espaço para atuação da sociedade civil.

Nas décadas de 1970 e 1980, concomitantemente à luta pela redemocratização, houve um ciclo de protestos específico do movimento ambientalista. A campanha em defesa da Amazônia, em 1978; a campanha contra a utilização de energia nuclear, em 1980; o Adeus Sete Quedas, em 1982, marcaram momentos de coalizão do movimento. De acordo com Alonso *et al* (2007) as campanhas conjuntas indicam o estabelecimento de um campo ambiental, com liderança e agenda própria<sup>64</sup>.

O discurso desses movimentos não teve eco imediato na sociedade onde o desenvolvimento era o elemento aglutinador. Jacobi (2003) observa que o caso de Cubatão e sua repercussão na mídia na década de 1980, assim como as queimadas na Amazônia, estimularam mudanças nas visões predominantes, pois evidenciaram os efeitos da poluição e o impacto dos interesses econômicos sobre a vida da população.

Os agentes dos movimentos provinham em sua maioria da classe média, principalmente no Sul e Sudeste do país. Pessoas vinculadas a universidades, militantes de

---

<sup>63</sup> In: MOTA, Carlos Guilherme. (org), Viagem Incompleta, 2000.

<sup>64</sup> O conceito de campo tem referência em Bourdieu (1999; 2005), e é referido no capítulo 2.

partidos, setores profissionais e ativistas sociais compunham os participantes.

Na fase fundacional, havia pouca preocupação do movimento ambientalista com as dimensões socioeconômicas da crise ambiental e a justiça social. Esses temas e a equidade social passam a fazer parte das preocupações somente com o socioambientalismo, a partir da década de 1980.

Na década de 1980, o movimento ambientalista ganha expressividade na sociedade e na política brasileira, dando ensejo ao surgimento de novas ONGs ambientalistas. O número de ONGs foi crescente até a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), no entanto grande parte das organizações não se manteve. Consoante Jacobi (2003, p. 13), o Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas no Brasil entre 1991 e 1993, relacionou 1533 entidades. Em 1996, existiam apenas 985 entidades que se reconheciam como ambientalistas.

No final da década de 1980, uma parcela das ONGs brasileiras foi paulatinamente alterando o seu perfil. A profissionalização, a busca por financiamentos tendo em vista sua própria sustentabilidade, a dedicação a projetos concretos, a incorporação do desenvolvimento ao discurso e alianças com movimentos sociais e populações locais passaram a compor o perfil de algumas delas.

Por outro lado, organizações tradicionalmente dedicadas a questões indígenas ou sociais, mais profissionalizadas, passaram a incorporar a agenda ambiental ou se tornaram ONGs ambientalistas. O Instituto Socioambiental (ISA) ilustra esse tipo de mudança ocorrida. Oriunda do Centro de Documentação Indígena (CEDI) manteve-se no cenário político e é uma das principais ONGs que atuam no Brasil e, particularmente, na Amazônia brasileira.

O contexto que precedeu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), e as mobilizações durante o evento possibilitaram o fortalecimento do movimento ambientalista no Brasil (VIOLA, 1998; LANDIN, 1993). Afirma Viola (1998) que, às vésperas da realização do evento, “o Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais já tinha realizado sete encontros plenários nacionais e contava com a filiação de aproximadamente 1.200 organizações” (VIOLA, 1998, p. 11).

Os movimentos sociais no Brasil, de um modo geral, vinham experimentando um grande avanço no período por contarem com contextos favoráveis. A participação social cresceu expressivamente na época da Constituinte, “foi a experiência constituinte mais participativa na história do país” (COSTA, 2000, p. 254<sup>65</sup>).

---

<sup>65</sup> In: Mota, 2000.

Alonso *et al* (2007) argumentam que a redemocratização, a Assembleia Constituinte e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) criaram mudanças na estrutura de oportunidades políticas que favoreceram a mobilização coletiva. Estes momentos históricos tornaram as instituições mais permeáveis às reivindicações dos movimentos sociais e corresponderam a momentos de coalizões nos quais o movimento foi se consolidando a partir de conexões mais estáveis. Assim foi a luta em defesa da Amazônia e a mobilização contra a instalação de usina nuclear, momentos nos quais as alianças foram fundamentais.

A Constituinte exigiu uma maior organicidade. Formaram-se duas coalizões, uma favorável à organização de um partido com o meio ambiente, a outra tinha a estratégia de apoio a candidaturas de diferentes partidos. Em consequência, foi criado o Partido Verde em 1986, e surgiu a Coordenação Interestadual Ecológica para a Assembleia Constituinte (CIEC), a primeira tentativa de formalização de uma rede ambientalista nacional.

Na análise de Alonso *et al* (2007), a associação entre ONGs e movimentos sociais pareceu um mecanismo mais eficiente do que o partido na pressão sobre os constituintes para a incorporação do capítulo sobre meio ambiente. Além disso, “o poder simbólico da expertise técnico-científica que se tornou, daí por diante, sua maneira preferencial de legitimar reivindicações na arena política.” (p. 162)

A realização da CNUMAD, em 1992, criou novas oportunidades para o movimento ambientalista. Houve a tentativa de formação de duas coalizões, uma orientada pelos conservacionistas e a outra pelos socioambientalistas. A estratégia, no entanto, parecia não lograr êxito, devido às discussões que vinham se realizando em torno dos conceitos de desenvolvimento sustentável e biodiversidade.

Alonso *et al* (2007) consideram que houve uma convergência entre o conservacionismo e o socioambientalismo, possibilitada pelas ambiguidades do conceito de desenvolvimento sustentável que facultou a liberdade de interpretação e atuação por parte dos grupos.

O Fórum de ONGs brasileiras foi uma articulação importante desenvolvida pelas ONGs durante a preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Pensado inicialmente como uma etapa preparatória para o evento se tornou uma instituição aglutinadora mesmo depois da Conferência, passando a denominar-se Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS).

As redes se tornaram o principal mecanismo utilizado pelo movimento ambientalista.

A criação, das Redes Mata Atlântica (1992), Rede Cerrado de Ongs (1992), o Grupo de Trabalho Amazônico (1992) e de Educação Ambiental (2002) se converteram em experiências fundamentais que marcam a prática do movimento.

As redes funcionam como base logística de grandes campanhas temáticas; como meio de receber e gerir financiamentos governamentais e internacionais e como canal de *lobby* e pressão na formulação e implementação de políticas públicas nacionais (ALONSO *et al.*, 2007, p. 166).

Além das atividades desenvolvidas individualmente, as ONGs atuam em rede de modo a influenciar comunidades científicas, partidos, empresas, agências estatais em questões específicas, agências de financiamento e a opinião pública. Essa atuação compreende o nível local, a exemplo dos conselhos estaduais e municipais de meio ambiente, os quais representam um dos espaços de atuação e interferência dessas instituições e redes de instituições nas políticas públicas. Inclui também a conexão dos problemas e práticas manifestadas em nível local com os problemas globais de meio ambiente.

As ONGs e o movimento ambientalista como um todo, no Brasil, congregam uma variedade de organizações, com níveis variáveis de estrutura, profissionalização e interação em redes e alianças. Neste início do século XXI, as ONGs que lograram se profissionalizar foram as que também conseguiram financiamentos, a partir de parcerias com ONGs internacionais, governos, agências multilaterais e/ou empresas.

A situação atual das ONGs suscita algumas questões no Brasil. O grau de comprometimento das organizações com as agências financiadoras e com o governo em diversos níveis põe em questão a independência das organizações. A legitimidade é outro elemento destacado nas abordagens sobre as ONGs, sociedade civil e democracia. O que credencia as ONGs a representarem a sociedade civil em fóruns, comitês e conselhos ambientais?

Estas preocupações são discutidas pelas próprias ONGs no âmbito de suas associações, como na Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG).

E, conforme assinala Vieira:

As organizações do setor público não-estatal, tendo sempre como eixo principal de atuação o interesse público e a cidadania, passaram a realizar parcerias com o Estado, perdendo, algumas vezes, o caráter contestatório que as caracterizava na década de 1980, mas firmando-se no cenário sociopolítico como entidades independentes, cuja personalidade própria deve ser reconhecida” (VIEIRA, 2001, p. 81).

Não obstante a relevância destas questões, o monitoramento ambiental no Brasil

(desmatamento, conflitos socioambientais, impactos de grandes projetos) tem sido executado com a atuação decisiva de ONGs e movimentos ambientalistas.

As discussões em torno da regularização fundiária na Amazônia, dos impactos das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as denúncias quanto ao retrocesso da política ambiental através da proposição de alterações da legislação ambiental, dotam-lhes, inegavelmente, de reconhecimento enquanto atores políticos importantes no plano doméstico.

As organizações não governamentais e movimentos sociais passaram a ser incorporadas ou vistas como potenciais parceiros na formulação e execução das políticas públicas, desde a década de 1990, condição bastante diferenciada em relação à ocasião do ciclo de protesto do movimento ambientalista no Brasil.

Os programas Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) tem, na sociedade civil, um componente importante, uma vez que o fortalecimento institucional presente neles incluiu os movimentos sociais e ONGs.

A incorporação da sociedade civil se relaciona ao processo de democratização e da força que a sociedade civil vinha adquirindo em âmbito nacional, bem como em nível global, constituindo uma esfera pública global (CASTELLS, 2008). O processo de democratização favoreceu a criação de estruturas de governança em diversos níveis e em função de diversos temas.

A própria formulação do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) decorreu, em grande medida, da demanda de organizações não governamentais que solicitavam ação urgente em defesa da floresta Amazônica junto aos países do grupo dos 7 países mais ricos do mundo, conforme Bursztyn (2004)<sup>66</sup>.

Os movimentos sociais e as ONGs brasileiras têm contribuído sistematicamente para a formulação, consolidação e implementação das políticas ambientais no Brasil, a partir da mobilização de seus recursos, entre os quais as alianças e a composição de redes nacionais e transnacionais, atuação em instâncias governamentais participativas como conselhos das diversas esferas de governo e fóruns.

Algumas categorias de áreas protegidas como Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, emanaram desses atores, a primeira de uma coalizão de movimentos sociais e ambientalistas locais com ONGs internacionais, envolvendo o Conselho Nacional dos Seringueiros. A segunda foi uma proposta onde a comunidade epistêmica da

---

<sup>66</sup> In: Sayago *et al*, 2004.

biologia da conservação teve um papel primordial (INOUE, 2007). Em ambas, as redes transnacionais tiveram um papel fundamental.

A influência desses atores é destacada também em relação à composição de fundos para doação voltados ao financiamento da gestão ambiental. Em análise desenvolvida por Weiss (2001) sobre os fundos apoiados pelo Banco Mundial no Brasil, o autor conclui que, enquanto no exterior, tais fundos resultaram de mudanças estruturais de orientações internacionais, no Brasil, a reivindicações dos movimentos sociais teve um papel preponderante. Afirma que na Amazônia e no Brasil os fundos criados até este período resultaram mais de demandas e pressões dos movimentos sociais que das reformas estruturais (WEISS, 2001, p. 4).

Este processo, na análise do autor, foi propiciado pela interação entre a sociedade civil e o poder público ocorrida de diversas formas, a partir das condições adquiridas pela Constituição de 1988, com a instauração da “democracia deliberativa”. A consequente descentralização das decisões, com a instalação de conselhos, o estabelecimento dos orçamentos participativos e de parcerias se tornaram espaços privilegiados dessa interação.

É inegável a importância e a potencialidade desses canais de participação, neles, a elaboração e implementação das políticas ambientais se fundamentam em

em um processo social que envolve todos os atores sociais afetados por uma problemática ambiental determinada. Na medida em que os interesses desses variados grupos são divergentes, ou mesmo contraditórios, a meta comum de um meio ambiente sadio para todos teria de nortear os debates e as ações” (LITTLE, 2003, p. 18).

Nesta perspectiva, observa-se que estes canais de participação se aproximam da ideia de esfera pública de Habermas<sup>67</sup>, pois propiciam a interação entre os diversos atores, o debate sobre as políticas e a produção de decisões consensuadas que podem levar a novas agendas, à criação de políticas, ajustes nas existentes.

A despeito dos avanços obtidos, estes espaços (conselhos, fóruns, conferências) carecem de maior representatividade e efetividade, na medida em que muitas vezes se tornam meros espaços de legitimação de medidas decididas alhures (ZHOURI *et al*, 2005; LIMA, 2005; LITTLE, 2003).

Deve-se notar que os conselhos compõem o processo de democratização e este, embora engendre mudanças na cultura política, nas práticas sociais e nas formas de ação coletiva, consoante Vieira (2001), ainda tem um longo percurso para se instituir de fato em

---

<sup>67</sup> Conceito descrito no capítulo 2.

uma democracia deliberativa tanto devido à prática tradicionalmente centralizadora dos governos, quanto ao grau de organização e capacidade de participação orgânica dos representantes da sociedade civil.

### **3.4 AMAZÔNIA: POLÍTICA E QUESTÕES AMBIENTAIS**

A Amazônia compõe a agenda de preocupações internacionais e globais com o meio ambiente, uma questão incorporada pelos países que a compartilham. O modo e o tempo que cada país realizou esta incorporação são diferenciados e compatíveis com os contextos políticos e interesses de cada país.

De qualquer modo, desde a década de 1990, as iniciativas para a gestão ambiental da Amazônia passaram a ser implementadas de acordo com a estruturação de instituições nos diversos níveis do poder executivo, instituições de pesquisa e instrumentos de gestão, a elaboração e/ou implementação de zoneamentos ambientais e a criação de áreas protegidas.

Assim, nesta parte, o foco incide sobre os caminhos da política ambiental destinada a essa região pelo governo brasileiro. Identificam-se também alguns conflitos socioambientais pelos quais é possível perceber as disputas concretas que se passam na Amazônia.

#### **3.4.1 Amazônia Brasileira: Política e Questões Ambientais na Década de 1990**

O Brasil é o maior país da América do Sul e o mais amazônico, possui mais de 60% da Pan-Amazônia<sup>68</sup>, com uma sociodiversidade e biodiversidade reconhecidas e objeto de preocupação na região e no mundo. Na região, são encontrados dois biomas, o Cerrado e a Amazônia, com o predomínio do segundo que abrange cerca de 80% da região.

Quanto à sociodiversidade é a região do país com maior percentual de povos indígenas, são cerca de 170 povos falando 150 línguas. A biodiversidade inclui 1/3 do estoque genético planetário, cerca de 60.000 espécies de plantas, 2,5 milhões de artrópodes (insetos, aranhas, centopeias, etc.), 2000 espécies de peixes e 300 mamíferos<sup>69</sup>.

No período de 1960 a 1985, conforme assinala Becker, o governo federal implantou uma malha programada que constituiu um conjunto de programas e planos governamentais,

---

<sup>68</sup> A Pan-Amazônia ou Amazônia internacional compreende uma área compartilhada por 8 países (Brasil – 67,9%; Colômbia – 6,4%; Bolívia – 9,8%; Equador – 1,6%; Guiana – 2,9%; Peru – 8,8%; Suriname – 1,9% e Venezuela – 0,7%). Segundo o critério político administrativo, corresponde a uma superfície de 7.413.827 km<sup>2</sup>. Fonte: OTCA, 2008. p. 41.

<sup>69</sup> Estas informações têm como referência o Plano Amazônia Sustentável, 2008.

com controle técnico e político sobre regiões de fronteira,<sup>70</sup> em particular sobre a Amazônia, quando foram programadas redes de integração espacial: rodoviária, de telecomunicações, urbana, hidrelétrica e ferroviária.

A incorporação da questão ambiental nas ações voltadas para a Amazônia são relativamente recentes. O Plano de Desenvolvimento para a Amazônia para o período 1994/97 elaborado pela SUDAM, foi exemplar quanto a esta tendência. Nesta direção, o Plano visava mudar o perfil da estrutura produtiva regional, propunha-se também a tornar a região produtora e exportadora de produtos de alta tecnologia, com insumos bióticos, fármacos, variedades genéticas, cosméticos e produtos do extrativismo.

A década de 1990, de um modo geral, se orienta para a reestruturação das políticas para a Amazônia. A reestruturação seria, nesta perspectiva, instrumentalizada pelo Zoneamento Ecológico Econômico, o sistema regional de planejamento, a espacialização das políticas públicas nacionais, o fortalecimento do órgão de planejamento regional, a criação da lei de propriedade intelectual, regulamentação e controle da retirada de material de pesquisa da Amazônia e adoção de *royalties* sobre a exploração dos recursos florestais regionais (DESENVOLVIMENTO..., 1996, p. 25).

Essas medidas do governo federal configuraram a centralização do poder sobre os destinos da região apesar das medidas contidas na Constituição Federal de 1988 para promover a desconcentração do poder e fortalecer o federalismo brasileiro.

No que concerne às medidas ambientais, conforme informado anteriormente, a Amazônia praticamente não foi incluída no PNMA, dado o tabu que se tornara, por ser considerada questão de soberania nacional, de forma que as medidas para a região, conforme vimos anteriormente, foram episódicas na década de 1980.

Esta situação se altera significativamente nos anos de 1990 com a proposição de uma Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal (1995), com o início da execução do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e com a Agenda Amazônia 21.

A Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, elaborada e aprovada em 1995, como parte do Projeto Amazônico, foi uma das respostas às pressões internas e externas, envolvendo o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, nela, o desenvolvimento sustentável representa o ponto de interseção entre os diversos interesses.

Legitimada pela participação de diversos atores, dentre os quais o Fórum Permanente

---

<sup>70</sup> Segundo a autora dos governos autoritários instalados na América Latina, o governo instalado no Brasil, por ser de tipo burocrático, é um dos que melhor logrou ação e controle governamentais (1989, p. 29).

de Secretários de Planejamento e Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal e o Grupo de Trabalho Amazônico, em sua formulação, a política tinha o objetivo final de elevar a qualidade de vida das suas populações, mediante o crescimento econômico sustentável, o pleno aproveitamento das potencialidades naturais e culturais e internalização e melhor distribuição da riqueza, de acordo com Lourenço (1996).

O Projeto Amazônico visava substituir as políticas setoriais pulverizadas por uma “[...] Política Integrada em suas dimensões econômica, social e ambiental - incluindo a defesa da integridade territorial -, enquanto instrumento de regulação do processo de desenvolvimento sustentável da região” (BRASIL, 1995, p. 17).

O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) foi outro marco para a questão ambiental na Amazônia neste período. Conforme apontado anteriormente, este projeto foi viabilizado em função, por um lado, de pressões internacionais resultantes do aumento da taxa de desmatamento ocorridas na Amazônia na década de 1980, e por outro das pressões das ONGs e da dificuldade do G7 de chegar a um acordo sobre o controle das emissões dos gases que produzem o efeito estufa (Conf. *A Crítica*, 11 de julho de 1990, p. 6).

Neste ínterim, o compromisso de financiar um programa para a Amazônia acabou por se constituir na circunstância que propiciou o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, financiado pelo G7. A instituição formal do programa ocorreu em junho de 1992, no início da CNUMAD, pelo Decreto n.º 563 que criou a comissão de coordenação do projeto.

Desse modo, observou-se, no período, um grande avanço na política ambiental brasileira onde, contudo, prevaleciam contradições nas intervenções governamentais na Amazônia, fronteira concomitantemente de conservação ambiental, como reserva dos recursos naturais, e expansão da fronteira agrícola e da exploração mineral que temos observado nos últimos anos.

### **3.4.2 Política e Questões Ambientais no Século XXI**

O que seria a Amazônia brasileira hoje? Na argumentação de Becker (2004), não se trata mais de uma fronteira móvel, há uma nova feição, comparativamente à da década de 1970 quando a migração era induzida pelo governo federal, e quando os projetos econômicos estimulados por incentivos fiscais acompanhavam as estradas principais. A região atualmente possui um povoamento consolidado e uma estrutura produtiva própria. As frentes atuais são

comandadas por madeireiros, pecuaristas e sojeiros.

Estas aproximações com a região continuam em vigor, pois a Amazônia continua sendo uma fronteira agrícola do ponto de vista do agronegócio, cuja expansão tem um grande significado na pauta de exportação de grãos. No ano de 2004, o Brasil se tornou o maior exportador de soja, chegando a embarcar 44 milhões de toneladas de grãos.

Neste mesmo ano, a China se tornou o maior importador alcançando o patamar de 22 milhões de toneladas. Esses dois países, Brasil e China, tomam, respectivamente, o lugar ocupado pelo Japão e pelos Estados Unidos. Segundo Brown (2006), a área de cultivo de soja teve um aumento considerável desde a década de 1970. Passou de 1 milhão de hectares em 1970 para 24 milhões em 2004, sendo seu maior crescimento obtido após 1996<sup>71</sup>.

Apesar da baixa contribuição da região Norte para a produção de soja do país em termos relativos, tem havido a expansão do cultivo de soja na região. Até 1995, apenas os estados de Rondônia e Tocantins eram produtores de soja. Os demais estados foram paulatinamente sendo incorporados. Em 1996, o Amazonas, em 1997, o Pará, em 2004, Roraima, em 2006, o Acre. Em 2009 os maiores produtores da região eram os estados de Tocantins, Rondônia e Pará, com uma produção respectiva de 875, 43; 356,84 e 206,46 mil toneladas<sup>72</sup>.

Ressalta-se que uma das frentes de expansão do cultivo de soja situa-se na região do Cerrado, e vem paulatinamente avançando no sul do Amazonas pelo estado do Mato Grosso. Este estado, desde o final dos anos 70 do século XX, tem expandido significativamente a cultura de soja, tendo se tornado o maior produtor nacional do grão. Em 1990, sua produção estava em torno de 3 milhões de toneladas; sete anos depois, dobrou a produção. Na safra de 2007/2008, colheu 16, 3 milhões de toneladas de soja. Em 2011/2012, o estado deve colher 21,1 milhões de toneladas do grão, segundo o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária<sup>73</sup>.

Do ponto de vista da participação do país no comércio mundial, o Brasil é o país que tem maior possibilidade de expandir sua área de cultivo em direção ao Cerrado e à Amazônia. Cabe ressaltar que este processo implica investimentos em infraestrutura e que tanto a

---

<sup>71</sup> Na Amazônia boliviana, conforme Vargas Bonilla (2007) o crescimento da expansão da produção de soja também ocorreu. A área cultivada passou de 800 ha em 1971/2 para 150.000 ha em 1990/91. Em 2005/6 perfazia o total de 700.000 ha.

<sup>72</sup> Com base em informações disponíveis em [http://www.cisoja.com.br/downloads/p\\_brasil\\_e\\_estados27:\\_dados\\_de\\_producao\\_\\_250211.pdf](http://www.cisoja.com.br/downloads/p_brasil_e_estados27:_dados_de_producao__250211.pdf). Acesso em 20.06.11

<sup>73</sup> Notícia IMEA estima aumento da produção de soja e milho no Mato Grosso em 2011/2012. Disponível em <http://www.ourofino.com/noticias/mercado/2011/07/12/imea-estima-aumento-da-producao-de-soja-e-milho-no-mato-grosso-em-2011-2012.html>. Acesso em 30.07.11

expansão do cultivo quanto estes investimentos têm um grande impacto ambiental.

Um crescimento significativo também foi observado na pecuária. De acordo com o Plano Amazônia Sustentável (BRASIL, 2006), entre 1990 e 2004, o efetivo bovino passou de 1,1 milhão de cabeças para 3,5 milhões na macrorregião da Amazônia, o que implica o avanço de pastagens sobre áreas florestadas, com desmatamento e a perda de biodiversidade.

O dilema brasileiro entre conservação e desenvolvimento se manifesta fortemente neste contexto e contrapõe os interesses do agronegócio aos compromissos internacionais com a conservação das florestas tropicais, bem como aos interesses de populações tradicionais e indígenas.

A violação dos direitos comunais e o aumento de conflitos sociais no campo acompanham o processo de valorização das terras na Amazônia. De acordo com levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra, em 2009 foram registradas 528 ocorrências relacionadas a conflitos sociais no campo, de acordo com Almeida (2011)<sup>74</sup>. O problema do ponto de vista ambiental consiste na conservação dos recursos naturais e na manutenção da diversidade biológica dos ecossistemas amazônicos.

Na avaliação de Brown (2006), o próprio governo brasileiro induz a inserção da Amazônia em um tipo de desenvolvimento fortemente degradador do meio ambiente. O programa Avança Brasil, lançado em 1996, foi considerado por ele como o principal indutor, pois previa a abertura de áreas para atividades industriais, agrícolas, madeireiras e mineradoras de maneira a acelerar o desenvolvimento da economia brasileira.

Allegretti (2006) também destaca esta problemática. Em sua análise, o governo de Fernando Henrique Cardoso orientou suas ações na Amazônia a partir do conceito de Eixos de Integração e Desenvolvimento, associado à expansão do agronegócio. A agenda ambiental foi construída paralelamente e, apesar da realização de um Estudo de Avaliação e de Contribuições ao Desenvolvimento Sustentável sobre os Eixos, o tempo de elaboração do termo de referência e sua conclusão duraram mais que o previsto, assim, o estudo foi entregue ao governo no final do mandato do referido presidente que, de forma alguma, teria algum impacto efetivo sobre a implantação do programa.

No governo Lula (2003 a 2010), houve algumas tentativas de constituir um projeto para a Amazônia, sendo o Programa Amazônia Sustentável (PAS) exemplo deste esforço, no entanto, faltou uma definição estratégica nova para a Amazônia, prevalecendo a agenda das áreas econômicas do governo que imediatamente se impôs sobre a agenda ambiental.

---

<sup>74</sup> Em A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER e ALMEIDA, 2011.

A rigor, as mudanças de atitude do Estado e do setor privado quanto à inclusão da variável ambiental em seus empreendimentos ocorre lentamente. Costa (2003), referindo-se às formas como os mercados e os setores relevantes dos governos veem a variável ambiental, destaca três perspectivas. Uma que enfatiza sua contribuição ao aumento dos custos de produção, influenciando negativamente a competitividade.

Em uma segunda perspectiva, a variável ambiental é vista como mais uma barreira técnica, favorecendo, portanto, o protecionismo realizado pelos países desenvolvidos. Em uma terceira perspectiva, ela é compreendida como uma oportunidade de mudança tecnológica e de agregação de valor aos recursos naturais. Para o autor, essas visões concorrentes estão diluídas nos diferentes setores e influenciam as políticas e as intervenções econômicas, manifestando-se como contradições entre discursos e práticas.

No que se refere à conservação ambiental, a criação de unidades de conservação tem sido a forma mais utilizada para a conservação da biodiversidade no mundo e, conforme aponta Bensusan (2005), apresenta resultados positivos quanto à conservação. No Brasil, esta estratégia tem um lugar privilegiado na política ambiental.

Até o ano de 2004, haviam sido criadas 155 unidades de conservação federais na Amazônia, mas apenas uma pequena parcela dessas unidades haviam sido implementadas. Atualmente, são 310 unidades de conservação federal, das quais, 110 possuem plano de manejo e 196 possuem conselhos<sup>75</sup>. Desde o ano de 2003, conforme Jenkins e Joppa (2009), a maior expansão de áreas protegidas no mundo ocorreu no Brasil, em particular na Amazônia.

A criação das Unidades de Conservação, conforme Bensusan (2005), traz possibilidades e também conflitos. Os conflitos, em geral, resultam de criação de Unidades de Conservação sem a consulta à população e/ou sobrepostas a outras áreas protegidas. Há também o caso de criação de unidade de proteção integral em área onde existe população humana, gerando conflitos entre estas e os órgãos ambientais, a exemplo da criação do Parque Nacional do Jaú em 1980, no Amazonas, em local onde havia diversos agrupamentos populacionais.

Neste aspecto, Bensusan (2005) chama a atenção para uma visão irreal de área protegida, pois ainda prevalece a ideia de que, na Amazônia, existem áreas intocadas. A autora propõe a ideia de floresta cultural, apoiando-se em achados arqueológicos e informações históricas, defendendo a tese de que a floresta se manteve e se diversificou, entre outras razões, pela contribuição das populações humanas que a habitaram durante longo tempo,

---

<sup>75</sup> Informação disponível em <http://www.icmbio.gov.br/biodiversidade/unidades-de-conservacao/o-que-sao>. Acesso em 24.07.11

perspectiva na mesma direção apontada por Diegues (1996).

As oportunidades em função da criação de unidades de conservação correspondem a novas práticas, novos arranjos criados para geri-las e formas de desenvolvimento orientados para a sustentabilidade. Exemplos, no estado do Amazonas, são as experiências de manejo dos recursos naturais nas Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Anamã e no Parque Nacional do Jaú. A organização social das populações nessas áreas também é um elemento relevante; os movimentos sociais passam a atuar mais ativamente na gestão das unidades de conservação. Um dos problemas consiste no limitado alcance das alternativas.

Nos últimos anos, grandes mudanças ocorreram na Amazônia. O processo recente de ocupação e a expansão da fronteira agropecuária vêm ocasionando um forte impacto com o desflorestamento em extensas áreas. A urbanização também é um fenômeno destacado pelos estudiosos e institutos de pesquisa. No ano de 2007, a região contava com uma população de 23,55 milhões de habitantes.

Pode-se exemplificar os conflitos ambientais na Amazônia brasileira e as incoerências entre os programas de desenvolvimento e conservação ambiental a partir de projetos contidos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, que contempla obras previstas na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

A IIRSA é um mecanismo institucional de coordenação de ações intergovernamentais dos doze países sul-americanos com o objetivo de construir uma agenda comum para impulsionar projetos de integração de infraestrutura de transportes, energia e comunicações, visa à integração desses países à economia global, incluindo uma forte ação sobre a Amazônia<sup>76</sup>. Um dos pilares da IIRSA no Brasil consiste na construção das Hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio, no rio Madeira, na Amazônia brasileira, sobre as quais há controvertidas questões que envolvem as implicações ambientais e sociais.

Em março de 2009, diversas ONGs enviaram carta conjunta ao Banco Mundial solicitando o adiamento do financiamento de US\$ 1,3 bilhão para o BNDES, as ONGs solicitam uma consulta pública para subsidiar o planejamento de obras de infraestrutura e destacam a ausência de efetivo diagnóstico nos projetos implementados pelo BNDES quanto aos impactos ambientais e sociais. As obras previstas pelo financiamento referido destinam-se às hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, na Amazônia brasileira.

No mesmo ano, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o movimento ribeirinho denunciaram a forma de retirada dos moradores da região da Usina de Santo

---

<sup>76</sup> Informações disponíveis em [http://www.iirsa.org/Institucional\\_POR.asp?CodIdioma=POR](http://www.iirsa.org/Institucional_POR.asp?CodIdioma=POR). Acesso em 24.03.2009

Antônio, em Rondônia, afirmando que a queima de casas e a retirada violenta das famílias à que resistiram à desocupação estiveram entre os métodos utilizados pelo consórcio que está construindo a usina<sup>77</sup>.

Há também uma grande polêmica em torno da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, na bacia do rio Xingu. Desde o final da década de 1980, os movimentos indígenas e organizações ambientalistas questionam a viabilidade do empreendimento devido os seus impactos ambientais e socioculturais. As medidas contra a implantação do empreendimento, embora tenha licença ambiental, envolve o Ministério Público Federal (MPF) e a Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>78</sup>.

Observa-se que o Brasil, assim como outros países da América Latina, obteve um grande avanço na política ambiental. A constituição de diversos arranjos institucionais em nível internacional, como o que deu origem ao Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), as alianças entre movimentos sociais locais e ONGs internacionais favoreceram uma miríade de iniciativas na região, e a formulação de diversas políticas e se tornou foco da análise de inúmeros especialistas.

Este conjunto de iniciativas propiciou o fortalecimento institucional em todos os estados da Amazônia brasileira, onde foram criados: secretarias de meio ambiente, na maioria deles, sistema de áreas de proteção ambiental, conselhos de meio ambiente e um trabalho integrado entre o governo, ONGs ambientalistas e comunidades locais. O processo, no entanto, não ocorreu sem conflitos de interesses.

Debates em torno da temática da gestão, do conservacionismo *versus* o preservacionismo, questão indígena e desenvolvimento permearam e têm permeado todo este percurso. No período atual, porém, as ONGs e movimentos sociais apontam algumas incertezas quanto à continuidade dos avanços obtidos. Em junho de 2009, chegaram a elaborar um manifesto de ONGs e Movimentos Sociais sobre os retrocessos e os riscos a que está sendo submetida à legislação ambiental brasileira<sup>79</sup>.

Desde então, os debates em torno da proposta de alteração do Código Florestal têm mobilizado o conjunto da sociedade brasileira, são ONGs ambientalistas, movimentos sociais, associações científicas (particularmente a Academia Brasileira de Ciências - ABC e a

---

<sup>77</sup> Conforme a notícia *Movimento denuncia que retirada de moradores da região da Usina de Santo Antonio não está sendo pacífica*, de 20/07/2009.

<sup>78</sup> O MPF já impetrou 13 ações civis públicas solicitando a paralisação das obras, até agosto de 2011. O movimento Xingu Vivo encaminhou uma petição à Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Em abril de 2011 a Corte solicitou ao governo brasileiro a paralisação da obra.

<sup>79</sup> A “Nota Pública Contra o Desmonte da Política Ambiental Brasileira” foi assinado por 23 organizações. Disponível em <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/as-ongs-reagem>. Acesso em 05.06.2009.

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC), partidos políticos, a Confederação Nacional da Agricultura, pequenos produtores agrícolas e a mídia, entre outros. A pressão externa de ONGs, governos e organizações internacionais também têm se expressado de diversas formas.

As discussões se acirraram em 2010 e permanecem em 2011 devido à votação da proposta de alteração do Código Florestal na Câmara dos Deputados, quando os atores procuraram mobilizar o público em torno de seus argumentos, sobretudo por meio de informações veiculadas em eventos, campanhas, manifestos, relatórios, vídeos, ciberativismo<sup>80</sup>, entre outros recursos. Em momentos como esse, a sociedade brasileira tende a polarizar-se conforme aponta Alfaia Júnior (2008).

O desenvolvimento sustentável, na prática, exige um longo percurso e a compatibilização de interesses que até o momento parecem inconciliáveis (LIMA, 2005). A legislação ambiental, o combate ao desmatamento e a proteção das populações tradicionais têm sido recorrentemente objeto de diversas investidas por parte de projetos provenientes de setores da agropecuária, de mineradores, e governamentais de grande impacto, de modo que a conservação ambiental e o desenvolvimento permanecem como eixo de toda a problemática.

Nos últimos anos, as pressões nacionais e internacionais sobre o desmatamento na Amazônia se intensificaram. A ONG, Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia<sup>81</sup> (Imazon), mantém informações atualizadas sobre o desmatamento, através do Sistema de Alerta de Desmatamento, cujas informações servem como elementos que alimentam a pressão nacional e internacional.

De sua parte, o governo brasileiro faz o monitoramento cotidianamente os índices de desmatamento, por meio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Em agosto de 2009, foi inaugurado oficialmente o Centro de Regional da Amazônia (CRA), dentro da estrutura do INPE.

Outra iniciativa do governo nos últimos anos, com apoio decisivo de ONGs, consistiu na criação do Fundo Amazônia, em agosto de 2008. O Fundo, na verdade, “é fruto de um arranjo com a Noruega baseado numa proposta de ONGs brasileiras e norueguesas” de acordo com Carvalho (2010, p. 140)<sup>82</sup>. Sua finalidade consiste em captar doações com o objetivo

---

<sup>80</sup> O ciberativismo corresponde à utilização da Internet por movimentos politicamente motivados (VEGH, 2003, p.71. Apud RIGITANO, 2003, p. 3).

<sup>81</sup> A ONG foi criada em 1990, por pesquisadores, ao calor de debates sobre a conservação da Amazônia.

<sup>82</sup> O Instituto Socioambiental (ISA) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) que atuam na região tiveram um papel fundamental nesse processo. Desde 2003 um grupo de pesquisadores de ONGs e de cientistas começaram a fomentar a discussão em torno da inclusão do desmatamento nos mecanismos de mitigação nas COPs, entre os quais Márcio Santilli (ISA), Paulo Moutinho (IPAM), Daniel Nepstad

de “promover projetos para a prevenção e o combate ao desmatamento e também para a conservação e o uso sustentável das florestas no bioma amazônico”.

O Fundo é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e apoia, atualmente, doze projetos, que estão sendo desenvolvidos por cinco instituições governamentais e sete organizações não governamentais em vários estados da Amazônia.

Houve diversos questionamentos por parte de organizações não governamentais, da rede GTA e outras redes e movimentos sociais quanto aos critérios de acesso aos recursos do Fundo Amazônia, por privilegiarem organizações com grande capacidade operacional. Atualmente está em discussão proposta de edital tendo como público-alvo povos indígenas, comunidades tradicionais, assentados e agricultores familiares<sup>83</sup>.

### **3.4.3 O Estado do Amazonas, Desenvolvimento e Conservação Ambiental**

Como o estado do Amazonas se situa neste contexto? Deve-se considerar que cada estado amazônico se insere na problemática que envolve a região de modo diferenciado, de acordo com sua estrutura produtiva, a institucionalização de suas políticas ambientais e o nível de organização da sociedade civil. Destaca-se o estado do Amazonas, por ser a unidade política e territorial referencial neste estudo, escolhido como campo de observação das ONGs ambientalistas e das redes como será visto nos capítulos 4, 5 e 6.

A economia do estado se sustenta no Polo Industrial de Manaus (PIM) desde o final dos anos de 1960 do século XX, no modelo de Zona Franca. É considerado sustentável sob o ponto de vista ambiental, na medida em que não inclui matéria prima regional e em consequência não gera a pressão sobre os recursos naturais, convergindo para a sua conservação. Por outro lado, o modelo não propiciou a interiorização do desenvolvimento, concentrando seus efeitos na capital do estado e manteve-se um modelo dependente dos investimentos externos, à mercê da configuração econômica mundial, de acordo com Carvalho (2009) e Freitas Pinto (1992).

No âmbito das iniciativas governamentais, duas propostas apresentadas como complementares ou alternativas ao PIM se destacaram quanto à tentativa de desenvolvimento do econômico do estado, uma denominada de 3º. Ciclo de Desenvolvimento (1995 a 2002) e a

---

(WHRC), Steve Schwrtzman (EDF), Lisa Curran (Yale School of Forestry) e Carlos Nobre (CPTE/INPE) (CARVALHO, 2010, p. 186).

<sup>83</sup> Informações disponíveis em <http://deolhonofundoamazonia.ning.com/forum/topics/fundo-amazonia-prepara-selecao>. Acesso em 20.08.11.

outra Zona Franca Verde (início em 2003, ainda em vigência). O primeiro se propunha a desenvolver a agricultura do estado<sup>84</sup>, a segunda a desenvolver uma economia sustentável a partir das cadeias produtivas minerais, agropecuária, florestal e pesca<sup>85</sup>.

Até o momento, no entanto, o Polo Industrial de Manaus (PIM) continua como o sustentáculo econômico do estado, mantendo, inclusive a Zona Franca Verde. As principais agências de fomento sejam voltadas ao setor produtivo (Agência de Fomento do Amazonas), seja a ciência e tecnologia (Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas) têm sua fonte de recursos no PIM.

A institucionalização da política ambiental no Amazonas teve um marco importante em 1995, com a criação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). A estruturação do licenciamento ambiental, iniciativas de criação de unidades de conservação e os primeiros passos para a gestão dessas áreas ocorreram no Instituto. Em outros estados amazônicos, ocorreu o mesmo processo, concorrendo para uma reconfiguração política na área ambiental em toda a Amazônia brasileira.

Este processo faz parte dos reflexos da globalização ambiental na Amazônia. O Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI), vinculado ao Programa de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil PPG7 e o Projeto Corredores Ecológicos desenvolvidos no estado do Amazonas foram fundamentais para esse processo. Ambos os projetos tiveram apoio externo em função das oportunidades da agenda ambiental internacional e do significado dos países tropicais para a conservação do ambiente global.

Em 2003, a criação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) viria consolidar a estruturação da política ambiental, porém, a despeito do Programa Zona Franca Verde, das políticas e dos programas voltados para a conservação ambiental no Amazonas, os investimentos na área estão aquém das necessidades.

No ano de 2007 foi publicada a Análise Ambiental e de sustentabilidade do estado do Amazonas, realizada por uma comissão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), na qual se constatou que

---

<sup>84</sup> De acordo com Araújo e Paula (2009) o programa tinha o objetivo de “desenvolver economicamente o interior do estado, criando condições para que o homem do interior permanecesse produzindo gêneros agrícolas de grande importância para o abastecimento da capital e proporcionando a geração de emprego e renda”(p. 145).

<sup>85</sup> A Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) um dos órgãos que operacionaliza o programa tem seu foco em quatro ações: organização e dinamização de cadeias produtivas florestais, minerais, pesqueiras e agropecuárias; apoio à comercialização da produção agropecuária, pesqueira, florestal e mineral; apoio à organização de feiras e eventos; e fábrica do produtor – implementação de unidades de processamento sustentáveis. Informações disponíveis em <http://www.ads.am.gov.br/pagina.php?cod=41>. Acesso em 20.03.2011.

O Programa Zona Franca Verde, cuja missão é reverter o quadro socioambiental e promover o desenvolvimento sustentável do Estado de Amazonas, pode ser considerado como o instrumento mediante o qual a política ambiental da atual administração é canalizada. Ainda que sua orientação seja principalmente produtiva, faz-se clara menção ao uso sustentável. Dada a situação da população do interior, trata-se da abordagem mais adequada no contexto atual. Independentemente do acima exposto, o orçamento das instituições públicas estaduais mais diretamente ligadas à proteção ambiental é de cerca de 0,6% do orçamento público estadual, um índice claramente insuficiente (NAÇÕES UNIDAS, 2007, p. 24).

No ano de 2007, a SDS criou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) e a Política Estadual de Mudanças Climáticas, cuja institucionalização foi pioneira no país, assim como iniciativas de pagamento por serviços ambientais, casos do Programa Bolsa Floresta<sup>86</sup>. No ano seguinte, foi criado o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC). Atualmente, existem 41 unidades de conservação no estado, 32 de uso sustentável e 9 de proteção integral, distribuídas em cerca de 19 milhões de hectares. Além dessas, há 35 unidades de conservação federal, 26 de uso sustentável e 9 de proteção integral, com uma área total de 23 milhões de hectares<sup>87</sup>. Observa-se como as forças globais da conservação ambiental concorreram para o reconfiguração física da Amazônia, de acordo com Freitas e Silva (2000).

É importante destacar que recursos financeiros de organizações não governamentais como a Fundação Gordon e Betty Moore, mediados por grandes ONGs, foram fundamentais para a criação de unidades de conservação e a estruturação do CEUC conforme poderá ser visto nos capítulos 4 e 5. Isto ocorreu em função da carência de pessoal e do parco investimento do governo na área, assim como da utilização de UCs como instrumento de captação de recursos internacionais.

As unidades de conservação têm sido um dos mecanismos para frear o avanço da fronteira agropecuária e o desmatamento no sul do estado, que é um dos grandes problemas ambientais que se manifesta atualmente, de acordo com a Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas publicada em 2007<sup>88</sup>. Outros problemas se referem

<sup>86</sup> A Lei n.º 3.135 de 05 de junho de 2007 Instituiu a Política Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. O Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, foi criado pela Lei Complementar n.º 53 de 5 de junho de 2007. Em setembro de 2007, o governo criou o Programa Bolsa Floresta pelo Decreto n.º 26.958 de 04 de setembro de 2007.

<sup>87</sup> Com base na notícia *Unidades de Conservação no Amazonas: estratégia para a conservação da biodiversidade e Modelo de Desenvolvimento Sustentável*, publicada em 11/05/2011. Disponível em <http://www.sds.am.gov.br/index.php/noticias/34-destaque/403-unidades-de-conservacao-no-amazonas-estrategia-para-a-conservacao-da-biodiversidade-e-modelo-de-desenvolvimento-sustentavel.html>. Acesso em 20.05.11.

<sup>88</sup> Essa perspectiva orientou o apoio da Fundação Gordon e Betty Moore à criação e/ou implementação de unidades de conservação no estado do Amazonas, conforme Paul Elliott Little, administrador de programas da Iniciativa Andes-Amazônia. Entrevista em 25 de agosto de 2011.

à exploração madeireira e dos recursos pesqueiros, ao desmatamento e à instalação de projetos com grande grau de impacto ambiental, caso gasoduto Coari-Manaus, a construção e/ou pavimentação de estradas (BR 319, BR 317). A exploração mineral de silvinita e caulim deverá compor as preocupações futuras.

Iniciativas não governamentais orientadas e voltadas para o desenvolvimento sustentável se intensificaram no estado nas duas últimas décadas. Nos capítulos 4, 5 e 6 observa-se que a criação e o desenvolvimento de atividades de ONGs, Fundações e OSCIPs, o apoio de grandes ONGs, fundações, instituições internacionais, instituições multilaterais e unilaterais propiciaram a construção de redes e a execução de inúmeros projetos. Esse processo, além de contribuir para alterar a paisagem “natural/cultural”, alterou profundamente a paisagem social e política.

Observa-se que as iniciativas para a conservação ambiental no estado são acompanhadas por iniciativas de exploração dos recursos naturais, repondo constantemente o desafio de conciliar conservação e desenvolvimento.

### **3.5 CONSIDERAÇÕES**

A estrutura política doméstica, desde o fim do governo militar, sob a influência do destaque e da institucionalização internacional da política ambiental, tem favorecido as relações transnacionais.

A despeito das iniciativas de institucionalização da política ambiental, foi, nos anos de 1990, que o país experimentou um contexto favorável à sua estruturação. Os documentos sobre os riscos dos problemas ambientais para o mundo, respaldados nos avanços do conhecimento científico, a realização de fóruns mundiais de meio ambiente e a pressão de ONGs nacionais, internacionais, e movimentos sociais e os compromissos assumidos pelo estado propiciaram um clima prolífico.

O Ministério do Meio Ambiente foi criado em 1992 bem como o Sistema Nacional de Conservação Ambiental, contrastante com o período que precedeu esta década, caracterizado por uma gestão ambiental fragmentada. A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) constituiu-se no marco decisivo para essas mudanças.

Paralelamente, as ONGs ambientalistas passaram a desempenhar um papel cada vez mais destacado desde a década de 1990, convertendo-se em atores relevantes. As comunidades científicas e setores da classe média foram fundamentais desde o início do

movimento. A fase de protestos criou condições para a construção de alianças entre ONGs ambientalistas e movimentos sociais, emergindo daí importantes organizações como o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento (FBOMS).

Posteriormente as ONGs se profissionalizaram, passando à captação de recursos internacionais, empresariais e, em muitos casos, à condição de parceiras de governos. A perícia das organizações também acompanhou esse processo, de modo que muitas destas organizações desempenham um papel importante no monitoramento de políticas governamentais e de problemas ambientais, principalmente por meio de redes.

As conferências mundiais de meio ambiente e os compromissos deles oriundos, expressos pela assinatura de acordos compreendendo a mudança climática, a conservação da biodiversidade e de florestas, criaram estruturas internacionais fecundas para o desenvolvimento de programas envolvendo países desenvolvidos, países em desenvolvimento, organizações internacionais, atores governamentais e não governamentais. Para a Amazônia, os Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) foram essenciais para a institucionalização da proteção ambiental.

Tais arranjos contribuíram para uma mudança na estrutura política doméstica em diversos níveis com a criação de instituições (órgãos estaduais de meio ambiente), a criação e implementação de programas e projetos (ARPA, PPG7), a constituição de arranjos envolvendo diversos atores governamentais e o fortalecimento da sociedade civil. Até o momento, no entanto, muitos dos projetos dependem, sobretudo, de recursos financeiros externos, apesar dos mecanismos criados, como o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)<sup>89</sup>.

Na análise de Bursztyń (2004)<sup>90</sup>, a inexistência de um projeto nacional para a Amazônia, ou seja, a falta de autênticas respostas endógenas à problemática da região enseja o empreendimento de iniciativas exógenas, dentre as quais se encontram os projetos acima mencionados, e a atuação intensa de ONGs ambientalistas dos países do hemisfério norte e de grupos religiosos missionários.

Conforme Princen *et al* (2004), ao priorizarem a proteção do território e a promoção

---

<sup>89</sup> O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) foi criado em 1996. É uma associação civil sem fins lucrativos que trabalha para conservar a diversidade biológica. Seu recurso inicial contou com uma doação de US\$ 20 milhões do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (em inglês Global Environment Facility - GEF) para complementar as ações governamentais, em consonância com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), de âmbito mundial, e o Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio). Informações disponíveis em <http://www.funbio.org.br/>. Acesso em 09.07.11.

<sup>90</sup> In: Sayago *et al*, 2004.

do desenvolvimento, muitos estados negligenciam as preocupações com o meio ambiente. É, neste espaço, que têm lugar as relações transnacionais e onde há condições para a eficácia desse tipo de atuação, devido à ausência ou insuficiência da estrutura estatal para atuar na área, às possibilidades abertas pela política internacional de meio ambiente, bem como pelo ativismo ambiental que conjuga esforços de organizações domésticas e organizações com atuação internacional.

Quais os possíveis impactos destes programas/projetos para a Amazônia? Qual o tipo de ambientalismo orienta suas ações? O volume de unidades de conservação criadas, terras indígenas demarcadas e pesquisas realizadas são indicadores da densidade de interações entre atores governamentais de diversas instituições, não governamentais e populações amazônicas indígenas e não indígenas.

Na análise de Little (2004)<sup>91</sup>, o PPG7 é orientado pelo tecnoambientalismo. Nesta vertente do ambientalismo, o gerenciamento do meio natural ocorre a partir de programas e políticas públicas. Conforme este autor, o projetismo compõe essa tendência, com a “compartimentação de ações humanas em pequenas parcelas de tempo” (p. 333).

Desse modo se mantém um permanente monitoramento e controle das ações, por meio de metodologias especializadas, que correspondem a sistemas peritos<sup>92</sup>. Agências especializadas no acompanhamento de projetos como a Agência de Cooperação Alemã (GIZ), exemplificam este tipo de sistema.<sup>93</sup> Assim, uma cultura organizacional específica tende a se impor nesse processo.

Deve-se destacar que a tipificação das vertentes do ambientalismo, referidas no capítulo 2, no caso da política ambiental e dos programas, vale como orientadora na identificação das ideias que norteiam as ações e metas dos programas visto que a configuração da política ambiental no Brasil não é destituída da relação de forças entre as diversas vertentes, mas o resultado de interações e de embates entre atores nacionais e internacionais, governos, organizações não governamentais e movimentos sociais os quais mobilizaram e mobilizam seus recursos nesse processo. A inserção do componente sociedade civil, por exemplo, foi alcançada mediante pressão política das ONGs e movimentos sociais

---

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> De acordo com Giddens (1991), os sistemas peritos se referem a “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. (p.35)

<sup>93</sup> Conforme Valente (2007), a GTZ faz parte do grupo de agências de cooperação que procura influenciar os países onde atuam de forma “pedagógica”, sem uma coerção explícita. A autora argumenta que, “No Brasil, a GTZ produz uma tecnologia de gestão e governo baseada em saberes específicos para administrar, monitorar, avaliar e planejar projetos, visando planejar “políticas” com legitimidade e exclusividade isto é, planos e ações de governo por meio dos quais o próprio Estado, em certo plano, corporifica-se” (2007, p. 31).

nacionais.

Desse modo, observa-se que as atividades previstas nos Programas PPG-7 e ARPA contemplam tanto a criação de áreas de conservação de proteção integral (preservacionismo), o uso sustentável de recursos naturais, apoio a sistemas de manejo florestal com a participação de atores locais (conservacionismo), bem com o fortalecimento de organizações da sociedade civil (socioambientalismo).

Do ponto de vista institucional, a criação de órgãos ambientais estaduais e conselhos de meio ambiente nos estados da Amazônia ocorreu, sobretudo, no escopo desses programas e projetos, conforme se observa no caso do estado do Amazonas. Quanto ao impacto sobre os modos de vida das populações houve um crescimento do controle sobre o uso dos recursos naturais. Em alguns casos, isso oportunizou a construção de formas de manejo comunitário, em outros, levou a conflitos envolvendo grupos sociais, comunidades e instituições governamentais, ou ambos os processos. O desenvolvimento de projetos específicos, como o Pro-Várzea, propiciaram uma aproximação com os problemas ambientais concretos vivenciados pelas populações.

Na última década, especialistas que atuam em política ambiental e ativistas do movimento ambientalista expressam grande preocupação com a área em função do recrudescimento dos logros obtidos com respeito à conservação ambiental na década anterior, situação observada também em outros países da América do Sul. As possíveis mudanças na legislação ambiental brasileira traçam um quadro onde estão refletidos os conflitos entre os grupos de interesse e as relações deles com o executivo.

Setores importantes da economia, principalmente vinculados à exploração de recursos minerais, ao agronegócio e à infraestrutura, de um lado, e de outros movimentos sociais, ONGs ambientalistas, traçam um quadro no qual o governo aparece como ator de ação contraditória, agindo ora em uma direção, ora em outra. Esta questão está mais clara no que se refere aos fatos recentes no Brasil.

Atualmente, os debates em torno das mudanças climáticas têm gerado uma nova estrutura de oportunidades políticas em nível nacional e internacional para as ONGs que atuam na Amazônia com a discussão em torno da redução das emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD), bem como para o governo brasileiro. A criação do Fundo Amazônia enseja um novo ciclo de projetos para a região.

## Capítulo 4

### RELAÇÕES TRANSNACIONAIS, AMAZÔNIA E FUNDAÇÃO MOORE

#### 4.1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, viram-se alguns aspectos da estrutura política doméstica no que concerne à institucionalização da política ambiental nacional, ao movimento ambientalista e como a Amazônia se insere neste plano, envolvida concomitantemente como espaço de conservação ambiental e de expansão agrícola. Viu-se ainda a influência da institucionalização da política ambiental em nível internacional nesses processos, com os quais interage.

A crise ambiental global que propiciou uma política internacional de meio ambiente também logrou o desenvolvimento de instituições internacionais e de canais de participação cuja natureza transcende as relações interestatais, levando à constituição de uma esfera pública global (CASTELLS, 2008). A participação crescente de atores da sociedade civil nesses canais, por sua vez, deu ensejo à constituição de uma sociedade civil global (COHEN, 2003).

No âmbito governamental, programas e projetos com complexos arranjos institucionais que incluem a participação de governos, agências multilaterais, instituições internacionais, ONGs locais, nacionais e internacionais passaram a ser desenvolvidos na Amazônia. Multiplicaram-se iniciativas para a conservação e/ou preservação ambiental na Amazônia internacional e na Amazônia brasileira, mediante o apoio ao desenvolvimento de projetos ou à implementação direta, viabilizando projetos com diversos níveis de atuação (internacional, nacional e local), com distintos focos (pesquisa, desenvolvimento de novas práticas de manejo de recursos naturais, conservação por meio da manutenção de culturas tradicionais e indígenas, entre outros) e arranjos institucionais. As relações transnacionais ocupam um lugar privilegiado, onde as ONGs ambientalistas encontraram um grande espaço de atuação política.

Alguns atores políticos não governamentais internacionais têm tido uma atuação decisiva na implementação de medidas para a conservação da biodiversidade, das florestas e medidas visando à minimização dos efeitos das mudanças climáticas na Amazônia. Neste

cenário se inclui a Fundação Gordon e Betty Moore. Trata-se de uma organização com atuação em diversos países que não se identifica como uma ONG, mas como uma fundação, ou seja, como uma organização filantrópica<sup>94</sup>.

Embora a Fundação Moore não deva ser caracterizada como uma ONG ambientalista, devido ao seu papel de intermediária, doadora, pode-se aplicar a ela, como ator social e político do campo ambiental, algumas análises pertinentes às grandes ONGs. O “poder de barganha das ONGs não é construído pelo poder tradicional do território e dos exércitos. Algumas ONGs podem, contudo, exercer influência econômica suficiente para mudar os governos ou o comportamento de outras ONGs” (PRINCEN *et al*, 1994, p. 34).<sup>95</sup>

Deste modo, devido a sua importância no campo ambiental a trataremos neste capítulo como uma organização não governamental intermediária, na medida em que as diretrizes de sua atuação na área ambiental demonstram sua participação orgânica no campo, contribuindo para a aprendizagem social e a mudança institucional no plano nacional e internacional. De fato, do ponto de vista da teoria das redes transnacionais proposta por Keck e Sikkink (1998), a Fundação Moore é um ator típico.

A escolha dessa organização como objeto de análise deveu-se à disponibilidade de informações constantes em seu sítio quanto às organizações e projetos apoiados, ao montante de recursos destinados aos projetos e a região amazônica, e à relevância das ONGs apoiadas pela Fundação. Em 2006, os recursos da Fundação para a Amazônia, desde 2001, representavam ¼ do montante total de recursos destinados à região por organizações não governamentais<sup>96</sup>. Deve-se destacar, no entanto, que a Fundação Moore é apenas uma entre diversas instituições que financiam as ONGs ambientalistas que atuam no Amazonas em projetos voltados para a conservação ambiental, conforme se pode verificar no Anexo 8.

Neste capítulo, pretende-se identificar o volume de recursos financeiros, seus destinatários e os possíveis impactos sobre a organização social e política na Amazônia, bem como identificar a rede ou redes que se organizam a partir da subvenção concedida pela Fundação Moore e fazer uma aproximação do fluxo de ideias que as sustentam. A rede está aqui identificada como rede de financiamento e parcerias estratégicas, entendendo-se o

---

<sup>94</sup> Em contraste com as ONGs, “as entidades fundacionais não se formam pela associação de pessoas físicas, elas nascem em virtude da dotação de um patrimônio inicial, o qual servirá para prestar serviços de interesse coletivo ou social”, de acordo com informações disponíveis em [http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/Interna.aspx?campo=3773&secao\\_id=406](http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/Interna.aspx?campo=3773&secao_id=406). Acesso em 10.09.11.

<sup>95</sup> In: Princen e Finger, 1994. Tradução livre.

<sup>96</sup> De acordo com *Who pays for Amazon rainforest conservation?*, publicado no sítio mongabay.com.

recurso financeiro concedido como fio que vincula as instituições/organizações, contribuindo para a concretização das ideias compartilhadas pelos atores envolvidos, convertendo-as em recurso político.

Parte-se da hipótese de que é o compartilhamento de determinadas ideias que propiciam a disponibilidade dos recursos financeiros, orientam sua distribuição e com ele o poder de atuação e disseminação de ideias e práticas sociais, influenciando a distribuição de poder e, por conseguinte, na capacidade de interferência das políticas públicas e na governança ambiental em nível nacional, internacional e globalmente. Assim, o fluxo de recursos é condicionado pelo compartilhamento de ideias, estratégias de ação, atuação em áreas estratégicas para conservação ambiental.

Utilizou-se, como fonte de pesquisa, as informações disponíveis no sítio da Fundação Moore quanto aos objetivos da organização, suas prioridades e estratégias, elementos que compõem sua identidade. Também foram consultadas as informações a respeito dos projetos subvencionados, onde foi possível identificar as instituições beneficiadas, os tipos de projetos e os recursos aprovados, bem como o período de duração previsto.<sup>97</sup> Igualmente, foram consultados sítios das organizações beneficiadas a fim de complementação de informações.

Parte-se do pressuposto de que a Fundação Moore é um dos atores que compõem a rede de financiamento não governamental para a conservação ambiental e, portanto, participa ativamente na rede de influências sobre as políticas públicas e governamentais na Amazônia. Um percurso inicial consiste em caracterizar a forma de atuação da Fundação Moore, em seguida aborda-se o fluxo de recursos e uma faz-se uma aproximação do fluxo de ideias.

A atuação e o lugar que a Fundação Moore ocupa nas redes transnacionais que vinculam a Amazônia à política ambiental global ocorrem sob a influência da sociedade em rede e dos processos globais que marcam a sociedade contemporânea, referidos no capítulo 1. A análise é perpassada pelo conceito de rede transnacional e a identificação dos atores que a compõem, pelo conceito de campo ambiental, pelas vertentes do ambientalismo e pela distinção entre poder e influência, referidos no capítulo 2.

---

<sup>97</sup> As informações gerais sobre a Fundação Gordon e Betty Moore estão disponíveis em [www.moore.org](http://www.moore.org). Informações sobre a Iniciativa Andes-Amazônia e os projetos subsidiados em seu âmbito se encontram disponíveis respectivamente em <http://www.moore.org/andes-amazon.aspx> e <http://www.moore.org/grants-awarded.aspx>.

#### 4. 2 A FUNDAÇÃO GORDON E BETTY MOORE NA AMAZÔNIA

A Fundação Gordon e Betty Moore, doravante Fundação Moore, é considerada atualmente uma das organizações com maior capacidade de subvenção a projetos ambientalistas, segundo Durigan<sup>98</sup>. Dispõe de aproximadamente US \$ 200 milhões para a subvenção anualmente<sup>99</sup>. Entre os beneficiários se encontram grandes ONGs ambientais como a Woods Hole Reserch Center (WHRC), a WWF e a Conservação Internacional (CI), a esta última destina maior volume de recursos<sup>100</sup>.

Desde sua criação, tem sido uma das principais organizações provedoras de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de conservação ambiental na Amazônia. A Iniciativa Andes-Amazônia, sobre a qual incide a análise, contou com aprovação de subvenções da ordem de 217,4 milhões de dólares de 2001 até maio de 2011<sup>101</sup>.

Por meio da subvenção, a Fundação propicia articulações entre atores nacionais e internacionais compreendendo instituições governamentais, não governamentais, organizações internacionais e movimentos sociais, favorecendo a disseminação de ideias e práticas orientadas para a conservação ambiental.

Tal situação converte a Fundação em um dos importantes atores no campo ambiental<sup>102</sup>, donde deriva a importância de abordagem sobre sua atuação neste estudo. Pode-se dizer que se trata de um ator político especializado, pois movimenta um considerável volume de recursos orientados para a mudança social por meio da subvenção a projetos de conservação ambiental e pesquisa científica a serem desenvolvidos por atores identificados como relevantes. Ressalta-se que os atores políticos especializados são dotados de recursos de poder e medeiam a importação de ideias, movimentos e instituições, conforme Badie e Hermet (1993).

As parcerias com a Fundação Moore em projetos ambientais e socioambientais na Amazônia têm sido fundamentais para importantes instituições que atuam na região,

---

<sup>98</sup> Carlos César Durigan, Coordenador Executivo da Fundação Vitória Amazônica (FVA). Entrevista na sede da Fundação Vitória Amazônica em 17 de novembro de 2010.

<sup>99</sup> Informação obtida em <http://www.moore.org/financeiros.aspx>. Acesso em 11 de maio de 2011.

<sup>100</sup> Havia um compromisso do conselho da Fundação em repassar 261 milhões de dólares à CI em 10 anos, o que já representaria a maior doação de uma fundação a uma única organização, mas os repasses ultrapassaram o compromisso chegando a quase 400 milhões de dólares até 2011.

<sup>101</sup> Informações disponíveis em <http://www.moore.org/init-grants-awarded.aspx?init=44>. Informações referentes a 2011 disponíveis até 23.05.11, onde constava apenas um projeto aprovado em março daquele ano.

<sup>102</sup> O conceito de campo ambiental corresponde à aplicação do conceito de campo de Pierre Bourdieu 1999 e 2005. Ver capítulo 2.

localizadas ou não nela. Tanto ONGs quanto governos em nível estadual e federal têm obtido apoio expressivo desta fundação.

### 4.3 FORMA DE ATUAÇÃO

Criada no ano de 2000, com sede nos Estados Unidos, a Fundação Moore visa promover a conservação ambiental, a pesquisa científica em todo o mundo e melhorar a qualidade de vida na área da Baía de São Francisco nos Estados Unidos. Os recursos da fundação são oriundos exclusivamente dos fundadores da organização, Gordon Moore e Betty Moore<sup>103</sup>.

A organização tem, como missão, alcançar resultados significativos, duradouros e mensuráveis em conservação ambiental, ciência e na área da Baía de São Francisco e atua por meio da concessão de subvenções. As subvenções contemplam dois grupos de projeto: por meio de iniciativas a que destina 80% de seus recursos, e *standalones*, em que são investidos os 20% restantes. Este último consiste em investimento para experimentação e inovação nas três áreas em foco.

Para serem apoiados, os projetos são avaliados em função de sua importância, de “fazer a diferença” - ou seja devem ser inovadores e/ou muito significativos, possuir um impacto duradouro e contribuir para o efeito portfólio. Com isso, a Fundação Moore visa ao alcance de um resultado em grande escala.

A Fundação Moore se identifica como partícipe de um grupo de fundações que estão implementando processos cada vez mais sofisticados para o direcionamento de suas doações, visando alcançar seus objetivos<sup>104</sup>. A mudança social é a tônica do discurso da Fundação Moore:

As fundações cada vez mais se vêem como transformadoras (*changemakers*), não apenas doadoras (*grantmakers*). Como Gandhi disse: “[...] Se você quiser mudar, você deve ser a mudança”. Então, para enfrentar uma maior urgência de mudança na sociedade civil, nós, como financiadores devemos pensar seriamente sobre como nós também podemos mudar para atingirmos maiores impactos positivos (Fonte: [www.moore.org](http://www.moore.org). Tradução livre.)

---

<sup>103</sup> Segundo Hoffmann (2008) diferente do que ocorre em outros países, nos EUA, a filantropia tende a ser mantida por grandes riquezas. Na Noruega, há uma tradição de manter a filantropia com doações individuais.

<sup>104</sup> A Fundação Moore faz referência direta a esse processo: “As fundações estão se tornando cada vez mais sofisticadas em suas doações: o desenvolvimento de teorias e modelos de mudança na lógica de apoio às estratégias para obtenção de um impacto. Esta é uma evolução impressionante e admirável em um setor em expansão (Disponível em [www.moore.org](http://www.moore.org). Acesso em 04.04.2010. Tradução Livre.).

Nesse aspecto, observa-se a intencionalidade de disseminação de ideias e de práticas sociais organizacionais. O desenvolvimento de teorias de mudança e da concepção de estratégias de ação se encaminha nessa direção:

A Fundação define de forma independente os resultados filantrópicos ou resultados que pretende alcançar, e desenvolve teorias da mudança e estratégias para alcançar estes resultados. Funcionários da Fundação, em seguida, procuram identificar os beneficiários potenciais e outros parceiros estratégicos, que têm competência e interesse comum para implementar as estratégias (Fonte: [www.moore.org](http://www.moore.org). Tradução livre.).

Nessa perspectiva, os beneficiários são vistos como os implementadores das estratégias definidas pela Fundação Moore, daí deriva a preocupação com a congruência das visões de mudança social entre a Fundação Moore e a visão do beneficiário:

os financiadores devem lembrar que os beneficiados têm suas próprias estratégias e suas teorias de mudança subjacentes, ainda que não declaradas. Em um determinado campo, se os financiadores, beneficiários e outros atores-chave são todos provenientes de teorias da mudança distintas, incongruentes ou não declaradas, o impacto resultante é provavelmente muito menor do que poderia ser (Fonte: [www.moore.org](http://www.moore.org). Tradução Livre.).

A perspectiva é de que a mudança empreendida pela Fundação acompanhe o ritmo das transformações ocorridas com a globalização. Conforme Steve McCormick, presidente da Fundação Moore desde 2008, “a 'lei de Moore', cunhada pelo nosso fundador para projetar a mudança exponencial em circuitos integrados, é usada agora mais universalmente para descrever o ritmo das mudanças em quase tudo”<sup>105</sup>.

A ideia dos circuitos integrados aplicados à conservação ambiental consistiria em promover a sinergia e a colaboração entre organizações em diversas esferas e níveis, o discurso da integração é recorrente, o que permitiria a otimização dos recursos por meio do compartilhamento de conhecimentos e experiências. De acordo com McCormick, o mundo demanda um maior alinhamento de esforços e recursos<sup>106</sup>.

A Fundação Moore projeta em seu sítio a imagem de uma organização com um alto grau de racionalização. Nessa perspectiva, os beneficiários são selecionados pela Fundação a partir dos objetivos e resultados pretendidos por ela, por e para atuarem em áreas prioritizadas

---

<sup>105</sup> In: Changing: to make greater change. Letter from Steve McCormick, July 2, 2010. Disponível em <http://www.moore.org/presidents-letter.aspx?id=3358>. Acesso em 10.11.2010.

<sup>106</sup> Idem

no âmbito da organização. Por este meio, a Fundação constrói uma rede estratégica de parceiros.

Esta rede, portanto, se diferencia da ideia de rede na perspectiva de Scherrer-Warren, pois não se constitui como uma rede de movimentos e organizações sociais de caráter horizontal, uma vez que o poder de distribuição de recursos e definição dos objetivos estão centralizados na Fundação Moore. O critério primeiro para a constituição da rede não é a força política do associativismo, do coletivo em função de uma questão ou problema enfrentado por estes movimentos e organizações, mas a capacidade técnica, a eficiência de responder aos objetivos e metas definidas pelo *staff* da organização. Aqui o conceito de redes transnacionais é mais adequado. Entre os tipos de redes transnacionais, este se aproxima do terceiro tipo proposto por Sikkink (1993), pois compreende relações transnacionais, onde a interconexão com as organizações ocorre formalmente a partir do fluxo de fundos.

No caso das redes de financiamento, há uma associação de objetivos entre as organizações, mas a capacidade de alcançar resultados mensuráveis é que orienta o repasse de recursos, caracterizando a assimetria da rede. Conforme apontamos anteriormente, a Fundação busca resultados observáveis, que possam compor seu portfólio. O portfólio se compõe tanto como capital, quanto como bem simbólico tanto para ela quanto para as organizações que a ela se associam. A Fundação se organiza a partir de uma lógica empresarial. Pode-se observar a prevalência, nessa perspectiva, de um ambientalismo pragmático ou de resultados de acordo com Zhourí (2001).

De outro lado o nome da Fundação e a associação a ele podem credenciar a organização beneficiária à obtenção de outros financiamentos, ao seu reconhecimento no campo ambiental em função da capacidade instalada e contribuições mensuráveis, ou seja, também contribui para o poder simbólico da organização beneficiária.

A interação entre os atores, desse modo, combina interesses que favorecem o fortalecimento das vinculações entre o local e o global, ao mesmo tempo em que favorece a reprodução dessas relações assimétricas, pois os recursos de que dispõe a Fundação concede um poder diferenciado a cada um de seus beneficiários, embora Steve McCormick se referira à Fundação Moore como um organização intermediária. No discurso da Fundação, os atores diretos são os executores, os beneficiários das doações que operam a execução dos projetos e todo o arcabouço de ideias que os sustentam.

A Fundação Moore, conforme consta em seu sítio, não trabalha por editais, mas, a partir de iniciativas estratégicas. Na Amazônia, atua por meio da Iniciativa Andes-Amazônia,

com a finalidade de conservar a floresta amazônica. A que mudança a Fundação Moore visa na Amazônia? De acordo com Little<sup>107</sup> a ideia básica consiste em “mudar de formas não sustentáveis para formas sustentáveis de manejo da floresta amazônica”. Essas mudanças podem ser nas áreas florestal, de manejo, de biodiversidade, de manejo em áreas indígenas, por meio de zoneamento. Com isso a Fundação Moore pretende contemplar a manutenção da função climatológica da bacia Amazônica e a proteção da biodiversidade<sup>108</sup>.

A seleção dos beneficiários no caso da Iniciativa Andes-Amazônia ocorre a partir de informações sobre a região, obtidas diretamente por meio da equipe que visita a área e acompanha os projetos, pela rede de contatos pessoais e o conhecimento do *Staff* da Iniciativa, pela rede de beneficiários, por pesquisas e notícias sobre a região. Os projetos apoiados resultam de negociações, de diálogos, que visam à convergência entre os interesses da Fundação e os interesses das ONGs, governos ou outros atores interessados.

Um aspecto importante neste estudo consiste em verificar o quanto as ideias dessa organização influenciam a ação das ONGs internacionais, nacionais e locais em suas ações. Nesta direção, deve-se considerar que a Fundação Moore não executa os projetos, sendo uma intermediária. Desse modo, pode-se afirmar que ela muito mais viabiliza a disseminação de ideias do ambientalismo do que as realiza, a despeito disso, sua perspectiva de mudança social e organização são elementos que podem influenciar os atores.

#### **4.4 REDE DE FINANCIAMENTO – FLUXO DE RECURSOS**

Neste item se analisa os recursos concedidos pela Fundação Moore à Amazônia. Os projetos que fazem parte da Iniciativa Andes-Amazônia e que são desenvolvidos na Amazônia brasileira podem ser organizados em três grupos, em função da área de abrangência dos projetos. Os que são/foram desenvolvidos na região da Amazônia Brasileira, de modo exclusivo; os que são/foram desenvolvidos na bacia Amazônica, incluindo a Amazônia brasileira; os que são/foram desenvolvidos em estados específicos da Amazônia brasileira.

Inicialmente, é apresentado o conjunto de subvenções destinado a projetos de caráter

---

<sup>107</sup> Paul Elliott Little, administrador de programas da Iniciativa Andes-Amazônia, Fundação Gordon e Betty Moore, entrevista em 25 de agosto de 2011 por Skype.

<sup>108</sup> É interessante destacar o cuidado da Fundação com questão da soberania, preocupação de todos os países amazônicos, particularmente do Brasil, que aparece em um discurso recorrente sobre a internacionalização da Amazônia. Em entrevista sobre a atuação da Fundação na Amazônia, em dezembro de 2006, a Dra. Rosa Lemos de Sá, então diretora da Iniciativa Andes-Amazônia, naquele momento, destacou que eles financiam projetos e não visam adquirir áreas na Amazônia.

regional, os quais beneficiam outros países amazônicos, inclusive a Amazônia brasileira. No segundo momento se verá os recursos para à Amazônia brasileira por estado, que puderam ser identificados por organizações que atuam em um único estado. A natureza dos projetos apoiados propiciará a aproximação do fluxo das ideias.

#### **4.4.1 Projetos Apoiados na Região da Amazônia Brasileira e Bacia Amazônica**

Os projetos apoiados pela Fundação Moore para a região da Amazônia brasileira e Bacia Amazônica (os que incluem a Amazônia brasileira) que não estão discriminados por estado na relação de beneficiários e projetos disponíveis no sítio da organização envolvem doze instituições/organizações, algumas das quais com reconhecimento internacional e atuação transnacional, como a Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem (WCS, sigla em inglês), WWF, que era conhecida como Fundo Mundial para a Natureza e Woods Hole Research Center (WHRC)<sup>109</sup>. Os projetos apresentam níveis de intervenção variados, compreendem desde o treinamento de comunidades e atores locais a investigações científicas e construção de modelos de monitoramento. No Quadro 1<sup>110</sup>, estão discriminadas as organizações e os projetos contemplados.

De modo geral, agrupando por beneficiário, os projetos se referem à:

- Capacitação, treinamento, construção de metodologias e formação especializada (pós-graduação) para gestão e utilização sustentável da floresta Amazônica, publicação de livros e concessão de bolsas (Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB);
- Conservação da fronteira na área prioritária da região MAP, que compreende os departamentos de Madre de Dios, no Peru, de Pando, na Bolívia e estado do Acre, no Brasil (Fundo Estratégico de Conservação - CSF);
- Proteção da biodiversidade e consolidação de áreas protegidas (capacitação, planos de gestão, negócios e de financiamento sustentável para áreas protegidas) no Peru, Bolívia, Brasil, Equador e Venezuela (WWF);
- Modelagem para mitigação da savanização (Universidade de Havard - HU, Wood Hole Reserch Center - WHRC);

<sup>109</sup> As três ONGs possuem uma atuação global, ver Quadro 3.

<sup>110</sup> No Anexo 3 há um quadro com maior detalhamento dos projetos apoiados.

- Implementação de compromissos sobre mudanças climáticas, co-gestão para a conservação da biodiversidade e gestão sustentável de áreas de várzeas (WHRC);
- Conservação da biodiversidade e das culturas indígenas na fronteira do Suriname com o Brasil (índios Tirió, região do Tumucumaque) (Equipe de Conservação da Amazônia - ACT);
- Apoio à consolidação de programas de pós-graduação em direito ambiental, conservação, desenvolvimento sustentável e gestão de áreas protegidas e apoio à conservação da biodiversidade aquática (Universidade da Flórida - UF);
- Estratégias para a gestão sustentável da floresta (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA).

Os projetos apoiados na Amazônia brasileira e na Bacia Amazônica (Quadro 1) começaram a ser financiados pela Fundação Moore no ano de 2001. Estes dados se referem ao início da concessão de subvenção até outubro de 2010, com término previsto até 2013. Alguns projetos foram concluídos, mas a maioria deverá ser concluída até o final do ano de 2011, apenas o projeto da Universidade da Flórida (2 milhões de dólares) tem previsão de conclusão em 2012, e dois projetos do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e do WWF tem previsão de conclusão em 2013, os quais correspondem a recursos de 1,8 e 1,4 milhões de dólares, respectivamente.

Os recursos destinados à Amazônia brasileira e à Bacia Amazônica (projetos que incluem a Amazônia brasileira) perfazem 81 milhões de dólares. Das instituições/organizações beneficiadas com maior volume, destacam-se as três primeiras: a WWF, com o total de 39 milhões de dólares, equivalente a 48% do total; a Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem (WCS) com a obtenção de 10 milhões de dólares, e a Wood Hole Reserch Center (WHRC) com 8 milhões de dólares. A maior parte desses recursos foi direcionado a áreas protegidas ou à criação de novas áreas (WWF e WCS) e à pesquisa (parte dos projetos da WHRC).

Das duas organizações brasileiras que obtiveram recursos, o Instituto de Internacional de Educação do Brasil (IEB) foi a organização contemplada com o maior montante em apoio ao desenvolvimento de projetos na Amazônia brasileira (mais de um estado) e na Bacia Amazônica (projetos que incluem a Amazônia brasileira). Os recursos obtidos, no entanto, não alcançaram 5% do total dispendido (Quadro 1).

**QUADRO 1. INSTITUIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS QUE DESENVOLVEM PROJETOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E NA BACIA AMAZÔNICA, APOIADOS PELA FUNDAÇÃO GORDON E BETTY MOORE<sup>111</sup>**

Instituição <sup>112</sup>	Região/Valor \$		Projeto/objetivo
	Bacia Amaz	Amaz Bras	
IEB	263.425,00	3.666.259,00	Capacitação para a conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira/ Seminário de mapeamento e zoneamento participativo
CSF	2.085.803,00	80.000,00	Plano de conservação da fronteira
WCS	10.919.632,00	-	Conservação de paisagens na Amazônia/ Proteção da Biodiversidade e Consolidação de áreas protegidas no Peru, Brasil, Equador, Bolívia e Venezuela
NF	-	566.953,00	Projetando serviços e produtos do ecossistema
WHRC	4.891.029,00	4.078.469,00	Apoiar a adoção de estratégias de baixas emissões de carbono no uso da terra no Brasil/ Fogo, uso da terra e a savanização da floresta amazônica sazonalmente seca/ Um sistema de co-gestão regional para a conservação da biodiversidade e gestão sustentável dos ecossistemas de várzea/Cenários Amazônicos II
EDF	-	802.552,00	Conservação do Grande Complexo Xingu (Fase III)
AT	-	1.532.212,00	Incentivo à conservação e à produção sustentável em áreas privadas no Brasil
WWF	16.277.769,00	22.974.000,00	Grupo de Trabalho para o imposto de renda ecológico/ Definindo critérios para a criação de áreas protegidas na Amazônia/ Iniciativa cabeceiras na Amazônia, Iniciativa amazônica para a conservação das nascentes (Fase II)/ Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)/ Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) II.
HU/DOEB	2.013.724,00	-	Interações entre clima, florestas e Uso da Terra na Bacia Amazônica

<sup>111</sup> A Bacia Amazônica na Iniciativa Andes-Amazônia inclui a encosta oriental dos Andes e da floresta contígua que se estende para o norte do Brasil através da Guiana e da drenagem Orinoco na Venezuela, sendo que, neste quadro, foram incluídos os projetos previstos para serem desenvolvidos exclusivamente na região da Amazônia brasileira e na região da Bacia Amazônica que incluem também a Amazônia brasileira. Neste quadro, não estão relacionados os projetos discriminados por estado, no sítio da organização. Tais projetos estão relacionados no Quadro 2.

<sup>112</sup> As instituições/organizações identificadas pelas siglas: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Fundo Estratégico de Conservação (Conservation Strategy Fund - CSF), Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem (Wildlife Conservation Society – WCS), Nova Floresta (New Forest Advisory - NF), Woods Hole Research Center (WHRC), Fundo de Defesa Ambiental (Environmental Defense Fund - EDF), Aliança da Terra (AT), Departamento de Biologia Evolutiva e do Organismo da Universidade de Havard ( Havard University, Department of Organismic and Evolutionary Biology – HU/DOEB). Informações sobre estas organizações constam no Anexo 5.

Quadro 1- Continuação

Instituição <sup>113</sup>	Região/Valor \$		Projeto/objetivo
	Bacia Amaz	Amaz Bras	
ACT	5.060.965,00	-	Criação de área protegida e uma gestão eficaz do sul do Suriname/Norte do Brasil/Proteção de terras indígenas no Suriname e no Brasil/Conservação da biodiversidade na fronteira Suriname-Brasil/Conservação da biodiversidade no nordeste amazônico.
UF/DSR	4.554.750,00	-	Iniciativa liderança para a conservação da Amazônia (Fase II)/Conservação da biodiversidade aquática da Amazônia
OTCA	2.136.000,00	-	Construção de estratégias na bacia amazônica

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações disponibilizadas em <http://www.moore.org/grants-awarded.aspx>, organizadas pela autora.

Os recursos ao desenvolvimento de projetos na Bacia Amazônica (projetos que incluem a Amazônia brasileira) correspondem a 48 milhões de dólares, e, para a Amazônia brasileira (exclusivamente), foram destinados cerca de 33 milhões de dólares<sup>114</sup>. Destaca-se que 67% do montante destinados a Amazônia brasileira correspondem ao apoio ao Projeto de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), do governo federal, mencionados nos capítulos 3 e 5 por meio ONG WWF.

Alguns projetos estão diretamente relacionados à consolidação de alianças entre instituições ou a consórcios. O Plano de conservação da fronteira do Fundo Estratégico de Conservação (CSF), cuja aprovação foi em junho de 2007 exemplifica este tipo de projeto, o qual se integra a um projeto de 5 anos financiado pela Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), parte da Iniciativa de Conservação da Bacia Amazônica – região de fronteira constituída pelos departamentos de Madre de Dios (Peru), e Pando (Bolívia), e pelo estado do Acre (Brasil). O mesmo se manifesta no projeto *Conservação do Grande Complexo Xingu (Fase III)* um consórcio entre o Fundo de Defesa Ambiental (EDF), o Instituto Socioambiental e a Associação Floresta Protegida.

Em outros casos, o projeto, embora não seja apresentado como consórcio, desenvolve-se a partir de parcerias. O projeto *Um sistema de co-gestão regional para a conservação da biodiversidade e gestão sustentável dos ecossistemas de várzea regional* (Wood Hole Reserch Center - WHRC), desenvolvido na várzea Amazônica, no estado do Amazonas, conta com a

<sup>113</sup> As instituições/organizações identificadas pelas siglas: Equipe de Conservação da Amazônia (Amazon Conservation Team - ACT), UF/DSR – Divisão de Pesquisa Patrocinada (University of Florida/Division of Sponsored Research) Universidade da Flórida, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Informações sobre estas organizações constam no Anexo 5.

<sup>114</sup> Idem

parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o WWF e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)<sup>115</sup>.

Há dois projetos diretamente vinculados ao cumprimento de acordo/cooperação internacional. Apoio ao governo na implementação de compromissos assumidos na negociação sobre a mudança climática (Wood Hole Reserch Center - WHRC) e apoio à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para a construção de estratégias para a gestão sustentável da floresta, dos povos indígenas e da proteção à biodiversidade.

Além dos projetos constantes no quadro 1 (Anexo 3), há um projeto que faz parte da Iniciativa Andes-Amazônia, da Fundação Moore, cuja subvenção foi aprovada em outubro de 2001, com duração prevista para 84 meses, no valor de \$ 121.200.000,00 em nome da ONG Conservação Internacional (CI). Este projeto tem o objetivo de implantar centros para a conservação da biodiversidade na Cordilheira dos Andes, na região Brasil/Guianas, na Melanésia e em Madagascar. Devido ao envolvimento de países que estão fora da Bacia Amazônica, este projeto não foi incluído no quadro, apesar de ter sido subvencionado pela Fundação Moore na Iniciativa Andes-Amazônia.

#### **4.4.2 Projetos apoiados nos estados da Amazônia brasileira**

O apoio a projetos na Amazônia é significativo. As ONGs ambientalistas mais reconhecidas que atuam nos estados do Pará e Amazonas receberam ou recebem financiamento da Fundação Moore. Entre as ONGs ambientalistas no estado do Pará, abordadas por Aquino (2003), estão incluídos os seguintes institutos: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Instituto Floresta Tropical (IFT). Entre as ONGs com destacada atuação no Amazonas, encontram-se o Instituto Socioambiental (ISA) e a Fundação Vitória Amazônica (FVA). No anexo 4, há um quadro das instituições apoiadas com os projetos desenvolvidos em estados específicos na Amazônia brasileira, com seus respectivos objetivos.

Os projetos apoiados se referem, de modo geral, à redução do desmatamento e manejo florestal, no Pará; à criação, consolidação monitoramento e gestão de áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas), bem como a redes de conservação, no Amazonas; à capacitação e treinamento para aplicação da legislação ambiental e pesquisa

---

<sup>115</sup> Maiores informações sobre este projeto foram obtidas em <http://www.whrc.org/ecosystem/amazon/varzea.html>. Acesso em 20.05.11.

para gestão na fronteira MAP (Madre de Dios – Peru, Acre – Brasil, Pando – Bolívia), nos estados de Mato Grosso e Acre.

Os projetos nos estados da Amazônia brasileira, considerando apenas aqueles que puderam ser identificados por estado (Quadro 2<sup>116</sup>), começaram a ser apoiados pela Fundação Moore no ano de 2004. Estes dados se referem ao início da concessão de subvenção deste período até outubro de 2010, com término dos projetos previsto até 2013. Alguns projetos chegaram a ser concluídos, mas a maioria deles deverá ser concluída até o final de 2011, apenas um dos projetos, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), no valor de 822 mil dólares, tem previsão para ser concluído em 2013. A destinação total dos recursos comprometidos à ONGs, instituições de ensino e pesquisa, fundações e instituições governamentais no período perfazem o montante de 27,3 milhões de dólares.

No conjunto, as ONGs: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, Instituto Floresta Tropical - IFT, Instituto Socioambiental - ISA, Fundação Vitória Amazônica - FVA) receberam 19 milhões de dólares. Foram concedidos 391 mil dólares à Universidade Federal do Mato Grosso e à Universidade Federal do Acre, por meio de fundações a elas vinculadas. A fundações de apoio (Fundação Djalma Batista - FDB)<sup>117</sup> e a instituições governamentais (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS) foram destinados, respectivamente 5,5 e 1,8 milhões de dólares.

---

<sup>116</sup> No Anexo 5, há um quadro mais detalhado dessas Organizações e projetos apoiados.

<sup>117</sup> Atualmente a organização se denomina Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera, mas mantém a mesma sigla.

**QUADRO 2. INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS QUE ATUAM NA AMAZÔNIA BRASILEIRA – APENAS OS PROJETOS DISCRIMINADOS POR ESTADO<sup>118</sup> - APOIADOS PELA FUNDAÇÃO GORDON E BETTY MOORE (2004-2010)**

ESTADO	INSTITUIÇÃO <sup>119</sup>	VALOR \$	PROJETOS
PA	IMAZON	6.714.519,00	Governança para a redução do desmatamento/Consolidação de Florestas Estaduais e monitoramento de áreas protegidas/Conservação de Florestas
PA	IPAM	822.044,00	Famílias da Floresta I
PA	IFT	4.189.010,00	Redução do impacto da exploração florestal/ Famílias da Floresta II/ Manejo florestal sustentável no Brasil
RR	ISA	95.534,00	Avaliação socioambiental
AM	ISA	4.914.696,00	Consolidação de áreas protegidas na Amazônia brasileira/Banco de dados para o monitoramento de áreas protegidas
AM	FDB	5.531.059,00	Construindo uma rede de conservação em larga escala no estado do Amazonas
AM	FVA	2.866.351	Conservação da Bacia do rio Negro
AM	SDS	1.820.000,00	Construindo uma rede de conservação em larga escala no estado do Amazonas
MT e AC	Fundação de Apoio UFMT	140.247,00	Aplicação da legislação ambiental na Amazônia brasileira
AC	Fundação Bioma (UFAC)	251.519,00	Apoio à pesquisa em dois programas sobre a gestão eficaz das áreas protegidas na Fronteira MAP (Madre de Dios-Peru, Acre-Brasil, Pando-Bolívia)

Fonte: Com base em informações disponibilizadas em <http://www.moore.org/grants-awarded.aspx>, organizadas pela autora.

O IMAZON, a FDB, o ISA e o IFT foram as organizações, do conjunto de todos os beneficiários, que receberam o maior aporte de recursos no período, entre 4,9 e 6,7 milhões de dólares cada uma. Este elemento pode demonstrar a capacidade instalada e de operacionalização de atividades condizentes com o montante a ser/ou que foi despendido, o que pode ser considerando um indicador para a classificação das três ONGs IMAZON, ISA e IFT como grandes ONGs na região, corroborando as percepções dos pesquisadores e gestores

<sup>118</sup> A Amazônia brasileira, tendo como referência o critério administrativo, compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e parte do Maranhão, perfazendo uma área em torno de 5 milhões de Km<sup>2</sup>. In: OTCA, 2008.

<sup>119</sup> As instituições/organizações estão identificadas pelas siglas às quais correspondem as seguintes instituições: Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Floresta Tropical (IFT), Instituto Socioambiental (ISA), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Acre (UFAC), Fundação Djalma Batista (FDB) (atualmente denominada Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera com a mesma sigla) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), Fundação Vitória Amazônica (FVA).

atuantes na área (AQUINO, 2003; DURIGAN, 2010<sup>120</sup>).

Tais ONGs podem ser classificadas como ONGs Peritas (AQUINO, 2003), pois dispõem de um corpo de pesquisadores e técnicos de reconhecimento no âmbito acadêmico e político. Suas pesquisas e propostas têm influenciado as políticas públicas de modo significativo. O monitoramento das queimadas na Amazônia pelo IMAZON, a implantação de novas práticas de manejo florestal e o trabalho desenvolvido pelo IFT junto a empresas do setor, bem como a contribuição do ISA para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas na Amazônia são algumas das contribuições significativas dessas ONGs.

Dos recursos obtidos no estado do Amazonas, as ONGs (ISA e FVA) receberam 7,7 milhões, muito próximos ao benefício recebido pelo governo do Estado, que correspondeu a 7, 3 milhões de dólares. No caso do governo do estado, estamos considerando os recursos destinados à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) e à Fundação Djalma Batista (FDB), pois esta última atua como fundação de apoio, de modo que os recursos foram integralmente utilizados em projetos da SDS, destinado à criação de 10 novas áreas protegidas, desenvolver políticas sustentáveis e testar sua eficácia.

De acordo com Little, um dos integrantes da Iniciativa Andes-Amazônia, a Fundação apoia a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas,

mas por razões mais operativas a maior parte deste dinheiro fluiu mediante uma ONG, a Fundação Djalma Batista, mas a maior parte foi para consolidar a secretaria (SDS) através do CEUC e este foi com base na demanda do Estado do Amazonas. A Fundação (Moore) está interessada em áreas protegidas. A SDS estava interessada em consolidar sua ação nesta área e então nesse diálogo se inaugurou dois projetos durante seis anos<sup>121</sup>.

O apoio da Fundação Moore possibilitou a consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Amazonas, viabilizou a criação, no âmbito da Secretaria, do Centro de Unidades de Conservação Ambiental (CEUC) e a implantação da gestão das Unidades de conservação existentes bem como a criação de novas áreas, conforme o relatório do Projeto *Amazonas Conservation Network* financiado pela Fundação Moore, referente às ações executadas no período de 2005 a 2008.

A importância do recurso financeiro da Fundação Moore para a gestão governamental de unidades de conservação no Amazonas pode ser percebido pelo impacto do encerramento

<sup>120</sup> Entrevista pessoal em 17.11.2010.

<sup>121</sup> Paul Elliott Little, administrador de programas da Iniciativa Andes-Amazônia, Fundação Gordon e Betty Moore. Entrevista em 25 de agosto de 2011 por Skype.

do apoio em 2010, o que comprometeu o funcionamento do CEUC. De acordo com Little<sup>122</sup>, atualmente está em fase de negociação outro projeto para a continuidade do repasse de subvenção.

Observa-se que a Fundação Moore tende a apoiar ações de atores políticos/sociais diferentes nos mesmos projetos ou mesma área como estratégia de ação. Essa percepção foi corroborada por Little<sup>123</sup>. Segundo ele, embora não haja um percentual definido, a ideia é de manter um leque de organizações atuando na área.

Outro aspecto importante a destacar que contribui significativamente para potencializar o alcance da rede de recursos e colabora para o efeito distributivo dos recursos financeiros, consiste no repasse de recursos pela Fundação Moore a ONGs menos consolidadas, por intermédio de ONGs mais consolidadas. No momento de negociação dos projetos a serem financiados, as ONGs menos consolidadas participam ativamente com suas parceiras intermediárias. Esta é uma maneira pela qual a Fundação procura contrabalançar o poder das grandes ONGs.

Analisando-se os projetos financiados pela Fundação, constata-se também que a perspectiva da internacionalização da Amazônia, muito presente no discurso contra a atuação das ONGs na região, parece não se sustentar, pois os recursos executados por instituições de pesquisa, suas fundações, ONGs brasileiras e instituições governamentais destinam-se basicamente ao fortalecimento de políticas governamentais.

Os arranjos institucionais observados que congregam atores da sociedade civil locais (movimentos sociais e ONGs locais), grandes ONGs e governos, também podem ser verificados em projetos governamentais com apoio internacionais, caso do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)<sup>124</sup>.

Retomando a análise da distribuição dos recursos e observando-se, por estado, as diferenças são significativas. Para os estados do Amazonas e do Pará foram concedidos, respectivamente, 15,1 e 11 milhões de dólares. Estes estados receberam 98% do total de recursos destinados pela Fundação Moore a organizações brasileiras para cada um dos estados. Para o Acre, Mato Grosso e Roraima foram concedidos, respectivamente, 251, 140 e 95 mil dólares.

A natureza dos projetos do Acre, Mato Grosso e Roraima revelam a necessidade de

---

<sup>122</sup> Idem

<sup>123</sup> Idem

<sup>124</sup> Referidos com maior detalhe no capítulo 3.

fomento à capacidade instalada, pois se orientam para a formação/capacitação seja especializada, para cursos de pós-graduação, capacitação/treinamento de lideranças e realização de diagnóstico para subsidiar políticas públicas. Este mesmo aspecto, ou seja, o fomento à capacidade instalada pode ser percebido em relação a outras organizações que atuam na Amazônia, caso do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), descrito no item anterior deste capítulo.

Nos projetos a serem executados por estado, observa-se que predominam ONGs nacionais com atuação local, provavelmente devido à capacidade de atuação, uma vez que as ONGs internacionais tendem a apresentar projetos de âmbito mais regional, aspecto observado no item anterior.

#### 4.5 FLUXO DE IDEIAS – UMA APROXIMAÇÃO

A atuação da Fundação Moore alimenta as ideias que compõem o ambientalismo, por meio de seus procedimentos, valores e perspectiva de mudança bem como as ideias e os valores e procedimentos disseminados por meio das ONGs internacionais, nacionais, as propostas e experiências obtidas com o desenvolvimento dos projetos.

As preocupações explicitadas com a conservação da biodiversidade e das florestas tropicais e com a mudança climática, tendo em vista “as gerações futuras”, funcionam como uma blindagem política de autonomia e neutralidade em relação aos estados e aos movimentos sociais comprometidos politicamente (com ideologias políticas específicas), uma vez que, em tese, a Fundação defende valores universais.

No entanto, a visão sobre mudança social da Fundação Moore reproduz os discursos e orientações de intervenção sobre determinadas áreas, sobretudo sobre as áreas subdesenvolvidas e em desenvolvimento. Nessa perspectiva, conforme aponta Little (2004), “a Amazônia é considerada, em primeiro lugar, um objeto de intervenção, em vez de um lugar que pertence às pessoas que moram lá” (p. 325). O discurso instituído na Fundação se assemelha ao discurso dos *campaigners* britânicos de algumas ONGs<sup>125</sup>. O que define a ação são as necessidades/pautas da organização de origem, a despeito do diálogo com os beneficiários.

---

<sup>125</sup> Aqui estou me referindo a abordabilidade de Zhouri (2001; 2006) sobre os “ativistas” de ONGs com sede no Reino Unido. Ela optou pelo uso de *campaigners* para diferenciar estes ativistas dos ativistas tradicionais devido sua capacidade técnico/científica. Neste caso me refiro aos *campaigners* que dão mais ênfase à proteção da biodiversidade, os quais tendem a ver a Amazônia como lugar de intervenção.

A implicação deste processo consiste em que tal visão tende a ignorar a existência de povos não tradicionais que vivem na região, ou a categorizá-los como destruidores da região (garimpeiros, colonos, fazendeiros e madeireiros) (ZHOURI, 2001; LITTLE, 2004<sup>126</sup>; LIMA e POZZOBON, 2005). O discurso ambientalista de viés naturalista passou a incorporar os povos que vivem nessa região somente quando eles puderam ser convertidos em seus pares na conservação ambiental, como povos da floresta.

A ideia de mudança também implica instaurar um tipo de organização específico. O ambientalismo da Fundação Moore é oriundo de uma ação filantrópica orientada por um alto grau de objetividade e o profissionalismo. A rede criada por ela compartilha dessas orientações e os dissemina na execução dos seus projetos, pois as ONGs beneficiárias são selecionadas tendo como critério este perfil. Com isso há uma contribuição para a assimilação por ONGs e movimentos sociais locais da lógica da produtividade e da competição, apesar da ênfase na cooperação entre as organizações.

A aproximação do fluxo das ideias pode ocorrer também a partir do discurso das grandes ONGs beneficiadas pela Fundação Moore, aquelas que possuem uma atuação global, da imagem que projetam sobre si mesmas.

Conforme se pode observar no quadro 3 (Anexo 5), entre os beneficiários se encontram organização de cooperação (política), instituições de pesquisa (científica) e ONGs com atuação em diversos países (WWF, Fundo Estratégico de Conservação - CSF, Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem - WCS, Fundo de Defesa Ambiental - EDF, Wood Hole Reserch Center – WHRC, Conservação Internacional - CI) e na Amazônia ( Equipe de Conservação da Amazônia – ACT, Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, Aliança da Terra - AT), ONGs fundadas no final do século XIX, como a Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem (WCS), marcadamente preservacionista e empresas de consultoria voltados ao comércio madeireiro, como a Nova Floresta (New Florests), criada em 2005.

Qual a imagem projetada pelas grandes ONGs e quais ideias são disseminadas a partir dela? Pode-se perceber que muitos elementos apresentados por Princen *et al* (1994) estão presentes na imagem projetada pelas grandes ONGs, provavelmente resultante do processo político, todavia também pode ser produto da reflexividade das próprias ONGs em função da produção científica relativa a atuação das ONGs e às condições para a sua eficácia enquanto ator político.

---

<sup>126</sup> In: Sayago *et al*, 2004

A ênfase na capacidade técnico-científica da equipe e na pesquisa científica como elemento central e norteador das ações são elementos destacados pelas ONGs com atuação global. Algumas se veem com a missão de prover os tomadores de decisão de conhecimentos científicos<sup>127</sup>.

A importância política das grandes ONGs na produção científica independente, na articulação entre o local e o global apontados como fenômenos que as tornaram importantes atores na política global (PRINCEN *et al*, 1994<sup>128</sup>; HAAS, 1993) está explícita em seus discursos.

As ONGs como agentes de mudança que operam, independentemente do Estado (PRINCEN *et al*, 1994, p. 230<sup>129</sup>), o discurso sobre a necessidade<sup>130</sup> e a capacidade de influenciar as políticas públicas e a perspectiva de cooperação que se reproduzem em todas as grandes ONGs ambientalistas e estão presentes em suas iniciativas e estrutura organizacional<sup>131</sup>.

A maioria das grandes ONGs projeta a imagem e demonstra, por sua organização que atua em rede, com escritórios espalhados em mais de um continente ou nos quatro continentes. A perspectiva adotada por muitas de se autodefinirem como rede pode trazer consigo a ideia de “horizontalidade” e a não vinculação a interesses específicos de um país, pois a política partidária e a vinculação a um país “identidade nacional” poderiam comprometer a perspectiva de defesa de valores universais, dificultando a atuação em algum país (PRINCEN *et al*, 1994<sup>132</sup>).

As parcerias podem incluir governos, empresas e movimentos sociais, conforme consta na página principal do sítio do Fundo de Defesa Ambiental (EDF): “temos parcerias com empresas, governos e comunidades para encontrar soluções ambientais práticas”<sup>133</sup>.

---

<sup>127</sup> Casos da WHRC e CI. Recentemente (maio de 2011) a CI lançou um guia para os cientistas e decisores envolvidos com a vida marinha, com dois volumes: Cientista: um guia para influenciar a tomada de decisão e Tomador de decisão: um guia de utilização da ciência. Fonte: [http://www.conservation.org/newsroom/pressreleases/Pages/Science\\_to\\_Impact\\_Blueprint.aspx](http://www.conservation.org/newsroom/pressreleases/Pages/Science_to_Impact_Blueprint.aspx).

<sup>128</sup> No capítulo 8 - Transnational Linkages. In: Princen e Finger (1994)

<sup>129</sup> Idem

<sup>130</sup> Na visão de *campaigners* (ativistas de ONGs ambientalistas) “Nós achamos que para alcançar mudanças positivas no mundo, você tem que influenciar, afinal, os governos, porque são eles que tomam as decisões políticas. E o melhor modo de fazer isso é através de pressões públicas” (Zhour, 2001, p. 37).

<sup>131</sup> A WWF está presente em diversos países, seus escritórios realizam trabalhos de conservação, envolvendo projetos práticos, pesquisa científica, educação ambiental, sensibilização para as questões ambientais e aconselhamento a governos locais e nacionais em matéria de política ambiental. A rede WWF conta com um especialista em Bruxelas que trabalha para influenciar as políticas e atividade da União Europeia e com outro especialista em Washington que trabalha para influenciar instituições globais envolvidas em questões econômicas internacionais. Fonte: [http://wwf.panda.org/who\\_we\\_are/organization/](http://wwf.panda.org/who_we_are/organization/) Acesso em 20.05.11).

<sup>132</sup> No capítulo 8 - Transnational Linkages. In: Princen e Finger (1994).

<sup>133</sup> “We partner with businesses, governments and communities to find practical environmental solutions”. In:

Mesmo os casos mais comprometedores, como os questionamentos à The Nature Conservancy a respeito de suas parcerias com a British Petroleum após o derramamento de óleo no Golfo do México têm como justificativa a proteção da natureza<sup>134</sup>.

O compromisso com as “gerações futuras” (Fundação Moore) ou com “a integridade da vida na Terra” (Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem - WCS), tal como manifestado no sítio da Fundação Moore, é utilizado para justificar as opções das organizações. Esses discursos das grandes ONGs tendem a ser incentivados e incorporados por ONGs que atuam em âmbito nacional e local, como condição de participação no campo ambiental, admitindo lealdades antes inadmissíveis (décadas de 1970 e 1980), quando o movimento ambientalista se apresentava predominantemente como crítica ao sistema de acumulação predominante.

Os discursos das grandes ONGs se aproximam do ideal de eficácia das ações desses atores políticos construídos a partir dos estudos empíricos por Princen *et al* (1994). As ONGs mais eficazes, conforme Princen *et al* (1994<sup>135</sup>), são as que conseguem vincular o local e o global, o biofísico e o político, organizar-se transnacionalmente, interagir com organizações internacionais - quando se afirmam como atores independentes e podem “plausivelmente” representar os interesses locais, e explorar as oportunidades transnacionais.

Além desses aspectos, as ONGs preservacionistas como a WCS possuem uma mensagem mobilizadora, utilizam-se de animais “carismáticos”<sup>136</sup> ou “icônicos” e locais “selvagens”, os “a vida selvagem”, explorando o imaginário social do “herói”, uma visão compartilhada por *campaigners* (ZHOURI, 2001; 2006)<sup>137</sup>.

#### 4.6 CONSIDERAÇÕES

A Fundação Moore é um importante ator político no campo ambiental, um componente intermediário na rede formada pelo fluxo de recursos na grande *environmental advocacy networks*, ocupa um “nicho” político, efeito das possibilidades abertas pelos

---

<http://www.edf.org/home.cfm>. Acesso em 19.05.2011.

<sup>134</sup> Sobre o questionamento do apoio da British Petroleum Peter Kareiva, cientista chefe da Nature Conservancy escreveu sua resposta sob o título “Por que nos envolvemos com a Indústria de Energia: é pela Natureza”. Publicado em 23.05.10. Disponível em <http://blog.nature.org/2010/05/nature-conservancy-oil-company-energy-bp-nature/>. Acesso em 20.12.10

<sup>135</sup> Idem

<sup>136</sup> Uma ONG local preservacionista e que se utiliza de espécies carismáticas é a Associação dos Amigos do Peixe-boi (AMPA) que abordaremos no próximo capítulo.

<sup>137</sup> Afirma Zhouri que o interesse pelas culturas exóticas e a vida selvagem foi recorrente nos depoimentos dos ambientalistas do Reino Unido focados na conservação da biodiversidade. Estes conceitos que fundamentam tais práticas são as mesmas que fundamentam a prática imperialista (2001, p. 19).

regimes ambientais internacionais, da construção de uma esfera pública global e da globalização ambiental.

Os regimes ambientais internacionais, como os regimes de biodiversidade e de mudanças climáticas, oportunizaram a abertura de canais suscetíveis às pressões de agentes não estatais, devido aos compromissos assumidos pelos estados, ao mesmo tempo em que se converteram em espaços de atuação orgânica das ONGs, por meio de seus especialistas. De igual modo, as conferências mundiais sobre meio ambiente promoveram uma discussão ampla e participativa sobre a conservação ambiental e o desenvolvimento com representantes de diversos setores, conformando uma esfera pública global.

Este contexto favoreceu as relações transnacionais e, com elas, a constituição e o desenvolvimento de arranjos institucionais a partir de atores não governamentais. Ressalta-se também que as fundações e grandes ONGs são atores especializados, com um alto grau de reflexividade na orientação de suas ações, daí a imagem que projetam de si mesmas.

Os recursos da Fundação Moore foram/são fundamentais para as transformações institucionais governamentais e para o desenvolvimento de projetos de conservação ambiental por ONGs ambientalistas na Amazônia. Estes projetos contemplaram e/ou contemplam o apoio à criação ou implementação de áreas protegidas, o manejo dos recursos naturais, pesquisa e formação. A execução deles, em sua maioria, ocorre em localidades distantes das capitais e envolve comunidades rurais e indígenas.

Houve/há a influência dos recursos também na distribuição de poder no campo ambiental em nível internacional (entre as grandes ONGs e entre estas e os estados). Em nível nacional, influencia diretamente nas formas de organização das ONGs, de políticas ambientais específicas e nas redes em diversos níveis, na medida em que foram priorizadas as ONGs mais profissionalizadas.

A capacidade técnico-científica e organização administrativa são condições e, ao mesmo tempo, critérios para o acesso aos recursos internacionais. Este aspecto também poderá ser visto no capítulo seguinte. A prioridade às ONGs mais profissionalizadas em função das necessidades para o alcance dos objetivos da Fundação Moore é um aspecto frequente em seu discurso. Este aspecto também foi percebido por Zhouri (2001) em seu estudo sobre as ONGs no Reino Unido:

A prioridade das ONGs globais implica a parceria com as ONGs profissionais mais estruturadas – aquelas com qualificações técnicas, habilidades lingüísticas e computacionais –, capazes de conduzir pesquisas e fornecer informações. Os problemas e contextos tipicamente locais da Amazônia exigem uma tradução para a esfera global. Assim, o relacionamento com as entidades de base ou com as comunidades locais passa a ser mediado pelas ONGs profissionais brasileiras, a maioria delas sediadas no sul do país e ainda dependentes dos recursos financeiros das entidades internacionais (ZHOURI, 2001, p. 23).

Os recursos propiciam a construção e/ou consolidação de redes e arranjos institucionais, no entanto, eles não são suficientes para compreender o efeito das relações transnacionais, pois correspondem a apenas um aspecto que pode oportunizar mudanças institucionais e o aprendizado social. O fluxo de recursos financeiros depende do nível de organização das instituições, tanto estatais quanto não governamentais, ou seja, depende de condições específicas, como articulações entre instituições e pessoas, a capacidade técnico-científica de elaboração de projetos e o domínio dos mecanismos para apresentá-los.

O montante de recursos destinado ao WWF para áreas protegidas consolida seu poder de ação na Bacia Amazônica e na Amazônia brasileira, em particular. Os recursos também consolidam algumas redes de ação, no âmbito do estado do Amazonas, a rede de conservação ambiental (unidades de conservação e áreas indígenas do Amazonas), no Pará a rede de conservação da floresta e manejo florestal. Não se pode deixar de observar o montante destinado à Conservação Internacional (CI) que embora não conste no quadro 1 (Anexo 3) evidencia a contribuição da Fundação Moore para o fortalecimento da sua estrutura organizativa global.

Em nível regional, as instituições envolvidas no projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) estabelecem uma rede de conservação da Amazônia, e, na área fronteira, há o fortalecimento da rede de organizações que atuam na região conhecida como MAP<sup>138</sup>. Concomitante à rede de financiamento propiciada pela Fundação Moore e às redes de ação dele decorrente são desenvolvidas redes estratégicas, associativas e redes de contato, entre as instituições e pessoas envolvidas<sup>139</sup>.

Verificou-se ainda que parte dos recursos oriundos da Fundação Moore se direcionara à execução de políticas governamentais em âmbito nacional (Projeto ARPA) e em âmbito estadual (Consolidação do Sistema de Unidades de Conservação), corroborando a

---

<sup>138</sup> Região que compreende os departamentos de Madre de Dios (Peru) e Pando (Bolívia) e o estado do Acre (Brasil).

<sup>139</sup> O caso da Rede Rio Negro que será abordada no capítulo seguinte.

complexidade de atores envolvidos com as políticas públicas atualmente no Brasil, mas também em outros países, devido ao raio de ação das grandes ONGs.

A distribuição de recursos financeiros entre projetos desenvolvidos revela as áreas geográficas consideradas prioritárias dentro da região e os tipos de ação considerados mais importantes pela Fundação Moore. Neste aspecto, tais recursos podem servir como indicadores da capacidade institucional das organizações e, ao mesmo tempo, funcionam como recurso de poder na política doméstica, em seus diversos níveis, alterando ou contribuindo para uma determinada configuração do poder político. A distribuição de recursos revela também as estratégias da Fundação Moore em “empoderar” governos e atores locais em um mesmo tipo de ação, promovendo, desse modo, a interação entre a sociedade civil e o estado.

As doações se convertem em recursos políticos por meio da execução de projetos, razão pela qual, as ONGs que se destacam em atuação são as que receberam maior volume de recursos. O perfil dos estados também se reflete no tipo de projeto aprovado. Para o Amazonas, o foco incide sobre as áreas protegidas, a criação e/ou gestão. Para o estado do Pará o foco incide sobre o manejo florestal.

Isso também se reflete na participação das organizações em instâncias de decisão, como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). No período de 2002 a 2006 o Instituto Socioambiental (ISA) fez parte do Conama como representante de entidade ambientalista de atuação nacional. Quanto à representação da região Norte no referido Conselho houve a predominância de ONGs do estado do Pará.

Das organizações não governamentais brasileiras com projetos exclusivamente no estado do Amazonas, apenas o Instituto Socioambiental (ISA) e a Fundação Vitória Amazônica (FVA) foram beneficiadas pela Fundação Moore desde sua criação até o ano de 2010. Aqui excluo as instituições brasileiras que atuam na Amazônia brasileira constantes no quadro 1 (Anexo 3). O ISA se destaca entre as organizações que receberam maior apoio financeiro, enquanto a FVA ocupa o sexto lugar em termos de montante recebido.

Deve-se notar que o volume de recursos para apoio a projetos e atividades desenvolvidas pelas ONGs na Amazônia e as redes criadas em torno dele e dos projetos desenvolvidos, muitas vezes sob a lente da cooperação e da integração para promover o desenvolvimento sustentável, tende a eclipsar as disputas e conflitos que envolvem os diversos atores, os embates entre os agentes das organizações não governamentais e os agentes estatais, as assimetrias entre as ONGs e entre essas e os movimentos sociais, as

desigualdades sociais existentes, a invisibilidade das populações e dos conflitos entre essas e as ONGs na execução dos projetos.

Por outro lado, a despeito da influência que as fundações e outros atores enquanto agentes financiadores, bem como das grandes ONGs enquanto financiadoras/executoras de projetos de conservação ambiental tem sobre a conservação ambiental na Amazônia, o desenvolvimento de projetos engendra o encontro entre gestores e pesquisadores de ONGs com grupos humanos, grupo indígenas e comunidades categorizadas como tradicionais ou não. Tal aproximação tende a produzir efeitos inesperados da ação (GIDDENS, 2009).

Desse modo, a perspectiva da conservação das grandes ONGs é refratada por estas interações, a partir das quais são geradas propostas inovadoras, são inseridas as demandas de populações locais, surgem novos arranjos e institucionalidades, mas também emergem novos conflitos. Ou seja, há um espaço de possibilidades ao mesmo tempo condicionadas pelo contexto (estrutura), mas também fecundo, devido ao encontro entre estruturas e agentes, cujo resultado pode ser o fortalecimento dos movimentos sociais com o surgimento e/ou fortalecimento de redes de defesa de populações humanas (indígenas, quilombolas, extrativistas), podendo chegar a configurar uma cooperação transnacional entre países em desenvolvimento, conforme se poderá ver no capítulo 6,

Assim, sob a perspectiva da teoria das redes e da teoria da ação, abre-se uma estrutura de oportunidades políticas para os atores não governamentais no qual agente e estrutura estão em constante interação.

## Capítulo 5

### ONGS NO AMAZONAS: ATIVIDADES, PROFISSIONALIZAÇÃO, IDENTIDADE E PARCERIAS INTERNACIONAIS

#### 5.1 INTRODUÇÃO

Conforme abordado no primeiro capítulo, a globalização se desenvolveu em diversas dimensões, incluindo a ambiental e a política, na medida em que a interdependência elevou muitas questões nacionais e transfronteiriças a impactarem o ambiente global. A globalização ambiental se reflete de forma contundente na realidade amazônica. A região é uma área de especial interesse sob o enquadramento de sua importância para a conservação da biodiversidade, das florestas tropicais e do clima global.

A perspectiva da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável passou a orientar diversas intervenções sobre a região, as quais são conduzidas não só pelo estado, mas também por atores não estatais. Observa-se com isso a reconfiguração física do território, a intervenção sobre as formas de uso dos recursos naturais pelas populações e a incorporação de novos elementos à política governamental, conforme observado no capítulo 3.

As preocupações com o ambiente global transpôs as esferas governamentais propiciando o surgimento de novos atores sociais e políticos e/ou mudanças na identidade ou da agenda de atores já existentes. Este fenômeno observado no âmbito global se manifesta localmente com o surgimento de ONGs e outras organizações como fundações e OSCIPs.

No capítulo anterior, foi visto que o processo de globalização e em particular a globalização ambiental logrou novos papéis a atores não governamentais como a Fundação Moore e às ONGs ambientalistas. Pode-se dizer que as relações transnacionais foram fundamentais ao fortalecimento da esfera pública (subnacional, nacional e global). Os recursos da Fundação Moore para a Amazônia afetaram a distribuição do poder da sociedade civil em nível doméstico, favoreceram a formação e/ou fortalecimento de redes de financiamento, redes de ação, redes estratégicas e redes de contato.

Deve-se destacar que a Fundação Moore foi tomada como exemplo devido à disponibilidade de informações sobre os projetos apoiados pela organização e pelo fato de a Fundação apoiar organizações com destacada atuação no estado do Amazonas. Os apoiadores internacionais das organizações ambientalistas que atuam no Amazonas se encontram no

quadro 6.

Neste capítulo, abordam-se ONGs ambientalistas que atuam no Amazonas, bem como algumas organizações sociais de interesse público (OSCIP) e fundações que atuam neste campo. A maioria dessas organizações se conecta ao movimento ambiental global por suas parcerias e redes, bem como pelo compartilhamento de princípios orientados pelo debate global sobre conservação ambiental.

A pesquisa que fundamentou este capítulo envolveu dois momentos. Primeiramente se buscou identificar as ONGs a partir de um mapeamento das organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas que têm sua sede no estado do Amazonas com base nas listas e/ou banco de dados do Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNEA), do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS), da Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e na Ecolista. Num segundo momento, procedeu-se à identificação das ONGs ambientalistas e outras organizações que atuam na gestão de unidades de conservação (UC) ou outros projetos na área ambiental, com parceria governamental.

Diversas ONGs surgiram em função e/ou no processo de criação de UCs, por isso o sítio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Estado do Amazonas (SDS) foi um das formas de identificação de ONGs que atuam no Amazonas, por meio da identificação das ONGs parceiras na criação e/ou gestão de unidades de conservação. Outra forma de identificação consistiu na pesquisa bibliográfica de teses, dissertações e artigos a respeito de ONGs ambientalistas e no acompanhamento dos boletins eletrônicos *Manchetes Socioambientais* (do Instituto Socioambiental - ISA) e do *ambientebrasil*, bem como pela utilização da ferramenta de busca do *google*<sup>140</sup>.

Os bancos de dados/listas anteriormente citados foram selecionados devido à sua importância em nível nacional. Além disso, diversos autores os citam ou os tomam por referência, como Assumpção (1993) e Gomes *et al*, (2008). A Ecolista resulta de preocupações surgidas em reuniões do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) em 1988. Consistiu, inicialmente, em um banco de dados elaborado com o apoio de ONGs, instituições governamentais e empresas. Ao longo do tempo, a atualização cadastral e algumas publicações com a sistematização das informações disponíveis no banco de dados foram viabilizadas pela parceria com o Instituto de Estudos da Religião (ISER), da ONG Mater Natura, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de algumas empresas. Desde 2004, dispõe do apoio da Petrobras

---

<sup>140</sup> Em busca no sítio de pesquisa *google* sobre os sítios das ONGs ambientalistas localizadas no Amazonas, identificou-se ainda o Instituto Piatam e o Instituto Amazônia.

na ECOLISTA Online, onde o cadastramento é voluntário<sup>141</sup>.

Quanto ao Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), sua origem (1990) está vinculada a uma articulação entre movimentos sociais e ONGs no contexto preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). A eficácia da articulação levou à sua transformação em organização. Congrega uma extensa lista de ONGs e movimentos sociais envolvidos com o tema ambiental. A organização participa de fóruns nacionais e globais de meio ambiente. Assim como o FBOMS, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) foi criada em 1991 com objetivo de fortalecer o intercâmbio das organizações não governamentais em prol da democracia.

O Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas (CNEA) é um banco de dados oficial. Foi criado pela Resolução CONAMA/Nº 006/89 com o objetivo de manter em banco de dados o registro das Entidades Ambientistas não governamentais atuantes no país. O cadastro no CNEA é um pré-requisito para a eleição dos representantes das Entidades Ambientistas Civis das cinco regiões do país no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Destaca-se que a utilização exclusiva dos bancos de dados/lista de ONGs levaria a deixar de considerar diversas ONGs com parcerias com o governo do Amazonas para a gestão de unidades de conservação, a exemplo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMM) e do Instituto Piagaçu-Purus (IPI), bem como ONGs que possuem uma atuação orgânica no estado com escritórios locais, porém com sede em outros estados, tais como o Instituto Socioambiental (ISA), o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) e outras, as quais serão abordadas no próximo item.

Assim, com base nas informações obtidas nessas listas/bancos de dados e das bibliografias, sítios institucionais governamentais e informações sobre ONGs ambientalistas foram acessados os sítios das organizações, o que permitiu a caracterização da maioria das ONGs, bem como foram entrevistados gestores de ONGs e redes. A lista dos entrevistados encontra-se no Anexo 1.

Deve-se notar que o conjunto de ONGs ambientalistas referidas neste estudo não corresponde a um quadro completo das ONGs ambientalistas existentes no estado do Amazonas. Outras ONGs foram identificadas ao longo da pesquisa, porém por critérios diversos não foram incluídas, seja por falta de disponibilidade de informações, dificuldades de

---

<sup>141</sup> Desde o início, na Ecolista estão inseridas instituições governamentais e não governamentais sem fins lucrativos que se reconhecem como ambientalistas.

contato ou mesmo em função (na fase final de elaboração da tese) da necessidade de limitar o conjunto a ser analisado.

Também não foram incluídas ONGs braços de grandes ONGs, como WWF Brasil, Greenpeace, entre outras, devido à prioridade dada às organizações de caráter nacional. Acredita-se, no entanto, que as ONGs inseridas no estudo possibilitam a tipificação do conjunto existente no Amazonas, e que entre elas, estão organizações com relevantes contribuições para a governança ambiental subnacional, nacional e global. Esta última por meio das redes transnacionais.

Quanto às ONGs abordadas, ver-se-á que a capacidade instalada é um elemento essencial para a captação de recursos internacionais e que a despeito dessa condição, pequenas ONGs conseguem apoio internacional articulando-se com ONGs maiores, integrando-se a redes transnacionais.

O perfil das ONGs no Brasil elaborada por Gomes *et al* (2008) é utilizado como um comparativo para a análise sobre as informações acessadas, pois sintetizam algumas características apontadas em outros estudos que abordam ONGs ambientalistas brasileiras realizados por Assumpção (1993) e Aquino (2003), no que concerne ao período de crescimento do número de ONGs e à profissionalização dessas organizações.

A obtenção de informações ocorreu a partir da realização de entrevistas e consulta aos sítios das organizações. As entrevistas foram fundamentais para perceber as nuances do ambientalismo das organizações, bem como a identificação de disputas no campo ambiental e a expressão da percepção das assimetrias Norte/Sul. Em alguns casos, propiciou conhecer a sede das organizações, ensejando uma percepção mais qualitativa da capacidade instalada.

Deve-se destacar, no entanto, que os agentes entrevistados possuem um alto grau de reflexividade e profissionalismo no trato com informações em função da possibilidade que as informações, uma vez divulgadas, possam alterar a sua própria condição no campo em relação a parcerias, aos seus pares, à própria organização, ou que possam ter implicações negativas à atuação das ONGs. Além disso, em diversos momentos as ONGs, tomadas de forma generalizada, são postas sob suspeição<sup>142</sup>. Em alguns casos, isso dificulta o desvelamento das

---

<sup>142</sup> Em diversos momentos, as ONGs são postas em suspeição. Sob a acusação de “internacionalização” da Amazônia, são vistas como promotoras de interesses externos sobre a região, perspectiva oriunda sobretudo de setores militares mas também compartilhadas por outros setores, manifestada fundamentalmente em momentos críticos de alianças entre ONGs e movimentos sociais e/ou indígenas, caso da demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol ou das ações de movimentos sociais e de ONGs ambientalistas quanto à implantação das usinas hidrelétricas no rio Madeira ou quanto ao uso de recursos públicos. Em 2003, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, para investigar o repasse de recursos públicos para ONGs.

condições de funcionamento do campo ambiental.

Os sítios foram concebidos no escopo do estudo como espaço de expressão da identidade elaborada discursivamente, produto da reflexão da própria organização quanto à imagem, as metas, as estratégias e as principais atividades da organização.

Partiu-se da ideia de que as ONGs mais influentes são aquelas que dispõem de maiores recursos, de comunicação e de informação, de pessoal, de aportes financeiros e de capital sociopolítico, entendido este como capacidade técnico-científica e poder associativo. Os próprios sítios, assim, são um indicador dos recursos e da capacidade de cada uma das organizações, sendo, ao mesmo tempo, causa e efeito dessa capacidade.

Os sítios, analisando sob a perspectiva de uma ação racional com relação a fins, também expressam uma consciência discursiva, um discurso coerente. Ocorre que a coerência não pode ser apenas no nível do discurso, mas também da prática social. Por ambos, mas, sobretudo, pela prática a organização se torna conhecida e reconhecida. No entanto os sítios podem representar situações nem sempre condizente com a realidade ou que induzem a uma percepção parcial da realidade<sup>143</sup>.

As listas/bancos de dados consultados permitem a identificação das ONGs localizadas no Amazonas e que atuam nesse espaço territorial, mas existem ONGs que atuam no estado cujos registros nestes bancos de dados são referentes ao estado onde se localizam suas sedes por isso recorreu-se a outras formas de identificação.

A exemplo dessas dificuldades, observa-se que no universo de 46 instituições analisadas por Gomes *et al* (2008), quinze ONGs tinham atuação na região Norte, e dessas, onze tinham suas sedes em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal (GOMES *et al.*, 2008, p. 507).

---

<sup>143</sup> O sítio da Fundação Vitória Amazônica nos dá a impressão de que a organização dispõe de equipe suficiente para o desenvolvimento de suas atividades, no entanto em contatos realizados e em visita à instituição, houve diversas vezes em que a equipe manifestou a carência de pessoal, por exemplo, para trabalhar com o sítio da instituição. Situação semelhante pode ser encontrada em relação às demais organizações, como o Instituto Piagaçu-Purus.

## **5.2 ONGs AMBIENTALISTAS NO AMAZONAS: objetivos, atividades, profissionalização, identidade e parcerias**

A criação da maioria das ONGs ambientalistas no Brasil foi favorecida pelo contexto de democratização e a reforma do Estado<sup>144</sup>, bem como pelo ambiente preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como reflexo da globalização ambiental referida no capítulo primeiro. A maioria das ONGs ambientalistas com atuação no Amazonas, referidas neste estudo, foi criada a partir da década de 1990.

No estado do Amazonas, o número de eventos tais como seminários, workshops, palestras, conferências envolvendo a temática ambiental se multiplicaram e compuseram um contexto favorável à criação de ONGs ambientalistas. Apesar disso, o estado, bem como a região Norte, conta com um pequeno número desse tipo de instituição. A maioria está localizada nas regiões Sudeste e Nordeste.

De acordo com *Gomes et al* (2008), no CNEA, por ocasião de sua pesquisa, estavam cadastradas 518 entidades. Comparando com informações atuais, observam-se algumas mudanças. Atualmente são 562 entidades. O Sudeste que contava com 40% das ONGs lá localizadas, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, passou a concentrar 44,6% das organizações. O aumento do número absoluto das ONGs nessa região alterou os percentuais das demais. O Nordeste permanece com o segundo maior número de ONGs, sendo que passou de 21,04% a 20,1%. O menor percentual de ONGs se localizava na região Norte e permanece em pouco mais de 6%. No quadro geral, portanto, não houve mudança significativa em relação à localização das ONGs nas regiões do país.

Entre os fatores que favorecem a localização das ONGs na região Sudeste, de acordo com *Gomes et al* (2008), destacam-se a localização de grandes indústrias com impactos sobre o meio ambiente, a concentração urbana com grandes bolsões de pobreza e violência urbana, e a maior facilidade de acesso a recursos financeiros.

No Nordeste, o alto nível de desigualdade social e a localização de indústrias, em particular o polo industrial da Bahia, onde os pesquisadores encontraram o maior número de ONGs da região, parecem ser as razões para a concentração desse tipo de instituição de acordo

---

<sup>144</sup> A proposta de Reforma do Estado no Brasil na década de 1990, de acordo com Bresser Pereira, baseou-se na implantação de uma administração pública gerencial. Nesse modelo, os serviços não exclusivos do Estado (os serviços de educação, de saúde, culturais e de pesquisa) poderiam ser desenvolvidos por organizações não estatais (não governamentais), mas com controle público, vinculadas ao estado mediante de contrato de gestão (BRESSER-PEREIRA, 1998).

com a pesquisa acima referida. Além desses, o fato de compartilharem o bioma Mata Atlântica também tem grande influência para a localização da maioria das ONGs nas regiões sudeste e nordeste. Deve-se ressaltar que apesar dessa localização, muitas organizações possuem atuação em outras regiões. A seguir as ONGs situadas na região Norte.

**QUADRO 3. ONGs SITUADAS NA REGIÃO NORTE SEGUNDO OS BANCOS DE DADOS/LISTAS DO CNEA, ABONG, ECOLISTA, FBOMS<sup>145</sup>**

BANCO DE DADOS/LISTA	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	?	TOTAL REGIÃO NORTE
ABONG	02	-	01	10	-	-	04	03	20
FBOMS	06	04	02	11	03	-	02	-	28
CNEA	03	05	01	12	08	01	06	-	36
Ecolista	03	05	02	06	04	01	04	-	25

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações obtidas nos sítios dos Bancos/Listas do CNEA, da ABONG, da Ecolista e do FBOMS<sup>146</sup>.

Dado o destaque que a Amazônia adquiriu nas discussões sobre o meio ambiente, as preocupações relativas à conservação da floresta, poderia esperar-se um aumento no número de ONGs ambientalistas no Amazonas, no entanto isto não foi observado nos bancos/listas consultados. Como se observa no quadro 03, o Pará é o estado que possui o maior número de ONGs conforme o levantamento realizado.

Na Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), na Regional Amazônia, existem vinte ONGs associadas. Dez das ONGs associadas se localizam no estado do Pará. Em três delas, não se encontraram informações além do nome. Não existem ONGs cadastradas dos estados de Rondônia, Roraima, Maranhão e Amazonas.

<sup>145</sup> Listas/ Bancos por suas siglas: Cadastro Nacional de ONGs Ambientalistas (CNEA), da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), da Ecolista e do Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS).

<sup>146</sup> O levantamento na ABONG consistiu na consulta às ONGs associadas à ABONG Regional Amazônia. Disponível em <http://www.abong.org.br>. Acesso em 27.07.2010. A lista de associados no FBOMS se encontra disponível em <http://www.fboms.org.br>. Acesso em 01.08.2010. No FBOMS há 67 organizações cadastradas na região Norte. No banco de dados sobre os membros do FBOMS não é possível consultar pela categoria ONGs e sim todos os membros por região e por estado. Assim, tentou-se identificar as ONGs do conjunto dos membros. Algumas organizações não foram incluídas, como escolas, núcleos de pesquisa, cooperativas, sindicatos e associações de produtores. Também percebeu-se que o nome de algumas ONGs aparece mais de uma vez. O levantamento das ONGs na Ecolista realizado no banco de dados da lista, disponível em [www.ecolista.com.br](http://www.ecolista.com.br). Acesso em 01.08.2010. Na consulta utilizou-se os seguintes critérios: ONGs situadas no estado do Amazonas com projetos com comunidades locais e projetos de conservação ambiental na Amazônia.

No Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), há o cadastro de vinte e oito ONGs localizadas na região Norte. Entre elas se encontram quatro ONGs ambientalistas cadastradas, são elas a Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA), a Fundação Vitória Amazônica (FVA) e a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA).

Existem atualmente trinta e seis entidades ambientalistas da região Norte cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA), das quais cinco se localizam no estado do Amazonas, oito em Rondônia, seis no Tocantins e doze entidades ambientalistas têm sua sede no estado do Pará.

No CNEA, as ONGs se cadastram voluntariamente. Com base nesse cadastro, as entidades ambientalistas podem votar e serem votadas para atuarem como representantes regionais da sociedade civil da categoria no Conselho Nacional de Meio Ambiente por dois anos. As ONGs que compõem o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) também têm os seus representantes entre as entidades cadastradas no CNEA.

As ONGs do Amazonas cadastradas no CNEA são a Fundação Vitória Amazônica (FVA), o Instituto de Preservação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais da Amazônia (IPRAM), a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA) a Associação Naturalista do Amazonas e a Fundação Ecológica de Proteção de Manacapuru (FEPAM)<sup>147</sup>.

Segundo a Ecolista, existem 25 ONGs na região Norte, cinco ONGs localizadas no Amazonas. Dessas, quatro estão situadas na capital do estado e uma no município de Itacoatiara. Esta última é a única que possui uma atuação mais localizada, restrita ao município. As quatro ONGs situadas em Manaus são: a Associação Amigos do Peixe-Boi (AMPA), a Fundação Vitória Amazônica (FVA), que também consta nas duas listas citadas anteriormente; o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) e o Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia (ITEC).

Além dessas ONGs também foram identificadas cinco organizações que trabalham com a gestão de unidades de conservação em parceria com o governo estadual. São elas: Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Instituto Piagaçu-Purus (IPI), Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e o Instituto de Pesquisas

---

<sup>147</sup> Nenhuma das ONGs do Amazonas teve participação no CONAMA como representantes do segmento na região Norte, as ONGs do estado do Pará são as que têm sido as representantes regionais com maior frequência no referido Conselho.

Ecológicas (IPÊ). Há outras organizações que trabalham com projetos de conservação ambiental, cuja identificação ocorreu ou por meio da ferramenta de busca da web e/ou em função do levantamento bibliográfico.

**QUADRO 4: ONGS AMBIENTALISTAS NO AMAZONAS, CRIAÇÃO, LOCALIZAÇÃO DA SEDE, FONTE DE IDENTIFICAÇÃO**

<b>ORGANIZAÇÃO</b>	<b>DATA DE CRIAÇÃO</b>	<b>SEDE/ESCRITÓRIO</b>	<b>FONTE</b>
1. Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC)	1981	Silves (AM)	FBOMS
2. Fundação Vitória Amazônica (FVA)	1990	Manaus (AM)	CNEA, Ecolista, FBOMS, SDS/CEUC
3. Sociedade Civil Mamirauá (SCM)	1990	Tefé (AM)	Outra
4. Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	1992	Nazaré Paulista (SP)	SDS/CEUC
5. Instituto Socioambiental (ISA)	1994	Sede em São Paulo/No Amazonas escritório em Manaus e São Gabriel das Cachoeiras	Outra
6. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	1995	Piracicaba (SP)	Outra
7. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA)	1999	Manaus (AM)	FBOMS
8. Associação Viva Verde da Amazônia (AVIVE)	1999	Silves (AM)	Outra
9. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	1999	Sede principal em Tefé (AM)	SDS/CEUC
10. Instituto de Preservação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais da Amazônia (IPRAM)	2000	Manaus (AM)	CNEA
11. Associação Amigos do Peixe-Boi (AMPA)	2001	Manaus (AM)	Ecolista
12. Instituto Amazônia (IA)	2001	Manaus (AM)	Outra
13. Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM)	2004	Manaus (AM)	Ecolista SDS/CEUC
14. Instituto Piagaçu-Purus (IPI)	2004	Manaus (AM)	SDS/CEUC
15. Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia (ITEC)	2005	Manaus (AM)	Ecolista
16. Fundação Amazônia Sustentável (FAS)	2007	Manaus (AM)	SDS/CEUC
17. Associação de Moradores pela Preservação e Desenvolvimento do Jardim Lorena (AMPDJL)	2008	Itacoatiara (AM)	Ecolista

Quadro 4 – Continuação

ORGANIZAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	SEDE/ESCRITÓRIO	FONTE
18. Instituto Piatam (I-Piatam)	Sem inf	Manaus (AM)	Outra
19. Fundação Ecológica de Proteção de Manacapuru (FEPAM)	Sem inf	Manacapuru (AM)	CNEA
20. Associação Naturalista do Amazonas	Sem inf	Sem inf	CNEA
21. Fundação Almerinda Malaquias (FAM)	2000	Novo Airão (AM)	Outra
22. Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA)	1997	Manaus (AM)	CNEA/FBOMS

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa.

Os objetivos e as atividades informadas nas entrevistas e nos sítios pelas ONGs e as outras organizações ambientalistas estudadas permitem agrupá-las por seu envolvimento com: gestão de unidades de conservação; conservação ambiental, cultura e áreas indígenas; arranjos para o fortalecimento dos movimentos sociais e geração de renda; mercado de serviços relacionados à proteção ambiental e; ONGs para a conservação de espécies<sup>148</sup>.

### 5.2.1 Arranjos para a Conservação

A conservação ambiental é o elemento que permite agrupar as organizações não governamentais identificadas, mas cada uma se insere neste campo de um modo específico, seja por meio da gestão de unidades de conservação, investimento em capacitação e fortalecimento de movimentos sociais, preservação de espécies ameaçadas de extinção, investimento em geração de renda ou prestação de serviço na área ambiental, conforme o Quadro 5.

Ressalta-se que a participação da maioria dessas organizações nacionais na conservação ambiental no Amazonas está fundamentalmente relacionada ao apoio de ONGs e fundações com atuação internacional ou global na área de meio ambiente, por meio da participação em redes de financiamento e/ou redes de parceria com as quais contaram em sua criação e/ou estruturação, e contam atualmente na execução de suas atividades, conforme observado no capítulo anterior.

<sup>148</sup> No Anexo 6, encontra-se um quadro sobre os objetivos e/ou missões das ONGs e Anexo 7 há um quadro com as atividades desenvolvidas por essas organizações.

**QUADRO 5. NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES POR CATEGORIA DE ATUAÇÃO**

<b>CATEGORIAS DE ATUAÇÃO</b>	<b>Nº DE ONGS<sup>149</sup></b>
Gestão de Ucs	07
Conservação Ambiental, cultura e áreas indígenas	02
Arranjos para o fortalecimento dos movimentos sociais e geração de renda	05
Mercado de serviços relacionados à proteção ambiental	05
ONGs para a conservação de espécies	01

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa.

Os grandes projetos governamentais com apoio internacional como o Projeto Piloto de Proteção as Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), concluído, e o Projeto Áreas Protegidas na Amazônia (ARPA), que ainda está sendo desenvolvido também influenciaram/influenciam o contexto no qual a atuação das organizações mencionadas se processa.

O debate global sobre a conservação das florestas tropicais, da biodiversidade, e em torno das mudanças climáticas e o significado da Amazônia nesse cenário projeta o estado do Amazonas, o maior da Amazônia brasileira, como área de grande importância para o desenvolvimento de estratégias de conservação.

**5.2.1.1 Parcerias para a Gestão de Unidades de Conservação**

Neste item discorre-se sobre ONGs que atuam em parceria com governos na gestão de unidades de conservação. São elas: o Instituto Piagaçu-Purus (IPI), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), a Fundação Vitória Amazônica (FVA), a Sociedade Civil Mamirauá (SCM), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e o Instituto Amazônia (IA). As primeiras possuem parceria com o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), algumas delas também participam da gestão de unidades de conservação federal (FVA e IPÊ). O Instituto Amazônia (IA) tem parceria para gestão de

<sup>149</sup> O número total não coincide com o número de organizações analisadas porque algumas estão agrupadas em mais de uma categoria. Nas organizações de gestão, a Sociedade Civil Mamirauá e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá estão contados como uma organização devido sua atuação conjunta na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

unidade de conservação em nível municipal.

Conforme consta em seu sítio, o Instituto Piagaçu-Purus (IPI) se define como uma ONG socioambientalista<sup>150</sup>. Foi criado em fevereiro de 2004 no intuito de ser o órgão colaborador na elaboração do Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus, no baixo rio Purus, no sul do estado do Amazonas.

No histórico do IPI, consta que sua criação visou suprir a ação do estado na gestão da unidade de conservação a partir da associação entre pesquisadores<sup>151</sup>. O Instituto desenvolve suas atividades a partir dos programas e projetos: 1. conservação e manejo da pesca, 2. diversidade e conservação da ictiofauna, 3. diversidade e conservação da herpetofauna, 4. diversidade e conservação de primatas, 5. diversidade e conservação da avifauna, 6. diversidade e manejo de quelônios, 7. conservação e manejo de jacarés, 8. conservação e manejo de animais silvestres. O Instituto elaborou o diagnóstico socioeconômico das populações não indígenas e tinha entre os seus programas o agroextrativismo<sup>152</sup>. A elaboração do Plano de Gestão da Reserva também foi realizada pelo IPI em parceria com o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC/SDS).

A Sociedade Civil Mamirauá (SCM) conforme informação disponível no seu sítio foi criada em 1990 com o objetivo de captar recursos e administrar as atividades de implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM)<sup>153</sup>. Hoje, a SCM funciona como captadora de recursos para o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), que atualmente atua na gestão das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá.

O IDSM tem por missão o desenvolvimento de modelo de área protegida para grandes áreas de florestas tropicais onde, por meio de manejo participativo, possam ser mantidas a biodiversidade, seus processos ecológicos e evolutivos, buscando a melhoria da qualidade de vida da população tradicional<sup>154</sup>.

Aquino (2003) se refere à Mamirauá como uma organização, uma instituição que se realiza através da ONG Sociedade Civil Mamirauá (SCM), do Instituto de Desenvolvimento

---

<sup>150</sup> Informações disponíveis em [www.piagacu.org.br](http://www.piagacu.org.br). Acesso em 01.08.2010

<sup>151</sup> Há um destaque à equipe que compõe a ONG, formada por pesquisadores de instituições tradicionais de ensino e pesquisa, que são o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Com isso se observa a preocupação com o lastro científico, uma demonstração da perícia do Instituto. E, nesse sentido, seu perfil se aproxima de um instituto de pesquisa.

<sup>152</sup> A crise econômica norte-americana de 2008 afetou o repasse de recursos para a organização pela sua principal apoiadora financeira, a Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem (WCS) o que comprometeu a continuidade de alguns projetos, de acordo com informações de Cláudia Pereira de Deus, presidente do Instituto Piagaçu-Purus (IPI). Entrevista em 25.07.11.

<sup>153</sup> Informações disponíveis em [www.mamiraua.org.br](http://www.mamiraua.org.br). Acesso em 01.09.2010

<sup>154</sup> Idem

Sustentável Mamirauá (IDSM) e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. A SCM é uma ONG, e o IDSM é uma organização social de interesse público. Apesar das diferentes institucionalidades as duas organizações trabalham cooperativamente.

O IDSM desenvolve suas atividades por meio de programas de pesquisa (econômicas, demográficas, de saúde e estudos antropológicos, pesquisa sobre jacarés, quelônios, peixe-boi e botos), manejo (de pesca, florestal comunitário, para a agricultura familiar, para o artesanato, para o turismo de base comunitária) e assessoria técnica nas áreas das Reservas Mamirauá e Amanã<sup>155</sup>.

A categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) foi forjada no âmbito das ações dos pesquisadores na área da Estação Ecológica Mamirauá<sup>156</sup>, provavelmente influenciada pela proposta de Reserva Extrativista, processo político que tinha se desenvolvido desde o final da década de 1980. Propõe-se a comportar um processo participativo de conservação ambiental. Ambas as categorias de Unidades de Conservação (Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável) foram consideradas inovações na política de conservação ambiental e foram incorporadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado em 2000.

A ideia de Modelo Mamirauá é referida diversas vezes no sítio, tanto em relação à conservação da biodiversidade quanto ao momento atual, em relação à Reserva de Desenvolvimento Sustentável. O modelo foi proposto no Projeto Mamirauá, formulado por diversos pesquisadores e coordenado pelo biólogo José Márcio Ayres no final da década de 1980. A incorporação das populações na conservação dos recursos naturais é referida como uma inovação<sup>157</sup>.

O apoio da Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem (WCS) foi fundamental para a criação e estruturação da Sociedade Civil Mamirauá (SCM), do Instituto Piagaçu-Purus (IPI) e para a criação das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Piagaçu-Purus. A organização funciona como uma intermediária no repasse de recursos financeiros da Fundação Gordon e Betty Moore, para a SCM e o IPI, compondo uma rede de financiamento

---

<sup>155</sup> Informações disponíveis em <http://www.mamiraua.org.br/pagina.aspx?cod=2>. Acesso em 11.06.11.

<sup>156</sup> A Estação Ecológica Mamirauá foi criada em 1990 pelo governo do Estado do Amazonas, proposta pelo pesquisador José Márcio Ayres com a finalidade de proteger o macaco uacari branco, espécie em risco de extinção. Em 1996 seria revista a categoria da UC, transformada em RDS.

<sup>157</sup> No modelo, o manejo se baseia em pesquisa científica, sólida e contínua, para o zoneamento da área e para a normatização do uso dos recursos naturais locais, com a intensa participação da população local no uso desses recursos e na gestão da área protegida, conforme consta no sítio. Observa-se, desse modo, a ênfase na pesquisa científica como elemento balizador das ações do Instituto, reafirmada institucionalmente por um convênio com o Ministério de Ciência e Tecnologia.

da conservação ambiental. A comunidade epistêmica da biologia da conservação desempenhou um papel decisivo na construção do modelo Mamirauá, conectando o local ao global, de acordo com Inoue (2007).

A Fundação Vitória Amazônica (FVA), fundada em 1990, define-se como uma entidade socioambiental com atuação na Bacia do rio Negro. Tem como objetivo a conservação da biodiversidade aliada à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região amazônica, mediante o uso racional dos recursos naturais. Sua missão consiste em promover a conservação da biodiversidade na Amazônia mediante a geração e aplicação de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento humano em bases sustentáveis na bacia do rio Negro<sup>158</sup>.

Desenvolve os seguintes projetos na gestão das Unidades de Conservação (UCs) onde atua: geopolítica da conservação II, que visa fortalecer o sistema de Áreas protegidas do baixo rio Negro; monitoramento da biodiversidade; fortalecimento social e educação ambiental; bases socioambientais para a gestão; sensibilização das comunidades para a conservação e geração de renda (manejo); estímulo à produção extrativista (Reserva Extrativista do Rio Unini); mercado rio Negro: parcerias para a conservação, que visa estimular o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, como o artesanato<sup>159</sup>.

O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), criado oficialmente em 2004, tem a finalidade de realizar pesquisas e estudos científicos, formar e capacitar recursos humanos especializados e prestar serviços técnicos, científicos e jurídicos, orientados para o desenvolvimento sustentável.

As atividades da organização são desenvolvidas em função dos programas de Mudança Climáticas, de Unidades de Conservação e de Manejo dos Recursos Florestais. O primeiro compreendeu suporte técnico e científico ao governo do estado na formulação e implantação da política estadual de mudanças climáticas por meio da participação na Iniciativa Amazonas<sup>160</sup> e se mantém em apoio às políticas nessa área.

A Iniciativa Amazonas estabeleceu um marco técnico, legal e institucional para a

---

<sup>158</sup> De acordo com informações disponíveis em [http://www.fva.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=46&Itemid=53](http://www.fva.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=53). Acesso em 25.07.2010.

<sup>159</sup> Idem

<sup>160</sup> A Iniciativa foi coordenada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), com o suporte técnico do IDESAM, apoio financeiro do Banco Mundial e colaboração do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ), International Center for Tropical Agriculture (CIAT), Conservation Strategy Fund (CFS), Center for International Forestry Research (CIFOR) e a empresa e a empresa Pinheiro-Neto Advogados. De acordo com informações disponíveis em <http://www.idesam.org.br/projetos/iniciativa.php> Acesso em 14.03.11.

implementação de mecanismos de pagamento por serviços ambientais para a compensação por reduções de emissões de carbono do desmatamento. Seus resultados se expressam nas seguintes normas: Lei da Política Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Lei 3135/07) e a Lei do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (Lei complementar 53/07) e a criação da Fundação Amazonas Sustentável (FAS). Ressalta-se que o IDESAM, conforme informado em seu sítio, é observador oficial registrado na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

O segundo programa envolve a parceria com o governo estadual na gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uatumã. O terceiro envolve a estruturação de arranjos produtivos locais, sua integração às cadeias produtivas, o fortalecimento de organizações e a formação de lideranças comunitárias e a certificação florestal.

A Fundação Amazônia Sustentável (FAS) é uma instituição público-privada, não governamental e sem fins lucrativos. Foi criada em dezembro de 2007<sup>161</sup>. A FAS, conforme seu estatuto, tem o objetivo de promover a assistência social, por meio de apoio a projetos relacionados à geração de renda, ao desenvolvimento do saneamento, a saúde, a educação e ao turismo baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável; e desenvolver e administrar programas e projetos de mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável<sup>162</sup>.

Entre os programas implementados pela Fundação, encontram-se o bolsa floresta, o projeto reserva de desenvolvimento sustentável do Juma<sup>163</sup> para a redução de emissão de gases do efeito estufa proveniente do desmatamento e programa de desenvolvimento do etnoturismo.

O Programa bolsa floresta foi concebido desde 2003 na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) e agora é desenvolvido pela FAS<sup>164</sup>. O Projeto Juma visa conter o desmatamento e a consequente emissão de gases de efeito estufa, com ações que

---

<sup>161</sup> A criação da FAS é objeto de diversos questionamentos ao governo do estado por movimentos sociais e ONGs, devido à criação de uma organização privada para gerir recursos públicos. A proposta que vinha sendo discutida no âmbito do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, para a elaboração da lei de mudança climática, segundo representantes da rede GTA e de ONGs, era a de que seria criado um fundo e o acesso a ele seria por meio de edital.

<sup>162</sup> De acordo com o Estatuto da Fundação. Disponível em [http://www.fas-amazonas.org/pt/useruploads/files/estatuto\\_social\\_-\\_funda%C3%A7%C3%A3o\\_amazonas\\_sustent%C3%A1vel.pdf](http://www.fas-amazonas.org/pt/useruploads/files/estatuto_social_-_funda%C3%A7%C3%A3o_amazonas_sustent%C3%A1vel.pdf). Acesso em 20.04.11.

<sup>163</sup> O IDESAM é parceiro operacional da FAS nesse programa.

<sup>164</sup> O Programa Bolsa Floresta compreende os seguintes componentes: bolsa floresta renda, como incentivo à produção sustentável; bolsa floresta social que inclui investimentos em saúde, em educação, em transporte e em comunicação; bolsa floresta associação que compreende o fortalecimento da associação e o controle social do programa; associação e bolsa floresta familiar, que visa o envolvimento das famílias na redução do desmatamento. De acordo com as informações disponíveis em <http://www.fas-amazonas.org/pt/secao/programa-bolsa-floresta>. Acesso em 25.04.11.

envolvem o fortalecimento da fiscalização e controle ambiental, a geração de renda através de negócios sustentáveis, o desenvolvimento comunitário, a pesquisa científica, a educação e o pagamento direto por serviços ambientais por meio do programa bolsa floresta<sup>165</sup>.

O Instituto Amazônia (IA) foi criado no ano de 2001, é reconhecido como uma organização civil de interesse social conforme a Lei no. 9.790 de 23 de março de 1999. São muito abrangentes os objetivos do Instituto, mas o primeiro descrito consiste na defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

As experiências são variadas, compreende a gestão da Área de Proteção Ambiental Tapuruquara, no município de Santa Isabel do rio Negro, a consultoria para a implantação de empresas e a realização de eventos culturais, ações técnicas de apoio e suporte à regularização fundiária, assistência técnica, extensão rural e florestal entre outras. A própria estrutura da entidade se direciona ao desenvolvimento de atividades bastante diferenciadas, quando se organiza em departamentos que funcionam como unidades prestadoras de serviços.

O Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) foi fundado oficialmente em 1992. Com sede principal em São Paulo, atua na Amazônia sistematicamente desde 2000, desenvolvendo projetos na área do baixo rio Negro<sup>166</sup>, embora tenha coordenado o Plano de Manejo da então denominada Estação Ecológica de Anavilhanas<sup>167</sup>. O IPÊ desenvolve trabalhos em cooperação com outras organizações não-governamentais que atuam na área do rio Negro, por meio da Rede rio Negro. Também desenvolve atividade no estado do Pará desde 2007.

No Amazonas, o IPÊ desenvolve o Projeto Baixo Rio Negro que inclui o programa de conservação do peixe-boi da Amazônia, e os projetos: agrobiodiversidade, mosaico de áreas protegidas, ecoturismo com bases comunitárias, implantação da meliponicultura junto a comunidades ribeirinhas no baixo rio Negro, educação ambiental, projetos navegando educação na Amazônia, e curso introdutório de gestão de unidades de conservação.

Dentre as ONGs que trabalham com a gestão de unidades de conservação, encontra-se também o Instituto de Preservação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais da Amazônia (IPRAM), fundado no ano 2000. O IPRAM tem como missão melhorar a qualidade de vida da população através da defesa, proteção e utilização sustentável do meio ambiente, da

---

<sup>165</sup> Informações disponíveis em <http://www.fas-amazonas.org/pt/secao/projeto-juma>. Acesso em 25.04.11.

<sup>166</sup> A organização desenvolve trabalho nas seguintes UCs: no Parque Nacional Anavilhanas, nos Parques Estaduais do rio Negro-Setor Norte e Setor Sul, na APA Estadual da Margem Esquerda do rio Negro-Setor Aturiá-Apuazinho e APA Estadual da Margem Direita do Rio Negro-Setor Puduari-Solimões, bem como na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal do Tupé, em parceria com órgãos ambientais de nível federal, estadual e municipal.

<sup>167</sup> Transformada em Parque pela Lei 6.409 de 2005.

biodiversidade, dos recursos naturais, bem como manter e divulgar suas expressões culturais. Sua principal estratégia para a consecução dos objetivos se orienta pela educação socioambiental para a sustentabilidade.

As atividades desenvolvidas pelo IPRAM compreendem a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Cultural (RPPN), projetos de educação ambiental voltados ao ensino infantil e fundamental, bem como atuação na formação de comitês de bacia hidrográfica.

A participação de ONGs na gestão de unidades de conservação é uma prática que vem se consolidando no Brasil, em nível nacional e regional, o que é expresso pelos órgãos gestores de unidades de conservação. No âmbito estadual, o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) do Amazonas “busca nas parcerias a ampliação da sua capacidade de atuação na gestão das UC (sic). Todas as instituições envolvidas tem em comum o comprometimento com a conservação da floresta e de seus recursos e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais” (AMAZONAS, 2009, p. 24).

A motivação da criação das instituições vinculadas à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus, é claramente vinculada à criação das referidas unidades de conservação (UCs) e tiveram em vista atuar como gestoras destas UCs. A mesma equipe que propôs a criação delas criou e compõe a ONGs que participa em sua gestão. Observa-se que o processo de criação dessas UCs visava à conservação de espécies ameaçadas de extinção.

No caso da Fundação Vitória Amazônica (FVA), a organização se tornou parceira do governo do estado e do governo federal na gestão de UCs ao selecionar uma área específica de atuação, pois foi criada na perspectiva de que “pudesse oferecer uma resposta local aos problemas de degradação ambiental no estado do Amazonas”<sup>168</sup>.

#### **5.2.1.2 ONGs, Conservação Ambiental, Cultura e Desenvolvimento Indígena Sustentável**

O Instituto Socioambiental (ISA) atua no Amazonas desde sua fundação, em 1994, onde desenvolve o projeto rio Negro. Sua parceria prioritária é com a Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN). A sede principal da organização é na cidade de São Paulo. No Amazonas, estão instaladas duas subsedes, uma em Manaus e a outra em São Gabriel da Cachoeira.

---

<sup>168</sup> De acordo com o histórico da organização. Disponível em [http://www.fva.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=54](http://www.fva.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=54). Acesso em 10.05.11.

É a única das ONGs identificadas cuja atuação no Amazonas está voltada à população indígena. Suas atividades no estado se realizam por meio do Programa rio Negro. Conforme consta em seu sítio, este programa tem o objetivo, em longo prazo, de “formular, criar condições e colaborar para a implantação de um programa de desenvolvimento sustentável na bacia do rio Negro, uma região trinacional entre Brasil, Colômbia e Venezuela”<sup>169</sup>.

Em médio prazo, o programa visa “formular e criar condições para a implantação do programa regional de desenvolvimento indígena sustentável do médio e alto rio Negro, no noroeste da Amazônia brasileira, em parceria com as organizações indígenas locais, outras ONGs e instituições governamentais”<sup>170</sup>.

As atividades do ISA envolvem pesquisas, manejo sustentável, educação e cultura e apoio às associações afiliadas à Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN). As atividades de pesquisa abrangem os diferentes ecossistemas do alto rio Negro, as formas de uso dos recursos naturais, as formas de ocupação territorial e atividades econômicas.

O manejo sustentável compreende três estações de piscicultura e manejo agro-florestal nos rios Tiquié, Uaupés e Içana, implantadas de 1999 a 2003. As atividades de educação e cultura envolvem a estruturação e a assessoria a escolas indígenas, apoio e valorização das línguas e culturas tariana, tukano, wanano, desana, entre outras e oficinas de capacitação técnica.

O apoio às associações afiliadas à Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN) compreendem atividades de capacitação de lideranças indígenas (elaboração e gestão de projetos, relatórios descritivos, prestação de contas, atividades de secretaria), a identificação e desenvolvimento de novas experiências piloto de manejo sustentável familiar/comunitário de recursos naturais nativos em parceria direta com comunidades/associações de base filiadas à FOIRN, como o projeto “Arte Baniwa” com a utilização da fibra de arumã na produção de cestaria.

O Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia (ITEC), fundado em 2005, visa contribuir para o desenvolvimento regional, desenvolver estudos e pesquisas em diversas áreas, bem como ações e projetos que suscitem a elaboração e implementação de política pública em saúde, educação, cultura, geração de renda, meio ambiente, entre outras.

Suas atividades compreendem: a instalação de Ponto de Difusão Digital (cinema comunitário, formação de roteiristas, diretores de cinema, profissionais de audiovisual), nas

---

<sup>169</sup> Informações disponíveis em <http://www.socioambiental.org/prg/rn.shtm>. Acesso em 12.06.11.

<sup>170</sup> Idem

Zonas Leste e Norte da cidade de Manaus; a criação da Rede de Tecnologia e Inovação Social de apoio a ONGs da cidade de Manaus (RETIS); o projeto Pau D'Arco (música indígena, com artistas dos povos tikuna, munduruku e parintintin); Telecentros Comunitários (Qualificações nos telecentros dos Bairros de Petrópolis, em Manaus e em Balbina, no município de Presidente Figueiredo); Oficinas de gestão e produção de artesanato, no alto Solimões e no município de Iranduba.

### **5.2.1.3 ONGs, Arranjos para o Fortalecimento dos Movimentos Sociais e Geração de Renda**

Observa-se que algumas ONGs estão mais aproximadas à combinação da conservação ambiental com a geração de renda por meio do manejo de recursos naturais, formação profissional e organização social para o turismo ecológico, a produção de óleos, o artesanato, a marchetaria e a luteria. Isto ocorre com a Associação Viva Verde da Amazônia (AVIVE), a Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA), a Fundação Almerinda Malaquias (FAM) e a Oficina Escola de Luteria da Amazônia (OELA).

A Associação Viva Verde da Amazônia (AVIVE) foi fundada em 1999, sua sede se localiza em Silves, município do estado do Amazonas, onde integra o movimento associativista local, voltado ao manejo florestal com a geração de renda para os artesão e artesãs do município. Uma parceria entre a AVIVE e o WWF estabelecida no ano 2000 com investimentos cursos e em treinamento possibilitou a produção de sabonetes, velas e óleos para a comercialização.

O "Projeto Comunitário de Produção Sustentável de Óleos Essenciais da Região de Várzea em Silves-AM" <sup>171</sup> resultado da parceria entre o Pró-Várzea/Ibama e a Associação Viva Verde da Amazônia (AVIVE) permitiu a continuidade do trabalho da ONG com o envolvimento de 12 comunidades ribeirinhas. Em função da necessidade de gerar renda aos produtores da AVIVE, foi criada a Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia (COPRONAT), em 2003, assim os associados desenvolvem atividades voluntárias na AVIVE e

---

<sup>171</sup> Os objetivos do projeto foram: identificar, selecionar e estudar a ecologia e biologia das espécies potenciais produtoras de óleos essenciais da várzea; capacitar comunitários e sócios da Avive na produção de espécies e óleos essenciais de forma ecologicamente correta; produzir e certificar óleos essenciais através do uso e plantio de espécies da várzea. O projeto contou com a parceria da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), do Fundo Mundial para Natureza (WWF), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (Sebrae).

remuneradas na COPRONAT.

A Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), de acordo com Farias (2005), foi fundada em 1981 com o objetivo de defender os lagos da pesca predatória no município de Silves<sup>172</sup>. Este município se situa a pouco mais de 200 km da capital em linha reta. Em Silves, nas últimas décadas, houve o crescimento de ONGs vinculadas a alternativas econômicas para o desenvolvimento sustentável<sup>173</sup>. Atualmente a proteção dos lagos continua como a atividade mais importante de conservação ambiental, aliada ao ecoturismo sua atividade de geração de renda. Esta envolve as comunidades tradicionais, de acordo com Farias (2005) e Pereira e Farias (2010). Também desenvolve o projeto Amazonarte, um trabalho junto às artesãs do município, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA).

O Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA), fundado em junho de 1999, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, formada por estudantes e profissionais liberais, com sede na cidade de Manaus. Sua missão consiste em garantir a melhoria de qualidade de vida das populações tradicionais da Amazônia, através da implementação ou potencialização de alternativas econômicas sustentáveis, respeitando o meio ambiente, a diversidade cultural de gênero e étnica<sup>174</sup>. A instituição é filiada à Rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA).

O IPDA desenvolve o Projeto Amazonarte nos municípios de Silves (grupos de artesãos), de Itacoatiara (grupo de artesãos da comunidade de São João do Araçá) e Itapiranga (grupo de artesãs do Município de Itapiranga e da Comunidade de São José da Enseada), com as oficinas de: sensibilização, diagnóstico rápido participativo do artesanato, manejo florestal em EcoDesign e qualidade em sementes, negociação e comercialização. O Instituto também participou como parceiro no Projeto mutirão das águas<sup>175</sup>.

---

<sup>172</sup> De acordo com a jornalista Thais Brianezi, a ASPAC nasceu do incentivo da igreja católica à organização dos moradores em defesa dos lagos devido a pesca predatória. Foi criada formalmente em 1993, conforme reportagem sobre o ecoturismo em Silves de 17.02.2008. Disponível em <http://www.overmundo.com.br/guia/pousada-aldeia-dos-lagos-eco-turismo-comunitario-em-silves-am>. Acesso em 03.08.2010.

<sup>173</sup> Da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), do início da década de 1980, formou-se a Associação Viva Verde da Amazônia (AVIVE), em 1999. A organização em torno da AVIVE levou à criação da Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia (COPRONAT), em 2003. As três organizações foram criadas em função das demandas locais envolvendo questões ambientais e de geração de renda, bem como de oportunidades políticas e de financiamento de atividades de organização social e geração de renda associada à conservação ambiental.

<sup>174</sup> De acordo com as informações disponíveis em <http://www.ipdaam.org>. Acesso em 15.08.2010.

<sup>175</sup> O Projeto Mutirão das Águas foi executado pelo Consórcio entre o Conselho Nacional dos Seringueiros, a Rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a empresa ATECH e a Associação de Serviços Ambientais nos municípios de Coari (Lago do Mamiá) e Manacapuru (Lago do Piranha, do Castanho, Sacambu e Jaiteua). O

A Fundação Almerinda Malaquias (FAM) foi criada oficialmente em 2000, embora suas atividades tenham começado a se desenvolver na década de 1990. Seus objetivos incluem promover a formação profissional, valorizar a identidade cultural e artística regional, preservar o meio ambiente, favorecer toda pesquisa relativa aos recursos naturais e ao seu uso pelo homem; promover e desenvolver a venda de produtos acabados no mercado local, nacional e internacional e prestar assistência à educação e à saúde.

A organização atua no município de Novo Airão, onde são desenvolvidos os projetos de educação e geração de renda, os quais são voltados, sobretudo, para a inclusão social e econômica de crianças e jovens. O programa de geração de renda inclui o Centro Artesanal, a escola profissional de marcenaria fina e o programa papel reciclado. O programa de educação é voltado principalmente para crianças e jovens. Inclui o Programa EKOBÉ, o Profuturo de pré-formação profissional e a Escola Silvestre, espaço de estudo e demonstração multidisciplinar<sup>176</sup>.

A Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA) fundada em 1997, decorreu da proposta de criar uma alternativa positiva para retirar adolescentes e jovens das ruas, e que viesse fazer a diferença em suas vidas. Suas atividades são desenvolvidas por meio dos programas de educação, geração de renda e políticas públicas, nos municípios de Manaus e Boa Vista do Ramos.

A organização oferece os cursos de Lutheria, informática, aulas de música para as crianças, ciclo de palestras para a comunidade. O Programa de Geração de Renda inclui o Atelier OELA, com a produção de instrumentos musicais; e o Barco educador, uma unidade móvel que funciona no município de Boa Vista do Ramos. O Programa de Políticas Públicas ajuda a construir instrumentos para a garantia dos direitos dos povos da floresta e a inclusão social e econômica de crianças e jovens. Atua também na área de esporte educacional. Em setembro, foi inaugurado o Centro Petrobras de Referência Esportiva do Amazonas.

Enquanto a ASPAC e o IPDA tiveram sua criação vinculada a grupos de pessoas envolvidas com as questões sociais, a criação da FAM e da OELA contou com o protagonismo de indivíduos que atuaram como empreendedores sociais e políticos, como Jean-Daniel

---

projeto já foi concluído, conforme informações no sítio do Programa Petrobras Ambiental. Disponível em <http://www.petrobras.com.br/minisite/ambiental/projetos/mutirao-aguas>. Acesso em 26.08.2010/

<sup>176</sup> Observa-se que a década de 1990 foi profícua quanto ao surgimento de movimentos sociais no município de Novo Airão, sob o impacto da criação ou gestão de ONGs e governos nas UCs que abrangem o município ou que estão em sua área de influência. As redes de ONGs e de pessoas foram fundamentais para esse processo. A organização da FAM e da Associação dos Artesãos de Novo Airão (AANA) contaram com o apoio da Fundação Vitória Amazônica (FVA).

Vallotton, diretor executivo, e Rubens Gomes, diretor executivo da OELA e o idealizador do projeto.

A ASPAC, A FAM e a OELA contribuíram e foram resultado do adensamento de movimentos sociais nos municípios de Silves, Novo Airão e Boa Vista do Ramos. Nos três casos, a articulação transnacional desempenhou um papel significativo, conforme se pode observar nas parcerias internacionais ainda neste capítulo. Essas organizações participam ativamente da rede transnacional de defesa do meio ambiente.

#### **5.2.1.4 ONGs e Mercado de Serviços Relacionados à Conservação Ambiental**

Algumas organizações identificadas desenvolvem projetos ou prestam serviços na área ambiental. São elas Instituto Piatam (Ipiatam), o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). Este tipo de atividade está fortemente presente também em outras ONGs abordadas anteriormente como o Instituto Amazônia (IA) e o Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia (ITEC).

O Instituto Piatam (IPIATAM) foi criado a partir do desenvolvimento de um Projeto homônimo desenvolvido na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) desde o ano de 2000 ainda em andamento<sup>177</sup>.

O Instituto Piatam realiza estudos e diagnósticos: diagnóstico socioeconômico, pesquisas e estudos de mercado, cenários econômicos destinados às ações de planejamento global e setorial, elaboração de estudos/relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA), levantamento de potencialidades de recursos naturais, elaboração de estudos pedológicos e cartográficos. No sítio da organização, há a previsão de cursos de qualificação profissional para o segundo semestre de 2011<sup>178</sup>.

O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA) é organização sediada no estado de São Paulo, fundada em 1995. Atualmente é uma referência na certificação florestal e agrícola, conforme informações do sítio da organização. Atuou no Município de Boa Vista do Ramos de 1998 a 2003, inicialmente atuou no projeto Planejamento Participativo do

---

<sup>177</sup> Conforme consta no sítio da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), trata-se de um grande projeto de pesquisa socioambiental criado para monitorar as atividades de produção e transporte de petróleo e gás natural oriundos de Urucu, a maior província petrolífera terrestre brasileira, localizada em plena Floresta Amazônica. Ambos, os projetos e a organização contam com a mesma logomarca, e em boa medida, com a mesma equipe de trabalho, de modo que se chega a confundi-los. Informações disponíveis em <http://piatam.ufam.edu.br>. Acesso em 12.06.11

<sup>178</sup> Informações obtidas em <http://www.institutopiatam.org.br/index.php?page=estudos>. Acesso em 12.06.11.

Uso da Terra e Desenvolvimento Sustentável do município.

Posteriormente suas atividades se concentraram no manejo florestal, implementação da Agenda 21, criação da Casa Familiar Rural, entre outras atividades, com o apoio de outras ONGs, como a Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Instituto Vitae Civilis e instituições internacionais.

#### **5.2.1.5 ONGs para a Conservação de Espécies**

A Associação Amigos do Peixe-Boi (AMPA) foi a única organização identificada que atua exclusivamente com a conservação de espécies. Tem a finalidade de preservar os mamíferos aquáticos. A ONG surgiu por iniciativa de pesquisadores que, desde 1974, desenvolveram estudos sobre a biologia e conservação do peixe-boi da Amazônia. Nas décadas de 1980 e 1990, desenvolveram estudos com animais em cativeiro no INPA, na RDS Mamirauá e na região do Lago de Balbina.

Em 1985, foi criado o Centro de Preservação e Pesquisa dos Mamíferos Aquáticos (CPPMA), no município de Presidente Figueiredo. Em 1992, houve a instalação do complexo de tanques para os peixes-boi no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). A AMPA tem convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), órgão vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), onde está instalado, e parceria com o CPPMA. A ONG foi criada oficialmente em 2001 e atualmente coordena pesquisas científicas, resgate e reabilitação de peixes-boi e educação ambiental de mamíferos aquáticos na Amazônia.

#### **5.2.2 Profissionalização e Identidade**

A profissionalização diz respeito à composição das equipes e à sua formação, o que permite uma aproximação de sua capacidade operacional, bem como de sua capacidade técnico-científica. Este aspecto tem sido um aspecto distintivo das ONGs em relação aos movimentos sociais, bem como uma tendência, referido por Assumpção (1993), Aquino (2003) e Gomes *et al* (2008). O acesso a recursos nacionais e internacionais depende grandemente da capacidade das ONGs de elaboração e execução dos programas e projetos.

No âmbito da análise das redes transnacionais, este aspecto é fundamental, na medida em que um dos elementos explicativos da influência das ONGs nos diversos níveis e fóruns de governança consiste no conhecimento científico produzido pelas ONGs e na capacidade dessas

em transformá-los em recursos políticos, bem como de conectar o local e o global, conforme apontam Princen e Finger (1994), Keck e Sikkink (1998), Corell e Betsill (2008).

A identidade das ONGs, conforme abordado no capítulo dois, refere-se à forma como essas ONGs se apresentam, o que dizem de si mesmas, sua autoidentificação. Segundo Castells (1999) e Touraine (2007) o sentido da ação só pode ser compreendido partindo do sentido que os próprios atores lhe atribuem. Assim a aproximação da identidade foi realizada a partir do discurso das organizações, procurando-se distinguir as ONGs em conservacionistas, preservacionistas ou socioambientalistas. A identidade das ONGs e sua maior proximidade à biologia ou à engenharia florestal influencia a vinculação delas a redes determinadas, conforme argumentamos no capítulo seis.

### **5.2.2.1 Profissionalização**

Os profissionais envolvidos nessas organizações desenvolvem pesquisas, projetos de desenvolvimento econômico sustentável, formação e capacitação. Os pós-graduados coordenam programas, coordenam e/ou realizam pesquisas e/ou projetos. Os técnicos, em alguns casos, são auxiliares na pesquisa ou nos projetos de desenvolvimento sustentável, em outros são instrutores de cursos técnicos. Os profissionais de nível médio trabalham em geral no apoio administrativo e/ou colaboram nos programas e projetos.

Destaca-se que, em relação ao âmbito de atuação e ao grau de profissionalização, Gomes *et al* (2008) concluíram, em sua pesquisa, que as pequenas ONGs atuantes em nível municipal, em geral, foram criadas para atendimento de uma demanda local específica, daí a menor exigência em relação a profissionalização. Tende a predominar, nesse caso, a mão de obra voluntária.

Por outro lado, as ONGs que atuam em nível nacional e internacional “precisam de maior estrutura, profissionalização de seu quadro e desenvolvimento de projetos de grande porte, geralmente ultrapassando os limites político-geográficos, mas atuando em biomas específicos” (GOMES *et al.*, 2008, p. 508).

Em termos de pessoal envolvido nas organizações investigadas, considerando o número de pessoas e o nível de qualificação que compõem as equipes como indicadores do nível de profissionalização, tem-se o seguinte quadro.

QUADRO 6 - COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DAS ORGANIZAÇÕES

ORGANIZAÇÃO	Nº DE FUNCIONÁRIOS/COLABORADORES	QUALIFICAÇÃO
AMPA	07 funcionários sem contar com os pesquisadores do Laboratório de Mamíferos Aquáticos (LMA)	04 pós-graduados, 02 graduados, 01 assistente de campo
FVA	13 funcionários além do conselho da Fundação	05 analistas pós-graduados, 01 graduado, 06 técnicos de nível médio e/ou em processo de graduação
IDESAM	21 pessoas formam a equipe técnica	Pós-graduados, graduados e pessoal de apoio técnico
ITEC	30 voluntários	Sem referência às funções e qualificações técnicas
IPRAM	10 pessoas	Idem
IPDA	07 pessoas	Graduados e técnicos
IMAFLOA	16 associados, equipe composta por mais de 50 pessoas (para atuação não só no AM)	Pós-graduados, graduados e técnicos
IPI	11 pessoas, sendo três gestores, seis pesquisadores prestadores de serviço e dois estudantes de pós-graduação.	Pós-graduados e estudantes de pós-graduação
IDSM	150 funcionários que atuam não somente no Amazonas	Pós-graduados, graduados e técnicos de diversas áreas
SCM	15 pessoas	Pós-graduados e técnicos
IPÊ	07 pessoas atuam diretamente no Amazonas	Pós-graduados, graduados
FAZ	69 pessoas	Pós-graduados, graduados e técnicos
ISA	28 pessoas	Pós-graduados, graduados e técnicos
Ipiatam	16 colaboradores/pesquisadores	Pós-graduados
ASPAC	26 pessoas vinculadas à COOPTUR	Graduados, nível médio
FAM	10 pessoas	Graduados, técnicos, ensino médio e fundamental
OELA	21 pessoas	Graduados e técnicos

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa nos sítios e/ou entrevistas realizadas.

Nos sítios consultados, há ênfase na qualificação técnica das equipes das organizações que atuam na gestão de unidades de conservação e/ou na prestação de serviço técnico-científico por ser este um elemento importante no mercado de programas/projetos/serviços vinculados à gestão ambiental, fundamental à prestação de serviço técnico-científico, elaboração e execução de projetos e pesquisas, o que requer uma equipe qualificada. De um modo geral, em termos de pessoal envolvido, pode-se dizer que o número de pessoas que compõem as equipes das organizações e o nível de qualificação é muito variado.

Algumas das ONGs mais aproximadas aos movimentos sociais (IPDA, IPRAM,

FVA)<sup>179</sup> possuem uma equipe com menor número de pessoas, ou com uma qualificação mais técnica (OELA, FAM). As mais vinculadas à gestão de unidades de conservação mais “peritas” no campo ambiental (IPI, IDSM, IPÊ, FVA)<sup>180</sup>, ou mais inseridas no mercado de prestação de serviços na área ambiental (IA, IPIATAM)<sup>181</sup> possuem equipes nas quais há envolvimento de maior número de pessoas e maior qualificação devido à realização de pesquisas. O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) compatibiliza as duas atividades.

Algumas das ONGs com equipes maiores e mais especializadas possuem uma atuação em âmbito nacional e/ou internacional, como o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) e Instituto Socioambiental (ISA). A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e o IDESAM estão entre as maiores e mais qualificadas organizações com sede no Amazonas.

### 5.2.2.2 Identidade das ONGs

De um modo geral, excetuando-se a Associação dos Amigos do Peixe-Boi (AMPA) que se identifica como uma ONGs preservacionista voltada, sobretudo, para a preservação de mamíferos aquáticos, as organizações não governamentais relacionadas consideram-se socioambientalistas.

O socioambientalismo, de acordo com Santilli, é um conceito forjado no final da década de 1980. Neste período se processou uma aliança entre populações tradicionais formadas por seringueiros, índios, movimentos sociais e movimento ambientalista, tendo como resultado a constituição da Aliança dos Povos da Floresta, ao calor das lutas pela manutenção física e cultural dos seringueiros e proteção dos seringais por eles utilizados (SANTILLI, 2005; ALLEGRETTI, 2002; LITTLE, 2004).

Nessa perspectiva o relacionamento do movimento ambientalista com os povos tradicionais se baseia em alianças estratégicas. Cada uma das organizações pesquisadas se aproxima do socioambientalismo de um modo diferenciado, a partir de sua própria história e do contexto envolvido.

Utilizando-se como critério a participação no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos

---

<sup>179</sup> Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (IPDA), Instituto de Preservação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais da Amazônia (IPRAM), Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), Fundação Vitória Amazônica (FVA).

<sup>180</sup> Instituto Piagaçu-Purus (IPI), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Fundação Vitória Amazônia (FVA).

<sup>181</sup> Instituto Amazônia (IA), Instituto Piatam (IPIATAM).

Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMs) e na rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) ou outros coletivos, pode-se dizer que a Fundação Vitória Amazônica (FVA), o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (IPDA), o Instituto de Preservação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais da Amazônia (IPRAM), o Instituto Socioambiental (ISA), a Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), a Fundação Almerinda Malaquias (FAM) e a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA) se aproximam mais dos movimentos sociais e do movimento ambientalista. O ISA já nasce socioambiental, devido ao seu legado histórico de vinculação com os povos indígenas. O IPRAM, a despeito de “preservação” constante em seu nome, “é uma Organização da Sociedade Civil, de caráter sócio-cultural-ambientalista”<sup>182</sup>.

A AVIVE pode ser caracterizada como uma organização socioambientalista. Conforme consta em seu sítio “a AVIVE parte do princípio que devemos motivar comunitárias e comunitários a conservar a floresta via manejo racional e responsável dos seus recursos naturais não madeireiros existentes...”<sup>183</sup>. O IPDA, de acordo com seu atual presidente, “é uma instituição ambientalista [...] que do ponto de vista da prática precisa melhorar muito”<sup>184</sup>. Sua maior preocupação e atividades se orientam para o fortalecimento dos movimentos sociais, por meio de articulações para capacitação, realização de oficinas, entre outros.

O socioambientalismo incluiu, em muitos casos, uma mudança na identidade das organizações. A FVA iniciou sua trajetória com um perfil mais conservacionista, mas, de acordo com Durigan<sup>185</sup>, “trabalhar a conservação principalmente mantendo uma postura ética e de respeito às populações foi se desprendendo do conservacionismo puro e simples, é essa a gênese do que é socioambiental”.

No IPÊ se observa um movimento análogo. Foi a primeira instituição a oferecer um curso na área de biologia da conservação no Brasil e, embora permaneça o trabalho com espécies ameaçadas de extinção como o peixe-boi e o sauím de coleira, no Projeto Baixo Rio Negro, houve uma mudança significativa na organização. De acordo com Lima, “o IPÊ se aproximou muito do socioambientalismo com viés forte para os negócios sustentáveis [...]”<sup>186</sup>. Segundo ele, há uma preocupação ambiental, mas com forte componente social.

---

<sup>182</sup> Disponível em [http://ipram.org.br/1\\_quemsomos.htm](http://ipram.org.br/1_quemsomos.htm). Acesso em 13.06.11.

<sup>183</sup> Disponível em [http://www.avive.org.br/bra/index\\_bra2.php](http://www.avive.org.br/bra/index_bra2.php). Acesso em 01.06.11.

<sup>184</sup> Iranildo Cursinho Siqueira, Presidente do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA). Entrevista em 09 de dezembro de 2010.

<sup>185</sup> Carlos César Durigan, Coordenador Executivo da Fundação Vitória Amazônica (FVA). Entrevista na sede da Fundação Vitória Amazônica em 17 de novembro de 2010.

<sup>186</sup> Marco Antônio Vaz de Lima, Coordenador Geral de Projetos do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) no Amazonas. Entrevista em Manaus, dia 18 de junho de 2011.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) assim como o IPÊ, embora tenham suas identidades marcadas pelo preservacionismo no período inicial de suas atividades, se integram cada vez mais à prática socioambiental, sem, no entanto, deixar de desenvolver atividades de preservação de espécies ameaçadas de extinção<sup>187</sup>.

A história da origem de algumas ONGs marca profundamente suas identidades, associadas aos seus fundadores ou pessoas que tiveram uma passagem marcante na organização, caso do IPÊ de Cláudio Pádua, de Mamirauá de Márcio Ayres, e do socioambientalismo da FVA, de Carlos Miller. Suas experiências e inserções em projetos e articulações internacionais com grandes ONGs ambientalistas, o comprometimento dos dois primeiros com espécies ameaçadas de extinção, e do segundo com o desenvolvimento sustentável foram fundamentais à estruturação das ONGs com as quais se envolveram<sup>188</sup>.

Essas organizações apresentam um discurso semelhante quanto ao desenvolvimento de modelos, o Modelo Mamirauá e o Modelo IPÊ. O modelo compreende o envolvimento comunitário e com as políticas públicas, sendo o envolvimento comunitário, destacado como a grande inovação na conservação da biodiversidade.

Tal concepção assume uma nova postura com relação à conservação da biodiversidade, podendo ser realizada não em áreas remotas, mas em áreas habitadas e com a integração da população a esse processo, refletindo a posição adotada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) à época, como destaca Barreto Filho (2001), que também teve profunda influência sobre a atuação da Fundação Vitória Amazônica (FVA), no Parque Nacional do Jaú e de outras ONGs ambientalistas no mundo.

Desse modo, observa-se o alcance da rede transnacional de defesa do meio ambiente, por meio dos atores institucionais que a compõem como as fundações que financiam grandes ONGs com atuação global, organizações com capacidade operacional em nível nacional,

---

<sup>187</sup> De acordo com Helder Queiroz, presidente do IDSM: A questão da presença humana na RDS é vista como uma maneira viável de proteção real da biodiversidade e não como uma ameaça. Apesar disso, o objetivo primeiro da RDS é a conservação da biodiversidade, e não o desenvolvimento social das populações locais. Este desenvolvimento ocorre como uma consequência da atuação intensa na área, e, é também um incentivo para o envolvimento desta população nas ações de manejo, preservação e conservação. Texto de Helder Queiroz sobre o projeto Mamirauá s/d. Disponível em <http://www.mamiraua.org.br/sociedadecivil/principal.aspx?cod=6>. Acesso em 21.06.11. Esta ideia também foi expressa na entrevista de Márcio Ayres a Aquino (2003). O pesquisador foi coordenador do Projeto, foi quem propôs a criação da Estação Ecológica Mamirauá, depois a sua transformação em RDS e pela ordenação inicial da gestão da Unidade de Conservação.

<sup>188</sup> A criação da RDS Mamirauá e das organizações que lhe dão sustentação, assim como a criação do IPÊ é atribuído um grande significado ao protagonismo pessoal de biólogos comprometidos com a conservação de animais em risco de extinção. No primeiro caso do biólogo José Marcio Ayres que propôs a proteção da área de ocorrência do macaco uacari branco e do segundo do biólogo Cláudio Pádua, com atividades visando à proteção do habitat do mico leão-preto.

pequenas ONGs ou movimentos sociais, organizações híbridas como a IUCN, bem como por meio de uma rede de cientistas que protagonizaram experiências no Brasil e na Amazônia.

Entre as ONGs classificadas como de gestão, encontram-se a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM). As duas organizações se reconhecem como socioambientalistas. O ambientalismo defendido está profundamente relacionado ao envolvimento da organização com as questões de mudanças climáticas e ao manejo florestal<sup>189</sup>.

Sob a ênfase dos diferentes ambientalismo das ONGs de gestão, encontram-se as influências de visões específicas de áreas de formação, biologia, engenharia florestal, na interação com o tipo e o grau de envolvimento associativo com os movimentos sociais e com as discussões da política ambiental em âmbito global.

Se, no início da década de 1990, a proteção da biodiversidade aparecia como a expressão mais recorrente para justificar a criação de unidades de conservação, desde o final desta década a política de meio ambiente global tem sido dominada pelo tema das mudanças climáticas conforme aponta Willetts (2011). Este tema passou a enquadrar tanto a proteção da biodiversidade quanto a conservação das florestas tropicais, conforme destaca Carvalho (2010).

As grandes ONGs e fundações financiadoras, como a Fundação Moore foram surpreendidas com o alcance obtido pelo tema das mudanças climáticas<sup>190</sup>. Algumas tem paulatinamente direcionado suas subvenções a este tema e criado arranjos voltados a esforços conjuntos nessa direção, como a Aliança pelo Clima e Uso da Terra (CLUA).

A CLUA é formada pelas fundações ClimateWorks, David e Lucile Packard, Ford e Moore, “a Aliança busca catalisar o potencial das terras agrícolas e florestas para mitigar mudanças climáticas, beneficiar as pessoas e proteger o meio ambiente”<sup>191</sup>. As áreas prioritárias de ação são o Brasil, a Indonésia, o México, a América Central e os Estados Unidos.

Na Amazônia algumas organizações que obtiveram grande expressividade nos últimos

---

<sup>189</sup> De acordo com Pavan, Coordenadora do Programa Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais do IDESAM, a organização é “Ambientalista no sentido de trabalhar e defender o meio ambiente, mas a nossa visão é muito de que o meio ambiente, ele [...], a gente tem que ter um olhar, na verdade, realista, de como incorporar o ambientalismo nas ações que agente tem hoje, por exemplo, agente defende muito o manejo florestal, a utilidade da floresta para contribuir para as necessidades econômicas de um país, de uma comunidade, de uma população, mas aliando esse desenvolvimento a um desenvolvimento de maneira sustentável”. Mariana Nogueira Pavan. Entrevista em 14.07.11.

<sup>190</sup> Na entrevista com Paul Little, esse foi um elemento destacado, fez parte da mudança de conjuntura que levou a Fundação a adequar suas estratégias. Paul Elliott Little, administrador de programas da Iniciativa Andes-Amazônia, Fundação Moore, entrevista em 25 de agosto de 2011 por Skype.

<sup>191</sup> Climate and Land Use Alliance, dezembro de 2010. Disponível em [http://www.climateandlandusealliance.org/pdf/CLUA\\_FAQ\\_Portuguese.pdf](http://www.climateandlandusealliance.org/pdf/CLUA_FAQ_Portuguese.pdf). Acesso em 20.07.11.

anos foram as que se envolveram com essa temática. Assim temos o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), no Pará, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), no Amazonas.

As articulações internacionais das organizações ambientalistas, as parcerias e redes estão relacionadas às temáticas priorizadas. Assim à IUCN estão vinculadas mais as organizações voltadas à proteção da biodiversidade por ser um espaço científico/político que aglutina a comunidade epistêmica da biologia da conservação, enquanto as organizações mais vinculadas às mudanças climáticas estão acompanhando mais os fóruns nessa área, com participação ativa nas Conferências das Partes da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas e/ou nos eventos paralelos.

### **5.2.3 Parcerias Nacionais e Internacionais**

As organizações ambientalistas que atuam no Amazonas em geral participam de arranjos institucionais a partir de parcerias formais e informais com organizações locais, nacionais, internacionais e/ou governos, sendo um meio pelo qual se evidenciam os arranjos locais/nacionais entre as organizações e, ao mesmo tempo, as conexões transnacionais das quais fazem parte. No quadro 7, encontram-se as parcerias internacionais<sup>192</sup>.

Algumas organizações não possuem parcerias internacionais. Os sítios das organizações que contam com parceria internacional não possuem uma uniformidade na informação sobre suas parcerias. Em alguns casos, as parcerias são apresentadas pelas logomarcas (Instituto Piatam - Ipiatam), em outros, são discriminadas por projetos (Instituto Socioambiental - ISA), em alguns, são discriminados os parceiros atuais e os parceiros ao longo da história da organização (Fundação Vitória Amazônica - FVA) em outros, são citados todos os parceiros, incluindo projetos já finalizados. Nem sempre há a distinção entre os financiadores e os parceiros técnicos.

No Quadro 7 destacam-se as parcerias internacionais e, no Anexo 8, há uma relação de todos os parceiros, com a discriminação de parceiros internacionais, governamentais e outros (instituições de ensino e pesquisa, ONGs nacionais e locais, movimentos sociais, empresas).

O conjunto das parcerias observadas demonstra as articulações das organizações que

---

<sup>192</sup> No Anexo 8 há um quadro com o conjunto das parcerias locais, nacionais e internacionais.

atuam no Amazonas com órgãos dos governos federal, estadual e em alguns casos com os municípios, com instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais, grandes ONGs, com fundações, empresas, movimentos sociais locais, instituições bilaterais e multilaterais no desenvolvimento dos programas e projetos.

**QUADRO 7 – ORGANIZAÇÕES E SUAS PARCERIAS INTERNACIONAIS**

<b>ORGANIZAÇÃO<sup>193</sup></b>	<b>PARCERIA INTERNACIONAL</b>
<b>Sede no Amazonas</b>	
AMPA	Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNEP) Coreia, National Geographic, Dolphin Society International
FVA <sup>194</sup>	Fundação Gordon and Betty Moore, Blue Moon Found, Agência de Cooperação Alemã (GTZ). (citadas como instituições financiadoras)
ITEC	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo Canadá (do governo do Canadá)
IDESAM	Fundação Avina, Tropical Forest Trust, Fundação Moore, Blue Monn Fund, Conservation Strategy Fund, (citadas como parceiras)
IDSM <sup>195</sup>	Wildlife Conservation Society (WCS)
IPI	Wildlife Conservation Society (WCS) (principal colaborador financeiro)
AVIVE <sup>196</sup>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/Iniciativa Equador, Sony/World Event Village (WEV), Precious Woods Amazon (PWA), Light of Nature, Regenwaldladen
FAS	Rede de Hotéis Marriott Internacional e parceiros, Instituto Internacional para Ambiente e Desenvolvimento (International Institute for Environment and Development), Fundação Tauck (Tauck Foundation) e Mitsubishi UFJ Gestão Patrimonial (Mitsubishi UFJ Asset Management), Banco Mundial
FAM	Associação Suíça Ailleurs Aussi, Pro Victimis, Avina, Rotary, Novartis, Lion's Clube, Ministérios do Desenvolvimento dos governos da Suíça e do Japão
OELA	Precious Woods, Rainforest Alliance, Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento (ICCO) (financiadores)
<b>Sede em outros estados</b>	

<sup>193</sup> Organizações: Associação Amigos do Peixe-Boi (AMPA), Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia (ITEC), Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Instituto Piagaçu-Purus (IPI), Associação Viva Verde da Amazônia (AVIVE), Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Fundação Almerinda Malaquias (FAM), Oficina Escola de Luteria da Amazônia (OELA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora).

<sup>194</sup> As parcerias foram citadas como as atuais. Há no sítio a lista de parceiros ao longo da história da FVA. Informações disponíveis em [http://www.fva.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=57&Itemid=64](http://www.fva.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=64). Acesso em 13.06.11.

<sup>195</sup> Foram inseridas as instituições financiadoras. Informações disponíveis em <http://www.mamiraua.org.br/>. Acesso em 13.06.11. As parcerias técnicas envolvem as organizações locais e instituições de Pesquisa como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

<sup>196</sup> Fonte [http://www.avive.org.br/bra/index\\_bra2.php](http://www.avive.org.br/bra/index_bra2.php). Acesso em 01.06.11

Quadro 7 continuação

IPÊ	Mohamed Bin Zayed Species, Conservation Fund Wildlife Trust, USAID
ISA197	Apoio Financeiro: Fundação Gordon & Betty Moore (apoio financeiro); Apoio técnico: Institut de Recherche pour le Développement (IRD)/França; Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Horizont3000 – Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento/ Campanha Aliança pelo Clima, Consolidación del Amazonas (Coama)/ Bogotá/Colômbia.
Imaflora198	Conselho Nacional das Instituições Filantrópicas da Loteria inglesa (NCLB – UK), Earth Love Fund (ELF), Northern Cartographics, Gestão Empresarial e e Informática Ltda (GEMPI)/Environmental Systems Research Institute (ESRI).

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada.

As parcerias internacionais (Quadro 7) permitem observar que as ONGs e outras organizações que atuam no Amazonas funcionam como elo na conexão entre esses diversos atores e lugares, integrando-se à rede transnacional de defesa do meio ambiente, na qual o fluxo de recursos e de ideias viabiliza a construção social e política de experiências de desenvolvimento sustentável, resultado da interação entre os diversos atores e contextos, sob a influência e concomitantemente fomentando os debates internacionais e globais sobre meio ambiente.

Algumas parcerias revelam articulações muito vinculadas à história de cada organização. É o caso da Associação Amigos do Peixe-Boi (AMPA), que nasce no âmbito do INPA e se tornou instituição de apoio ao Centro de Preservação e Pesquisa dos Mamíferos Aquáticos (CPPMA), mantendo-se nas dependências do Instituto. A AMPA também conta com apoio internacional, principalmente de organizações de proteção animal.

Constata-se também a existência de parcerias entre ONGs localizadas no Amazonas com ONGs ambientalistas localizadas no estado do Pará reconhecidas pelo alto grau de profissionalização<sup>199</sup>, caso da parceria do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)<sup>200</sup> e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)<sup>201</sup>, evidenciando o fortalecimento de uma atuação técnico-científica.

<sup>197</sup> Estão incluídos os parceiros técnicos e financeiros no Programa Rio Negro. As parcerias locais envolvem a FOIRN, suas afiliadas.

<sup>198</sup> No sítio estas organizações estão como parceiros e financiadores (sem uma discriminação entre eles) do projeto desenvolvido no Município de Boa Vista do Ramos (AM).

<sup>199</sup> O alto grau de profissionalização de algumas ONGs ambientalistas é observado no campo ambiental em nível nacional desde a década de 1990, conforme aponta Assumpção (1993), observando-se este caráter também em estados da Amazônia, conforme Aquino (2003).

<sup>200</sup> Criado oficialmente em 29 de maio de 1995, com sua sede em Belém (PA), conforme informado no seu sítio ([www.ipam.org.br](http://www.ipam.org.br)) o IPAM surgiu com uma proposta inovadora na época: engajar a ciência e o ativismo ambiental na região amazônica, construindo bases para a ação de movimentos sociais e para a formulação de políticas públicas.

Há o caso de articulações entre ONGs, onde as pequenas organizações buscam apoio das que possuem maior estrutura. A Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) se sustenta por seu trabalho em rede com outras ONGs, ou seja, realiza um trabalho articulado a partir da perspectiva do desenvolvimento de projetos econômicos sustentáveis e do empreendimento turístico, a pousada Aldeia dos Lagos.

A ASPAC tem parceria em projetos com o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA), com o Instituto Amazônia (IA) e o apoio internacional da União Europeia por meio do Instituto de Cooperação Econômica Internacional (ICEI Brasil). Mas sua principal parceria é com a Cooperativa de Trabalho Ecoturístico e Ambiental da Amazônia (COOPTUR), criada pela própria organização para o gerenciamento da Pousada Aldeia dos Lagos com a qual os cooperados trabalham no turismo de base comunitária. Destaca-se que a referida pousada foi construída a partir de financiamento internacional. Inicialmente contou com o apoio do governo austríaco, posteriormente com o apoio do governo da Suécia, por meio do WWF<sup>202</sup>.

Deve-se destacar que projetos de manejo de recursos naturais e geração de renda na Amazônia são essenciais para a legitimação de grandes ONGs. Tais experiências lhes permitem identificar potenciais tecnologias sociais que podem ser difundidas e/ou das quais deduz-se diretrizes para as discussões em fóruns mundiais de meio ambiente. Trata-se da aprendizagem social à qual se referem Princen e Finger (1994) que podem alavancar mudanças significativas em diversas partes do mundo.

Propostas inovadoras como a de criação de Reservas Extrativistas resultado da organização do Movimento Nacional dos Seringueiros com o apoio de diversos outros movimentos sociais tiveram um papel fundamental no credenciamento internacional de grupos que podem contribuir nos debates internacionais com iniciativas oriundas da vivência de problemas ambientais bem localizados<sup>203</sup>.

Embora no sítio do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA), não

---

<sup>201</sup> Criado oficialmente em julho de 1990 e localizado em Belém (PA), o IMAZON tem como missão promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional, conforme informações disponível em seu sítio [www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br).

<sup>202</sup> A ONG WWF foi a organização intermediária no repasse do recurso do governo Austríaco para a ASPAC, por ser uma organização reconhecida. Num segundo momento, integrada à iniciativa a própria organização captou recurso junto ao governo da Suécia para o treinamento de pessoal que atuaria na pousada, de acordo com Vicente Neves, Diretor Executivo da ASPAC, em entrevista em 20.06.11.

<sup>203</sup> Allegretti (2002) demonstra isso claramente em sua tese, intitulada *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*. A participação do Movimento Nacional dos Seringueiros na Audiência Pública da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1985, foi essencial para o reconhecimento de tais iniciativas e da necessidade de dar voz aos movimentos sociais, especialmente da página 450 a 453.

estejam citadas parcerias internacionais, a organização já desenvolveu projetos que contaram com parceiras de instituições internacionais, caso do projeto de apoio ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Ribeirinhas do Amazonas, com apoio da embaixada da Irlanda, e do projeto de fortalecimento de comunidades e instituições locais no sul do Amazonas, com apoio da Fundação Ford.

Atualmente, de acordo com Siqueira<sup>204</sup>, o Instituto não conta com parceria internacional direta, mas tem parceria com o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) em um projeto financiado pela Comunidade Europeia, onde trabalha com a capacitação para a organização social envolvendo cursos sobre gestão, associativismo e formas de acesso às políticas públicas em oito municípios.

Do Instituto Piagaçu-Purus (IPI), destaca-se a parceria com Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem (WCS), como principal colaborador financeiro<sup>205</sup>. Na gestão da RDS Piagaçu-Purus, há a parceria com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), ambas instituições governamentais estaduais. A parceria com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) na atuação local é um elemento fundamental para o IPI, segundo a presidente do Instituto, devido à experiência do IDSM na pesquisa e na gestão de unidades de conservação. Deve-se observar que alguns pesquisadores da equipe do IPI já haviam atuado em pesquisa na RDS Mamirauá, com fortes vinculações com o pesquisador Márcio Ayres, o empreendedor da RDS Mamirauá.

As parcerias têm sido imprescindíveis ao desenvolvimento de alternativas econômicas locais expressas pela importância das parcerias para a realização das atividades das ONGs. No apoio técnico-financeiro a suas atividades, a AVIVE é apoiada pelas instituições WWF/Brasil, Banco da Amazônia, Precious Woods Amazon (PWA) e Petrobras. Além dessas, a organização recebe apoio de um conjunto formado por mais de dez instituições<sup>206</sup>.

A Fundação Amazônia Sustentável (FAS) congrega um conjunto amplo de parcerias em

---

<sup>204</sup> Iranildo Cursinho Siqueira, presidente do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA). Entrevista em 09 de dezembro de 2010.

<sup>205</sup> Na realidade os projetos desenvolvidos no IPI são financiados pela Fundação Moore, por meio da WCS.

<sup>206</sup> Apoio técnico/capacitações (CARE/Brasil); capacitações, consultorias, embalagens, marketing (SEBRAE/AM); apoio técnico/divulgação (PNUD/Equator Initiative); parceria comercial (Grupo Pão de Açúcar/Programa Caras do Brasil); apoio financeiro, Campanha Adote um Pau Rosa (Light of Nature, Regenwaldladen); apoio técnico (Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Universidade Federal do Amazonas - UFAM); consultoria e divulgação (ABRAROMA); capacitação, apoio técnico, divulgação (SONY/WEV - World Event Village); embalagens diversas (HEVI) Apoio técnico-financeiro de 2002/5 (Provárzea/IBAMA/DFID/KfW/GTZ/PPG7).

nível internacional, nacional, organizações públicas e privadas. As principais receitas da FAS em 2010 provieram do Bradesco, da Recofarma e do BNDES. As receitas de 2009 foram oriundas do Bradesco, da Recofarma e da Rede de Hotéis Marriot. Nos projetos desenvolvidos nas unidades de conservação, a parceria com as associações comunitárias é um componente do Programa Bolsa Floresta.

A maior parte do financiamento dos projetos da Fundação Vitória Amazônia (FVA) são resultantes de parceria com a Fundação Moore, entre 70 e 80%. Esta organização também é o agente internacional com maior contribuição para os projetos implementados pelo Instituto Socioambiental (ISA).

As instituições apresentadas como parceiras pelo Instituto Piatam (Ipiatam) e pelo Instituto Amazônia (IA) são as organizações para as quais são realizados estudos, diagnósticos, são formulados projetos ou serviços similares. Estas organizações, bem como o IPRAM não informam em seus sítios a existência de parceria internacional<sup>207</sup>. O ITEC informou ter apoio do PNUD e de um Fundo do Governo do Canadá. No âmbito nacional, sua parceria ocorre, principalmente com empresas.

Foram citadas diversas parcerias internacionais pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) no projeto desenvolvido em Boa Vista do Ramos dentre os quais empresas, instituições filantrópicas e institutos de pesquisa, além de parcerias com outras ONGs em nível nacional.

Em nível nacional, observa-se uma crescente parceria do IPÊ com empresas, gerando algumas críticas internas quanto à orientação da organização<sup>208</sup>. Os projetos locais, no entanto, são apoiados em sua maioria por recursos governamentais do Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente (Projetos Corredores Ecológicos e Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas – PDPI) e Ministério do Desenvolvimento Agrário, correspondendo a cerca de 70% dos recursos, conforme Lima<sup>209</sup>. Apenas 30% do recurso se originam de apoio externo, sendo a maior parte da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

---

<sup>207</sup> De acordo com informações por e-mail fornecidas por Alexandre Rivas, presidente do Instituto Piatam, possui parceria internacional, mas não foi especificada com qual ou quais instituições e objetivos, apesar da solicitação de esclarecimento quanto à natureza parceria.

<sup>208</sup> De acordo com Marco Lima, Coordenador Geral de Projetos do IPÊ no Amazonas, a parceria com empresas “começou com a Havaianas, mas hoje o IPÊ é apoiado por diversas empresas [...] Existem alguns questionamentos internos, correntes que acham que o IPÊ está saindo um pouco da sua linha, do seu modelo de conservação, essa coisa de pesquisa, da educação ambiental e tá entrando pra um lado muito empresarial da coisa [...] O negócio tá muito complicado porque aí, entra um outro componente [...] Hoje algumas fontes internacionais não querem mandar mais dinheiro pro Brasil, eles querem enviar dinheiro pra África”. Entrevista em Manaus, dia 18 de junho de 2011.

<sup>209</sup> Entrevista em Manaus, dia 18 de junho de 2011.

(USAID). Ressalta-se, no entanto, que os recursos do Projeto Corredores Ecológicos e do PDPI são oriundos de apoio externo ao governo brasileiro.

Um dos desafios enfrentados pelas ONGs no Amazonas consiste na mobilização de recursos (de tempo e de pessoal) para a captação de recursos financeiros, destacado por diversos gestores de ONGs. Os problemas de captação de recursos de empresas por ONGs locais também é destacada no estudo de Gomes *et al* (2008), as organizações situadas no Sudeste e com alcance nacional atraem mais recursos em função da visibilidade que possuem.

Há uma dependência dos fundos de financiamento internacionais para muitas instituições do campo ambiental, particularmente para a atuação das ONGs na Amazônia brasileira (COSTA, 2006; AMEND *et al*, 2006) e ao mesmo tempo um impacto significativo desses investimentos no estado. As unidades de conservação ambiental funcionam como instrumentos estratégicos na captação de recursos, o que provavelmente concorreu para influenciar sua ampliação nos últimos anos<sup>210</sup>.

As UCs como instrumento de captação de recursos é um aspecto recorrentemente destacado pelos dirigentes da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS). O financiamento das ações referentes à gestão das Unidades de Conservação do Amazonas: “é proveniente de compensações ambientais, parcerias com o governo federal, através do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), e recursos internacionais por meio da Fundação Moore. O aporte financeiro captado no período de 2003 a 2007 foi de 10,3 milhões e no período de 2008 a 2010 foi de 45,8 milhões de reais, representando um incremento de 77%”<sup>211</sup>.

O quadro obtido não nos permite abordar o quantitativo dos recursos financeiros e o peso de cada fonte para cada uma das ONGs. Sabe-se que na pesquisa de Gomes *et al* (2008) a cooperação internacional correspondeu à maior fonte de recursos das 46 ONGs estudadas, sendo a comercialização de produtos e vendas de serviços, e os órgãos governamentais federais

---

<sup>210</sup> Em 2003 Amend *et al* (2006) fizeram um levantamento sobre os recursos captados por dez áreas protegidas no entorno da Cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, no período de 1977 a 2003. Os autores chegaram ao montante de 12 milhões, considerando apenas parcialmente os recursos de 2003. Os recursos internacionais oriundos de governos e de ONGs no período estudado por Arment *et al* corresponderam a 53% do total. Os autores concluíram que as unidades de conservação foram fundamentais à captação de recursos no campo ambiental, com benefícios econômicos locais tanto no que concerne à conservação da biodiversidade quanto ao desenvolvimento de atividades econômicas. Destaca-se que uma parte considerável dos recursos se destina à área meio (administração) e/ou ao pagamento de técnicos/especialistas.

<sup>211</sup> In: Unidades de Conservação no Amazonas: estratégia para a conservação da biodiversidade e Modelo de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <http://www.sds.am.gov.br/index.php/noticias/34-destaque/403-unidades-de-conservacao-no-amazonas-estrategia-para-a-conservacao-da-biodiversidade-e-modelo-de-desenvolvimento-sustentavel.html>. Acesso em 11.05.11.

nesta mesma ordem as que contribuem em segundo e terceiro lugar<sup>212</sup>. No presente estudo as fontes de informação utilizadas não nos permitem chegar a este detalhamento.

No entanto, as parcerias nacionais e internacionais podem ser um dos critérios demonstrativos do grau de profissionalização de algumas ONGs cuja sede se encontra no Amazonas, visto que os requisitos para o acesso a recursos e a formalização de convênios, acordos ou outros mecanismos, principalmente com instituições internacionais exige complexos procedimentos burocráticos.

As parcerias evidenciam o quão articuladas estão as ONGs nacional e internacionalmente, a capacidade de mobilização de recursos e o potencial de alavancagem de mudanças. A formação de redes pelas quais estão articuladas ONGs internacionais com ONGs nacionais que conseguem obter recursos internacionais e as parcerias e apoios destas à atuação de pequenas ONGs e/ou movimentos sociais possibilitam a articulação entre as questões ambientais locais e globais.

Essas parcerias são a base material das redes transnacionais ambientais, podem abranger apoio técnico-científico, apoio financeiro, associativo, entre outros. Por meio deles o fluxo de informações e recursos financeiros alimenta uma densa interconexão com os atores. Tais alianças conectam o local e o global e alimentam o ambientalismo, ao mesmo tempo em que legitimam os recursos destinados à conservação ambiental por países do Norte, tornando-se um recurso político para a participação de ONGs nos fóruns internacionais de meio ambiente, conforme apontam Princen *et al* (1994) e Corell e Betsill (2008).

Ressalta-se, conforme sugere Buclet (2002), que o mercado de projetos ambientais estabelece um controle sobre eles. Há a indução de temas/questões/áreas geográfica que ocorre por meio de editais ou, como observado em capítulo anterior, da identificação de parceiros estratégicos a partir dos objetivos pretendidos pelo agente financiador, a exemplo da Fundação Moore, ou apoiador.

Observou-se, em relação aos financiamentos, que, em alguns casos, o recurso internacional é a principal fonte das ONGs, caso da Fundação Vitória Amazônica (FVA) e do Instituto Socioambiental (ISA). Em outros, os recursos governamentais (Instituto Amazônia - IA, Instituto de Pesquisas Ecológicas -IPÊ – Projeto Baixo Rio Negro) ocupam papel principal. O caso da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) se diferencia de todos os demais devido à primazia de apoio empresarial como fonte de recursos financeiros para a execução de suas

---

<sup>212</sup> Segundo os autores os requisitos necessários ao acesso a esses recursos podem ser demonstrativos do grau de profissionalização que vem sendo alcançado pelas ONGs no Brasil.

atividades.

No balanço geral, as ONGs nacionais/locais recebem um aporte financeiro internacional considerável e fundamental para o funcionamento das redes. Do ponto de vista político, as relações transnacionais, as alianças com ONGs internacionais e organizações internacionais intergovernamentais são imprescindíveis às ONGs ambientalistas nacionais. A estratégia “boomerang” cada vez mais se consolida como recurso político, ao mesmo tempo em que a volatilidade do mercado de projetos impõe seus limites.

#### 5.2.4 Cooperação Transnacional (Sul/Sul)

Entre as atividades das organizações, destacam-se a difusão e/ou intercâmbio de experiências de ONGs da Amazônia Brasileira com países da América do Sul, alguns países da África e da Ásia, o que vem ocorrendo com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), com a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e com o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM).

De acordo com Helder Queiroz, diretor geral do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), alguns programas do Instituto possuem uma política de capacitação e replicação, por meio da formação de multiplicadores. As ações do IDSM em outros países “não é muito intensa, mas é bastante significativa”, ocorrem na Tanzânia, na Argentina, na Venezuela, na Guiana, no Peru e na Bolívia, ocorrem em níveis diferenciados em cada país<sup>213</sup>. Estas atividades são realizadas pelo IDSM com recursos internacionais captados pela Sociedade Civil Mamirauá (SCM).

Alguns projetos do IDESAM, assim como os de Mamirauá, também preveem uma atuação em outros países. A organização desenvolve algumas atividades em países da África e na Indonésia.

---

<sup>213</sup> De acordo com Helder Queiroz, diretor geral do IDSM: "Em alguns deles (Tanzânia, Indonésia), esta atividade é meramente consultiva. [...] Os convites são formulados ou por organismos multilaterais, ou por ONG's internacionais. Em outros países (Argentina e Venezuela), as atividades são mais relacionadas com intercâmbios com grupos daqueles países [...]. Em países tais como Guiana, Peru e Bolívia, são atividades de pesquisa e extensão mais intensas. [...] Estas ações já se concretizaram em alguns destes lugares (como na elaboração e composição do Plano de Manejo da pesca de base comunitária de pirarucus na Guiana), estão em pleno desenvolvimento em outros (como na implementação do manejo de pesca de TCO's na Bolívia no momento<sup>213</sup>), ou estão em fase de estudos preparatórios [...] Já no Equador, nossa atuação é muito mais restrita a ações mais científicas e de conservação. Naquele país, já promovemos alguns cursos de capacitação para técnicas de pesquisa para jovens pesquisadores locais, e ajudamos em alguns levantamentos de espécies em áreas sob risco de alto impacto ambiental". As TCO's são Terras Comunitárias de Origem. Informações obtidas por e-mail em 31.07.11.

A Fundação Amazônia Sustentável (FAS) também tem implementado atividade de apoio e/ou replicação de experiências em países do Sul. Em novembro de 2010, a FAS assinou um contrato com o Banco Mundial para organizar um Programa de Desenvolvimento de Capacidade Sul-Sul envolvendo cinco países da Bacia do Congo e Madagascar tendo em vista contribuir para a replicação de experiências de Manejo Florestal comunitário e REDD+ do Brasil e do México<sup>214</sup>.

Há também uma parceria com o governo de Moçambique sustentada em um memorando de entendimento assinado pelo Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental (MICOA) e pela FAS em março de 2009<sup>215</sup>. Seu objetivo consiste em dar sustentação técnica e participativa no processo de desenvolvimento, primeiramente da Estratégia Nacional de REDD e posteriormente do Programa Nacional de REDD em Moçambique. A primeira fase do projeto foi concluída, está prevista a realização de um curso de capacitação em Planejamento Participativo para REDD, com a apresentação da experiência da FAS na implementação do Programa Bolsa Floresta para técnicos moçambicanos da província de Manica. Uma segunda fase foi proposta para os financiadores, mas aguarda aprovação para sua efetivação<sup>216</sup>.

Em nenhuma das três organizações, a cooperação ocorre como um projeto específico e/ou principal, em suas atividades se desenvolve em alguns de seus projetos, transversalmente. Ela resulta, em muitos casos, da demanda apresentada a organizações brasileiras (por países do sul, por agências multilaterais e/ou por grandes ONGs) em função do seu protagonismo em projetos de manejo, conservação ambiental e do desenvolvimento de estratégias de REDD, mas também inclui uma estratégia de inserção orgânica de países do sul no debate e na construção de alternativas para o desenvolvimento sustentável.

---

<sup>214</sup> Com os países da bacia do Congo e Madagascar, as ações são realizadas com o apoio do Banco Mundial. O projeto se desenvolve em parceria com ONF-International e o apoio do Global Environment Facility, do Fundo Amazônia e do Serviço Florestal Brasileiro. Estão envolvidos cinco países da bacia do Congo (Camarões, Gabão, República Centro-Africana, República do Congo e República Democrática do Congo) e Madagascar. O projeto incluiu visita técnica ao Brasil, onde ocorreu um seminário envolvendo diversas ONGs brasileiras, entre as quais o IPAM, o IMAFLORA, o IDESAM e órgãos governamentais, visita técnica a projetos de gestão florestal comunitária. Atualmente está em elaboração um *handbook*, um dos produtos do projeto.

<sup>215</sup> As atividades em parceria com Moçambique são baseadas na Iniciativa Brasil-Moçambique para o Desmatamento Zero de Relevância Pan-Africana - uma parceria entre Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental (MICOA), Fundação Amazonas Sustentável (FAS), Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (IIED), Centro Terra Viva (CTV) e Indufor, com o apoio da Embaixada Norueguesa de Maputo.

<sup>216</sup> Essas informações tem por base a entrevista com Luiza Lima, analista de projetos da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), em 13.07.11, informações complementadas por e-mail em 19.07.2011.

### 5.3 CONSIDERAÇÕES

Pode-se dizer que as organizações são profundamente marcadas por suas origens, embora os processos nos quais se envolveram tenham chegado a causar alterações significativas, conforme se mencionou no item sobre a identidade.

Algumas das ONGs de gestão de unidades de conservação foram criadas por iniciativa de grupos de cientistas no Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), em função de pesquisa na área para a criação das UCs (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM, Instituto Piagaçu-Purus - IPI) ou tendo em vista se inserirem em iniciativas de proteção da biodiversidade (Fundação Vitória Amazônica - FVA). Nestes casos, a conexão entre o nacional e o global por meio da comunidade epistêmica da biologia da conservação está presente desde o início.

Outras ONGs foram criadas a partir dos movimentos sociais, caso do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (IPDA), Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) e Associação Viva Verde da Amazônia (AVIVE). As duas primeiras sob a influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Estas organizações, embora tenham surgido em âmbito local, lograram a conexão entre o local e o global mediante o fluxo de ideias relativas à proteção ambiental e à disponibilidade de recursos para investimentos nessa área (fluxo de recursos).

A criação da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) teve uma motivação diferenciada das organizações mencionadas anteriormente, foi praticamente criada por iniciativa governamental, no âmbito da formulação da política estadual de mudanças climáticas, com recursos governamentais e da iniciativa privada. A parceria público-privada aparece como uma nova institucionalidade.

Atualmente predominam as atividades Gestão de UCs (IPRAM, FVA<sup>217</sup>, IDESAM, IPI, IDSM, IA, IPÊ, FAS)<sup>218</sup>, de formação e educação ambiental (FVA, IPRAM, AMPA)<sup>219</sup> ou implementação de alternativas econômicas (FVA, ITEC, IPDA, AVIVE, ASPAC)<sup>220</sup>. Algumas

<sup>217</sup> Destaca-se que a FVA foi responsável pela elaboração dos planos de manejo do Parque Nacional do Jaú, do Parque Estadual do rio Negro setor norte e da Reserva Extrativista do rio Unini (conf. [www.fva.org.br](http://www.fva.org.br)).

<sup>218</sup> ONGs: Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), Instituto Piagaçu-Purus (IPI), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Instituto Amazônia (IA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Fundação Amazônia Sustentável (FAS).

<sup>219</sup> Instituto de Preservação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais da Amazônia (IPRAM), Associação Amigos do Peixe-Boi (AMPA).

<sup>220</sup> Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia (ITEC), Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA), Associação Viva Verde da Amazônia (AVIVE),

organizações se destacam pela sua disposição à prestação de serviços relacionados ao mercado de conservação ambiental (IA, Ipiatam, ITEC, IMAFLORA)<sup>221</sup>.

Das ONGs identificadas, segundo a data de criação, percebe-se que as ONGs com sede no Amazonas, excetuando-se duas das quais não se tem a informação da data de criação, apenas uma foi criada na década de 1980, dezesseis foram criadas nas décadas de 1990 e 2000. As três ONGs cujas sedes se encontram fora do estado foram criadas na década de 1990.

Constata-se a tendência observada por Assumpção (1993) em nível nacional quanto ao aumento do número de ONGs desde a década de 1990, porém não é possível fazer uma análise conclusiva, pois não temos um histórico para saber se outras instituições se formaram, sucumbiram ou optaram por não se cadastrarem nos bancos de dados consultados.

Nesta pesquisa, observou-se ainda que, em alguns municípios, as ONGs adensaram a organização da sociedade e a construção de experiências que buscaram aliar a conservação ambiental à geração de renda e/ou a formação profissional, caso da Associação de Silves pela Preservação e Ambiental e Cultura (ASPAC) e da Associação Viva Verde (AVIVE), em Silves, da Fundação Almerinda Malaquias (FAM) em Novo Airão e da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA) em Boa Vista do Ramos. No caso da ASPAC, o turismo comunitário se desenvolve a partir de um complexo arranjo entre as organizações.

Em alguns casos, há uma proximidade dos resultados desta pesquisa com os da pesquisa de Buclet (2002) e Aquino (2003) com ONGs do Pará, quanto ao distanciamento das organizações mais profissionalizadas em relação aos movimentos sociais. Os autores identificaram ONGs com um alto grau de profissionalização, caso do Instituto Homem e Meio Ambiente (IMAZON), do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e da Fundação Floresta Tropical (FFT).

Excetuando-se o IPAM, em cujos motivos para a sua criação, encontra-se o apoio aos movimentos sociais, às organizações com uma atuação especializadas em promover pesquisas científicas em florestas e propor soluções para o setor apresentam um distanciamento em relação aos movimentos sociais. Estas ONGs são caracterizadas por Buclet (2002) como ONGs de pesquisa, e por Aquino (2003) como ONGs peritas.

O distanciamento, no entanto, não significa a inexistência de parcerias. Em geral os trabalhos desenvolvidos com populações envolvem parcerias com movimentos locais ou redes

---

Associação de Silves pela Preservação e Ambiental e Cultura (ASPAC).  
<sup>221</sup> Organizações por suas siglas: Instituto Amazônia (IA), Instituto Piatam (Ipiatam), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA).

de movimentos sociais, como a rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). No entanto isso não significa um engajamento nas pautas desses movimentos<sup>222</sup>.

As críticas da rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e do Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS) à criação da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) não impedem a realização de trabalhos em parceria. A exemplo do programa bolsa floresta, no qual o CNS é um dos parceiros no envolvimento com as populações residentes nas unidades de conservação e da construção da metodologia para salvaguardas socioambientais, onde o GTA e a FAS compõem o comitê multissetorial.

As ONGs ambientalistas vinculadas a instituições de pesquisa em geral possuem uma relação pouco clara com essas instituições, por vezes se confundem. Este é o caso da AMPA, vinculada ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA), vinculada à UFPA; Instituto Piatam e projeto homônimo, vinculado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM). As duas primeiras têm sede ou escritório funcionando dentro da estrutura das referidas instituições de ensino e pesquisa, e suas equipes são pesquisadores/professores das referidas instituições. No terceiro caso, as equipes do projeto e do Instituto são praticamente as mesmas.

Este mesmo aspecto foi observado por Aquino (2003) em relação ao Instituto e à Sociedade Civil Mamirauá, bem como nas instituições criadas pelo Projeto Pobreza e Meio Ambiente (POEMA), nos quais por vezes há dificuldade de fazer uma distinção entre o público e o privado.

É interessante observar que a busca da legitimidade da ação de muitas ONGs ambientalistas consiste no envolvimento das populações locais. A contrapartida desse envolvimento tem sido uma demanda e a cobrança cada vez mais incisiva dessas populações quanto à adoção de alternativas econômicas que efetivamente melhorem suas condições de vida<sup>223</sup>.

---

<sup>222</sup> De acordo com o presidente do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (IPDA), organização que representa uma das regionais da rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), há um acordo entre os movimentos sociais na Amazônia de que seus interlocutores junto ao governo sejam a rede GTA, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Iranildo Cursinho Siqueira, Presidente do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA). Entrevista em 09 de dezembro de 2010.

<sup>223</sup> De acordo com lideranças da rede GTA e do CNS, a geração de renda é a principal reivindicação das populações das Unidades de Conservação. Pronunciamentos verbais de Francisco Aginaldo Queiroz Silva, da rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e Manuel Cunha, do Conselho Nacional Populações Extrativistas, por ocasião do *Seminário de Resultados e Perspectivas das Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas*, em novembro de 2010. “A criação das UCs é o primeiro passo, o segundo é partir para a geração

Nesse cenário, o maior desafio das ONGs e projetos ambientalistas atualmente parecem ser o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis que propiciem geração de renda e a consequente melhoria de vida das populações, tão presente em todos os discursos das ONGs ambientalistas.

No conjunto das ONGs analisadas, excetuando-se a AMPA, as demais podem ser enquadradas como socioambientalistas, pois se orientam para a conservação ambiental com a melhoria da qualidade de vida das populações. Os investimentos em processos participativos são variáveis. Constatam-se diversas formas de manifestação de socioambientalismo, seguindo uma ambivalência equivalente a da expressão desenvolvimento sustentável, são moedas utilizadas para legitimação de ações com orientações bem distintas. Algumas partem da conservação da biodiversidade, do manejo florestal, outras da oportunidade de prestação de serviços ou de fortalecimento dos movimentos sociais.

Nesta primeira década do século XXI, o perfil das organizações ambientalistas parece se diferenciar das organizações criadas na década de 1990. Atualmente tendem a ser criadas ONGs ambientalistas em função da demanda de serviços que o Estado não consegue cumprir e cujo atendimento está previsto na Lei das OSCIPS<sup>224</sup>, que normatiza a parceria entre as diversas esferas do governo com organizações da sociedade civil.

Esse contexto está profundamente marcado pela demanda de serviços técnico-científicos, em áreas protegidas, desde a consulta pública para a criação destas áreas à realização de estudos diversos para elaboração do plano de gestão, e sua gestão; demandas por estudos de impacto ambiental, relatórios de impacto ambiental ou outras formas de adequação ambiental de empreendimentos; bem como oportunidade de financiamento a projetos ambientais realizadas por governos, empresas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais<sup>225</sup>.

A criação de unidades de conservação (UCs) no Amazonas, por exemplo, aparece como

---

de renda, para a melhoria da qualidade de vida das populações” (Manuel Cunha – CNS).

<sup>224</sup> A Lei 9.790/99 dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria.

<sup>225</sup> A constituição de um mercado para prestação de serviços técnico-científico em função da implementação da política ambiental no Amazonas pode ser exemplificado pelo número de unidades de conservação existentes, bem como pelo número de licenças ambientais emitidas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). O estado do Amazonas conta atualmente com 41 unidades de conservação estadual, conforme informações do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC). Disponível em <http://www.ceuc.sds.am.gov.br/sistema/apresentacao.html>. Acesso em 04.09.2010. Entre 2003 a 2009, a média de licenças emitidas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) foi de 2.305 por ano. Em 2010, até o mês de junho haviam sido emitidas 782 licenças para empreendimentos na capital e 389 para o interior do estado. Fonte: <http://www.ipaam.am.gov.br>. Acesso em 04.09.2010. Deste modo, tanto as empresas quanto o próprio estado demanda um corpo técnico e científico que responda a esta demanda.

uma demanda crescente em função de comprometimento do Brasil em fóruns internacionais, pela proposição da comunidade científica, ONGs e/ou por movimentos sociais. Criou-se, assim, um mercado propício à atuação de ONGs ambientalistas e/ou OSCIPs com um perfil mais técnico-científico, oriundo de iniciativas de pesquisadores (IPRAM, IDESAM), embora algumas se mantenham com outros perfis, preservacionista (AMPA) e científico-cultural (ITEC).

Essa pode ser uma das razões da crise de associativismo ao qual a ABONG se refere em seu relatório de 2006-2010, questão que não inclui apenas as ONGs ambientalistas. Embora a saída de alguns integrantes de ONG para participação no governo, de um lado, e a criminalização das ONGs e movimentos sociais, por outro, possam também estar contribuindo de modo substancial para isso, aspecto também destacado naquele relatório.

A especialização também está ocorrendo pela necessidade de acesso a recursos. Diferente dos movimentos sociais tradicionais o cotidiano das ONGs, no campo ambiental “[...] está integrado a um modelo de organização social marcado pelos trâmites burocráticos, pela necessidade de especialização, por questões financeiras [...]” (AQUINO, 2003, p. 265). E isto não ocorre apenas neste campo como reconhece a ABONG.

Com isso se pode dizer que a profissionalização é condição para o acesso direto a recursos internacionais, um dos meios pelos quais se podem apreender as relações transnacionais relacionadas à conservação do meio ambiente. Este processo pode ter dois efeitos do ponto de vista político para o movimento ambientalista contestatório. O primeiro consiste em que o movimento ambientalista das ONGs, ao se ancorar cada vez mais no “movimento de papéis”, se afaste paulatinamente do ambientalismo engajado e com isso se distancie dos movimentos sociais e pequenas ONGs com os quais possuem alianças.

Por outro lado, o acesso aos recursos pode favorecer o apoio financeiro por meio de instituições internacionais (ONGs, governos, fundações, empresas), fortalecendo as ONGs do estado do Amazonas mais bem aparelhadas, em suas atividades, sua rede de alianças (ONGs e movimentos sociais menores) e sua participação em redes de âmbito nacional (Associação Brasileira de ONGs, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - FBOMS e Rede do Grupo de Trabalho Amazônico - GTA) e internacional (Organização Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN), consolidando, com isso, as redes estratégicas e fortalecendo sua força política.

No primeiro caso se teria um efeito negativo das possibilidades abertas pelas relações transnacionais no que concerne às redes de financiamento. No segundo caso, seriam forjadas

coalizões favoráveis em termos da própria manutenção do movimento ambientalista.

Ocorre que os financiadores internacionais induzem cada vez mais a um ambientalismo de resultado, conforme observado no caso da Fundação Moore, abordada no capítulo anterior, e, considerando que muitos resultados políticos (articulação, convergências, inserção de temas ou problemas em agendas políticas) são de difícil mensuração, é possível percebermos que estes aspectos podem vir a ser secundarizados nos projetos, mas com resultados satisfatórios e desejáveis para este tipo de ambientalismo que privilegia mais soluções técnicas.

De qualquer modo, pode-se dizer que os financiadores internacionais são capazes de mobilizar organizações em torno de um tema, de uma área específica, mas não em determinar a identidade de uma ONG. As identidades não são explicáveis por este fator, estão associadas a visões mundo, a valores compartilhados pelos seus fundadores, ao legado histórico da organização ou de seus partícipes e a oportunidades políticas.

Mas tanto de um ponto de vista de um ambientalismo contestatório quanto de resultado, o apoio financeiro internacional influencia na distribuição do poder da sociedade civil e na capacidade de influência dela na política ambiental e nas alianças em diversos níveis. Com isso o efeito *boomerang* pode se manifestar no nível doméstico (local-nacional-local) e no nível internacional (nacional-internacional/global-nacional).

Como exemplo disso, pode mencionar-se a cooperação transnacional sul/sul que algumas organizações estão realizando com apoio internacional, caso do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA) o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) e a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) por meio do apoio à pesquisa e manejo de recursos naturais, à formulação de políticas e a disseminação de experiências exitosas.

## Capítulo 6

### ONGS EM REDE: REDES LOCAIS, NACIONAIS E REDES TRANSNACIONAIS

#### 6.1 INTRODUÇÃO

Conforme visto no primeiro e segundo capítulos, diversos autores, entre os quais Keck e Sikkink (1998), Prince e Finger (1994), Risse-Kapen (1995), Haas (1989), destacam o papel desempenhado pelas ONGs na formulação e implementação de regimes internacionais. As ONGs desempenham papel importante no âmbito global, concorrendo para a construção e implementação de regimes ambientais globais, conforme aponta Inoue (2007).

Um elemento que propiciou o crescimento das ONGs ambientalistas e do movimento ambientalista como um todo foi a articulação em redes. Este tipo de articulação também permite compreender o alcance da ação das ONGs, sendo uma das razões pelas quais se tornaram atores com capacidade de influenciar as políticas em diversos níveis.

Segundo Castells (2005), vivemos atualmente em uma sociedade em rede. Neste sentido, as redes são estruturantes da sociedade contemporânea globalizada e conseqüentemente estruturantes dos movimentos sociais contemporâneos (CASTELLS, 2005; SCHERER-WARREN, 2003), conforme argumentado no primeiro capítulo.

As redes pelas quais se articula o movimento ambientalista são temáticas, associativas, de financiamento, entre outras, todas essas integradas, na maioria dos casos, por redes virtuais. Se, no âmbito doméstico em muitos casos só típico idealmente, pode-se distingui-las, no âmbito transnacional, as redes de defesa em torno de determinadas temáticas como direitos humanos, direitos indígenas, meio ambiente, entre outras. São redes complexas que congregam em geral muitas redes e atores, concomitantemente. Conforme argumentam Princen *et al* as conexões não têm que ser feitas por uma única ONG (PRINCEN e FINGER, 1994, p. 230), ou um único ator. A eficácia da ação dessas organizações se deve ao fato de que se articularem globalmente.

Conforme visto no capítulo segundo, os atores podem compreender fundações, ONGs internacionais e domésticas, comunidades epistêmicas, mídia, movimentos sociais, igrejas, entre outros, onde os atores principais são ONGs internacionais.

Neste contexto, os conceitos de movimentos sociais e de redes são fundamentais para analisarmos as ONGs que atuam no estado do Amazonas e suas articulações. Os movimentos sociais, conforme Scherer-Warren, “são formas de ações coletivas reativas aos contextos

histórico-sociais nos quais estão inseridos” (1999, p. 15). Essas ações coletivas podem ter uma dimensão contestadora, solidarística ou propositiva. Tais dimensões não são excludentes, podendo se manifestar simultaneamente.

Em tal perspectiva, a sociedade civil, da qual os movimentos sociais fazem parte, inclusive o movimento ambientalista, tem o caráter de crítica ao *status quo*. Os movimentos sociais conectam sujeitos e organizações de movimentos, desse modo, expressam as diversidades culturais e identidades abertas. Neste sentido, estão em permanente constituição, buscam reconhecimento na sociedade civil, conforme destaca SCHERER-WARREN (2003).

Pode-se dizer, com base Keck e Sikkink (1998) e em Scherer-Warren (2003), que as redes se referem a um tipo de relações/articulações sociais que sempre existiram, mas adquirem características específicas e um significado maior na sociedade globalizada, devido às condições de informação existentes. Elas são tanto produto como pré-condição da ação. As redes expressam e alimentam uma vontade coletiva, pois elas incorporam novos princípios de orientação da sociabilidade humana, visto que realizam articulações e intercâmbio políticos.

Scherer-Warren (2003) aponta três dimensões necessárias a pensar as redes com relação à dinâmica dos movimentos sociais: a da sociabilidade, da espacialidade e a dimensão da temporalidade histórica. Na dimensão da sociabilidade, as redes se constituem tanto em tecido social comunitário, quanto em redes solidarísticas, e em tecido social associativista, como redes estratégicas. Os movimentos sociais abarcam a dupla face das redes.

A dimensão da espacialidade se refere tanto à possibilidade de projeção de problemas locais em nível planetário quanto à possibilidade de criação de alternativa a estes problemas a partir das redes transnacionais. Na dimensão da temporalidade, a pesquisa busca “compreender como as redes sociais tradicionais, instituídas a partir de raízes históricas ou de legados culturais, cruzam-se com redes políticas instituintes” (SCHERER-WARREN, 2003, p. 32).

A partir de uma abordagem do campo das relações internacionais, as redes transnacionais (que correspondem à dimensão da espacialidade na perspectiva de Scherer-Warren) têm desempenhado um relevante papel na feitura e implementação dos regimes ambientais, conforme referido em capítulos anteriores. Na perspectiva das relações transnacionais, de acordo com Sikkink (1993), as redes podem variar entre informais e formais, podem compreender as interconexões entre organizações e pessoas pelas quais circulam as informações por e-mail, por telefone, em ambientes de seminários, etc., ou podem compreender parcerias formalizadas que incluem assessoria ou o repasse de fundos.

Keck e Sikkink (1998) procuraram elaborar uma teoria das redes transnacionais demonstrando a importância da informação como um recurso fundamental destas redes. Com o tratamento da informação, essas formas de organização têm a capacidade de construir esquemas cognitivos, *frames*, que tornam possível tanto a identificação de objetos e eventos considerados relevantes dentro da temática com a qual trabalham, quanto possibilitam enquadrar determinados objetos e eventos em tais esquemas, apresentando-os sob outra ótica. A informação como forma básica de manutenção da articulação das organizações que compõe as redes e, ao mesmo tempo, como recurso de poder na persuasão de atores-alvo, considerados possíveis aliados poderosos.

A maioria das redes foi identificada a partir das informações obtidas na consulta a sítios, a documentos e em entrevistas com os gestores de ONGs. Em outros casos, a identificação das ONGs ambientalistas partiu das redes (Associação Brasileira de ONGs - ABONG, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS). O passo seguinte consistiu na realização de levantamento nos sítios das redes, buscando identificar a data de criação, seus objetivos, seus componentes, suas articulações transnacionais.

Na maioria das redes, foi possível consultar as organizações que as compõem. O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) não dispõe de banco de dados virtual de livre acesso e/ou lista atualizada dos seus membros. Houve uma consulta por telefone e por e-mail à coordenação da Rede GTA, escritório de Brasília, donde se obteve uma lista de 400 organizações em 03 de novembro de 2010, na qual não constam a Fundação Vitória Amazônica (FVA) e o Instituto de Preservação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais da Amazônia (IPRAM). A lista está desatualizada, de acordo com as informações obtidas. No momento, estava iniciando um trabalho nas representações regionais para sua atualização, o que foi reafirmado em entrevista com o presidente da rede<sup>226</sup>. Segundo ele, de acordo com o último censo, no Amazonas eram em torno de 156 organizações membros da rede<sup>227</sup>.

Neste capítulo, abordam-se algumas das redes das quais fazem parte as ONGs identificadas no capítulo 5. No primeiro momento, discorre-se sobre a informação das ONGs quanto à participação em rede, a importância atribuída a essa participação e se faz referência às redes Rio Negro, Rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS).

---

<sup>226</sup> Entrevista com o Presidente da Rede GTA Rubens Gomes, em 21 de junho de 2011.

<sup>227</sup> Idem.

No segundo momento, no item sobre o legado histórico das redes, buscam-se levantar algumas vinculações das redes atuais com os movimentos sociais e suas articulações (inclusive em redes) que as antecederam, trata-se da dimensão temporal das redes a que se refere Sherer-Warren (2003). Por fim, aborda-se cada uma das redes mencionadas e suas articulações regionais e transnacionais, retomando-se ideias referentes ao fluxo de recursos, de ideias e seus impactos sobre a Amazônia. Observa-se, neste item, que as redes criam redes, conforme apontam Keck e Sikkink (1998), e as redes compõem redes.

## 6.2 ONGs em Redes

A participação em redes é considerada uma estratégia fundamental em nível nacional e global no sentido de fortalecimento da atuação das ONGs<sup>228</sup>. As redes às quais nos referimos aqui são as redes associativas temáticas ou estratégicas, são articulações regulares entre atores sociais, neste caso, as ONGs que ocorrem tanto em nível doméstico quanto transnacional. As redes expressam e alimentam uma vontade coletiva, por elas se realizam articulações e intercâmbio político e novos princípios de orientação da sociabilidade humana são disseminados e incorporados.

Essas redes atualmente se utilizam fundamentalmente das redes virtuais como instrumentos de comunicação, informação e articulação política, tendo em vista a disseminação de informações, a realização de campanhas e a construção de coalizões, funcionando como estratégia de influenciar políticas públicas<sup>229</sup>.

A contribuição de coalizões de ONGs para a proteção de espécies ameaçadas de extinção e para a redução do desmatamento na Amazônia tem sido significativa, a exemplo da campanha contra o comércio ilegal do Mogno realizada nos anos de 2002 e 2003<sup>230</sup>. A coalizão incluía COIAB, CPT, FAOR, FASE, Greenpeace, GTA, Imafloa, Imazon e ISA, de acordo com Alfaia Júnior (2008). O que concorreu para a diminuição do desmatamento na

<sup>228</sup> A pesquisa de *Gomes et al* (2008) evidenciou a participação em conselhos e fóruns, expressa por 87% das instituições, e a atuação em redes como elementos estratégicos para o fortalecimento dessas organizações. Hoje as ONGs espalhadas pelo mundo funcionam e se identificam como redes, a exemplo da Rede WWF.

<sup>229</sup> A atuação das ONGs ambientalistas inclui fundamentalmente a influência sobre as políticas públicas de diversas formas dentro do limite de suas possibilidades e oportunidades. Neste sentido, é que a Fundação Vitória Amazônica (FVA) destaca, em seu sítio, que “em suas estratégias de políticas públicas, a FVA busca influenciar *decisões, atitudes e legislação*, sempre em busca do favorecimento da conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região amazônica.” (grifo meu)

<sup>230</sup> A campanha consistiu em uma mobilização de organizações não governamentais e movimentos sociais em nível nacional e internacional visando a inclusão do mogno no anexo II da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) e a adoção de medidas mais rigorosas do Brasil em relação ao comércio da espécie.

Amazônia, quando se passou de uma média anual de desmatamento de 20.000 Km<sup>2</sup>, entre 2001 e 2004, para uma média anual de 13.000 km<sup>2</sup>, entre 2005 e 2008. De acordo com Viola, isso ocorreu, entre outros fatores, devido

a atuação de grandes ONGs internacionais e nacionais que realizaram uma intensa campanha de conscientização na opinião pública e junto a empresas importadoras e *traders* dos países desenvolvidos. Essa campanha teve como um dos seus resultados a moratória da compra de soja proveniente da Amazônia e a moratória da compra de bois provenientes de áreas desmatadas por parte dos grandes frigoríficos (2010, p. 16).

A forma de articulação em rede corresponde a uma característica inovadora das ONGs ambientalistas. Conforme Aquino:

Quando consideramos as ONGs no Brasil, a partir dos anos 90, é interessante perceber a articulação das redes de ONGs formadas com o propósito de aumentar seu poder de pressão contra determinadas políticas consideradas desfavoráveis à cidadania e ao ambiente. São exemplos dessas redes a ABONG e a rede GTA, já citadas neste trabalho, e outras como a COIAB, a Rede de ONGs da Mata Atlântica, a RENCTAS<sup>231</sup>, a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, a RITS e o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais” (AQUINO, 2003, p. 34).

No Quadro 8, a seguir, há uma relação das redes identificadas, com o número total de seus membros, com as organizações não governamentais ambientalistas que atuam no Amazonas (referidas no capítulo 5) que as integram, bem como os apoios com os quais contam.

**QUADRO 8. REDES IDENTIFICADAS, TOTAL DE MEMBROS, MEMBROS ENTRE AS ORGANIZAÇÕES (CAP.5) E APOIADORES**

REDES/TOTAL DE MEMBROS	ORG (Cap. 5)	APOIADORES
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) 400 a 600 membros	ASPAC, FVA, IPRAM, IPDA	RTS, Fundação Banco do Brasil, AVINA, Fundação Ford, Petrobras, Fundação David & Lucile Packard, Fórum Amazonas Sustentável, Fundação Siemenpuu, Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento - ICCO & Kerk in Actie
Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS) 599 membros	ASPAC, FVA, IPÊ, ISA, IPDA	Embaixada da Suíça no Brasil, Fundação Ford, Fundação Heinrich Boll, Ministério do Meio Ambiente, Embaixada do Reino Unido no Brasil <sup>232</sup>

<sup>231</sup> Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres

<sup>232</sup> Informações disponíveis em <http://www.fboms.org.br>. Acesso em 23.09.11.

REDES/TOTAL DE MEMBROS	ORG (Cap. 5)	APOIADORES
Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) 246 membros	ISA	OXFAM Internacional, Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (EED), ICCO, ONGO, Fundação Ford <sup>233</sup>
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) 130 associados	FAS	SESI, Fórum Amazônia Sustentável, Alliance, Associação Franquia Sustentável (AFRAS), Filantropia, CDN Comunicação Corporativa, Aberje, Rede América Brasil, Todos pela Educação, Sistema Firjan, Avina, Esquel, Ashoka Empreendedores Sociais, vagas.com.br <sup>234</sup>
Rede Rio Negro (RRN) <sup>235</sup> 05 associados	ISA, IPÊ, FVA	Apoio das organizações que a criaram: ISA, IPÊ, FVA, WWF-Brasil, Foirn
União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) 1.000 membros	FVA, IPÊ, ISA, SCM	Acordos-Quadro: Ministério das Relações Exteriores, Dinamarca; Ministério das Relações Exteriores da Finlândia; Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD); Ministério das Relações Exteriores, Direção Geral de Cooperação Internacional (DGIS), Holanda; Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD); Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento (SIDA); Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC); Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID); MAVA Foundation. Além dessas há diversas instituições que contribuem voluntariamente. São instituições de governos, de agências multilaterais e convenções, de programas da ONU, de fundações, de organizações não-governamentais e do setor privado
Fórum Amazônia Sustentável 246 signatários	IMAFLO RA, IPÊ, ISA, FAS, IDESAM, IPDA, FVA	Apoiadores do site: Avina, Conexões Sustentáveis, Fundação Ford; Apoio editorial do site: O ECO, Página 22
Fórum Latino-Americano de REDD 14 membros	FAS, IDESAM	As organizações envolvidas na Rede: FAS, IDESAM, COIAB, Fondo Nacional de Financiamento Forestal (FONAFIFO), Ministério Del Ambiente (Perú), Conservation Internacional (Suriname), Comisión Nacional Forestal (CONAFOR), Autoridad Nacional Del Ambiente, Libélua, SocioBosque, Ministério do Meio Ambiente (MMA/Equador), Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB) <sup>236</sup>
Articulação Regional Amazônica (ARA) 31 membros	IDESAM, ISA	Fundação Avina (citada como aliado estratégico) e seus membros

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada.

<sup>233</sup> Informações disponíveis em [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br). Acesso em 23.09.11.

<sup>234</sup> Informações disponíveis em [http://www.gife.org.br/ogife\\_parcerias.asp](http://www.gife.org.br/ogife_parcerias.asp). Acesso 23.09.2011.

<sup>235</sup> Os membros da Rede Rio Negro, além dos destacados no quadro, são: Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN) e WWF-Brasil.

<sup>236</sup> Além dessas, são citadas mais duas organizações, no entanto não foi possível identificá-las.

Excetuando-se a IUCN, criada em 1948, as demais redes foram criadas nas décadas de 1990 e 2000. As redes, em geral visam ao fortalecimento dos segmentos envolvidos para contribuírem com as políticas de desenvolvimento sustentável. Os objetivos e a data de criação podem ser observados no Anexo 9. O número de membros é variável (Quadro 8), assim como variam o alcance e a organização das redes, o que se poderá ver ao longo deste capítulo.

Conforme se observa no quadro anterior, as redes podem ser tomadas como nós que conectam atores locais a um conjunto de atores locais/regionais/globais. As organizações identificadas no capítulo 5 participam das redes com outras organizações não governamentais, órgãos de governo de diversos países, fundações, empresas, instituições internacionais e instituições multilaterais.

A Fundação Ford e a Avina podem exemplificar elos transnacionais entre redes. A primeira apoia as redes GTA, FBOMS, ABONG, IUCN e o Fórum Amazônia Sustentável enquanto a segunda apoia as redes GTA, GIFE, Fórum Amazônia Sustentável e ARA<sup>237</sup>. No apoio não governamental, além das fundações, observa-se o apoio de organizações religiosas que atuam transnacionalmente e de empresas. O apoio governamental conta com órgãos governamentais (ministérios e agências) de diversos países.

Com base nas informações dos bancos de dados/listas consultadas, nas informações disponíveis nos sites das organizações que o possuem, e nas informações obtidas nos bancos das redes e nas entrevistas pode-se verificar que dez organizações participam em pelos menos uma das redes relacionadas.

A Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) faz parte das Redes GTA e FBOMS. A Fundação Vitória Amazônica (FVA) é membro das redes GTA, FBOMS, IUCN, RRN e do Fórum Amazônia Sustentável. O Instituto de Preservação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais da Amazônia (IPRAM) é membro do GTA e embora em seu site conste sua participação no FBOMS não foi encontrado seu registro na relação de seus membros. O Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA) compõe a rede GTA, FBOMS e participa do Fórum Amazônia Sustentável. O Instituto de Pesquisa Ecológicas (IPÊ) é membro do FBOMS, da IUCN, da RRN e do Fórum Amazônia Sustentável.

---

<sup>237</sup> Ambas investem em líderes sociais, organizações e redes tendo em vista o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento sustentável, a primeira com foco na redução da pobreza e o estabelecimento da segurança econômica e a segunda na “construção de laços de confiança e parcerias frutíferas entre líderes sociais e empresariais” (AVINA, 2010, p. 8). Com base em informações disponíveis em <http://www.fordfoundation.org/about-us/programs>. Acesso em 20.07.11.

O Instituto Socioambiental (ISA) é membro do FBOMS, da IUCN, da RRN, do Fórum Amazônia Sustentável e da Rede ARA. A Sociedade Civil Mamirauá (SCM) é membro da IUCN. A Fundação Amazônia Sustentável (FAS) faz parte da rede GIFE, do Fórum Amazônia Sustentável e do Fórum Latino-Americano de REDD. O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA) faz parte do Fórum Amazônia Sustentável. O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM) faz parte do Fórum Amazônia Sustentável, do Fórum Latino-Americano de REDD e da rede ARA.

Além das redes relacionadas anteriormente, a Fundação Vitória Amazônica (FVA) informou, no seu cadastro na Ecolista e em seu sítio, participar do Coletivo Estadual de ONGs (FORAM)<sup>238</sup>. O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM) informou participar em Redes ou GTs de Ação Climática, do Fórum de Entidades Ambientalista do Município de Manaus/AM (FORAM).

Deve-se enfatizar que o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), a rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) são instâncias de participação indicativas do envolvimento com o movimento ambientalista brasileiro. As articulações nessas redes visam ao fortalecimento da sociedade civil para influenciar as políticas públicas ambientais no Brasil e têm sido consideradas na composição de Conselhos e Comissões governamentais em diversas áreas. Por seu turno, a participação na IUCN é indicativa do envolvimento com a conservação ambiental e gestão de áreas protegidas.

A participação em redes de caráter pan-amazônico (Rede Articulação Regional Amazônica (ARA) e Fórum Latino-Americano de REDD) propicia o entendimento da extensão das ações das ONGs situadas no Amazonas ou que atuam no estado, assim como a percepção dos diversos os níveis de governança nos quais as ONGs procuram atuar.

Quanto à participação em redes do terceiro setor, encontramos a Fundação Vitória Amazônica (FVA), integrada à Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS) e o Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia (ITEC), que desenvolve entre suas atividades atuais a Criação da Rede de Tecnologia e Inovação Social de apoio a ONGs da cidade de Manaus (RETIS), o que indica sua vinculação a redes dessa natureza.

Observa-se que a participação em redes é significativa. Além disso, existem redes que conectam seus membros a outras redes, caso da rede do Grupo de Trabalho Amazônico e da Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS) que fazem parte da ABONG, ou das Redes

---

<sup>238</sup> Embora citado no sítio, o Fórum Permanente de Debate da Amazônia (FORAM) não existe há pelo menos 8 anos, de acordo com informações de Durigan, em entrevista no dia 17 de novembro de 2010.

do Grupo de Instituto, Fundações e Empresas (GIFE), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e Rede Articulação Regional Amazônica (ARA) que são membros do Fórum Amazônia Sustentável. Além disso, os fóruns realizados na área de meio ambiente propiciam o desenvolvimento de redes informais e parcerias, densificando as articulações e conexões nacionais e transnacionais.

### **6.3 Redes Nacionais e Locais**

As redes Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) são as redes que mais se vinculam, em função do seu surgimento ou do seu fortalecimento e de sua participação, ao movimento ambientalista da década de 1990 sob a influência do contexto preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Particularmente o FBOMS surgiu como forma de aglutinar as ONGs e movimentos sociais para uma participação coordenada no evento. A ABONG surgiu no mesmo período, como estratégia de fortalecimento da sociedade civil e o processo de democratização. Entre as atividades destas organizações e do GTA se encontram representações em conselhos e fóruns de políticas governamentais, bem como iniciativas voltadas a conexões regionais (Pan-Amazônia) e/ou internacionais, e participações em fóruns internacionais.

O Fórum Amazônia Sustentável e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) se propõem a fazer uma articulação entre o público e o privado, na geração de propostas (o primeiro) e/ou ações (o segundo) em âmbito nacional. As redes locais podem ser vistas como resultantes de trabalhos desenvolvidos em áreas específicas.

#### **6.3.1 Redes Nacionais**

Quanto ao trabalho em redes se observam alguns contextos de oportunidade política para a criação de ONGs e de redes de ONGs e movimentos sociais, caso das discussões preparatórias para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que favoreceu a criação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), assim como a

formulação e a criação do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), em cujo contexto foi criada a rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA).

A associação ao FBOMS se vincula à construção de redes voltadas ao fortalecimento das próprias ONGs e dos movimentos sociais, em função da construção de sua autonomia e de capacidade de influência, atualmente conta com 599 membros<sup>239</sup>. O Fórum surgiu no ambiente preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em junho de 1990, tendo em vista a participação articulada de ONGs e movimentos sociais no evento.

O reconhecimento nacional do Fórum pode ser percebido quando identificamos os conselhos e comitês dos quais faz parte, por meio de seus representantes. Em 2008, o FBOMS havia indicado representantes para o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), a Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) e o Fundo Nacional do Meio Ambiente. Além dessas três instâncias colegiadas do MMA, coube ao Fórum indicar representantes da sociedade civil para mais de 15 outros fóruns, entre conselhos, comissões e grupos de trabalho vinculados à execução de políticas ambientais e em outras áreas, pelo governo<sup>240</sup>.

A rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) foi criada em 1992 para promover a participação das comunidades da floresta nas políticas de desenvolvimento sustentável. Atualmente tem assento em mais de 40 fóruns governamentais nacionais (conselhos e, principalmente, comissões) sem a inclusão de representações em fóruns estaduais<sup>241</sup>.

De acordo com Aquino (2003), as articulações para sua criação ocorreram no contexto de questionamentos da formulação do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) por um conjunto de 45 ONGs. O apoio da ONG Amigos da Terra foi fundamental para a participação dos movimentos sociais nos fóruns de discussão do programa. Desta articulação, surgiria a rede GTA para representar a sociedade civil e fazer parte do arranjo institucional no Programa<sup>242</sup>.

Em sua própria expressão, a rede aglutina “os guardiões da floresta” e se apresenta como partícipe na produção de uma nova atitude em relação aos recursos naturais da

---

<sup>239</sup> Informação a partir da lista dos membros. Disponível em <http://www.fboms.org.br/>. Acesso em 27.06.2011

<sup>240</sup> Informações obtidas no sítio do FBOMS. Disponível em [http://www.fboms.org.br](http://www.fboms.org.br/). Acesso em 05.08.2010.

<sup>241</sup> De acordo com Rubem Gomes, Presidente da rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Entrevista em 21 de junho de 2011.

<sup>242</sup> Deve-se notar que a participação no programa possibilitou o fortalecimento da organização. Por meio do Projeto Proteger desenvolvido por meio da Rede, por exemplo, houve o envolvimento de 134 municípios, nos quais foram desenvolvidas atividades comunitárias, como cursos, mutirões, seminários, encontros e visitas de intercâmbio para troca de experiências. Com base em informações disponíveis em <http://www.proteger.org.br>. Acesso em 27.10.2010.

Amazônia<sup>243</sup>. A Rede GTA conta com mais de 600 associadas<sup>244</sup>, com 18 escritórios regionais, funcionando em instituições associadas à Rede. No estado do Amazonas funcionam 04 regionais: do Alto Solimões, que funciona no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Paulo de Olivença (STR); do Médio Amazonas, funcionando no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA), em Manaus; do Purus está localizado em Lábrea, na Associação Comunitária Julião Justino da comunidade Nossa Senhora da Consolação e; a Regional Tefé, funcionando na Comissão Pastoral da Terra (CPT), Prelazia de Tefé<sup>245</sup>.

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) é uma rede que não congrega apenas entidades ambientalistas, desse modo, a pauta relacionada ao tema está entre outros que englobam direitos humanos, direitos sociais, cidadania e questões de gênero. Criada em 1991 tem o objetivo de:

[...] representar e promover o intercâmbio entre ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia. Nesse sentido, a ABONG busca ser veículo de expressão, nos âmbitos nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs diante do desafio do desenvolvimento da sociedade brasileira (ABONG. Democratizar a democracia: o trabalho da ABONG em 2002).

Atualmente são 246 os membros da rede<sup>246</sup>. Das ONGs que atuam no Amazonas, identificadas na pesquisa, apenas o Instituto Socioambiental (ISA) faz parte diretamente da ABONG, as ONGs membros do GTA estão indiretamente vinculadas a ela por meio da rede GTA, que é um dos seus membros. Destaca-se que a Associação desempenha um papel importante das articulações nacionais. As ONGs que fizeram parte de sua constituição têm uma história de envolvimento com os movimentos sociais na Amazônia, defesa de sua autonomia e a luta pela democracia, que marca a identidade da rede. A Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) e o Instituto Socioambiental (ISA) fizeram parte

<sup>243</sup> A ideia de guardiões da floresta é elemento recorrente na identidade de algumas ONGs e movimentos sociais da Amazônia vinculados ao ambientalismo. Assim aparecem “Os Novos Curupiras”, ONG do Pará e “povos da floresta” criado pelo movimento nacional dos seringueiros e incorporado por diversos movimentos sociais. Consta no sítio do GTA “Com um grande número de projetos e mobilizações gerando novas políticas e atitudes ao lado de seus parceiros e outros fóruns socioambientais, a rede mostra que os maiores guardiões da biodiversidade e do futuro estão nas comunidades das matas, nos litorais, nos rios, nas florestas e demais remanescentes naturais”. Informações disponível em [www.gta.org.br](http://www.gta.org.br). Acesso em 27.07.10 com a última atualização em 10.06.2008, conforme informado na página.

<sup>244</sup> Conforme informado anteriormente embora conste no site, em consulta à coordenação da Rede, escritório de Brasília, foi-me enviada uma lista de 400 organizações em 03.11.2010. Das ONGs situadas no Amazonas na relação só consta o IPDA. Foi informado que esta lista está desatualizada, no momento estavam realizando um trabalho nas representações regionais para sua atualização. Em entrevista com o presidente da organização, ele informou que no último senso a rede contava com 623 membros.

<sup>245</sup> Conforme consta no seu site [www.gta.org.br](http://www.gta.org.br). Acesso em 27.07.10 com a última atualização em 10.06.2008, conforme informado na página.

<sup>246</sup> Conforme informações disponíveis em <http://www.abong.org.br/associadas.php>. Acesso em 27.06.11

da criação da organização/rede e, pelo menos de 2003 ao início de 2010 compuseram sua direção<sup>247</sup>.

No plano da sociabilidade, a rede visa contribuir para o fortalecimento das ONGs e movimentos sociais tendo em vista a constituição de uma sociedade civil expressiva. As redes de solidariedade (sociais, que também envolvem sujeitos sociais) e as redes políticas (do associativismo) estão no cerne da concepção da ABONG.

A ABONG vista como rede é estruturada e estruturante, condiciona e propõe daí as questões postas com relação à identidade que aparecem no documento produzido pela diretoria executiva em janeiro de 2010. Nele, a identidade concentra a preocupação dos dirigentes, se é uma organização autônoma ou se se fragmenta na diversidade e na complexidade das agendas propostas por suas associadas.

Embora todas as redes abordadas tenham em si elementos demonstrativos da articulação tendo em vista influenciar as políticas ambientais, há algumas redes que foram criadas tendo em vista a construção de canais de consenso envolvendo diversos setores, o caso do Fórum Amazônia Sustentável, a rede que congrega o conjunto mais diverso de atores.

O Fórum foi criado oficialmente em novembro de 2007 com o objetivo de agregar os mais diversos setores da sociedade brasileira em torno de um debate amplo e participativo sobre o desenvolvimento sustentável da região amazônica, bem como organizações internacionais e organizações-braços de ONGs internacionais.

O Fórum reúne empresários, governos, academia, populações tradicionais, sindicatos e ONGs que formam a mais ampla rede nacional que se dedica a discutir e propor ações voltadas para o estabelecimento de uma cultura em favor da sustentabilidade, da construção de compromissos de boas práticas produtivas e o apoio ao desenvolvimento regional. O Fórum propõe um diálogo amplo e nacional pela Amazônia<sup>248</sup>.

O Fórum tem ampliado seus signatários de forma expressiva. Sua proposição partiu do conjunto de 40 instituições. Em sua fundação oficial contava com 72 filiados; em novembro de 2008, já eram 130 e atualmente são 246 organizações signatárias do Fórum, entre as quais, estão 7 ONGs referidas no capítulo 5 (IMAFLORA, IPÊ, ISA, FAS, IDESAM, IPDA, FVA)<sup>249</sup> e três redes abordadas neste capítulo (GIFE, GTA, ARA)<sup>250</sup>.

<sup>247</sup> Estas ONGs estiveram na direção da ABONG no momento financeiro crítico pelo qual a instituição passou de 2005 a 2009, em função do déficit oriundo da realização do Fórum Social Mundial em 2005, em Porto Alegre. A superação da crise foi propiciada pela solidariedade existente no coletivo.

<sup>248</sup> Informações disponíveis em [http://www.forumamazoniasustentavel.org.br/?page\\_id=5](http://www.forumamazoniasustentavel.org.br/?page_id=5). Acesso em 16.07.11.

<sup>249</sup> ONGs citadas por suas siglas: Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Amazônia Sustentável

Diversas organizações internacionais ou componentes de suas redes também compõem o Fórum, tais como a Fundação Avina, International Finance Corporation, Instituto Regionale di Ricerca della Lombardia, The Nature Conservancy, Conservação Internacional, Equipe de Conservação da Amazônia, Fundação Ford, WWF Brasil.

O Fórum tem realizado diversos debates sobre a Amazônia incluindo temas como REDD<sup>251</sup>, cooperação, políticas voltadas para a região, entre outros, especialmente em seus encontros anuais. Entre os documentos elaborados pelo Fórum se destacam: a Carta Aberta ao Brasil sobre mudanças climáticas em função do 4º relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) e; a Carta de Princípios sobre REDD entregue ao governo brasileiro em agosto de 2009, destacando os direitos das populações tradicionais, a sustentabilidade econômica, a governança. Esta carta visava influenciar a posição brasileira na 15ª Conferência das Partes (COP 15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas<sup>252</sup>.

Entre as redes referidas pelas organizações, encontra-se também o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE). A rede reúne organizações que investem em projetos com finalidade pública. Foi instituído em 1995 por 25 organizações, atualmente são 130 associados, com investimentos em torno de R\$ 2 bilhões por ano na área social. Sua missão consiste em

aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados<sup>253</sup>.

Tendo em vista o alcance dos seus objetivos, a organização realiza cursos, publicações, pesquisas, congressos, Grupos de Afinidade, Painéis Temáticos e Debates. Ao contrário da rede anterior, esta se volta a atores específicos.

(FAS), Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA), Fundação Vitória Amazônica (FVA).

<sup>250</sup> Redes citadas por suas siglas: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Articulação Regional Amazônica (ARA), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA).

<sup>251</sup> Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação.

<sup>252</sup> De acordo com o Boletim Especial do III Encontro Anual do Fórum, “a Carta REDD foi amplamente divulgada e protocolada nos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), de Ciência e Tecnologia (MCT) e de Relações Exteriores (MRE). No MRE, representantes da Comissão Executiva e do GT3 do Fórum levaram a Carta ao Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e também pela Embaixadora e Sub-Secretária Geral para Assuntos Estratégicos. (Boletim Especial III Encontro Anual”. Disponível em [http://www.forumamazoniasustentavel.org.br/wp-content/uploads/arquivos-gerais/2009-boletim\\_especial\\_III\\_encontro.pdf](http://www.forumamazoniasustentavel.org.br/wp-content/uploads/arquivos-gerais/2009-boletim_especial_III_encontro.pdf). Acesso em 19.07.11.

<sup>253</sup> Informações disponíveis em <http://www.gife.org.br/ogife.asp>. Acesso em 05.07.11.

### 6. 3.2 Redes Locais: Rede Rio Negro e Outras Iniciativas

Destaca-se, no âmbito local, a formação da Rede rio Negro (RRN). O Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), o Instituto Socioambiental (ISA), o WWF-Brasil, a Fundação Vitória Amazônica (FVA) e a Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN), integram a Rede rio Negro. A ideia da Rede surgiu em 2005. Das organizações que inicialmente compuseram a rede, apenas duas possuem sua sede principal na bacia da área do rio Negro (FOIRN e FVA). O ISA tem escritório em São Gabriel da Cachoeira.

O encontro “Princípios e Estratégias para a Rede rio Negro” em julho de 2006 correspondeu à fase de articulação inicial para a formação da Rede rio Negro<sup>254</sup>. Desde sua fundação as atividades da Rede compreenderam a “Oficina para a Construção de Visões e Estratégias de Conservação e Uso da Biodiversidade no Rio Negro”, em dezembro de 2006, promovida pelo WWF/Brasil; o seminário “Visões do Rio Babel, conversas sobre o futuro da bacia do Rio Negro” realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e a Fundação Vitória Amazônica (FVA), em maio de 2007<sup>255</sup>.

Em novembro de 2008, houve o “I Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro”, em Barcelos, organizado pela Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN) e a Associação Indígena de Barcelos (ASIBA); o seminário “Questões Fundiárias Relativas à Presença Humana em Unidades de Conservação: aspectos conceituais, jurídicos e metodológicos”, em Manaus, organizado pela FVA e a “Oficina de Mapeamento Socioambiental da Bacia do Rio Negro”, também em Manaus. O conjunto de atividades demonstra a densidade das discussões propiciadas pela criação da Rede rio Negro.

A Rede rio Negro ainda está em sua primeira fase. O afastamento de pessoas referenciais pode comprometer ou retardar a estruturação da Rede, conforme Camargo<sup>256</sup>. No

---

<sup>254</sup> Realizado no município de São Gabriel da Cachoeira, promovido pelo Instituto Socioambiental (ISA) com o apoio das outras instituições da Rede, foi o momento de elaboração da Carta de Princípios da RRN. A missão e os objetivos da rede são assim apresentados: A Rede Rio Negro tem como missão estabelecer um espaço de debate e intervenção socioambiental para construção de bases e propostas de promoção da qualidade de vida dos habitantes, da conservação, do uso sustentável e da repartição de benefícios da biodiversidade da Bacia do Rio Negro, por meio de estratégias participativas de planejamento, execução e monitoramento das atividades relacionadas ao ordenamento e destinação do território. (Carta de Princípios da Rede Rio Negro. IN: ISA. Rio Negro Socioambiental. Boletim de notícias...dez/2009).

<sup>255</sup> O seminário reuniu um conjunto de pessoas oriundas de diversas organizações e pessoas, dentre as quais: representantes de ONGs ambientalistas, associações indígenas, escritores, cientistas sociais, cientistas naturais, estudantes entre outros. A ideia era reunir diferentes visões que constituiriam os primeiros passos e as sugestões “a caminho de uma rede de responsabilidade socioambiental compartilhada para garantir um futuro sustentável da maior bacia de água preta do mundo” (Visões do Rio Negro..., 2008, p. 7).

<sup>256</sup> Yara Camargo referia-se ao afastamento de Marina Mantovani, que saiu do Instituto Socioambiental (ISA) uma das principais articuladoras da Rede. Yara Camargo, coordenadora do Programa de Políticas Públicas da

Amazonas, houve outras iniciativas de rede como a do Fórum de ONGs do Amazonas (FORAM) que não logrou continuidade em função da “falta de uma organização que a animasse”, conforme afirmou Durigan<sup>257</sup>.

Ressalta-se a importância de alguns indivíduos que influenciaram decisivamente a articulação em redes, caso de Márcio Ayres para a criação/implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Anamá e Piagaçu-Purus, em função de sua rede de contatos. Caso de Camillo Vianna, no Pará, em função de sua militância política. No caso das Reservas Extrativistas Allegretti (2002), também destaca a importância das redes pessoais.

A despeito da importância da coalizão de ONGs e movimentos sociais locais com grandes ONGs internacionais no caso dos seringueiros e sua proposta de RESEX, de acordo com Allegretti (2002), não foram as grandes ONGs e sim uma rede de pessoas vinculadas à questão ambiental e à questão social que serviram como elo com instituições internacionais e com a opinião pública Mundial. Os artigos publicados em geral se referiam à vinculação entre a sobrevivência da floresta e a preservação da floresta tropical (ALLEGRETTI, 2002, p. 459).

A despeito da perspectiva de que com as redes são estabelecidas relações não hierárquicas, conforme aponta Keck e Sikkink (1998), cabe observar que as relações são assimétricas, em função da capacidade e do lugar ocupado pelos atores envolvidos. Assim, a Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN) tem um menor poder de influência na Rede rio Negro devido a sua capacidade institucional em termos de recursos financeiros e humanos.

Outros fatores que limitam o funcionamento da Rede rio Negro, entre os quais as dimensões do estado do Amazonas e as dificuldades de comunicação. A assimetria entre os países e no interior desses se manifesta no acesso às tecnologias de comunicação e informação<sup>258</sup>. Deve-se notar, conforme Ribeiro, que “desde uma perspectiva simbólica, a dinâmica da virtualidade é o núcleo duro da comunidade transnacional” (RIBEIRO, 2000).

Outras iniciativas locais compreendem o Ajuri de Novo Airão, uma aliança para o

---

Fundação Vitória Amazônica (FVA). Entrevista em 30 de novembro de 2010.

<sup>257</sup> Carlos César Durigan, coordenador executivo da Fundação Vitória Amazônica (FVA). Entrevista na sede da Fundação Vitória Amazônica em 17 de novembro de 2010.

<sup>258</sup> No município de São Gabriel da Cachoeira, onde a Rede Rio Negro nasce, a falta de acesso e problemas de funcionamento, bem como de conhecimento do manejo da *internet* compõem os limites concretos da “sociedade em rede”. Em abril de 2011, a Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN) e o Instituto Socioambiental (ISA) realizaram um encontro de lideranças indígenas com o objetivo de “melhorar a comunicação entre as lideranças e iniciativas associadas à atuação da FOIRN, melhor posicioná-la e as associações filiadas no mundo *web* e, sobretudo, valorizar e divulgar os modos de viver do povo rio-negrino, seus conhecimentos e práticas”. Redes sociais e uso de ferramentas *web* são temas de encontro em São Gabriel da Cachoeira. Notícias Socioambientais, 05.05.11. Disponível em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3317>. Acesso em 17.05.2011.

desenvolvimento da cidade e a conservação da floresta, da qual fazem parte a FAM, a FVA e o IPÊ, entre outras organizações e uma articulação entre diversas organizações (GTA, FVA, IPÊ, ISA, CNS, WWF, ASPAC, AVINA, IEB, OELA)<sup>259</sup> com o objetivo de potencializar as ações das organizações referentes as alternativas econômicas, de acordo com Lima.<sup>260</sup>

#### 6.4 LEGADO HISTÓRICO DAS REDES NA AMAZÔNIA

Pode-se dizer que a ação de organizações como a Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)<sup>261</sup> e outras organizações de âmbito nacional, seu envolvimento com o fortalecimento dos movimentos sociais e indígenas e as alianças em torno da defesa dos direitos humanos e da democratização compõe o legado histórico dessas redes e de outras redes que funcionam no plano local por meio de alianças entre ONGs e movimentos sociais.

No plano local, o Movimento de Educação de Base (MEB) e setores da Igreja Católica, nos anos de 1960; o Projeto Rondon<sup>262</sup> e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)<sup>263</sup>, nos anos de 1970, foram importantes no desenvolvimento de movimentos sociais na Amazônia. As ONGs mais vinculadas aos movimentos sociais no Pará, por exemplo, tiveram profunda influência dos movimentos citados anteriormente e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>264</sup>, na década de 1980.

<sup>259</sup> Rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Instituto Socioambiental (ISA), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), WWF, Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), Fundação AVINA, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Oficina Escola de Luthéria da Amazônia (OELA).

<sup>260</sup> Marco Antônio Vaz de Lima, Coordenador Geral de Projetos do Instituto IPÊ no Amazonas. Entrevista em Manaus, dia 18 de junho de 2011.

<sup>261</sup> A FASE foi criada em 1961. Em 1994 o CEDI deu lugar ao Instituto Socioambiental – ISA, uma das principais ONGs socioambientais do Brasil, conforme Aquino (2003). No sítio do ISA, consta que o instituto incorporou o patrimônio material e imaterial do CEDI.

<sup>262</sup> O Projeto Rondon iniciou suas atividades em 1967, com o deslocamento de estudantes do Rio de Janeiro, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, para o então Território de Rondônia, o slogan do projeto era integrar para não entregar, faz parte dos esforços do governo militar da defesa do território, contra a internacionalização da Amazônia.

<sup>263</sup> O Mobral foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Tinha como objetivo conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida. Este projeto, implementado no regime militar, orientou-se na contramão da educação proposta pelo Movimento de Educação de Base, que incluía a politização no processo de alfabetização de adultos.

<sup>264</sup> As CEBs corresponderam à divisão das paróquias religiosas em pequenas comunidades, influenciadas pelas perspectivas abertas pelo Concílio Vaticano II, conforme o Frei Gilvander Moreira (2004): “No Brasil, podemos dizer que as CEBs passaram por um momento de gestação, um de nascimento, crescimento e hoje já estão na maioridade. A gestação foi protagonizada por alguns movimentos como a ACO – Ação Católica Operária -, o MEB – Movimento de Educação de base -, o Movimento do Mundo Melhor e pelos Planos de Pastoral da CNBB. No final da década de 50 e início da década de 60, as CEBs pipocaram por todo o Brasil

Os movimentos sociais na América Latina contaram com o apoio de alas importantes da Igreja Católica que, desde a década de 1970, passaram a ter uma importância primordial para a democracia, sob as diretrizes do Concílio Vaticano II, conforme Huntington (1994). O movimento de direitos humanos, de acordo com SIKKINK (1993), protagonizou uma das primeiras redes temáticas de organizações não governamentais cuja ação se refletiu na construção de um regime internacional. Observa-se que, no Brasil, o movimento teve grande apoio de setores da Igreja Católica.

Conforme Freitas e Silva:

A ambigüidade da atividade apostólica e desbravadora é uma qualidade do passado e do presente. O que não se discute é o importantíssimo papel dessa categoria de religiosos na composição de organizações e relações que, ao mesmo tempo em que influem na formação e na transformação das realidades regionais, articulam-se com estruturas e relações mundiais (2000, p. 91).

A despeito da crítica ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) como uma distorção no processo de educação popular que vinha sendo implementada pelo Movimento de Educação de Base (MEB), e da mudança radical de sua orientação e vinculação com a Igreja Católica<sup>265</sup>, sua implementação propiciou contatos frequentes de estudantes e professores universitários de Belém (PA) com populações residentes fora das capitais dos estados, sendo um dos fatores que contribuiu para a criação de movimentos sociais em diversas localidades do estado, conforme Aquino (2003).

Este pode ser visto como um resultado impremeditado da ação, visto que o MOBRAL bem como o Projeto Rondon foram concebidos para contribuir na integração da Amazônia ao resto do país, dentro da ordem militar, no entanto, em alguns lugares, somou-se a outras condições e proporcionou a interação entre universidade e população rural, líderes de movimentos sociais e religiosos, bem como o encontro de pesquisadores com a precariedade das condições de vida das populações rurais.

A interação desses grupos e em função das situações vivenciadas pelas populações no

---

no campo e nas periferias das cidades [...] As CEBs ocuparam, principalmente a partir da maturidade, importante papel na construção dos movimentos sociais no Brasil, a ponto de serem consideradas “sementeiras de movimentos populares”; o papel da organização, da crítica, do fortalecimento dos movimentos organizados que lutavam contra as ditaduras militares que se instalaram em diversos pontos do continente latino-americano.” In: Comunidades Eclesiais de Base – CEBs: Um jeito muito antigo de participar com fé, politicamente. Rápida memória e 4º Encontro Mineiro das CEBs – o ONZINHO. Disponível em <http://www.igrejadocarmo.com.br/textosgilvander/CEBs%20Gilvander%20sobre%20o%20ONZINHO.htm>. Acesso em 15.08.2010.

<sup>265</sup> Em Santarém (PA), o envolvimento de monitores e supervisores do MEB com movimentos sociais e políticos de contestação ao regime militar levou a uma intervenção incisiva no movimento. Houve afastamento da equipe de coordenação, desvinculação da Igreja Católica e a limitação de recursos, ao mesmo tempo em que passou a ser implantado o Mobral, sob o controle do governo militar (COLARES, 1998, p. 160).

que se refere às condições de precária oferta de serviços públicos como a falta de escolas, de atendimento médico e de saneamento básico está entre os fatores mobilizadores da população, que levaram à criação de grupos assistenciais vinculados à Igreja que, em alguns casos, converteram-se em movimentos sociais e organizações laicas. Ao mesmo tempo, criaram-se também alianças entre movimentos urbanos e rurais, líderes urbanos e rurais, ou seja, a redes de movimentos sociais.

A criação da Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (SOPREN), em 1968, exemplifica esse topo de aliança. Aquino (2003) demonstra como este movimento e, em particular seu líder, Camillo Vianna, contribuiu significativamente para o surgimento de organizações no interior do estado do Pará<sup>266</sup>.

A Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) pode ser tomada como um exemplo de uma organização de apoio aos movimentos sociais que surgiu no âmbito da Igreja Católica como entidade assistencialista em 1961 se tornou laica e foi uma das principais organizações de articulação para a criação da Associação Brasileira de ONGs (ABONG). Sua atuação no Pará e no Amazonas teve grande importância para a consolidação dos movimentos sociais.

No Amazonas, também se observam processos similares. Pode-se dizer que setores da Igreja Católica, particularmente os envolvidos com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tiveram grande influência sobre os movimentos sociais por meio de diversas pastorais sociais, onde se destacaram a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

O CIMI foi criado em 1972. Neste período, o Estado brasileiro:

“[...] assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural” (www.cimi.org.br)<sup>267</sup>

Sete anos após a criação do CIMI, começou a ser impresso em Manaus, pelo Regional CIMI Norte I, o Jornal Porantim, o único jornal com conteúdo exclusivamente indígena, de

<sup>266</sup> Elemento destacado por dirigentes da Associação Argonautas e do Grupo Ecológico do Xingu (GEX).

<sup>267</sup> De acordo com Heck *et al* (2005): “A década de 1970 marca um novo capítulo na luta e resistência indígenas. Os povos indígenas, apoiados sobretudo pela Igreja, por meio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), começaram a encontrar-se e a discutir seus problemas em grandes assembleias indígenas. Ocupando espaços nos meios de comunicação, denunciaram o projeto oficial de extermínio de uma Ditadura Militar que propunha o fim dos índios até o ano de 1998. Os povos indígenas conseguiram que a Constituição Federal de 1988 assegurasse seus direitos históricos à terra e o reconhecimento de suas organizações sociais. Constituíram variadas formas de articulação e organização para fazer avançar concretamente as conquistas legais” (p. 240).

acordo com informações no sítio do Conselho. Em 1982, o Secretariado Nacional do CIMI, com sede em Brasília, assumiu a sua edição e publicação<sup>268</sup>.

O desenvolvimento de atividades pastorais que depois viriam a apoiar os movimentos sociais em lutas específicas e pela democratização só foi possível porque alguns setores da Igreja apoiaram o regime militar, de modo que a instituição não foi afetada imediatamente pelos militares.

No Encontro de Pastoral da Amazônia, realizado em Goiânia em 1975, nasceu a CPT<sup>269</sup>. A CPT, o CIMI, a Pastoral Operária (PO), e outras pastorais sociais vieram a desempenhar um papel essencial na organização dos movimentos sociais na Amazônia<sup>270</sup>.

Destaca-se aqui, analisando-se sob a perspectiva de Scherer-Warren, que as redes solidarísticas da Igreja dão sustentação às redes políticas, confundindo-se uma e outra na inserção da realidade amazônica. Pode-se dizer que as redes solidarísticas são profundamente marcadas pela dimensão humana do contato face a face de professores, estudantes, técnicos, comunidades religiosas com trabalhadores rurais, ribeirinhos, estudantes, pescadores<sup>271</sup>.

Este processo pode dar ensejo a resultados impremeditados da ação, o que possibilita percursos históricos não previstos, consequências que podem ocorrer em um prazo também

---

<sup>268</sup> O Porantim foi e é um instrumento importante na divulgação da situação dos grupos indígenas no Brasil, possibilita a circulação de ideias entre pesquisadores e religiosos envolvidos com a questão indígena e os movimentos indígenas, favorecendo a articulação entre eles.

<sup>269</sup> A CPT foi fundada “em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. Ajudou a defender as pessoas da crueldade deste sistema de governo, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural”. Informação disponível em [http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=4](http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=4). Acesso em 20.08.2010.

<sup>270</sup> As pastorais foram orientadas nessa direção conforme as orientações da Conferência Regional dos Bispos do Brasil (CNBB) Regional Norte 1. A assembleia de 1984 foi precedida de um seminário sobre os grandes projetos. As ações seriam orientadas pelos “desafios para a ação da Igreja frente aos problemas criados pelos grandes projetos”. A maioria das 12 ações previstas pela CNBB evidencia um processo de laicização da Igreja e seu apoio aos movimentos sociais: 1. Aprofundar o conhecimento sobre os Grandes projetos através da realização de seminários abertos, denunciando injustiças com provas e o genocídio programado do autóctone e cobrando soluções; 2. Continuar levantar dados, analisando-os e refletindo-os com o povo, organizando na luta e resistência; 3. Ampliar apoio aos movimentos populares, às organizações sindicais de base e criar ou reforçar as CEBs; 4. Preparação e participação no Encontro Nacional das CEBs; 5. Criar uma equipe de comunicação e informação em nível regional para informar a CNBB e os órgãos anexos, despertando-os para os grandes problemas da Amazônia; 6. Apoio da CNBB aos organismos que lutam nas bases (CIMI, CPT, PO, etc); 7. Alertar as Igrejas do Centro-Sul quanto ao problema das colonizações no Norte; 8. Defender a posse e o uso da terra; 9. União e organização de todos os movimentos a partir da base. Fonte: <http://comissao.amazonianet.org.br>. Acesso em 03.09.2010.

<sup>271</sup> O encontro face a face e a interação num dado lugar e tempo propicia perceber a densidade da cultura local e a dimensão dos problemas vivenciados pelas populações, mesmo sem chegar à interpretação, onde a convivência é essencial de acordo com a perspectiva de Geertz (s/d), esse encontro parece demarcar significativamente o curso da ação de muitos atores sociais, posteriormente o veremos também influenciar pesquisadores e Organizações não governamentais ambientalistas.

indeterminado e dependendo dos contextos. Ninguém, àquele momento, previa que a temática ambiental tomaria o status que tomou desde as duas últimas décadas do século XX, e que as redes solidarísticas e de movimentos sociais viriam a se tornar importantes atores no debate sobre o meio ambiente.

Na década de 1980, novos sujeitos políticos aparecerem no cenário dos movimentos sociais no Brasil e, em particular, na Amazônia. Entre os anos de 1980 e 1995, foram criados o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), a Coordenação dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Movimento de Defesa da Transamazônica, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco (MIQCB), e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA).

Em 1989, ocorre o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, marcando a institucionalização do movimento. Naquele momento, o movimento ambientalista e socioambientalista na Amazônia eram incipientes, embora o Conselho Nacional dos Seringueiros já tivesse sido fundado, ele não participou do evento.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), desde seu início, já começara a discutir a questão ambiental “seja do ponto de vista instrumental (em relação às vantagens de se utilizar a legislação ambiental em benefício dos atingidos), seja como parte de estratégias de aliança (com o movimentos ambientalista ou ecológico que poderiam apoiar os atingidos por barragens) ou, ainda, como uma questão que mereceria reflexão e ação mais profunda do movimento” (VIANA, 2009<sup>272</sup>).

Um dos movimentos mais importantes na década de 1980 para a questão ambiental na Amazônia, com repercussão internacional, foi o Movimento Nacional dos Seringueiros. Na construção deste movimento, conforme aponta Allegretti (2001), houve uma participação orgânica de líderes de sindicatos dos trabalhadores rurais do Amazonas.

Um conjunto de circunstâncias propiciou alianças transnacionais que foram fundamentais para os logros obtidos pelo movimento. Entre elas, destacam-se as preocupações com a conservação das florestas tropicais desde Estocolmo, com a mobilização de ONGs ambientalistas como o WWF, a IUCN e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) sobre o tema. Um outro fator que contribuiu para as alianças transnacionais foi o envolvimento de diversas organizações internacionais (Fundo Mundial para o Meio Ambiente – EDF, Amigos da Terra – FOE, Greenpeace, WWF, entre outras) em uma campanha voltada a influenciar os bancos multilaterais, sobretudo o Banco Mundial, para a adoção de critérios ambientais e de monitoramento dos efeitos dos projetos por ele

---

<sup>272</sup> Aurélio Vianna Jr., no artigo “1989-2009: Novos sujeitos políticos e o Movimento dos Atingidos por Barragens” In: ALMEIDA, 2009.

financiados, conforme apontam Keck e Sikkink (1998).

Este contexto possibilitou a coalizão entre ONGs do Norte e do Sul, movimentos sociais, bem como uma rede de indivíduos envolvidos de diversos modos com a realidade amazônica como antropólogos (Mary Allegretti, Stephan Schwartzman), líderes de movimentos sociais, caso de Chico Mendes, resultando na construção de uma rede transnacional de defesa da floresta e de populações, destacadamente os seringueiros, no Acre e povos indígenas, em Rondônia.

Enquanto, em nível nacional, consolidava-se o Movimento Nacional dos Seringueiros, dando notabilidade, sobretudo, aos movimentos sociais acrianos e sua capacidade de articulação de um movimento nacional, no Amazonas ganhava expressividade o Movimento de Proteção aos Lagos, conforme apontam Castro e Macgrath (2001).

Em alguns lugares, o movimento de proteção aos lagos assumiu uma situação dramática no conflito envolvendo pescadores artesanais que pescavam para a subsistência e pescadores comerciais. A “guerra do peixe”, como o conflito no Janauacá (município de Careiro da Várzea, no Amazonas), ficou conhecido, ocorrida na década de 1980, chegou a vitimar dois pescadores comerciais<sup>273</sup>. Situações similares, mas menos dramáticas ocorreram também em outros municípios<sup>274</sup>. Os confrontos também ocorreram nos municípios de Tefé e Coari, no Amazonas.

No município de Silves, no Amazonas, embora houvesse conflitos desde a década de 1970, foi na década de 1980 que, conforme Pereira e Farias, “[...] chegou ao ponto dos comunitários agirem por conta própria, bloqueando a entrada dos lagos, organizando emboscadas contra os 'invasores'” (PEREIRA e FARIAS, 2010, p. 3).

Mesmo após a instituição dos acordos de pesca, diversos conflitos permanecem. Em alguns lugares envolveram populações locais e empresas turísticas. No município de Manicoré (Amazonas), no ano de 2000, grupos indígenas se insurgiram contra empresas de turismo, no rio Marmelos. O mesmo ocorreu em Barcelos, na área do rio Unini, onde as circunstâncias possibilitaram a aliança entre as empresas de turismo de pesca esportiva e a

---

<sup>273</sup> Janauacá é uma localidade situada a 60 Km de Manaus (AM), uma parte da área da localidade pertence ao município de Careiro Castanho, e a outra parte, ao município de Manaquiri. Existem visões diferenciadas sobre os envolvidos nos conflitos. Na análise de Soares (2009), produtores de goma de tapioca e farinha de mandioca se confrontaram com pescadores da própria localidade que pescavam para a comercialização, os quais, por meio do uso da rede de arrastão, levavam ao esgotamento do pescado no lago.

<sup>274</sup> Em Manicoré, ocorreram conflitos em diversos lagos, onde em geral estavam envolvidos moradores que pescavam para a subsistência e pescadores que trabalhavam nos barcos de pesca comercial. Estive em algumas comunidades do município no ano de 2000, quando desenvolvia o trabalho de identificação dos problemas ambientais no município junto com uma equipe do IPAAM, onde pudemos perceber a tensão que pairava nos agrupamentos populacionais fora da sede do município.

Associação dos Moradores do Rio Unini (AMORU) contra a ação de pescadores comerciais. Lá os conflitos envolvendo os barcos pesqueiros e as lanchas de turismo iniciaram em 2002, só em 2004 foi instituído um acordo de pesca<sup>275</sup>.

Em Silves, o movimento de proteção aos lagos contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em sua organização. A organização dos movimentos sociais no município foi herdeira das influências do Movimento de Educação de Base (MEB) e da atuação da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) no município, conforme apontam Pereira e Farias (2010), processo que viria a culminar na elaboração da proposta de turismo ecológico, com a criação da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) e proposta de criação de uma unidade de conservação no município em 2007.

Em Tefé, o Movimento de Educação de Base (MEB) e as pastorais da Igreja Católica tiveram profunda influência sobre o movimento de proteção aos lagos<sup>276</sup>. Nos anos 70, “o método missionário passou a preconizar a promoção social e evangélica”, com a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais. Conforme Neves, “na Prelazia de Tefé foram instituídas as Pastorais, inclusive Rurais, agregação a partir da qual foi coletivamente elaborado o ideário humanitário e cristão que estimulou, de início festivamente, os ribeirinhos em torno da luta pela preservação dos lagos” (2009, p. 10).

Observa-se profunda influência desses movimentos nas redes que viriam a ser criadas sob o signo ambientalista. O Movimento Nacional dos Seringueiros foi uma das mais importantes organizações que atuou na formação da rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e responsável pela transformação da proposta das Reservas Extrativistas em política pública. Isto ocorreu pela articulação das reivindicações dos seringueiros com a proteção da floresta.

O Movimento de Proteção aos Lagos viabilizou experiências significativas que viriam

---

<sup>275</sup> A intervenção do poder público se fazia necessária devido aos conflitos, conforme documento do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM): “os conflitos surgiram com o aumento do esforço na modalidade pesca comercial e a introdução da pesca esportiva que reduziram os estoques, causando desconforto nos moradores da região que exerciam a pesca de subsistência [...] Diante da gravidade da situação tornou-se necessário a intervenção das órgãos públicos, para resolução dos conflitos e a formalização de um acordo de pesca entre as partes envolvidas” (IPAAM, Acordo de Pesca do Rio Unini, 2004). O acordo de pesca do rio Unini foi o primeiro do rio Negro, instituído por Portaria conjunta do IBAMA e IPAAM de 27.09.2004.

<sup>276</sup> O papel desempenhado por agentes eclesiais remonta ao século XVII com o método da desobriga, a partir do qual tinham contato com as condições de vida da população que residiam fora da sede do município, tornando-se porta-vozes junto aos agentes estatais. A desobriga era um “método pastoral hegemônico até o final da década de 60, era prática comum entre as diversas ordens religiosas presentes na Amazônia. As missões nela objetivadas implicavam um plano de visitas ou o agendamento cronológico na ida da comitiva e a realização dos atos rituais na volta” (NEVES, 2009, p. 8).

a dar origem a políticas públicas mais condizentes com os problemas ambientais vivenciados pelas populações. Os acordos de pesca, as ações do programa Pro-Várzea<sup>277</sup>, foram fortemente influenciados pelos conflitos entre comunidades locais, pescadores e fazendeiros, das discussões que se faziam em torno da utilização dos recursos pesqueiros.

No entanto, em nenhum desses movimentos, a questão ambiental se apresentou como uma problemática em si mesma, mas decorreu das possibilidades de, a partir dela, dar visibilidade e buscar soluções aos problemas vivenciados pelas populações. Conforme Castro e Macgrath (2001), a ideia de sobrepesca foi o argumento utilizado para limitar o acesso externo aos recursos pesqueiros.

Na mesma perspectiva, a proposta de Reserva Extrativista visava, em primeiro plano, à manutenção das terras pelos seringueiros. A defesa da floresta foi uma decorrência de assegurar a terra para a reprodução social e um discurso estratégico que se incorporou à proposta (ALLEGRETTI, 2002). De qualquer modo, a defesa da Amazônia em sua importância para o meio ambiente foi incorporada às lutas em defesa de territórios e do uso dos recursos naturais, às diversas manifestações de resistência<sup>278</sup>.

A mobilização de grandes ONGs ambientalistas, o crescimento da consciência global e local sobre a necessidade e importância da conservação dos recursos naturais, bem como a presença de indivíduos com articulações internacionais tornaram possível a construção de algumas experiências construídas no Amazonas e sua inclusão no rol dos experimentos de desenvolvimento sustentável.

O turismo comunitário (Silves) e a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Tefé) resultaram de redes transnacionais, onde a aliança entre grupos locais ou pessoas (Márcio Ayres) que atuavam nas respectivas com o apoio de organizações como a Igreja Católica e o WWF, em Silves e da WWF, Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem (WCS) entre outras organizações e da comunidade epistêmica da biologia da conservação, em Tefé, viabilizaram tais iniciativas de compatibilização do desenvolvimento local com conservação ambiental<sup>279</sup>.

---

<sup>277</sup> Um dos programas integrantes do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais (PPG7), o Programa de Apoio ao Manejo dos Recursos da Várzea (Pro-Várzea) projeto iniciado em 2000, já concluído.

<sup>278</sup> Conforme Heck *et al* (2005) “Organizando-se para a sua sobrevivência e para a sobrevivência da região, há, hoje, uma luta articulada na Amazônia, constituída em grandes redes de resistência, conhecimento, reflexão e alianças que passam pela Coica – Coordenadora das Organizações Indígenas da Amazônia, pela Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, pelo GTA – Grupo de Trabalho Amazônico e pelos recentes encontros do Fórum Social Pan Amazônico” (p. 238).

<sup>279</sup> O desenvolvimento de atividades na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá conta com diversas articulações que envolvem muitas organizações, governamentais (Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT/Brasil, Governo Britânico) e não governamentais (WWF, WWU-UK, Conservação Internacional-CI,

Ressalta-se que os problemas ambientais vivenciados na Amazônia, também o foram em outros países tropicais, e os atores que apoiaram os movimentos citados estavam direta ou indiretamente influenciados pelo movimento político mundial de conservação das florestas tropicais e orientados pela democratização. Tais atores também foram motivados localmente por questões que envolveram a utilização abusiva dos recursos naturais por meio da exploração comercial vinculada a redes transnacionais de comércio e serviços (pesca comercial, exploração madeireira, turismo) e/ou pela instalação de grandes projetos e os impactos desses processos nas condições de vida das populações.

## **6.5 REDES NACIONAIS E LOCAIS, ARTICULAÇÕES NA PAN-AMAZÔNIA E REDES TRANSNACIONAIS**

No âmbito da atuação das redes observa-se um horizonte de articulações, enquadradas sob o prisma do campo das relações internacionais como regionais (pan-amazônica) e transnacionais, previsto nos programas das próprias redes. A rede GTA prevê a articulação internacional regional entre os eixos de suas ações. O eixo temático de cooperação panamazônica propõe maior integração dos movimentos sociais na bacia Amazônica. Destaca-se que a rede, desde o seu surgimento, ocorrido no contexto de formulação do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), participa de arranjos complexos integrados por ONGs internacionais, governos, organizações internacionais, ONGs e movimentos sociais nacionais.

A execução do Projeto Proteger no Arco do Desmatamento pode servir como exemplo. Em 2004, foi implantada uma estrutura operacional constituída por um consórcio liderado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), contando com a participação da Fundação Viver, Proteger e Preservar (FVPP); Instituto Socioambiental (ISA); The Nature Conservancy (TNC); Fundação Floresta Tropical (FFT) e Woods Hole Researcher Center (WHRC) com apoio da Agência Norte-Americana de Cooperação Internacional (USAID).

Em um encontro da rede em 2009, a questão das mudanças climáticas foi incluída nos eixos de atuação do GTA, em função da percepção de que “os riscos são muito mais potencializados que as oportunidades”<sup>280</sup>. Desde então, a organização vem trabalhando no

---

WCS entre outras), desde a criação da Estação Ecológica Mamirauá, em 1990, e depois a sua transformação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, em 1996.

<sup>280</sup> Rubem Gomes, Presidente da rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Entrevista em 21 de junho de 2011.

desenvolvimento de salvaguardas sociambientais. A iniciativa levou ao desenvolvimento de uma metodologia elaborada por um coletivo de quinze organizações<sup>281</sup>, condensado no documento *Desenvolvendo Salvaguardas Socioambientais de REDD+: um guia para processos de construção coletiva*, elaborado com o apoio do Departamento para o Meio Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais (DEFRA, em inglês) do Reino Unido, WWF e Embaixada Britânica em Brasília.

O objetivo do “guia” consiste em “contribuir para que processos semelhantes sejam realizados em outros países onde o tema REDD+ também represente riscos e oportunidades”<sup>282</sup>. O presidente da rede GTA vem trabalhando na disseminação dessa metodologia em países africanos.

A ABONG tem fomentado a discussão e a construção de alianças das ONGs no plano regional e internacional. Entre as iniciativas identificou-se a Mesa de Articulação de Associações Nacionais e Redes de ONGs da América Latina e Caribe. A primeira reunião ocorreu em 1995. Outra iniciativa correspondeu à cooperação com a Coodination Solidarité Urgence Développement (Coordination SUD), um coletivo de ONGs europeias.

O seminário Diplomacia e Solidariedade Internacional, em 2003, e o Seminário Internacional sobre Diplomacia Não governamental, bem como as discussões envolvendo esta temática por ocasião de Fóruns Sociais Mundiais de Mumbai (2004), Caracas (2005) e Porto Alegre (2006) mostram as preocupações em fortalecer as relações transnacionais tendo em vista influenciar os rumos da política mundial em diversos temas.

Deste modo, no plano da espacialidade, o apoio aos Fóruns Sociais Globais, a proposta de construção de uma rede na América Latina e as articulações com as ONGs europeias contribuem para vincular o local e o global por meio de redes transnacionais. As consequências dessas articulações e das experiências com elas obtidas, resultado de uma experiência coletiva, têm gerado novas articulações, a reprodução de fóruns sociais no mundo, no plano nacional e regional. Segundo a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), esse processo permite novos experimentos em termos de organização e estruturação.

---

<sup>281</sup> O coletivo que elaborou o documento inclui as seguintes organizações: BIOFÍLICA, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Rede Povos da Floresta, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Centro de Vida (ICV), Rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), IMAFLORA, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Fundação Amazônia Sustentável (FAS), The Nature Conservancy, WWF, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), conselho Nacional das Populações Tradicionais (CNS).

<sup>282</sup> Extraído do sumário executivo do documento p. s/n. (In: BONFANTE *et al*, 2010).

Observa-se que, enquanto as grandes ONGs ambientalistas situadas nos países desenvolvidos lograram desenvolver uma participação efetivas em algumas negociações internacionais e na construção de regimes ambientais internacionais, as ONGs ambientalistas de países da América do Sul e de outras regiões estão buscando se organizar coletivamente para a “diplomacia”. Os esforços da ABONG se orientam neste sentido. Ao mesmo tempo em que se integram a ações coordenadas por Grandes ONGs ambientalistas.

A atuação internacional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS) está relacionado, em seu sitio, à atuação do fórum em redes internacionais (Aliança Social Continental -ASC, Rede de Ação pelo Clima – CAN, Cidadãos Unidos para Energia Renovável e Sustentabilidade – CURES, Rede de Ação pela Água – FAN, Campanha Nosso Mundo não está a Venda - OWINFS, em inglês), à participação em eventos paralelos aos fóruns mundiais de meio ambiente da ONU e nos Fóruns Sociais Mundiais, bem como à mobilização para participação na consulta sobre a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU) nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento (processo em curso no período de 2006-2007).

O FBOMS foi criado num ambiente de alianças entre ONGs e movimentos sociais em escala global. A integração às redes e fóruns internacionais e globais decorre de suas atividades. A participação em eventos específicos, no entanto, revela aspectos contextuais importantes para a compreensão dos resultados da atuação das ONGs e dos movimentos sociais.

O relatório de Muriel Saragoussi sobre a participação do FBOMS no evento paralelo à Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo (2002) revela as dificuldades de atuação das ONGs e movimentos sociais em nível internacional<sup>283</sup>.

No plano mais local, também se desenvolvem iniciativas de redes que transcendem ao nível nacional tanto pelo caráter político quanto pela natureza da Amazônia, este é o caso da Rede rio Negro. A Rede rio Negro, em sua articulação inicial, inclui ONGs locais e nacionais (Fundação Vitória Amazônica - FVA, Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ e Instituto Socioambiental -ISA) com fortes vínculos com ONGs Internacionais, e com uma

---

<sup>283</sup> O grupo de coordenação internacional não conseguiu promover a articulação por diversas razões entre as quais a falta de indicação de membros pelas organizações para assumirem a coordenação internacional, a divisão do movimento africano em relação ao apoio ou não ao presidente daquele país, bem como “a truculência da polícia sul-africana”, de acordo com Saragoussi. Apesar das dificuldades evidenciadas a força da rede transnacional se fez reconhecer nas marchas realizadas e na própria mobilização das organizações para participarem do evento, ainda que na avaliação geral não tenha sido essa a coalizão vencedora. Saragoussi estava representando a Fundação Vitória Amazônica, o Grupo de Trabalho Amazônico e o FBOMS. Relatório de viagem – Rio+10. Disponível em [http://www.fboms.org.br/files/sociobiodiversidade/doc\\_1.htm](http://www.fboms.org.br/files/sociobiodiversidade/doc_1.htm). Acesso em 20.10.2010.

organização-braço de uma grande ONG internacional (WWF-Brasil), as quais integram a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Tais ONGs vinculam-se, por meio da Rede rio Negro, ao movimento indígena, representado pela Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN). Esta, por sua vez, vincula-se à Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COIAB) e, por meio desta, à Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA).

A Rede rio Negro foi criada em função das parcerias já existentes entre as ONGs e entre algumas dessas organizações com associações indígenas. O processo de criação da Rede rio Negro evidencia que a formalização das redes entre instituições percorre um longo percurso, sendo antecedidos de redes de contatos, contatos regulares e mesmo parcerias<sup>284</sup>.

As referências internacionais existentes na Carta de Princípios compreendem objetivos específicos voltados ao fortalecimento da cooperação transfronteiriça e ao desenvolvimento de ações integradas na bacia do rio Negro<sup>285</sup>.

Nos “considerandos” da Carta, a referência ambiental internacional mais significativa para efeito deste estudo consiste na Convenção sobre a Diversidade Biológica. A rede é destacada como uma “oportunidade de promover atividades de conservação e uso da biodiversidade...”<sup>286</sup>.

Estes elementos presentes na Carta estabelecem os elos entre redes de proteção da biodiversidade. Estas redes, na análise de Inoue (2007), compõem o regime global de biodiversidade, visto que se estabelecem entre atores não estatais, contribuindo para a efetividade de regimes ambientais sustentados pelos estados, cuja amplitude transcende o sistema de estados, incluindo atores não estatais. Estes atores possuem uma atuação orgânica, estabelecendo vínculos nos níveis global, internacional, nacional e local.

A promoção de espaços para debates e a intenção de contribuir para as políticas governamentais e não governamentais são componentes importantes das redes para o fortalecimento da participação da sociedade civil na tomada de decisões, em fóruns de

---

<sup>284</sup> De acordo com Marina Antongiovanni da Fonseca, uma das articuladoras da RRN pelo Instituto Socioambiental (ISA) e das coordenadoras do Seminário “Visões do Rio Babel, conversas sobre o futuro da bacia do Rio Negro” realizado pelo ISA e a FVA, em maio de 2007 em Manaus, o contato regular entre integrantes das ONGs foi fundamental para o desenvolvimento da rede.

<sup>285</sup> Dos 16 objetivos específicos elencados na Carta de Princípios da rede, destaca-se: a. Identificar as iniciativas das entidades do rio Negro e promover espaços para debates com o intuito de estabelecer alianças entre os parceiros; b. Respeitar o Estado democrático de direito e fortalecer a cooperação dos povos estabelecendo relações transfronteiriças, principalmente com a Colômbia e a Venezuela, para buscar ações integradas na bacia do rio negro; d. Acompanhar as políticas públicas e projetos governamentais, em diferentes esferas, subsidiando os espaços públicos de tomada de decisão pra propor ações para a sua melhor implantação. A Carta de Princípios foi publicada no Boletim do ISA. In: Rio Negro Socioambiental no. 2. dez/2009.

<sup>286</sup> Idem

governança ambiental.

Se as redes anteriores possuem uma referência de articulação prioritariamente nacional, a Rede Latino-Americana de REDD, a Rede Articulação Regional Amazônica (ARA) visam à composição de articulações em nível pan-amazônico.

## **6.6 REDES TRANSNACIONAIS, REDES EM REDE**

A comunidade epistêmica da biologia da conservação é uma das redes transnacionais às quais as ONGs que atuam no Amazonas estão vinculadas, seja por meio dos cientistas que a compõem ou da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). A IUCN é um ator que atua organicamente na rede, por meio do qual se pode observar a vinculação entre o local e o global, o científico e o político. Outras redes nas quais as ONGs estão integradas incluem iniciativas que visam à disseminação de informações e ao compartilhamento de experiências como a Rede Latino-Americana de Redd.

Um aspecto que possibilita a eficácia de muitas ações das ONGs consiste no fato de que muitas redes estão conectadas a outras redes ou o são em momentos específicos em função do enfrentamento de desafios comuns, o que é abordado em redes em rede.

### **6.6.1 União Internacional para a Conservação da Natureza**

Quatro das vinte ONGs abordadas no capítulo 5 são membros institucionais da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, sigla em inglês). São elas: a Fundação Vitória Amazônica (FVA), o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), a Sociedade Civil Mamirauá (SCM) e o Instituto Socioambiental (ISA). Três destas organizações fazem parte da Rede rio Negro. O WWF-Brasil, que também a integra é igualmente membro da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Além delas, gestores da Associação Amigos do Peixe-Boi (AMPA) manifestaram a intenção solicitar sua inclusão na rede, conforme Vera Silva<sup>287</sup>.

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) é uma associação formada por membros governamentais e não governamentais. Foi criada em 1948. Os

---

<sup>287</sup> Vera Maria Ferreira da Silva, ex-diretora da AMPA onde atuou até setembro de 2010, pesquisadora e chefe do Laboratório de Mamíferos Aquáticos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Entrevista em 09 de dezembro de 2010.

objetivos da IUCN, de acordo com o Estatuto, consistem em influenciar, encorajar e assistir sociedades em todo o mundo a conservar a integridade e a diversidade da natureza e assegurar o uso equitativo e ecologicamente sustentável dos recursos naturais<sup>288</sup>.

Para alcançar seus objetivos, a IUCN utiliza, como meios a mobilização dos membros, o fortalecimento da capacidade institucional, o fomento à investigação científica e ao desenvolvimento de redes de especialistas para apoio aos seus membros. A organização também se propõe a ser um espaço de debate em diversos aspectos e escalas.

A distribuição do poder no Congresso Mundial da IUCN privilegia os Estados membros. O poder das ONGs nacionais é inferior ao poder dos Estados membros e das organizações internacionais. Enquanto os votos das ONGs nacionais tem peso um, o voto das organizações internacionais não governamentais tem peso dois e o dos estados membros tem peso três.

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) tem um *status* político e científico reconhecido na Organização das Nações Unidas (ONU), mantém uma missão de observadores permanentes formalmente credenciados à ONU em Nova York, desde dezembro de 1999<sup>289</sup>. Devido à crescente importância das questões ambientais tem assumido um papel importante em muitas organizações multilaterais. Há representantes na IUCN nos escritórios das Nações Unidas em Nairóbi, Genebra e Viena.

Como se pode observar, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) é uma organização híbrida, conforme aponta Willetts (2011). Embora seja uma organização não governamental se aproxima da estrutura de uma instituição internacional interestatal, o que pode ser percebido pelo caráter dos votos em suas assembleias, onde o peso dos votos dos estados membros tem um valor superior aos das ONGs bem como pelo espaço ocupado na ONU.

As ONGs brasileiras participam da IUCN nas assembleias e também divulgando os resultados dos trabalhos nos congressos, encontros regionais e mundiais. De acordo com Durigan, a importância da participação consiste em “fortalecer o movimento socioambientalista nacional através do intercâmbio de experiências e ideias e da possibilidade

---

<sup>288</sup> Estatuto (del 5 de octubre de 1948, revisados el 22 de octubre de 1996 y últimamente enmendados el 13 de octubre de 2008) y Reglamento. 2010. Disponível em [http://cmsdata.iucn.org/downloads/statutes\\_sp.pdf](http://cmsdata.iucn.org/downloads/statutes_sp.pdf). Acesso em 08 fevereiro de 2011.

<sup>289</sup> A IUCN é a única organização de observadores internacionais na Assembleia Geral da ONU com experiência em questões relativas ao meio ambiente, especificamente a biodiversidade, conservação da natureza e uso sustentável dos recursos naturais. A IUCN Washington gerencia a execução dessa missão, com a cooperação do Centro de Direito Ambiental em Bonn (Alemanha). Informações disponíveis em [http://www.iucn.org/about/union/secretariat/offices/usa/about\\_usa/un/](http://www.iucn.org/about/union/secretariat/offices/usa/about_usa/un/). Acesso em 17.06.11

de uma maior articulação entre organizações e poderes públicos dos países membros”<sup>290</sup>.

Atualmente está ocorrendo uma articulação das ONGs brasileiras para a formação de uma comissão visando a uma participação mais orgânica na IUCN, já houve uma tentativa mas não logrou continuidade devido a uma crise interna na Fundação Biodiversitas, uma ONG de Minas Gerais, que coordenava a comissão.

O que estamos querendo fazer é uma mobilização para reativar a Comissão Brasileira. Este processo é resultado de uma mobilização de várias entidades nacionais, inclusive a FVA, pois achamos importante o Brasil ter mais espaço e maior mobilização nesta rede em prol da conservação, pois apesar de tantos problemas que temos, também temos ótimas experiências inovadoras e positivas que poderiam contribuir no cenário global. E claro, buscar formas coletivas de trabalhar na busca de soluções aos problemas socioambientais que vivemos nas esferas regionais e nacional<sup>291</sup>.

Em julho de 2010, a IUCN inaugurou um escritório no Brasil e estabeleceu um acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com a finalidade de desenvolver atividades para avaliação, conservação e recuperação das espécies ameaçadas de extinção<sup>292</sup>.

A instalação do escritório da IUCN no Brasil faz parte da estratégia de fortalecimento da atuação da IUCN na América do Sul, bem como devido à megadiversidade e às possibilidades que o país apresenta de influenciar os países vizinhos.<sup>293</sup> A organização pretende contribuir com a disponibilização de conhecimentos, favorecer a sinergia, mediante um papel de facilitadora para o aumento do diálogo entre os setores e a promoção do consenso em áreas chaves do desenvolvimento.

A organização possui uma forte influência sobre a forma de atuação das ONGs na Amazônia e no mundo. Ainda que algumas organizações não façam parte dela como membros institucionais, em muitos casos, seus membros integram as comissões científicas. A situação da Associação dos Amigos do Peixe-Boi (AMPA) pode ilustrar este aspecto. Embora não seja

<sup>290</sup> Carlos César Durigan, Coordenador Executivo da Fundação Vitória Amazônica (FVA). Entrevista na sede da Fundação Vitória Amazônica em 17 de novembro de 2010.

<sup>291</sup> Idem

<sup>292</sup> A parceria “vai aprimorar a expertise técnica do ICMBio ao passar a utilizar o sistema da IUCN para gerar os dados para a atualização da Lista Brasileira”. Segundo, Rômulo Mello, presidente do ICMBio : “Nós esperamos com essa parceria poder ganhar escala, poder daqui três anos olhar para a sociedade e dizer que 100% das espécies estão sendo tratadas”. In: Assinatura do Termo de Reciprocidade ICMBio/IUCN. Cooperação técnica visa facilitar as atividades colaborativas para avaliação, conservação e recuperação das espécies ameaçadas de extinção. Notícia do dia 29.07.10. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/noticias/assinatura-do-termo-de-reciprocidade-icmbio-iucn> Acesso em 23.08.10.

<sup>293</sup> A instalação do escritório tem base na Resolução 4.004 adotada em 2008 no 4º Congresso Mundial de Conservação referente o fortalecimento da IUCN na América do Sul; na Resolução 19.1, adotada pela 19ª Assembleia Geral da IUCN (em Buenos Aires, 1994) e Resolução 2.52 adotada no 2º Congresso Mundial de Conservação da IUCN (em Amman, 2000), que enfatizou a importância de reforçar o processo de regionalização no IUCN. In: IUCN Programme 2013-2016..., 2011, p. 3.

membro da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), os pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), que fazem parte da AMPA, compõem as comissões científicas. De acordo com Vera Silva, a organização acompanha as diretrizes desta instituição:

a gente está agora diretamente envolvida com o problema da matança do boto, o impacto sobre a espécie e nós estamos atuando diretamente pra ver as medidas, é uma espécie sob proteção também, listada na IUCN, dentro das normas da IUCN, e os grupos de especialistas podem se manifestar para ajudar na força política pra que o Brasil, os tomadores de decisão aqui façam alguma coisa. Normalmente agente passa a demanda para o grupo de especialistas (IUCN) que faz um manifesto, fazem alguma coisa e devolvem para o Brasil, assinado por todos os especialistas[...]<sup>294</sup>

Observa-se nesse caso o padrão *boomerang*, uma das formas pelas quais as redes transnacionais influenciam nas políticas governamentais. Esse processo tende a ocorrer onde há algum entrave nos canais de negociação entre os grupos de defesa e os governos, conforme apontam Keck e Sikkink (1998). Neste caso específico de defesa de espécies ameaçadas de extinção, verifica-se que se trata de comunidades epistêmicas que atuam na Amazônia nas instituições de pesquisa e/ou nas ONGs, como no mundo inteiro, em uma militância científico-política com a mediação da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, em inglês).

O que eu faço, eu vou em reuniões, eu vou em congressos internacionais e coloco essa problemática que está acontecendo. No caso da Ariranha a mesma coisa e a gente segue os critérios, na medida do possível, os critérios que a IUCN para classificar os animais. A IUCN tem muito interesse nos tamanhos populacionais. Você verificar qual o número de indivíduos por espécie, em determinadas áreas. Agente tem investido nisso para ver a abundância desses animais, a distribuição, o status dos ambientes [...] pra fazer uma projeção de ameaça futura e do status atual<sup>295</sup>.

Não se pode deixar de observar que se confundem as institucionalidades Associação dos Amigos do Peixe-Boi (AMPA)/Instituto nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), prevalecendo o INPA no lastro científico, e a AMPA funcionando como uma organização intermediária que viabiliza as pesquisas e a ação de proteção dos mamíferos aquáticos. Esse parece um percurso frequente que compreende, primeiramente, um projeto ou programa, a demanda por recursos e a criação de organizações não governamentais para captá-los e gerenciá-los.

<sup>294</sup> Vera Maria Ferreira da Silva, ex-diretora da AMPA onde atuou até setembro de 2010, pesquisadora e chefe do Laboratório de Mamíferos Aquáticos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Entrevista em 09 de dezembro de 2010.

<sup>295</sup> Idem.

A influência de comunidades epistêmicas da biologia da conservação vinculadas à União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) foram observadas por Barreto Filho (2001) na criação e na co-gestão do Parque Nacional do Jaú, por meio da atuação da Fundação Vitória Amazônica. Inoue (2007) também observou este tipo de influência na criação da Estação Ecológica Mamirauá e na posterior transformação dela em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e sua implementação pela Sociedade Civil Mamirauá.

A criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e a experiência engendrada com a criação da Sociedade Civil Mamirauá, de acordo com Inoue (2007) se deve sobretudo à comunidade epistêmica da biologia da conservação. Assim essa experiência foi/é, ao mesmo tempo, resultante e reprodutora da interação entre os pesquisadores dessa área.

As comunidades epistêmicas têm sido apontados por diversos autores (INOUE, 2007; BARRETO FILHO, 2001; HAAS, 1989; WILLETTS, 2011) como uma das formas pelas quais as relações transnacionais ocorrem. De acordo com Willetts (2011), os movimentos sociais, as grandes religiões e as comunidades epistêmicas são as três fontes de identidades compartilhadas que produzem um sentido de comunidade transnacional.

Observa-se que a perspectiva da preservação de áreas específicas pelas suas características ecológicas e em função da proteção de espécies ameaçadas de extinção é expressa como motivação para a proposição de criação de diversas ONGs que atuam na gestão de unidades de conservação. O uacari branco (*cacajao calvus calvus*) como espécie a ser protegida, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; na Reserva Anamã, a diversidade biológica e a especificidade ecológica.

A influência da IUCN na criação dessas unidades de conservação e de ONGs resulta em grande medida do envolvimento dos pesquisadores no estudo de determinadas espécies, reunidos em determinadas instituições. No Amazonas, a comunidade de pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) foi fundamental para a criação e ou implementação de algumas Unidades de Conservação, notadamente o Parque Nacional do Jaú, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Anamã e Piagaçu-Purus. Conforme assinalam Freitas e Silva (2000), as ONGs na Amazônia têm “se originado de questões teóricas e práticas do conhecimento acadêmico, especialmente os que se relacionam à questão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável e à questão ecológica. (p. 125)

Esses grupos contribuíram com seus estudos para justificar a importância das áreas protegidas e, com isso, para a captação de recursos a serem investidos nas áreas citadas

anteriormente, seja sob o argumento da ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, como peixe-boi e uacari branco, seja em função da abundância e do potencial para o manejo (caso dos jacarés na RDS Piagaçu-Purus), a despeito do desconhecimento sobre os padrões de distribuição dos organismos, populações e espécies referidas no estado do Amazonas como um todo.

Com isso, houve e há o enquadramento, *frame*, do território sob a ótica da conservação, que passa a ser considerada em toda forma de intervenção sobre a área, seja interna e/ou externa, influenciando no seu significado e nos critérios de utilização. Trata-se da construção social de áreas de alta prioridade para conservação (do ponto de vista da biologia da conservação) ou área com potencial para o manejo florestal (do ponto de vista da engenharia florestal).

Outras redes se desenvolvem nos últimos anos em função da discussão sobre mudanças climáticas, entre as quais a Rede Latino-Americana de Redd da qual fazem parte a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) e mais doze organizações, governamentais e não governamentais<sup>296</sup>.

A referida rede foi criada em fevereiro de 2011, durante 1º Workshop Sul-Sul de Cooperação para Atividades de REDD<sup>297</sup>, evento realizado em Manaus (AM). O evento reuniu especialistas em REDD de dez países latino-americanos e os Estados Unidos para trocar experiências sobre os seus projetos na América Latina<sup>298</sup>. A despeito da intenção de propiciar o intercâmbio entre as organizações dos países até o momento a rede permanece como uma plataforma virtual<sup>299</sup>.

## 6.6.2 Redes em Rede

Observa-se que o desenvolvimento das redes acima referidas está profundamente vinculado à estrutura de oportunidades políticas em nível nacional, internacional e global. A

---

<sup>296</sup> Entre as organizações, estão: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Fondo Nacional de Financiamento Forestal (FONAFIFO), Ministério Del Ambiente (Perú), Conservation Internacional (Suriname), Comisión Nacional Forestal (CONAFOR), Autoridad Nacional Del Ambiente, MMA (Equador), Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia - CIDOB (Bolívia).

<sup>297</sup> REDD, significa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação.

<sup>298</sup> Com base em informações disponíveis no sítio do Fórum <http://www.forumredd.org/pt/index.cfm?fuseaction=conteudo&id=1>. Acesso em 05.02.11

<sup>299</sup> Conforme informações de Mariana Pavan, coordenadora do Programa de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais (IDESAM) bem como de Luiza Lima, Analista de Projetos (FAS). Entrevistas em 13 e 14 de julho de 2011, respectivamente.

estrutura de oportunidades política se caracterizou pela democratização, a reforma do Estado que conferiu novas possibilidades a organizações da sociedade civil (Capítulo 3), ao debate e mobilização global, internacional e nacional envolvendo uma agenda ambiental, à notabilidade que adquiriram as ONGs ambientalistas nesta discussão e às conexões propiciadas pelas redes virtuais.

Tais redes, no entanto, não podem ser entendidas como mero reflexo das condições estruturais, senão como resultados de complexas e duradouras articulações entre movimentos sociais que as precederam e se relacionaram dinamicamente a contextos anteriores, bem como da vontade política das entidades, movimentos e pessoas envolvidos, os quais criam uma sociabilidade específica, um sentido de pertencimento à comunidade das ONGs, elemento percebido nas entrevistas realizadas, típico das redes transnacionais, conforme Sikkink e Keck (1999, p. 92).

A título de exemplo se pode citar a Fundação Vitória Amazônica (FVA), onde a participação em redes constitui a estratégia política mais importante para influenciar as políticas públicas. Conforme consta em seu sítio: “a principal estratégia de políticas públicas adotada pela FVA é atuar em redes de entidades visando fortalecer seus argumentos em prol de um desenvolvimento humano com base na conservação da natureza”<sup>300</sup>. Desde o início das atividades da organização, as redes têm sido fundamentais, conforme Muriel Saragoussi, ex-diretora da Fundação<sup>301</sup>. Para o presidente do IPDA, as redes virtuais pelas quais têm operado as redes associativas favorecem a articulação entre os movimentos<sup>302</sup>.

A participação na União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) é indicativa da inserção das ONGs num dos grandes vetores de influência que o movimento ambientalista, as ONGs ambientalistas em particular, tem utilizado para influenciar a política ambiental em âmbito doméstico, interestatal e global, qual seja, a perícia científica, que tem contribuído para desencadear a criação de regimes internacionais e globais, caso típico da discussão envolvendo as mudanças climáticas.

---

<sup>300</sup> Informação disponível em [www.fva.org.br](http://www.fva.org.br). Acesso em 22.07.2010

<sup>301</sup> De acordo com ela: “a rede inicial de apoio foi de pesquisadores e de amazônidas preocupados com um trabalho sério e de base local. Nossa primeira ajuda veio da Conservation International e do WWF que nos permitiram iniciar atividades mais regulares e ganhar escala. Trabalhamos muito em rede com outras ONGs ou com instituições públicas e representativas ligadas ao desenvolvimento sustentável na Amazônia”. Conf. entrevista de Muriel Saragousse a Philippe Léna.. Lusotopie 2002/1 : 293-30. Disponível em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/saragoussi-lena.rtf>. Acesso 06.07.2007

<sup>302</sup> Conforme Iranildo “você consegue ter uma articulação no sentido de que você consegue movimentar, articular as lideranças pra determinado evento, pra determinada manifestação, documentos que são redigidos [...] se você tem rede você joga, facilita porque tem internet. As regionais que estão no interior tem, facilita a capacitação na formação de liderança [...]”. Iranildo Cursinho Siqueira, Presidente do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA). Entrevista em 09 de dezembro de 2010.

Seja sob a ótica da diplomacia das ONGs (CORELL e BETSILL, 2008), das redes transnacionais (KECK e SIKKINK, 1998) ou do estudo dos regimes internacionais (PRINCEN e FINGER, 1994), a contribuição científica das ONGs tem sido destacada como um dos elementos básicos na construção dos mecanismos para persuasão dos estados nacionais e de atores poderosos.

Algumas ONGs, embora não façam parte de algumas redes, têm manifestado o interesse em integrá-las, caso do Instituto Socioambiental (ISA) e do Instituto de Pesquisa Ecológicas (IPÊ) que já o fizeram em relação à rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Também se obteve a informação de que a Associação Amigos do Peixe-Boi (AMPA) está em vias de solicitação de sua inclusão na União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

Pode-se pensar que o número de organizações que participam em redes é pequeno em relação à sua importância. Apesar deste fato, deve-se considerar que, às redes formais, se entrelaçam inúmeras redes informais, solidarísticas, que são de caráter comunitário, e estratégicas, que são de caráter associativo, de pessoas ou das organizações citadas e um conjunto de outras com alcance nacional e global, expandidas pelas redes virtuais, as quais não podem ser mensuradas no âmbito dessa pesquisa.

Em momentos de campanhas específicas ou momentos críticos para as políticas públicas ambientais, tais redes tendem a manifestar a sua abrangência e força, caso do momento vivenciado com a discussão sobre as mudanças no código florestal brasileiro. Campanhas como a do FBOMS “Não ao desmonte do código florestal: em defesa do meio ambiente e da soberania e segurança alimentar” ou o manifesto “Não ao substitutivo do Código Florestal!” da ABONG, aglutinam organizações e movimentos sociais nacionais e locais, ONGs-braços de ONGs internacionais, individualmente; indivíduos de reconhecimento público; redes e redes de redes.

Além disso, algumas redes conectam seus membros a outras redes. A Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS) e o Greenpeace, que também compõe uma grande rede, são membros da Associação Brasileira de ONGs (ABONG). A Rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e o WWF, outra grande ONGs que atua em mais de cem países, são membros do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS).

Deve-se notar que as ONGs peritas tendem a ser conectadas comunidades epistêmicas. Em alguns casos, isso se processa por meio de redes formais, caso da participação da

Fundação Vitória Amazônica (FVA), do Instituto Socioambiental e outras ONGs na IUCN. Em outros casos as conexões ocorrem por meio de pesquisadores das ONGs que participam em fóruns científicos, comissões, associações.

Outro aspecto que deve ser destacado consiste na capacidade operacional das redes. Contrasta a inexistência de informações atualizadas na Rede GTA com as informações disponíveis nas demais redes, o que reafirma o grande nível de informalidade presente nos movimentos sociais.

A despeito da existência de possíveis problemas organizacionais há uma reflexão presente nos movimentos sociais e nas redes e também entre os estudiosos de movimentos sociais referente à relação entre o movimento e sua institucionalização. Nos relatórios da ABONG e nas entrevistas, manifesta-se uma preocupação quando as redes se institucionalizam.

De acordo com Durigan, “O problema de algumas redes é que se tornam organizações, atualmente há uma crise no FBOMs, existiam os GTs para subsidiar os representantes, e no GTA. A IUCN é a mesma coisa”<sup>303</sup>. A criação de uma estrutura para viabilizar o funcionamento das redes em não poucos casos contribui para a burocratização do movimento e o conseqüente afastamento entre a estrutura e os membros da rede, entre a organização e o movimento. Tal percepção é compartilhada pelos dirigentes e pelas organizações associadas da ABONG<sup>304</sup>.

O desafio enfrentado pelas redes é similar ao enfrentado pelos movimentos sociais. A diferença entre organização e movimento não corresponde a apenas um problema conceitual (apontado por SCHERER-WARREN, 1999), pois tem implicações políticas sobre as articulação políticas e a sustentabilidade política das redes. Tanto a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) quanto a Rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) estão passando por uma reestruturação na tentativa de contornar o distanciamento entre organização e movimento.

Acrescenta-se a essa questão a saída de alguns militantes para a composição de governos em alguns estados e em nível federal, bem como o recrudescimento do associativismo, objeto de reflexão dos relatórios da ABONG e de alguns dos atores entrevistados. Por outro lado, há atores que consideram a participação no governo como um

---

<sup>303</sup> Carlos César Durigan, Coordenador Executivo da Fundação Vitória Amazônica (FVA). Entrevista na sede da Fundação Vitória Amazônica em 17 de novembro de 2010.

<sup>304</sup> Isto aparece de forma patente nos relatórios da ABONG consultados, bem como no depoimento de alguns atores.

fator favorável aos movimentos, na medida em que propiciam a contribuição deles as políticas públicas e à construção ou estruturação de espaços para a ampliação da participação da sociedade civil na formulação e execução de políticas governamentais.

## 6.7 CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo, abordou-se uma diversidade de redes, em diversos níveis (locais, nacionais, pan-amazônica, latinoamericana, transnacionais) às quais as organizações identificadas no capítulo 5 estão vinculadas. São redes de financiamento, na qual as Fundações, ONGs, empresas, organismos multilaterais apoiam a conservação ambiental; redes estratégicas em função da atuação em uma área específica, caso da Rede rio Negro ou redes estratégicas em função da defesa de alianças entre movimentos sociais (Grupo de Trabalho Amazônica - GTA, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais – FBOMS).

Entre elas, também há redes voltadas ao compartilhamento de informações e de experiências, a exemplo da Rede Latino-Americana de Redd e da Rede Articulação Regional Amazônica - ARA; redes associativas (Associação Brasileira de ONGs - ABONG); redes que envolvem comunidades científicas (União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN); redes formadas por setor de atuação (Rede de Informações para o Terceiro Setor - RITS, Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE) e rede pró-governança da Amazônia (Fórum Amazônia Sustentável).

O legado histórico das redes se relaciona aos atores envolvidos; neste estudo privilegiou-se o legado histórico das redes vinculadas aos movimentos sociais desde a década de 1970, os quais estão mais afetos à percepção das alianças entre organizações locais e internacionais. Assim se observaram que iniciativas educacionais e religiosas (setores da igreja católica) propiciaram o encontro de técnicos, professores e estudantes universitários, pesquisadores, líderes religiosos com populações locais, cujo encontro “face a face” pode engendrar, em alguns casos, resultados inesperados da ação, na geração de redes solidarísticas e de articulação política, o que levou à organização de movimentos sociais na Amazônia.

Nas décadas de 1980 e 1990, diversos movimentos sociais na Amazônia foram criados envolvendo os atingidos por barragens, as quebradeiras de coco, os pescadores, grupos indígenas, os seringueiros e populações mobilizadas para a proteção dos lagos. A rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) também foi criada neste período. Conforme se acentuou, em nenhum deles, a problemática ambiental, embora envolvida, fora o elemento

mobilizador, no entanto veio a ser salientada em função das possibilidades que apresentava na obtenção de aliados.

Neste período, por sua vez, algumas demandas locais passaram a ser vistas sobre outra ótica, devido ao crescimento do movimento ambientalista global com suas perspectivas de conservação da Amazônia, em função da percepção da crise ambiental, da concomitante institucionalização da política ambiental interestatal e o estabelecimento de fóruns mundiais de meio ambiente.

A proteção dos seringais, dos lagos, de espécies ameaçadas de extinção, de populações tradicionais e indígenas e a criação de áreas protegidas na Amazônia passam a contar com fortes aliados externos, entre os quais, ONGs, governos, agências multilaterais e fundações. Assim, as redes transnacionais se constroem a partir das conexões entre os movimentos sociais e ONGs locais, com suas demandas em função dos problemas concretos vivenciados, e atores externos com interesse em conservar a Amazônia, formando coalizões transnacionais.

Ressalta-se que importantes inovações na política pública ambiental brasileira se originaram primordialmente da proteção ambiental articulada ao modo de vida das populações e desse modo à sustentabilidade ambiental. E estes contaram com coalizões entre os movimentos sociais e grandes ONGs, caso da proposta de Reservas Extrativistas, ou comunidades epistêmicas e movimentos sociais, caso da criação da categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável a partir da proposta de Mamirauá desenvolvida a partir da coalizão de interesses de biólogos conservacionistas, ONGs internacionais (Wildlife Conservation Society - WCS) e movimento de preservação dos lagos.

O surgimento e/ou manutenção de diversas ONGs que atuam no Amazonas, vistas no capítulo 5 (a exemplo da Sociedade Civil Mamirauá - SCM, Instituto Piagaçu-Purus – IPI, Fundação Vitória Amazônica – FVA), se deve grandemente às redes transnacionais, aos fluxos de recursos, de ideias, de experiências, novos *frames* que ensejam, por sua vez, novas estruturas de oportunidade política.

Foi possível identificar o conjunto de redes das quais as ONGs fazem parte e as conexões transnacionais entre redes por meio de seus apoiadores e parceiros governamentais e não governamentais. Destaca-se que às redes formais anteriormente referidas se somam inúmeras outras informais que as perpassam. Há uma densidade de redes existentes, com níveis de organização e alcance muito variado, todas buscando a articulação de um conjunto de atores visando fortalecer a sociedade civil e a participação na governança ambiental seja em âmbito doméstico, internacional, ou global, procurando influenciar a formulação e/ou

execução de políticas ambientais governamentais e a adoção de práticas sustentáveis pelo conjunto da sociedade civil.

A participação em conselhos e fóruns domésticos e/ou em eventos internacionais e globais como as conferências da Organização das Nações Unidas para o meio ambiente, as Conferências das Partes da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas ou em eventos paralelos, bem como a realização de pesquisas, elaboração de propostas e a construção de experimentos são os meios pelos quais as ONGs, OSCIPs e fundações, em redes, procuram participar e efetivamente tem participado da governança ambiental global, influenciando as políticas em diversos níveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização ambiental tem contribuído para uma nova configuração social e política na Amazônia, pois, ao tomar o estado do Amazonas como *locus* de observação, percebeu-se a força dos processos globais por meio dos fluxos de recursos e ideias, os quais têm contribuído de modo significativo para a densificação da sociedade civil, para o aporte de investimentos em projetos voltados à conservação ambiental e para o surgimento de novas instituições e de novas práticas organizativas e organizacionais.

Como resultado da pesquisa, identificaram-se várias formas de integração entre atores não governamentais, incluindo ONGs, Fundações e movimentos sociais, conformadas pelas redes transnacionais através dos recursos financeiros e do fluxo de ideias. O fluxo de recursos da Fundação Moore, da Fundação Avina, da Fundação Ford, entre outras, constitui a base material para atuação das ONGs globais, nacionais e locais em projetos de conservação ambiental na Amazônia. O fluxo de ideias a respeito da sustentabilidade ambiental mobiliza os diversos atores, os conecta a partir do compartilhamento de preocupações com a defesa do meio ambiente, e de um desenvolvimento compatível com a sustentabilidade.

O estudo multicasos permitiu a identificação de uma diversidade de organizações (ONGs, OSCIPs, Fundações) com suas parcerias (apoiadores financeiros, apoiadores técnicos, parceiros políticos) e redes, às quais se vinculam. O estudo sobre a Fundação Moore demonstrou um leque de organizações e interações que ocorrem na Amazônia a partir das redes de parcerias e de financiamentos.

Foram identificadas 22 organizações, algumas trabalham com a gestão de unidades de conservação, outras, em projetos de conservação ambiental e desenvolvimento indígena. Há organizações de prestação de serviços técnicos relacionados à conservação ambiental, algumas que atuam para a conservação de espécies, e outras articulam a conservação ambiental ao fortalecimento dos movimentos sociais. Percebeu-se que organizações com perfis diferenciados se reconhecem com socioambientalista e que as organizações possuem nível organizacional e capacidade variados. A maioria das organizações se conecta a redes transnacionais de defesa do meio ambiente e/ou redes de movimentos sociais, são agentes de mudança, empreendedores de normas e de políticas.

As redes transnacionais são fundamentais para a explicação da densidade alcançada pela atuação não governamental na Amazônia, particularmente no Amazonas, pois os recursos materiais; a criação ou mudança de perfil de ONGs e o aumento do número de projetos, de

atividades, de iniciativas de constituição de redes e em redes têm ocorrido em função das articulações entre fundações provedoras de recursos financeiros, grandes ONGs de atuação global e ONGs de atuação nacional ou pan-amazônica.

Ressalta-se que a estrutura política brasileira e o lugar que o país tem ocupado no debate sobre a agenda ambiental em nível internacional e global, bem como as contradições entre as agendas de conservação ambiental e a agenda do desenvolvimento econômico em nível interno, têm favorecido a ação das organizações não governamentais ambientalistas e a formação de redes em diversos níveis, ao mesmo tempo em que evidenciam o lugar subalterno ocupado pela agenda ambiental na política estatal e a ausência do Estado na Amazônia.

Grandes projetos de conservação ambiental como o PPG7 e o ARPA são demonstrativos da parceria estabelecida entre atores estatais e não estatais e da complexidade dos arranjos estabelecidos sob a influência da globalização ambiental. Desse modo, o desenvolvimento das iniciativas de conservação implicou/implica a participação de atores não governamentais na governança subnacional e nacional, bem como da governança global. Nesta última, algumas organizações buscam uma participação direta, além da participação em redes, outras participam indiretamente por meio das redes, onde são representadas por grandes ONGs.

Nas redes ambientalistas transnacionais, ocorrem os mesmos tipos de conexões existentes nas redes transnacionais de defesa dos direitos humanos, informalmente, por meio de intercâmbio de relatórios, e-mails, chamadas telefônicas e por meio da frequência em conferências, fóruns e outros eventos passíveis de congregar tais atores; por meio de conexões mais formalizadas, quando uma organização se integra a uma rede, por exemplo, por meio de conexões propiciadas a partir do fluxo de recursos e apoio técnico entre as organizações. Essas redes convergem para uma partilha de orientações e de objetivos.

Em diversos casos, os três tipos de rede se realizam concomitantemente. Em alguns as redes transnacionais se desenvolvem a partir de parcerias formais em função de oportunidades abertas por editais para o financiamento de projetos. Em outros, em função de temas e questões que mobilizam, os atores e exigem coalizões, em função dos quais podem se desenvolver parcerias em programas, projetos e/ou campanhas.

De qualquer modo, pode-se dizer que as organizações vinculadas à União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), em nível internacional, ou à Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e à rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA),

em nível nacional, representam o segundo tipo. Os vínculos do Instituto Piagaçu-Purus (IPI) e do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) com a Wildlife Conservation Society (WCS), e da Fundação Vitória Amazônica (FVA) e do Instituto Socioambiental (ISA) com a Fundação Moore representam o terceiro tipo.

Assim, as articulações políticas formais compreendem redes formais subnacionais (Rede Rio Negro - RRN), regionais (Rede do Grupo de Trabalho Amazônicos - GTA), nacionais (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - ABONG, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS, Grupos de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE, Fórum Amazônia Sustentável) e pan-amazônica (Rede Articulação Regional Amazônica - ARA, Fórum Latino-americano de REDD). A maioria dessas redes também possui elo com redes transnacionais ambientais, com atores governamentais e organizações vinculadas a igrejas, por meio do fluxo de recursos. A ABONG, o FBOMS e o GTA se vinculam a movimentos sociais globais por meio dos fóruns sociais mundiais, eventos paralelos a conferências mundiais da ONU ou por meio de outras iniciativas previstas em seus planos de ação.

As articulações científico-políticas incluem redes epistêmicas, nas quais se inserem a IUCN, instituições de pesquisa como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, ONGs, grupos de pesquisa, fóruns e congressos científicos, além de incluírem redes formais, como a IUCN e informais às quais se articulam grupos de pesquisadores.

Em alguns casos, a própria criação de ONGs no Amazonas resultou da disseminação de ideias, da influência de redes e coalizões de interesses de cientistas, de ONGs internacionais, de governos e/ou de populações locais, caso de Mamirauá, Fundação Vitória Amazônica e Instituto Piagaçu-Purus (IPI). No estado do Pará, a criação da ONG Argonautas contou com a influência das campanhas do Greenpeace na Amazônia.

A categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) foi uma inovação na política brasileira proposta a partir do desenvolvimento de pesquisas em Mamirauá, da interação com a população e em função da necessidade de envolvê-la na conservação ambiental. A comunidade epistêmica da biologia da conservação teve um papel primordial nesse processo.

A mobilização de recursos financeiros e de projetos de conservação ambiental pode ser observada pelas parcerias das ONGs com organizações internacionais identificadas e pelo volume de recursos, instituições beneficiárias, volume e tipo de projetos apoiados pela Fundação Moore. Os arranjos diversos permitem o trânsito das ONGs “diplomatas” entre o

científico e o político, entre o local (áreas dos municípios de Barcelos, Novo Airão - do rio Negro, áreas de várzea nos municípios de Tefé e Anamá, de Apuí, entre outras), e o global (negociações sobre mudança climática, biodiversidade, florestas).

A participação em redes é estratégica e ocorre seja por meio do fluxo de recursos financeiros; seja por meio do fluxo de ideias, caso das comunidades epistêmicas, pelas quais grupos de pesquisadores desempenharam e desempenham um papel preponderante, atuando localmente de forma coordenada em um “ativismo científico” em função do interesse de pesquisa e da consequente proteção de espécies e habitats; ou por meio de articulações de movimentos sociais.

A associação à IUCN e às redes de modo geral, bem como aos conselhos e fóruns são estruturas de oportunidades políticas. A participação das ONGs brasileiras na IUCN, de uma forma articulada, por exemplo, pode permitir-lhes maior força na promoção dos valores e compartilhamento de experiências.

Por meio do fluxo de recursos, particularmente da Fundação Moore, observa-se o apoio às políticas governamentais estaduais e federais, com o aporte de recursos internacionais em áreas geográficas e temáticas, estratégicas na perspectiva desta organização. Neste cenário, os atores atuam em diversos níveis, compondo uma rede de conservação que alcança, do ponto de vista geográfico, da pan-Amazônia a áreas ou terras indígenas em situação de quase isolamento geográfico.

Quais as possibilidades abertas pelos financiamentos, não só da Fundação Moore, mas também de outras fundações, ONGs, de governos, de empresas que financiam a conservação ambiental da Amazônia?

Algumas são previsíveis pelos resultados previstos nos projetos, outros nem tanto. Alguns exemplos são os arranjos propiciados pelo conjunto de projetos, consórcios institucionais e redes apoiados pela Fundação Moore que apresentamos como exemplos.

A Fundação Moore apoia um projeto da organização a Aliança da Terra. Esta, por sua vez, tem parceira com outras ONGs beneficiárias da Fundação Moore, um dos trabalhos em parceria envolveu o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e o Woods Hole Research Center (WHRC), em um projeto que levou à criação do Cadastro de Compromisso Socioambiental (CCS). O cadastro é destinado a proprietários privados, uma vez implementado, inaugura uma nova forma de relação entre os proprietários rurais e suas propriedades. Ainda que o projeto não tenha sido diretamente financiado pela Fundação Moore ao empoderar as organizações, ela influencia na capacidade instalada e favorece a

construção de alianças e a captação de recursos.

Outro aspecto a destacar consiste na diversidade de resultados possíveis devido aos papéis diferenciados dos atores nas redes. No caso da rede de financiamento da Fundação Gordon e Betty Moore, temos a própria Fundação provedora dos recursos financeiros, ONGs internacionais (WWF, Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem - WCS, Fundo Estratégico de Conservação - CSF) e ONGs locais/nacionais (Fundação Vitória Amazônica - FVA, Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, entre outras) como atores principais na execução de projetos de conservação, aliadas a pequenas ONGs e movimentos sociais locais que trabalham na organização política de base. Outras ONGs e instituições de pesquisa (Universidade de Havard, Whood Hole Research Center) trabalham com modelagem, construção de metodologia.

Se forem tomadas outras organizações de apoio financeiro a atores não governamentais e governamentais no Brasil, como Blue Moon Found, Fundação Avina, Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSP), Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem (WCS) e Precius Woods Amazon (PWA) igualmente se poderá perceber uma variedade de iniciativas, atores e objetivos articulados.

Deve-se notar que o financiamento para atuação no campo ambiental corresponde a uma estrutura de oportunidades políticas. Pessoas (Márcio Ayres), Grupos (do INPA), movimentos sociais (GTA) o utilizam como recurso material que capitaliza a disseminação de ideias, a construção de um repertório de experiências a partir das ONGs, fundações, movimentos sociais e redes. É também uma oportunidade para atores como a Fundação Moore contribuírem para a disseminação de ideias voltadas à conservação ambiental.

As relações transnacionais têm um papel fundamental para a gestão de Unidades de Conservação no Amazonas que dependem de complexos mecanismos de arranjos institucionais, sustentados por redes estratégicas locais/nacionais e redes transnacionais. A composição desses arranjos é construída, de um modo geral, pela relação de confiança com referência em sujeitos sociais e organizações com reconhecimento no meio ambiental em função da produção técnico-científica e eficiência em gestão.

Atualmente se observam algumas clivagens no campo de atuação ambiental da ONGs e movimentos sociais no Amazonas, principalmente as que atuam em unidades de conservação. A criação da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) é vista como um procedimento contrário à discussão que vinha ocorrendo no âmbito do Fórum de Mudanças Climáticas.

O recurso financeiro do qual dispõe a FAS (do Estado e da iniciativa privada), sua condição política favorecida pelo governo estadual para implementar o programa bolsa floresta, sua estrutura organizativa e suas condições materiais, tendem a convergir para a captação de recursos financeiros, o que pode levá-la a se tornar uma agência intermediária entre os agentes financiadores nacionais e internacionais e as ONGs locais, podendo induzir projetos em áreas de seu interesse. Desse modo, algumas organizações têm buscado fortalecer o trabalho em rede como forma de resistência a esse tipo de processo.

Esse contexto revela o quanto as organizações de financiamento induzem a um determinado tipo de projeto, e o quanto os financiamentos interferem na autonomia e na independência das ONGs. Em muitos casos, os recursos internacionais favorecem a independência das ONGs e dos movimentos sociais em relação aos governos nacionais e locais, empoderando-os ao mesmo tempo em que amplia a possibilidade de defesa de suas pautas e do efeito de suas campanhas com o padrão *boomerang* das redes transnacionais.

Os recursos internacionais para a Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), por exemplo, a tornaram independente das forças políticas locais e deram-lhe possibilidade de pressionar o poder local, pois tinham recursos próprios que viabilizaram e viabilizam a parceria com órgãos governamentais estaduais, federais e instituições de pesquisa com os quais trabalha na conservação dos lagos. O interessante é que o projeto inicial da ASPAC não era construir a Aldeia dos Lagos que viria a dar-lhe essa condição, e sim proteger os lagos.

Os financiadores do projeto, no entanto, exigiram um componente que propiciasse sua sustentabilidade; em decorrência dessa exigência, o grupo propôs a construção da pousada, o que viria a se tornar condição da independência da organização.

Quanto à governança se ressalta a independência das ONGs como importante para sua contribuição efetiva. Especialmente no capítulo 27 da Agenda 21, há o reconhecimento da importância do papel e da experiência das ONGs na implementação da democracia participativa, inclusive da rede mundial dessas organizações.

As condições de governança, em diversos níveis, são associadas à organização da sociedade civil, especificamente ao funcionamento das redes de defesa. Nessa perspectiva, os aliados são os “habitantes das florestas”, forma pela qual muitas das populações amazônicas foram enquadradas na questão ambiental. Alguns movimentos chegam a se reconhecer como “guardiões da floresta” (GTA).

A existência de canais múltiplos que conectam a sociedade nos diversos níveis (local,

nacional e internacional) se reflete no exercício do poder político pelos estados, de modo que as políticas estatais se tornam cada vez mais produtos de complexas negociações com os diversos atores da sociedade civil. Desse modo, elas não refletem os interesses dos estados, nem enquanto soberanos nos territórios nacionais, nem enquanto sociedade de estados. A própria estrutura do sistema internacional, com o crescimento de organizações internacionais, propiciou canais de participação de ONGs. As Conferências Mundiais da ONU se tornaram instâncias de reconhecimento e fortalecimento da participação das ONGs.

A negociação entre os grupos para e na construção de mecanismos de governança é constitutiva da gestão ambiental. Desse modo, sua dinâmica implica perceber que as formas tradicionais de exercício do poder político pelos estados não se coadunam com a densidade de organizações existentes e com o seu caráter autônomo e reflexivo quanto às políticas governamentais concentradas nos entes governamentais.

Se olharmos apenas o fluxo de recursos financeiros internacionais para a região, verifica-se que as relações transnacionais reproduzem relações assimétricas Norte-Sul. Observa-se, no entanto, que há ONGs situadas no estado do Amazonas dinamizando estas relações. Algumas deixam de contribuir para a constituição de um mero portfólio para grandes ONGs e fundações.

A replicação de experiências em países africanos e latinoamericanos, tomando como exemplo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, fomenta relações transnacionais em novos termos que poderão contribuir para a criação e/ou consolidar alianças de movimentos sociais e de ONGs do Sul a partir da disseminação das ideias que compõem tais experiências. O IDESAM e a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) também desenvolvem projetos em países do Sul, com a experiência em projetos de redução de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento e degradação, caracterizando uma cooperação transnacional sul/sul.

Como as ONGs que atuam na Amazônia participam da governança ambiental? Se olharmos a influência do plano internacional sobre o nacional, pode-se dizer que o fluxo de recursos permite a entrada de recursos financeiros e ideias, com as quais as ONGs financiadas se comprometem. A contrapartida compreende a disseminação de ideias e práticas junto ao público-alvo segundo as diretrizes acordadas, mas isto também se estende ao conjunto das populações, redes, governos por meio da divulgação das atividades, ações e projetos das ONGs nacionais.

Olhando do plano nacional ao internacional, a vinculação de ONGs nacionais com

organizações internacionais põe suas experiências num circuito mais amplo, ampliando também as possibilidades de aliança e de financiamento de outros projetos. Adiciona-se a isto a conversão da experiência obtida na administração dos projetos e nas atividades desenvolvidas em capital social. Ambos os elementos concorrem para a legitimação da ONG, credenciando-a para alargar seu raio de ação política.

Em geral, o apoio financeiro internacional às ONGs que atuam no Amazonas lhes tem permitido uma atuação nacional, com articulações no âmbito regional, caso do Instituto Socioambiental (ISA), da Fundação Vitória Amazônica (FVA), do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) e do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA).

Atualmente, as mudanças climáticas se tornaram o eixo da política ambiental internacional e global sobre meio ambiente. Esse enquadramento, *frame*, configura a criação de um mercado de projeto que tende a favorecer as ONGs que trabalham mais diretamente com essa área, principalmente as que foram criadas com essa finalidade, dotando-lhes de maior poder em relação a outras organizações, o que significa impactar a distribuição de poder no plano nacional e local. Diversas organizações financiadoras se unem em torno dessa questão. Assim foi criada a Aliança para o clima e o uso da terra (CLUA), o Fundo Vale, o Fundo Amazônia, os quais induzem a realização de projetos voltados à redução de emissões.

Pode-se dizer que a conservação ambiental tem se constituído como um elemento importante no mercado de recursos voltados a países em desenvolvimento, detentores de florestas tropicais; em cujo contexto, as unidades de conservação têm sido fundamentais. Nota-se que, num primeiro momento, os agentes financiadores induziam a apresentação e o desenvolvimento de projetos que visassem conservar a biodiversidade. Atualmente, a agenda do debate em torno das mudanças climáticas mobiliza o financiamento de projetos. No caso do Brasil, há novas oportunidades para projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD).

Observa-se como os experimentos na Amazônia têm implementado mudanças na estrutura institucional. Projetos como o PGAI e ARPA, além de promoverem mudanças substanciais na política ambiental para a Amazônia, demandaram arranjos que mobilizaram atores de diversos setores (Governos, Organizações Internacionais, Movimentos Sociais, ONGs). A governança desses programas propiciou a aproximação de setores governamentais e não governamentais, mostrou a fecundidade do compartilhamento de responsabilidades envolvendo desafios comuns.

Outro exemplo consiste na estrutura do FUNBIO criado no âmbito do programa Nacional de Diversidade Biológica. O FUNBIO compõe o repertório recente de administração de recursos de diversas fontes para a conservação ambiental. O modelo tem inspirado novos experimentos, entre os quais a Fundação Amazônia Sustentável (FAS). Esta última com administração de recursos similar ao FUNBIO, em alguns aspectos.

A ideia de que redes criam redes nem sempre está relacionada à extensão de uma prática, uma rede pode também ensejar redes de resistência, como um resultado impremeditado da ação, mas social e politicamente previsível. As redes estratégicas e, ao mesmo tempo, solidarísticas desempenham um papel importante para as organizações que atuam no Amazonas. Elas possibilitam a consolidação de ideias, posições, e podem atuar como forma de resistência ou crítica em determinadas situações.

A formação e composição dessas redes permitem identificar as possibilidades entre o local e o global. Na realidade, são muitas redes transnacionais de defesa que se cruzam e em muitos casos atuam em campanhas comuns, conforme assinalam Keck e Sikkink (1998). A rede de defesa do meio ambiente e de defesa dos povos indígenas e de populações tradicionais na área da bacia do rio Negro são exemplos desse processo.

Deve-se destacar que, em alguns casos, as ONGs foram ou são utilizadas como canais de cooperação internacional entre países do Norte e países do Sul em função de situações políticas sob as quais os países doadores consideram as estruturas estatais frágeis ou passíveis de corrupção, caso da cooperação norueguesa com países africanos. Em outros casos, como no Brasil, o apoio das instituições norueguesas manteve essa prática.

Sob o apoio da Fundação Rainforest da Noruega (RFN) ao ISA encontra-se um processo de constituição de rede de defesa dos povos indígenas vinculado ao reconhecimento do povo Sami, antigos Lapões, como povo indígena e ao papel desempenhado pela comunidade epistêmica da antropologia aglutinada no Grupo de Trabalho Internacional para povos Indígenas, na Noruega, assim como da articulação da proteção desses povos à conservação ambiental, onde a questão indígena é apresentada em um novo enquadramento, *frame*, como forma de garantir a conservação da floresta tropical, representada pelo apoio aos desenvolvimento de povos indígenas por meio da Fundação Rainforest da Noruega.

A despeito das diversas possibilidades abertas pela atuação de atores não estatais e as redes que os congregam, devem-se considerar as diversas forças, com seus respectivos atores e redes políticas, que atuam sobre a Amazônia, sobre seu território e suas populações. As forças do agronegócio, compreendendo principalmente a expansão do cultivo de soja e da

pecuária; da indústria mineral, particularmente do petróleo; a integração física da IIRSA com grandes projetos de infraestrutura, que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, entre outras, agregam poderosos interesses econômicos.

As forças da conservação ambiental, com projetos visando ao desenvolvimento sustentável e à criação de áreas protegidas; os movimentos sociais e indígenas, em suas dinâmicas de organização social, suas territorialidades e projetos de desenvolvimento constroem formas de resistência, aglutinando interesses locais e globais.

No momento atual, dada à importância da mudança climática na pauta internacional e global, observa-se uma forte tendência ao direcionamento dos financiamentos para projetos que envolvam a questão das mudanças climáticas. As questões ambientais, nesse novo *frame*, têm concorrido para o empoderamento da comunidade epistêmica da engenharia florestal.

De qualquer modo, a capacidade de influência das ONGs nos fóruns de governança (conselhos, fóruns de discussões e articulação subnacionais e nacionais, fóruns e conferências mundiais), de atuação dos estados e de atores da sociedade civil depende grandemente de sua articulação em redes, de seus movimentos, de acordo com a estrutura de oportunidades políticas nos limites e possibilidades em que a ação coletiva se constrói.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, Fábio de Andrade. **Governança Global sobre Florestas: o caso do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil – PPG7 (1992-2006)**. 2007. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

ALLEGRETTI, Mary Helena. “Do Avança Brasil ao PPA de Lula: O que mudou do ponto de vista ambiental na agenda do desenvolvimento na Amazônia.” **Ciência&Ambiente**, 32, 2006, p. 15-34.

\_\_\_\_\_. **A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 2002. Tese de Doutorado - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2002. 827p.

ALFAIA JÚNIOR, José Gilberto Gioia. **O impacto da atuação das organizações não-governamentais transnacionais na elaboração de políticas públicas do Estado brasileiro para a região Amazônica**. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB), março de 2008.

ALMEIDA, A. W. B de (org). **Conflitos sociais no “Complexo Madeira”**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA Edições, 2009. 391p.

ALONSO, Ângela. *Et al.* Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos Estudos - CEBRAP**, n.79, nov. 2007.

AMAZONAS. Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM. **Acordo de Pesca Rio Unini**. junho/2004. Disponível em: <[www.ipaam.br/trabPropostos/PROJETO%20IPAAM.doc](http://www.ipaam.br/trabPropostos/PROJETO%20IPAAM.doc)> Acesso em: 08 set. 2010.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente Governo do Estado. **Coletânea de Unidades de Conservação no Estado do Amazonas**. Manaus: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2009. 336p.

AMAZONAS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS)/Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC). **Amazonas Conservation Network**. Final Report, April (2005) to August (2008) Submitted to The Gordon and Betty Moore Foundation, Fevereiro de 2009. Disponível em: <[http://www.fdb.org.br/projetos/Relatorio\\_1.pdf](http://www.fdb.org.br/projetos/Relatorio_1.pdf)> Acesso em: 15 mar. 2010.

**Amazônia em Redes**: estudo panamazônico sobre as redes da sociedade civil na área da gestão sustentável dos recursos naturais. Disponível em [http://redes.somosmas.org/images/9/9d/Gestion\\_libro\\_alianzas.pdf](http://redes.somosmas.org/images/9/9d/Gestion_libro_alianzas.pdf). Acesso em 16.07.11

AMEND, et al. Benefícios econômicos locais de áreas protegidas na região de Manaus, Amazonas. **In: Megadiversidade**, Vol. 2, N° 1-2. p. 60-70. Dezembro de 2006.

AMIGOS da Terra. **Políticas Públicas para a Amazônia 97/98**: rumos, tendências e propostas. Roberto Smeraldi e AA.VV. São Paulo: Programa Amazônia, 1998.

ANTOGIOVANNI, Marina; RICARDO, Beto (org.). **Visões do Rio Negro**: construindo uma rede socioambiental na maior bacia (cuenca) de água pretas do mundo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

AQUINO, Maria José da Silva. “**A Casa dos Nossos Gens**”: um estudo sobre ONGs ambientalistas na Amazônia. 2003. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IFCS, PPGSA, 2003.

ARATO, Andrew. **Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil**: orientações para novas pesquisas, 1994. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_27/rbcs27\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_02.htm)>. Acesso em: 20 jun.2010.

ARAÚJO, José Júlio Cesar do Nascimento; PAULA, Elder Andrade. **Novas formas de desenvolvimento do Amazonas**: uma leitura as ações do Programa Zona Franca Verde. G&DR, v. 5, n. 3, p. 140-154, set-dez/2009, Taubaté, SP, Brasil.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Tradução de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: UNB, 1986, p.886.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Da Natureza Domada ao Desenvolvimento Sustentável: A Invisibilidade e o Ocultamento dos Impactos Ambientais na Publicidade dos Setores Químico, Petroquímico e Elétrico. In: FERREIRA, Leila da Costa; DUARTE, Laura (Orgs). **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil**. São Paulo: Annablume; Campinas: ANPPAS, 2008. (Coleção Cidadania e Meio Ambiente). 280p. (p. 141 a 158)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ABONG. **Democratizar a democracia**: o trabalho da Abong em 2002. ABONG, [200?]. Disponível em: <[www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)> Acesso em: 15 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Radicalizar a democracia**: a Abong de 2006 a 2010. Abong, março/2010. Disponível em: <[www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)> Acesso em: 15 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Diplomacia não-governamental**: A intervenção das ONGs num sistema internacional em crise. ABONG e Coordination SUD, 2007. 105p.

ASSUMPTÃO. Leilah Landim. **A invenção das ONGs**: do serviço invisível à profissão sem nome. 1993. Tese de Doutorado - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

AVINA. **Relatório Anual, 2010**. Disponível em <http://www.informeavina2010.org/portugues/>. Acesso em 20.07.11

BADIE, Bertrand. **Um mundo sem soberania**: os Estados entre o artifício e a responsabilidade. Instituto Piaget, Lisboa, 2000.

\_\_\_\_\_; HERMET, Guy. **Política Comparada**. Fondo de Cultura Econômica: 1993, México.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Meio Ambiente, “realpolitik”, reforma do Estado e

ajuste fiscal. In: ROCHA, Denise; BERNARDO, Maristela (Orgs.). **A era FHC e o Governo Lula: transição?** Brasília: INESC, 2004, p. 327-358.

\_\_\_\_\_. **Da Nação ao Planeta através da Natureza:** uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia Brasileira. 2001. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, USP, 2001.

BARROS-PLATIAU, A.; VARELLA, M.; SCHLEICHER, R. “Meio Ambiente e Relações Internacionais: Perspectivas Teóricas, Respostas Institucionais e Novas Dimensões de Debate”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2/2004, p. 2-32.

BECKER, Bertha K. e outros. **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estudo geopolítico contemporâneo da Amazônia.** macrocenários Amazônia 2010, SUDAM/BASA/SUFRAMA/PNUD, Mimeo, 1989.

\_\_\_\_\_. “Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio.” In: MENDES, Armando Dias (Org.) **Amazônia:** terra e civilização – Uma trajetória de 60 anos. Belém: Banco da Amazônia, 2004, p. 115-140.

BENSUSAN, Nurit. “Situação das unidades de conservação na Amazônia brasileira.” **Ciência&Ambiente**, 31, 2005, p. 65-77.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Orgs.). Gestão do Setor Público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: \_\_\_\_\_. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial** (coletânea). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BOBBIO, Norberto et al. Governabilidade. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário de política.** 7. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995. Vol.I

\_\_\_\_\_. Soberania. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário de política.** 7. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995. Vol.II

BONFANTE, Tália Manceira; VOIVODIC, Maurício; MENESES FILHO, Luís. **Desenvolvendo Salvaguardas Socioambientais da REDD+:** um guia para processos de construção coletiva. Piracicaba, SP: Imaflora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 5. ed, São Paulo: Editora Perspectiva, 1999 (Coleção Ciências Sociais).

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. **Constituição de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em 18 ago. 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA. **Óleos da Amazônia:** os cheiros da floresta em vidrinhos. PróVárzea. IBAMA: Manaus, 2006.

BRASIL. Ministério do Interior/SEMA. **Meio Ambiente: uma questão política**, 1989.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal/PPG7. **Projeto de Fortalecimento Institucional dos OEMAS da Amazônia Legal: Relatório Final de Consultoria Jurídica**. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/CONAMAZ. **Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal**. Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. **Estudo Geopolítico Contemporâneo da Amazônia. Macrocenários Amazônia 2.010**, SUDAM/BASA/SUFRAMA/PNUD, 1989, Mimeo.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/PNUD. **Programa Nacional do Meio Ambiente: avaliação final. Última versão**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/CONAMAZ. **Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal**. Brasília, 1995.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira**. Presidência da República. Brasília: MMA, 2008.

BROWN, Lester. “O dilema brasileiro”. **Ciência&Ambiente**, 32, 2006, p. 133-150.

BUCKET, Benjamin. **Les expérimentations des ONG en Amazonie: quel pouvoir pour quelle responsabilité?**. Lusotopie 2002/1. p. 263-282.

BUTLER, Rhett. **Who pays for Amazon rainforest conservation? An interview with the largest private sponsor of rainforest protection: the Gordon and Betty Moore Foundation**. Dezembro de 2006. Disponível em < <http://news.mongabay.com/2006/1206-moore.html>.> Acesso em: 30 mar. 2011. (Entrevista publicada)

BUTURO, James. **NGOS, Democracy and sustainable development in Africa**, 1994. Disponível em < <http://www.un-ngls.org/orf/documents/publications.en/voices.africa/number5/vfa5.06.htm>.> Acesso em 10.05.11

CALDENHOF, Satya Bottin Loeb. **Reserva Extrativista do Rio Unini: conflitos e estratégias socioambientais no Rio Negro/AM**. Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura no Amazonas/ ICHL/UFAM. Dissertação de Mestrado, 2009.

CARNEIRO, Eder Jurandir. “Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável”. In: ZHOURI, Andréa et al (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p 7-11.

CARVALHO, Fernanda Viana de. **A posição brasileira nas negociações internacionais sobre florestas e clima (1997-2010): do veto à proposição**. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. IREL/UnB. Brasília, novembro/2010.

CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico de Assis. **O empresário local e a zona franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS. Porto Alegre, 2009.

CARVALHO, José Cândido de Melo. **Considerações sobre o uso da terra na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1979.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. Volume I. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2) São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. “The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance”. In: **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science 2008**. Disponível em: < <http://ann.sagepub.com/cgi/content/abstract/616/1/78>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

CASTRO, Fábio de. MCGRATH, David. **O manejo comunitário de lagos na Amazônia**. In: Parcerias estratégicas, no. 12, setembro/2001.

CENAMO, Mariano Colini *et al.* **Redução do desmatamento e degradação florestal (REDD+): Estudo de Oportunidades para o Sul do Amazonas**. Vol 1, Manaus, 2011. (Série Relatórios Técnicos Idesam).

CLIMATE and Land Use Alliance, dezembro de 2010. Disponível em [http://www.climateandlandusealliance.org/pdf/CLUA\\_FAQ\\_Portuguese.pdf](http://www.climateandlandusealliance.org/pdf/CLUA_FAQ_Portuguese.pdf). Acesso em 20.07.11.

COLARES, Anselmo Alencar. **Sociedade e educação em Santarém - PA**: estudo do período em que o município foi área de segurança nacional (1969-1984). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação. Campinas, SP, 1998.

COHEN, Jean. Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. In: **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, 2003, pp.419 a 459.

CORELL, E. e BETSILL, M.M.. **NGO diplomacy**: the influence of nongovernmental organizations in international environmental negotiations. Massachusetts Institute of Technology, 2008.

COSTA, Luciana Miranda. A formação do campo ambiental um resgate histórico do contexto nacional e amazônico. **Tempo da Ciência** (12) 23 : 147-176, 1º semestre 2005). Disponível em: <[200.201.8.27/index.php/tempodaciencia/article/download/439/354](http://200.201.8.27/index.php/tempodaciencia/article/download/439/354)>. Acesso em: 20 abr. 2011.

COSTA, Iracelma Magalhães da. **A CPT e a questão socioambiental no Amazonas**. Manaus: UFAM, 2006. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, ICHL, UFAM, 2006.

COSTA, Wanderley Messias da. “Valorizar a água da Amazônia: Uma estratégia de inserção

nacional e internacional.” In: ARAGÓN, Luis E.; CLÜSENER-GODT, Miguel (Orgs.). **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: UNESCO/NAEA, 2003, p. 299-320.

DECLARAÇÃO da conferência das nações unidas sobre meio ambiente humano (Declaração de Estocolmo) Disponível em:  
<[http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/Declaracao\\_Estocolmo\\_1972.pdf](http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/Declaracao_Estocolmo_1972.pdf)> Acesso em: 25 abr. 2010.

DECLARAÇÃO do Rio. In: **Revista de Estudos Avançados**, 1992, 6 (15).

DESENVOLVIMENTO e Conservação na Amazônia Brasileira: inventário de análise de projetos. Pará: Supercores, 1996. Série POEMA 3.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**, São Paulo, Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In: **São Paulo em Perspectiva**, 1992, 6(1-2): 22-29, janeiro/junho.

\_\_\_\_\_. **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais Conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

ESCAP/ADB. **State of Environment in Asia and the Pacific**. New York: UN, 2000.

FARIAS, Ivani Ferreira de. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. In: **Pasos, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Enero**, año/vol. 3, número 001, p. 63-77, 2005. Disponível em:<<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/881/88130104/88130104.html>> Acesso em: 02 ago. 2010.

FERRAREZI, Elisabete Roseli. **A Reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil: a criação da lei das Oscip (Lei 9.790/99)**. Brasília: UnB, 2007. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB, 2007.

FERREIRA, Leila da Costa. **Estado e Ecologia: novos dilemas e desafios (a política ambiental no Estado de São Paulo)**. Campinas: UNICAMP, 1992. Tese de Doutorado. UNICAMP, 1992.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos Sociais Contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. In: **Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5**, 2o Semestre de 1999. p. 35-54.

FREITAS, Márcilio de; SILVA, Marilene Corrêa da. **Estudos da Amazônia contemporânea: dimensões da globalização**. Manaus: EDUA, 2000.

FREITAS PINTO, Ernesto Renan. “A Zona Franca de Manaus e o desenvolvimento regional”. In: **São Paulo em Perspectiva**, 6 (1-2):127-133, janeiro/junho 1992.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL - FAS. **Relatório de Gestão 2010**. Manaus: FAS, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991. (Biblioteca básica)

GOETTERT, Jones Dari. **Discurso do movimento e movimento do discurso: dos empates pela terra ao "não-conflito" agrário na fala de lideranças sindicais no Acre (Amazônia-Brasil)**. Congresso ALASRU, VII, 2006.

GOMES, Z.L.G.C. et al. Ambientalismo: um estudo sobre as identidades das ONGs ambientalistas no Brasil. In: **Ambiência - Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais** V. 4 N. 3 Set./Dez. 2008.

GONÇALVES, Williams. **Relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. (Passo-a-passo; 11)

GUINSBURG, J. (org). **A paz perpétua: um projeto para hoje**. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Elos, 55)

HAAS, Peter M. Do regimes matter? Communities and mediterranean pollution control. In: **International Organization**, vol. 43, No. 3 (Summer, 1989), p. 377-403

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 398p. (Biblioteca Tempo Universitário, 76. Série Estudos Alemães).

\_\_\_\_\_. **Teoria de la acción comunicativa**. Tomo I. Racionalidade de la acción y racionalización social. Tomo II. Crítica de la razón funcionalista. Tradução de Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Editorial Trotta S. A., 2010.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco and CARVALHO, Priscila D. **Amazônia indígena: conquistas e desafios**. *Estud. av.* [online]. 2005, vol.19, n.53, pp. 237-255. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24091.pdf>> Acesso em: 03 set. 2010.

HELD, David. MCGREW, Antony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. MCGREW, Antony. **Governing Globalization: power, authorith and global governance**. Cambridge. Polity Press, 2002.

\_\_\_\_\_. et al. **Global Transformations: politics, economics and culture**. Standford University Press. Standford, California, 1999.

HERZ, Mônica. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. **Dados** [online]. 1997,

v. 40, n. 2. ISSN 0011-5258. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200006&script=sci_arttext)> Acesso em 15 jul. 2008.

HOFFMANN, Maria Barroso. **Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação**: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. Rio de Janeiro: UFPJ/PPGAS, Museu Nacional, 2008. 344f

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ed. Ática, 1994. Série Temas, vol. 39, col. Política e sociedade.

HURRELL, Andrew. KINGSBURY, Benedict. **The international Politics of the environment: actors, interests, and institutions**. New York. Oxford University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. Brasil y la tormenta que se avecina. Disponível em: <[www.labmundo.org/Files/esphurrell.pdf](http://www.labmundo.org/Files/esphurrell.pdf).> Acesso em: 20 set. 2009.

IANNI, Octávio. **A sociedade Global**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

INOUE, Cristina Yumie Aoki. **Regime Global de Biodiversidade**: o caso Mamirauá. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ - IDSM. **Relatório anual do contrato de gestão celebrado entre o MCT e o IDSM-OS**: exercício de 2009, Parte I. Tefé/AM, fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.mamiraua.org.br/pagina.aspx?cod=107>.> Acesso em: 20 abr. 2011.

IUCN, Estatutos (del 5 de octubre de 1948, revisados el 22 de octubre de 1996 y últimamente enmendados el 13 de octubre de 2008) y **Reglamento. 2010**. Disponível em: <[http://cmsdata.iucn.org/downloads/statutes\\_sp.pdf](http://cmsdata.iucn.org/downloads/statutes_sp.pdf).> Acesso em: 08 fev. 2011.

IUCN, Programme 2013-2016 in Brasil. **IUCN Brazilian Office**. Brasília – DF. February/2011.

JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas, 2003. Disponível em: <[www.ufmt.br/.../jacobi\\_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf](http://www.ufmt.br/.../jacobi_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf).> Acesso em: 05 ago. 2009

JENKINS, Clinton N.; JOPPA, Lucas. **Expansion of the global terrestrial protected area system**, 2009. Disponível em: <[http://www.portalces.org/component/option,com\\_sobi2/sobi2Task,sobi2Details/sobi2Id,912/Itemid,76/lang,spanish](http://www.portalces.org/component/option,com_sobi2/sobi2Task,sobi2Details/sobi2Id,912/Itemid,76/lang,spanish).> Acesso em: 18 jun. 2009.

JERVIS, Robert. Realism, Neoliberalismo, and Cooperation: Understanding the Debate. In.: ELMAN, Colin & ELMAN, Miriam F. **Progress in International Relations Theory**: Appraising the field. Cambridge: BCSIA, 2003. pp. 277-309.

KECK, Margaret E. E SIKKINK, Kathryn. "Chapter 1: Transnational advocacy networks. In: **International politics**: Introduction". *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. New York: Cornell University Press©, 1998, p.1-38.

KELLNER, Douglas. **Habermas, the Public Sphere, and Democracy: a critical intervention.** 2000.

Disponível em: < [www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner](http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner).> Acesso em: 20 jan. 2011

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (Ensino Superior).

KEOHANE, Robert O. **Después de la Hegemonía:** cooperación y discordia en la política econômica mundial. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano S.R.L., 1988.

\_\_\_\_\_; MARTIN, Lisa L. Institutional Theory as a Research Program. In.: ELMAN, Colin & ELMAN, Miriam F. **Progress in International Relations Theory: Apraising the field.** Cambridge: BCSIA, 2003. p. 71-107.

\_\_\_\_\_; NYE, J. S. **Globalization: What's New? What's Not? (And So What?).** Foreign Policy no. 119, 2000. p. 104-119. Disponível em: <<http://www.foreignpolicy.com/Issue119PDFs/104-119keohanenye.pdf>.> Acesso em: 20.04.2008.

KRASNER, Stephen D. **Structural Causes and Regime Consequences:** Regimes as Intervening Variables. In: International organization, Vol. 36, No. 2, International Regimes (Spring, 1982), 185-205.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo:** o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco/Fundação Alexandre Gusmão, 2006, 276p.

LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens. (orgs). **A era FHC um balanço.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável:** as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

LIMA, Deborah e POZZOBON, Jorge. **Amazônia socioambiental:** sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estud. av.* [online]. 2005, vol.19, n.54, pp. 45-76. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142005000200004.

LITTLE, Paul E. Os desafios da política ambiental no Brasil. In: **Políticas Ambientais no Brasil:** análises, instrumentos e experiências. Paul E. Little (org). São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003.

\_\_\_\_\_.Ambientalismo e Amazônia: encontros e desencontros. In: **Amazônia:** cenas e cenários. Sayago, Tourrant e Burgsztytyn (org.). Brasília: Universidade de Brasília, 2004, p. 321 a 344.

LOURENÇO, José Seixas. **Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal.** Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996. 32 p. (Série meio ambiente em debate; n. 8)

MELO, Carlos Alberto Furtado de. **O Governo Lula e o Sistema Político: inércia econômica, ativismo social e inação política: avaliando e buscando hipóteses.** Disponível em: <[lasa.international.pitt.edu/.../lasa2009/.../MeloCarlosAlbertoFutadode.pdf](http://lasa.international.pitt.edu/.../lasa2009/.../MeloCarlosAlbertoFutadode.pdf)> Acesso em: 30 set. 2009.

MEYER, David. STAGGENBORG, Suzanne. Movements, Countermovements, and the Structure of Political Opportunity. **The American Journal of Sociology**, Vol. 101, No. 6 (May, 1996), 1628-1660.

MOREIRA, Frei Gilmar. **Comunidades Eclesiais de Base – CEBs: Um jeito muito antigo de participar com fé, politicamente.** Rápida memória e 4<sup>o</sup> Encontro Mineiro das CEBs – o ONZINHO, 2004. Disponível em: <<http://www.igrejadocarmo.com.br/textosgilvander/CEBs%20Gilvander%20sobre%20o%20ONZINHO.htm>> Acesso em: 04 set. 2010.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.** Tra. de Oswaldo Biato. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. (Clássicos IPRI)

MOTA, Carlos Guilherme. (org). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação.** São Paulo: Editora SENAC, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. **Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas.** Nações Unidas-CEPAL/Governo do Amazonas-SDS/GTZ. Santiago, Chile: Nações Unidas, junho de 2007.

NASCIMENTO, Sabrina *et al.* Legitimidade nas Organizações Não-Governamentais voltadas à preservação ambiental. **Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 123-139, jan./abr., 211. Disponível em <<http://www.revistargsa.org/ojs/index.php/rgsa/article/viewFile/123-139/pdf>> Acesso em: 12 mai. 2011.

NASCIMENTO, Izaura Rodrigues. **A estadualização das políticas ambientais no Amazonas.** Manaus: UFAM, 2000. Dissertação de Mestrado. PPGCASA/CCA/UFAM. Manaus, 2000.

NEALE *et al.* **Preparing a case study: a guide for designing and conducting a case study for evaluation input.** Pathfinder International: May 2006. Pathfinder International Tool Series: Monitorng and Evaluation – 1. Disponível em <[http://www.pathfind.org/site/DocServer/m\\_e\\_tool\\_series\\_case\\_study.pdf](http://www.pathfind.org/site/DocServer/m_e_tool_series_case_study.pdf)> Acesso em: 10 mai. 2008.

NEVES, Delma Pessanha. **O MEB - Movimento de Educação de Base, a organização comunitária e a preservação ambiental.** VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural/2009. Disponível em: < [www.alasru.org/.../08%20GT%20Delma%20P.%20Neves.pdf](http://www.alasru.org/.../08%20GT%20Delma%20P.%20Neves.pdf)> Acesso em: 15 ago. 2010.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

O'DONNELL, Guillermo et al. **O Estado autoritário e movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos latino-americanos; v. 14).

OTCA. **Perspectivas do meio ambiente na Amazônia: geo-Amazônia**. OTCA/PNUMA/CIUP, 2008.

**OUR GLOBAL Neighborhood**: Report of the Commission on Global Governance. A new world. Oxford University Press, 1995 chapter one. Disponível em <<http://www.sovereignty.net/p/gov/chap1.htm>> Acesso em: 09 ago. 2007.

PEREIRA, Heloísa Corrêa; FARIA, Ivani Ferreira. **Governança Democrática e Criação de Unidades de Conservação no Amazonas**. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, Maio de 2010. Disponível em: <[www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema2/heloisa](http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema2/heloisa)> Acesso em: 26 ago.2010.

POCHMANN, Marcio. **American way of life em xeque**. Disponível em:<[www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/pochmann301008\\_format.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/pochmann301008_format.pdf)> Acesso em: 29 set. 2009.

PRINCEN, Thomas. FINGER, Matthias. **Environmental NGOs in World Politics: linking the local and the global**. London: Routledge (1994).

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. (Coleção Antropologia).

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. **Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente**. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>. Acesso em 24.10.10.

RIO NEGRO SOCIOAMBIENTAL. **Boletim de notícias sobre a região do Rio Negro (AM)**. Instituto Socioambiental, no. 2. dez/2009.

RISSE-KAPPEN, Thomas. Transnacional actors and world politics. In: Held, D. & McGrew. **The global transformation reader**. New York: Oxford University Press, 2002, p. 255-274.

\_\_\_\_\_. Bringing Transnational Relations Back in: introduction. In: **Bringing transnational relations back in: non-state actors, domestic structure and international institutions**. Cambridge University Press, 1995.

ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. (Orgs). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

\_\_\_\_\_. “Justifying jailbreaks: the limits of contemporary concepts and Methods”. In: **Turbulence in world politics: a theory of change and continuity**. Princeton: Princeton University Press, 1990 cap. 2, pp. 21-44.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. Editora Best Seller, 1999. Disponível em <<http://introducaoeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>> Acesso em 11 de julho de 2011.

SANTILLI, Márcio e Moutinho, Paulo. “O desmatamento na Amazônia e a efetividade do Protocolo de Quioto.” **Ciência&Ambiente**, 32, 2006, p. 61-71.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005. 303p.

SARAGOUSSI, Muriel. **Relatório de viagem – Rio+10**. Disponível em [http://www.fboms.org.br/files/sociobiodiversidade/doc\\_1.htm](http://www.fboms.org.br/files/sociobiodiversidade/doc_1.htm). Acesso em 20.10.2010

SAUER, Sérgio. ALMEIDA, Wellington. (Orgs). **Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

SAYAGO, Doris *et al* (org). **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes**, Outubro de 2003. Disponível em: <[www.npms.ufsc.br/wpapers/Ilse.doc](http://www.npms.ufsc.br/wpapers/Ilse.doc)> Acesso em: 20. jun 2010.

\_\_\_\_\_. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SENADO FEDERAL (Brasil). **Agenda 21**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

SIKKINK, K. “Human Rights, Principled Issue-Networks, and Sovereignty in Latin America”. In: **International Organization**, 47, 3, Summer 1993. pp. 411-441

\_\_\_\_\_; KECK, Margaret E. **Transnational advocacy networks in international and regional politics**. Unesco, 1999. Disponível em: <[http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic446176.files/Week\\_7/Keck\\_and\\_Sikkink\\_Transnational\\_Advocacy.pdf](http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic446176.files/Week_7/Keck_and_Sikkink_Transnational_Advocacy.pdf)> Acesso em: 29 mai. 2011

SILVA, Carlos Alberto Franco da. **A geografia política do agronegócio da soja na Amazônia**. Outubro de 2010. Disponível em <http://sites.google.com/site/organizaodaespaço/anais> . Acesso em 20.07.2011.

SOARES, Ana Paulina Aguiar. A guerra do peixe: Janauacá, conflitos e territorialidades nas águas. In: **Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente**. Scherer, Elenise. Aldemir, José (Orgs.). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 116-141.

SOUZA, Márcio. **O empate contra Chico Mendes**. 2. ed. São Paulo: Marco Zero, 1990.

TAMAYO, Arturo Borja. (compilador). **Interdependência, cooperación y globalismo: ensayos escogidos de Robert O. Keohane**. Centro de Investigación y Docencia Económica A. C./2005. México.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VALENTE, Renata Curcio. **Acordos, projetos e programas**: uma abordagem antropológica das práticas e saberes administrativos da GTZ no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2007.

VARGAS BONILLA, Melvy A. “Migración y expansión agrícola en la Amazonía Boliviana.” In: Aragón, Luis E. (Org.) **População e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém; NAEA, 2007, p. 201-216.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 2001.

VILLA, Rafael Duarte. CASTRO, Vladimir Aguilar. Políticas e atores não-estatais nas relações internacionais: o caso das organizações ambientais na América Latina. In: CARVALHO, Leonardo Arquimino de (Coord.) **Geopolítica e Relações Internacionais**, 7ª. Tiragem. Curitiba: Juruá, 2008.

VIOLA, Eduardo. **A globalização da política ambiental no Brasil**, 1990-1998. Disponível em: <[bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Viola.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Viola.pdf)>. Acesso em 19.05.2008.

VIOLA, Eduardo. Impasses perspectivas da negociação climática global e mudanças na posição brasileira. **Breves CINDES**, nº 30. Março de 2010.

WALTZ, K. N. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

\_\_\_\_\_. **O homem, o estado e a guerra**: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WEBER, Max. A política como vocação. In: **Ensaio de sociologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982 p. 97-153. (Biblioteca de Ciências Sociais).

WEISS, Joseph S. **Experiência comparada com fundos socioambientais na Amazônia, no Brasil e no exterior**, 2001. Disponível em:

< [www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/iv\\_en/plenaria/3.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/iv_en/plenaria/3.pdf)> Acesso em : 06 jun. 2009.

WILLETTS, Peter. **Non-Governmental Organizations in World Politics**: the construction of global governance. (Routledge global institutions, 49). New York, Routledge, 2011.

WITKOSKI, A. C. *et al.* As unidades de Conservação no Amazonas: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus. In: **Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente**. Elenise Scherer, José Aldemir de Oliveira (orgs.). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 82 a 115.

YOUNG, Oran R. Rights, Rules, and Resources in World Affairs . In: \_\_\_\_\_. **Global governance**: drawing insights from the Environmental Experience. Massachusetts of Technology, 1997, p. 1-23.

\_\_\_\_\_. “Global Governance: Toward a Theory of Decentralized World Order”. In: **Global**

**governance**: Drawing Insights from the Environmental Experience. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1997, p. 273-299.

ZHOURI, Andréa. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultado. In: **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan./jun. 2006, p. 139-169.

ZHOURI, Andréa. Introdução. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p 7-11.

\_\_\_\_\_. Árvores e gente no ativismo transnacional: as dimensões social e ambiental na perspectiva dos campaigners britânicos pela floresta Amazônica. In: **Revista de antropologia**, São Paulo, USP, 2001, V. 44 n° 1.p. 9-52.

### SÍTIOS CONSULTADOS

[www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)  
[www.aliandaterra.org.br](http://www.aliandaterra.org.br)  
[www.amazonteam.org](http://www.amazonteam.org)  
[www.amigosdopeixe-boi.org.br](http://www.amigosdopeixe-boi.org.br)  
[www.araregional.ning.com](http://www.araregional.ning.com)  
[www.avive.org.br](http://www.avive.org.br)  
[www.comissao.amazonianet.org.br](http://www.comissao.amazonianet.org.br)  
[www.conservation.org.br/](http://www.conservation.org.br/)  
[www.conservation-strategy.org/](http://www.conservation-strategy.org/)  
[www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br)  
[www.ecolista.com.br](http://www.ecolista.com.br)  
[www.edf.org/home.cfm](http://www.edf.org/home.cfm)  
[www.equipe.org.br](http://www.equipe.org.br)  
[www.fam-na-am.com.br](http://www.fam-na-am.com.br)  
[www.fboms.org.br](http://www.fboms.org.br)  
[www.florestavivaextrativismo.org.br](http://www.florestavivaextrativismo.org.br)  
[www.fordfoundation.org](http://www.fordfoundation.org)  
[www.fundoamazonia.gov.br](http://www.fundoamazonia.gov.br)  
[www.fva.org.br](http://www.fva.org.br)  
[www.gife.org.br](http://www.gife.org.br)  
[www.iamazonia.org.br](http://www.iamazonia.org.br)  
[www.idesam.org.br](http://www.idesam.org.br)  
[www.iieb.org.br/](http://www.iieb.org.br/)  
[www.imaflora.org.br](http://www.imaflora.org.br)  
[www.institutoitec.org.br](http://www.institutoitec.org.br)  
[www.institutopiatam.org.br](http://www.institutopiatam.org.br)  
[www.ipaam.am.gov.br](http://www.ipaam.am.gov.br)  
[www.ipdaam.org](http://www.ipdaam.org)  
[www.ipe.org.br](http://www.ipe.org.br)  
[www.ipram.org.br](http://www.ipram.org.br)  
[www.iucn.org](http://www.iucn.org)  
[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)  
[www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cnea.cfm](http://www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cnea.cfm)

[www.moore.org](http://www.moore.org)  
[www.newforests.com.au](http://www.newforests.com.au)  
[www.oeb.harvard.edu](http://www.oeb.harvard.edu)  
[www.oela.org.br](http://www.oela.org.br)  
[www.otca.info/portal/index.php?p=index](http://www.otca.info/portal/index.php?p=index)  
[www.research.ufl.edu/research/](http://www.research.ufl.edu/research/)  
[www.sds.am.gov.br](http://www.sds.am.gov.br)  
[www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)  
[www.wcs.org](http://www.wcs.org)  
[www.whrc.org.](http://www.whrc.org)

## **ANEXOS**

**ANEXO - A**  
**LISTA DOS ENTREVISTADOS**

<b>NOME</b>	<b>ORGANIZAÇÕES</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>DATA/LOCAL DA ENTREVISTA</b>
1. Carlos César Durigan	Fundação Vitória Amazônica (FVA)	Coordenador Executivo	17.11.2010 – Sede da FVA, Manaus
2. Yara Camargo	FVA	Coordenadora do Programa de Políticas Públicas	30.11.2010 – Sede da FVA, Manaus
3. Jone César Fernandes Silva	Associação dos Amigos do Peixe-Boi (AMPA)	Diretor Executivo	03.12.2010 – Sede da AMPA, dependências do Laboratório de Mamíferos Aquáticos/INPA, Manaus
4. Vera Maria Ferreira da Silva	AMPA	Ex-diretora da AMPA, chefe do Laboratório de Mamíferos Aquáticos/INPA	09.12.2010 – Laboratório de Mamíferos Aquáticos/INPA, Manaus
5. Iranildo Cursinho Siqueira	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA)	Presidente	09.12.2010 – Sede do IPDA, Manaus
6. Marco Antônio Vaz de Lima	Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	Coordenador Geral de Projetos no Amazonas	18.06.2011 – Residência, Manaus
7. Vicente Neves	Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC)	Diretor Executivo	20.06.11 – Escola Estadual Marcantônio Vilaça, Manaus.
8. Rubens Gomes	Rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)	Presidente	21.06.11 – Residência, Manaus
9. João Batista Tezza Neto	Fundação Amazônia Sustentável (FAS)	Superintendente Técnico Científico	29.06.11 – Sede da FAS, Manaus
10. Luiza Lima	FAS	Analista de Projetos	13.07.11 – Sede da FAS, Manaus
11. Mariana Nogueira Pavan	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM)	Coordenadora do Programa Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais	14.07.11 – Sede do IDESAM
12. Cláudia Pereira de Deus	Instituto Piagaçu-Purus (IPI)	Presidente	25.07.11 – Coordenação de Pesquisa em Biologia Aquática (CPBA)/INPA, Manaus
13. Paul Elliott Little	Fundação Gordon e Betty Moore	Administrador de Programas da Iniciativa Andes-Amazônia	25.08.11 - Entrevista por Skype
14. Jean-Daniel Vallotton – diretor executivo	Fundação Almerinda Malaquias	Diretor Executivo	16.09.11 – Entrevista por e-mail

## ANEXO - B

### ROTEIRO DAS ENTREVISTAS<sup>305</sup>

- Trajetória profissional e função atual na organização;
- Data e história da criação da organização;
- Perfil da organização (ambientalista, tipo de ambientalismo);
- Programas/Projetos/atividades desenvolvidas;
- Equipe envolvida (quantidade de pessoas/qualificação);
- Parcerias (locais, nacionais, internacionais);
- Financiadores (Recursos nacionais e internacionais, indução a projetos ou a atividades específicas);
- Trabalho e/ou participação em rede (discriminação das redes, importância).
- Participação em conselhos e fóruns sobre meio ambiente.

---

<sup>305</sup> A entrevista com Paul Little não se seguiu esse roteiro. A entrevista teve o objetivo de compreender a atuação da Fundação Gordon e Betty Moore (proposta de mudança, seleção das parcerias, forma de acompanhamento dos projetos).

## ANEXO - C

**QUADRO 9. INSTITUIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS QUE DESENVOLVEM PROJETOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E NA BACIA AMAZÔNICA, APOIADOS PELA FUNDAÇÃO GORDON E BETTY MOORE<sup>306</sup>**

Região	Instituição <sup>307</sup>	Data da aprovação/ duração/valor	Projeto/objetivo
Amazônia brasileira	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Out 2008, 14 meses \$ 170.259,00	Capacitação para a conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira: financiamento complementar a projeto anterior referente a cursos de graduação e profissionalizantes nas áreas de Direito Ambiental, Ferramentas Econômicas para a Conservação, Comunicação e Meio Ambiente.
Amazônia Brasileira	IEB	Dez 2004, 60 meses \$ 3.496.000,00	Capacitação para a conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira: melhorar o planejamento, implementação e gestão da conservação por meio de publicação de livros, concessão de bolsas de estudos para a formação de especialistas, mestres e doutores.
Bacia Amazônica	IEB	Jun 2010, 15 meses \$263.425,00	Seminário de mapeamento e zoneamento participativo: desenvolver metodologias e divulgar resultados para a formulação de políticas de gestão florestal
Bacia Amazônica	CSF - Fundo Estratégico de Conservação (Conservation Strategy Fund - CSF)	Ago 2010, 12 meses \$ 566.953,00	Plano de conservação da fronteira: atividades adicionais em apoio ao desenvolvimento de abordagem racional para conservação e desenvolvimento socioeconômico em regiões estratégicas da Bacia Amazônica.
Bacia Amazônica	CSF	Jun 2007, 36 meses \$ 1.518.850,00	Plano de conservação da fronteira: Apoio a consórcio para desenvolver abordagem racional para conservação e desenvolvimento econômico do corredor da rodovia BR-319 e da Rodovia Transoceânica – região de Madre de Dios-Peru, Acre-Brasil, Pando-Bolívia (MAP). Integrado a um projeto de 5 anos financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), parte da Iniciativa de Conservação da Bacia Amazônica.
Amazônia brasileira	CSF	Set 2006, 06 meses \$ 80.000,00	Plano de conservação da fronteira (primeiro ano de extensão): continuação de apoio a análise econômica e política de áreas protegidas e desenvolvimento de infraestrutura em áreas sensíveis da Amazônia.

<sup>306</sup> A Bacia Amazônica na Iniciativa Andes-Amazônia inclui a encosta oriental dos Andes e da floresta contígua que se estende para o norte do Brasil através da Guiana e da drenagem Orinoco na Venezuela, sendo que, neste quadro, foram incluídos os projetos previstos para serem desenvolvidos exclusivamente na região da Amazônia brasileira e na região da Bacia Amazônica que incluem também a Amazônia brasileira. Neste quadro, não estão relacionados os projetos discriminados por estado, no sítio da organização. Tais projetos estão relacionados Anexo 4.

<sup>307</sup> Informações sobre as instituições beneficiárias constam no Anexo 5.

Bacia Amazônica	Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem (Wildlife Conservation Society – WCS)	Out 2010, 10 meses \$ 1.414.150,00	Conservação de paisagens na Amazônia: gerenciamento de áreas de conservação da Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e Brasil; finalizar planos de gestão, capacitar comunidades locais para geri-los.
Bacia Amazônica	WCS	Out 2009, 14 meses \$ 1.824.482,00	Conservação de paisagens na Amazônia: concluir etapas essenciais para gestão eficaz de áreas de conservação na Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e Brasil; desenvolver plano de negócios e planos de financiamento sustentável para áreas protegidas.
Bacia Amazônica	WCS	Jul 2006, 36 meses \$ 7.681.000,00	Proteção da Biodiversidade e Consolidação de áreas protegidas no Peru, Brasil, Equador, Bolívia e Venezuela: conservação de 7 áreas protegidas, incluindo a Anamá e Piagaçu-Purus no Brasil; Yavarí-Miri no Peru; Madidi e Kaakya na Bolívia; Parque Nacional Yasuní no Equador e o estabelecimento do Vale Yavari, na Venezuela.
Amazônia brasileira	Nova Floresta (New Forest Advisory -NF)	Ago 2010, 12 meses \$ 566.953,00	Projetando serviços e produtos do ecossistema: apoio a projetos e incentivo ao mercado de conservação para proprietários privados na Amazônia.
Amazônia Brasileira	Woods Hole Research Center (WHRC)	Jan 2010, 36 meses \$ 2.883.150,00	Apoiar a adoção de estratégias de baixas emissões de carbono no uso da terra no Brasil: apoio ao governo nacional a recentes compromissos do Brasil nas negociações climáticas da ONU
Bacia Amazônica	WHRC	Out 2008, 24 meses \$ 2.007.879,00	Fogo, uso da terra e a savanização da floresta amazônica sazonalmente seca: estudo sobre a suscetibilidade da Amazônia aos processos de savanização da floresta e suas alterações no clima, nutrientes do solo, fluxos de carbono e hidrologia.
Amazônia brasileira	WHRC	Ago 2008, 36 meses \$ 1.195.319,00	Um sistema de co-gestão regional para a conservação da biodiversidade e gestão sustentável dos ecossistemas de várzea regional envolvendo comunidades locais e outros intervenientes, em colaboração com estados, municípios e órgãos do governo federal.
Bacia Amazônica	WHRC	Nov 2005, 36 meses \$ 2.883.150,00	Cenários Amazônicos II: conservação da biodiversidade em larga escala em três regiões da Amazônia brasileira
Amazônia brasileira (PA)	Fundo de Defesa Ambiental (Environmental Defense Fund - EDF)	Set 2009, 8 meses \$ 802.552,00	Conservação do Grande Complexo Xingu (Fase III): apoio a associações indígenas e comunidades para manter a fronteira do parque e estabelecer mercados para produtos florestais não madeireiros. Consórcio entre o Fundo de Defesa Ambiental, o Instituto Socioambiental e a Associação Floresta Protegida.
Amazônia Brasileira	Aliança da Terra (AT)	Set 2009, 25 meses \$ 1.532.212,00	Incentivo à conservação e à produção sustentável em áreas privadas no Brasil: incentivo à boa gestão florestal na Amazônia brasileira, constituição de brigada voluntária contra incêndio, promover o pagamento por serviços ambientais.

Amazônia Brasileira	WWF <sup>308</sup>	Nov 2008, 24 meses \$ 225.000,00	Grupo de Trabalho para o imposto de renda ecológico: elaborar uma proposta de projeto para a isenção de imposto de renda nas contribuições de indivíduos e corporações em projetos qualificados como ambientais financiados por fundos nacionais e estaduais de meio ambiente e por organizações não-governamentais.
Bacia Amazônica	WWF	Mar 2008, 25 meses \$ 404.336,00	Definindo critérios para a criação de áreas protegidas na Amazônia: continuação da coleta de dados sobre número de espécies indicadoras de habitats importantes com grandes ou complexas necessidades para fazer avançar a justificação científica de áreas protegidas e conservação da paisagem na Amazônia.
Bacia Amazôn	WWF	Jan 2008, 3 meses, \$ 466.433,00	Iniciativa cabeceiras na Amazônia: financiamento suplementar para conservar as nascentes regiões do sudoeste Amazônico e investir em pesquisas estratégicas.
Amazônia Brasileira	WWF	Jan 2007, 24 meses \$ 7.168.000,00	Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) II: fortalecimento das áreas protegidas e criação de novas áreas na Amazônia.
Bacia Amazônica	WWF	Nov 2004, 36 meses \$ 15.407.000,00	Iniciativa amazônica para a conservação das nascentes (Fase II): proteção e gestão do no Bloco Iténez-Mamoré (Bolívia) e da Amazônia Bloco Sul (Peru, Bolívia, Brasil), ampliação da intervenção política e ampliação da capacidade científica.
Amazônia Brasileira	WWF	Ago 2002, 48 meses \$ 15.581.000,00	Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA): criação, implementação e gestão de 14 áreas reservas de uso sustentável.
Bacia Amazônica	HU/DOEB Universidade de Havard <sup>309</sup>	Nov 2008, 36 meses \$ 2.013.724,00	Interações entre clima, florestas e Uso da Terra na Bacia Amazônica: Modelagem de atenuantes da savanização em larga escala. Avaliação global e desenvolvimento da capacidade de previsão de como as mudanças do clima afetará a dinâmica de composição, estrutura e funcionamento dos ecossistemas amazônicos no próximo século.
Bacia Amazônica	Equipe de Conservação da Amazônia (Amazon Conservation Team - ACT)	Jun 2008, 39 meses \$ 2.278.865,00	Criação de área protegida e uma gestão eficaz do Sul Suriname/Norte do Brasil: apoio ao governo do Suriname na implementação dos direitos indígenas e demarcação de terras indígenas.
Bacia Amazônica	ACT	Out 2005, 36 meses \$ 1.538.000,00	Proteção de terras indígenas no Suriname e no Brasil: para enfrentamento das ameaças às terras dos índios Tirió no Suriname e no Brasil.
Bacia Amazônica	ACT	Ago 2003, 24 meses \$ 837.000,00	Conservação da biodiversidade na fronteira Suriname-Brasil: apoio à conservação e planos de manejo para a região do Tumucumaque; planejamento e implementação da conservação das terras dos índios Tirió, que incluiu a criação de postos de guarda e de banco de dados regionais.

<sup>308</sup> A WWF era conhecida como Fundo Mundial para a Natureza (World Wildlife Fund), agora apenas se identifica como WWF.

<sup>309</sup> Departamento de Biologia Evolutiva e do Organismo da Universidade de Havard ( Havard University, Department of Organismic and Evolutionary Biology – HU/DOEB).

Bacia Amazônica	ACT	Out 2001, 12 meses \$ 407.100,00	Conservação da biodiversidade no nordeste amazônico: projetado para conservar a biodiversidade e as culturas indígenas na região do Tumucumaque.
Bacia Amazônica	UF/DSR – Universidade da Flórida <sup>310</sup>	Nov 2007, 60 meses \$ 2.157.340,00	Iniciativa Liderança para a Conservação da Amazônia (Fase II): apoio à consolidação de seis programas de pós-graduação em direito ambiental, conservação, desenvolvimento sustentável e gestão de áreas protegidas de três universidades regionais da Amazônia brasileira; apoio à gestão de áreas protegidas na região do MAP (compreende as cidades de Madre de Dios-Peru, Pando-Bolívia e Acre-Brasil).
Bacia Amazônica	UF/DSR	Jul 2004, 36 meses \$ 2.397.410,00	Conservação da biodiversidade aquática da Amazônia: apoio à equipe científica para a conservação da biodiversidade aquática (cientistas norte-americanos, brasileiros e peruanos); elaboração de plano de manejo; publicações sobre biodiversidade.
Bacia Amazônica	OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica	Ago 2006, 36 meses \$ 2.136.000,00	Construção de estratégias na bacia amazônica: apoio ao desenvolvimento de estratégias regionais para a gestão sustentável da floresta, povos indígenas e a conservação da biodiversidade; estabelecer mecanismo de coordenação regional.

Fonte: Organizado pela autora com base em informações disponibilizadas em <http://www.moore.org/grants-awarded.aspx>, organizadas pela autora.

<sup>310</sup> Divisão de Pesquisa Patrocinada (University of Florida/Division of Sponsored Research)

## ANEXO - D

**QUADRO 10. INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS QUE ATUAM NA AMAZÔNIA BRASILEIRA – APENAS OS PROJETOS DISCRIMINADOS POR ESTADO<sup>311</sup> - APOIADOS PELA FUNDAÇÃO GORDON E BETTY MOORE**

ESTADO	INSTITUIÇÃO <sup>312</sup>	DATA DA APROVAÇÃO/ DURAÇÃO/ VALOR \$	PROJETO/OBJETIVO
PA	IMAZON	Ago 2010, 13 meses \$ 1.151.027,00	Governança para a redução do desmatamento: monitorar os impactos das políticas do setor agropecuário, monitoramento e controle do desmatamento em áreas protegidas.
PA	IMAZON	Mai 2007, 36 meses \$ 3.373.492,00	Consolidação de Florestas Estaduais e monitoramento de áreas protegidas: o monitoramento se refere ao desmatamento.
PA	IMAZON	Jun 2004, 36 meses \$ 2.190.000,00	Conservação de Florestas: criar e gerenciar áreas de manejo florestal sustentável (Apoio ao Programa Nacional de Florestas)
PA	IPAM	Jul 2010, 36 meses \$ 822.044,00	Famílias da Floresta I: projeto de manejo florestal comunitário, demonstração de co-gestão entre comunidades, governo e a indústria madeireira.
PA	IFT	Jul 2010, 9 meses \$ 594.649,00	Redução do impacto da exploração florestal: estabelecimento de práticas de exploração florestal de impacto reduzido.
PA	IFT	Mai 2010, 15 meses \$ 1.471.414,00	Famílias da Floresta II: projeto de silvicultura
PA	IFT	Ago 2007, 36 meses \$ 2.122.947,00	Manejo florestal sustentável no Brasil: eventos de extensão e pesquisa de gestão florestal sustentável. Apoio ao Serviço Florestal Brasileiro
RR	ISA	Dez 2009, 14 meses \$ 95.534,00	Avaliação socioambiental: para o uso racional do solo e o planejamento de política pública de desenvolvimento sustentável.
AM	ISA	Ago 2007, 36 meses \$ 4.706.736,00	Consolidação de áreas protegidas na Amazônia brasileira: desenvolver e implementar gestão integrada de recursos e planos de atividade produtiva em Terras Indígenas do Alto Rio Negro.
AM	ISA	Ago 2005, 7 meses \$ 207.960,00	Banco de dados para o monitoramento de áreas protegidas: fortalecer a gestão da biodiversidade e dos recursos naturais do rio Negro na Amazônia brasileira.

<sup>311</sup> A Amazônia brasileira, tendo como referência o critério administrativo, compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e parte do Maranhão, perfazendo uma área em torno de 5 milhões de Km<sup>2</sup>. In: OTCA, 2008.

<sup>312</sup> As instituições/organizações estão identificadas pelas siglas às quais correspondem as seguintes instituições: Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Floresta Tropical (IFT), Instituto Socioambiental (ISA), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Acre (UFAC), Fundação Djalma Batista (FDB) (atualmente denominada Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera com a mesma sigla) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), Fundação Vitória Amazônica (FVA).

AM	FDB	Mai 2008, 32 meses \$3.471.059,00	Construindo uma rede de conservação em larga escala no estado do Amazonas: doação para duas instituições parceiras, a FDB e a SDS para melhorar o Sistema de áreas protegidas do Estado e criar 10 novas áreas.
AM	FDB	Nov 2004, 36 meses \$2.060.000,00	Construindo uma rede de conservação em larga escala no estado do Amazonas: doação para duas instituições parceiras, a FDB e a SDS para melhorar o Sistema de áreas protegidas do Estado e criar 06 novas áreas.
AM	FVA	Abr. 2008, 35 meses \$2.001.351,00	Conservação da Bacia do rio Negro: Gestão de áreas protegidas no baixo e médio rio Negro (Reserva Extrativista do rio Unini, Parque Estadual do Rio Negro – Norte, Parque Nacional do Jaú e Parque Estadual da Serra do Aracá).
AM	FVA	Jul 2004, 36 meses \$865.000,00	Conservação da Bacia do rio Negro: Melhorar o estado de conservação de áreas Protegidas no rio Negro, implementar a Reserva Extrativista do rio Unini, elaborar planos de gestão para o Parque Estadual do Rio Negro – Norte e Parque Estadual da Serra do Aracá, atualizar e implementar o plano de manejo do Parque Nacional do Jaú.
AM	SDS	Nov 2004, 36 meses \$ 1.820.000,00	Construindo uma rede de conservação em larga escala no estado do Amazonas: doação para duas instituições parceiras, a FDB e a SDS para melhorar o Sistema de áreas protegidas do estado e criar 06 novas áreas.
MT e AC	Fundação de Apoio UFMT	Ago 2008, 36 meses \$ 140.247,00	Aplicação da legislação ambiental na Amazônia brasileira: curso de especialização em Direito Agro-Ambiental à distância; treinamento a líderes comunitários e conselheiros de meio ambiente.
AC	Fundação Bioma (UFAC)	Jul 2008, 39 meses \$ 251.519,00	Apoio à pesquisa em dois programas sobre a gestão eficaz das áreas protegidas na Fronteira MAP (Madre de Dios-Peru, Acre-Brasil, Pando-Bolivia)

Fonte: Organizado pela autora com base em informações disponibilizadas em <http://www.moore.org/grants-awarded.aspx>.

## ANEXO - E

**QUADRO 11. ORGANIZAÇÕES BENEFICIADAS PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS NA AMAZÔNIA (INCLUSIVE A BRASILEIRA) CONSTANTES NO ANEXO 03 POR SUA CRIAÇÃO/OBJETIVO OU MISSÃO/RAIO DE ATUAÇÃO<sup>313</sup>**

ORGANIZAÇÃO	CRIAÇÃO/OBJETIVO OU MISSÃO/SÍTIO	SEDE/NÍVEL DE ATUAÇÃO/ESCRITÓRIO NO BRASIL/NA AMAZÔNIA
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	1998, com a missão de capacitar, incentivar a formação, gerar e disseminar conhecimentos e fortalecer a articulação de atores sociais para construir uma sociedade sustentável. <a href="http://www.iieb.org.br/">http://www.iieb.org.br/</a>	Sede no Brasil, escritórios em Belém (PA) e nos municípios Manicoré, Lábrea e Humaitá (AM). Atua na Amazônia brasileira.
Fundo Estratégico de Conservação (Conservation Strategy Fund - CSF)	1998, com a missão de ensinar as organizações ambientais ao redor do mundo a usar a economia e análise estratégica para a conservação da natureza. <a href="http://conservation-strategy.org/">http://conservation-strategy.org/</a>	Sede nos Estados Unidos e escritório no Brasil. Atuação nas Américas e na África.
Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem (Wildlife Conservation Society – WCS)	1895, sua missão é conservar a fauna silvestre e os ecossistemas, abordando problemas críticos por meio do desenvolvimento e aplicação de soluções científicas inovadoras e baseadas em pesquisas de campo. <a href="http://www.wcs.org">http://www.wcs.org</a> <sup>314</sup>	Sede em Nova Iorque. Desenvolve projetos nos quatro continentes, atuando em mais de 50 países, possui escritório no Brasil.
Nova Floresta (New Forests – NF)	Empresa criada em 2005, gerencia toda a cadeia de serviços de investimento, de gestão de fundos e de estratégia de portfólio a supervisão operacional dos ativos e ecológico do produto florestal. <a href="http://www.newforests.com.au/about/about.php">http://www.newforests.com.au/about/about.php</a>	Sede em Sidney (Austrália), escritório nos EUA, na Nova Zelândia e na Malásia.
Fundo de Defesa Ambiental (Environmental Defense Fund - EDF)	1967, voltado para problemas ambientais graves com base no conhecimento científico, na eficiência, no poder das parcerias, sem envolvimento com a política partidária. <a href="http://www.edf.org">http://www.edf.org</a>	Sede em Nova Iorque (EUA), atuação em diversos países, com escritórios nos EUA, na China, no México, e programas no Brasil, em Belize, na Índia e em Cuba.
Aliança da Terra (AT)	2004, tem o objetivo de atender às novas demandas do agronegócio, estruturando uma cadeia limpa e transparente do setor produtivo, buscando o equilíbrio entre a produção e a conservação ambiental. <a href="http://www.aliancaterra.org.br">http://www.aliancaterra.org.br</a> .	Sede no estado do Mato Grosso, atua em dez estados brasileiros: Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins

<sup>313</sup> Não estão incluídos o Departamento de Biologia Evolutiva e do Organismo da Universidade de Havard (Harvard University, Department of Organismic and Evolutionary Biology – HU/DOEB), cuja história remonta ao século XIX e a Divisão de Pesquisa Patrocinada da Universidade da Flórida/(University of Florida/Division of Sponsored Research – UF/DSR). Criada em 1962 com o objetivo de gerir, estimular e expandir um programa de investigação. Os sítios onde há informações disponíveis destas instituições são, respectivamente, <http://www.oeb.harvard.edu> e <http://www.research.ufl.edu/research/>

<sup>314</sup> No Brasil o endereço eletrônico é <http://programs.wcs.org/brazil/Home/tabid/4140/ctl/Terms/language/pt-BR/language/en-US/Default.aspx>.

WWF - era conhecida como Fundo Mundial para a Natureza (World Wildlife Fund), agora apenas WWF	1961, tem como missão conter a degradação do meio ambiente e construir um futuro em que o homem viva em harmonia com a natureza através da: conservação da diversidade biológica mundial, garantia da sustentabilidade dos recursos naturais renováveis; promoção da redução da poluição e do desperdício. www.wwf.org, no Brasil www.wwf.org.br.	Com sede na Suíça, a rede WWF atua em mais de cem países. Em 1996 foi criado o WWF-Brasil, sediado em Brasília, com escritórios em São Paulo (SP), Rio Branco (AC), Manaus (AM), Campo Grande (MS) e Belém, (PA)
WHRC - Woods Hole Research Center	1985, resolver os problemas ambientais globais. A equipe desenvolve investigação científica e está envolvida com política ambiental global, e a educação. http://www.whrc.org.	Com sede nos EUA e ações incluindo a Amazônia e o Cerrado da América do Sul, a Bacia do Congo e da África Oriental, as altas latitudes da América do Norte e da Eurásia, e os Estados Unidos.
Equipe de Conservação da Amazônia (Amazon Conservation Team - ACT)	1996, tem a missão de trabalhar em parceria com os povos indígenas para a conservação da biodiversidade, melhorar a saúde humana, e fortalecer a cultura tradicional na Amazônia. http://www.amazonteam.org. No Brasil: http://www.equipe.org.br.	Com sede no estado da Virgínia (EUA) e escritórios no Brasil, na Colômbia e no Suriname. Tem também escritório em Manaus. Atua na Amazônia.
OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.	Criada em 1998, é uma organização internacional, através de sua Secretaria Permanente, coordena os procedimentos no marco do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) <sup>315</sup> e dinamiza a execução de suas decisões. http://www.otca.info/portal/index.php?p=index	Escritório no Brasil. Atuação nos países Amazônicos
CI - Conservação Internacional (Conservation International)	1987, com a missão de promover o bem-estar humano fortalecendo a sociedade no cuidado responsável e sustentável para com a natureza - nossa biodiversidade global - amparada em uma sólida base científica, em parcerias e experiências de campo. http://www.conservation.org/Pages/default.aspx . Brasil http://www.conservation.org.br/	Escritório maior na Virgínia (EUA). No Brasil a sede da CI é em Belo Horizonte (MG). Na Amazônia o escritório está situado em Belém (PA). Desenvolvem atividades em mais de 40 países.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos sítios das organizações, acesso ente 30.04.11 a 12.05.2011.

<sup>315</sup> O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) é o instrumento jurídico que reconhece a natureza transfronteiriça da Amazônia. Foi assinado em julho de 1978 por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

## ANEXO - F

**QUADRO 12. OBJETIVO DAS ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS QUE ATUAM NO AMAZONAS<sup>316</sup>**

ONGS	OBJETIVOS/MISSÃO
<b>Com única sede ou sede principal no estado do Amazonas</b>	
1. Associação Amigos do Peixe-Boi (AMPA)	<p>Missão: promover atividades de proteção, conservação, pesquisa e manejo dos mamíferos aquáticos da Amazônia.</p> <p>Objetivos: apoiar e coordenar atividades de pesquisa científica e de educação ambiental; organizar e participar de encontros de caráter cultural e científico; promover a execução de programas de proteção ambiental do habitat destas espécies; promover a integração de entidades ligadas à conservação da fauna e do meio ambiente em geral, em nível nacional e internacional, visando ao intercâmbio de programas, projetos e tecnologias para a conservação e o manejo dos mamíferos aquáticos da Amazônia.</p> <p>Fonte: <a href="http://www.amigosdopeixe-boi.org.br">www.amigosdopeixe-boi.org.br</a></p>
2. Associação de Moradores pela Preservação e Desenvolvimento do Jardim Lorena (AMPDJL)	<p>Objetivos: lutar pelo desenvolvimento do bairro, porém preservando as Áreas de Preservação Permanente existente em seu entorno; desenvolver projetos em prol da melhoria de vida de seus moradores.</p> <p>Fonte: <a href="http://www.ecolista.com.br">www.ecolista.com.br</a></p>
3. Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC)	<p>Objetivo: promover o turismo comunitário. (FARIAS, 2005)</p>
4. Fundação Vitória Amazônica (FVA)	<p>Missão: promover a conservação da biodiversidade na Amazônia mediante a geração e aplicação de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento humano em bases sustentáveis na bacia do rio Negro.</p> <p>Fonte: <a href="http://www.fva.org.br">www.fva.org.br</a></p> <p>Objetivo: A FVA tem como objetivo principal a conservação da biodiversidade aliada à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região amazônica, mediante o uso racional dos recursos naturais.</p> <p>Fonte: <a href="http://www.ecolista.com.br">www.ecolista.com.br</a></p>
5. Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia (ITEC)	<p>Missão: contribuir para o desenvolvimento regional da Amazônia com base na gestão e implementação de programas e projetos socioambientais territoriais sustentáveis.</p> <p>Objetivos: desenvolver estudos e pesquisas na área de gestão empresarial, institucional e governamental; desenvolver estudos e implementar programas de desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos para a economia regional; desenvolver ações, programas e projetos que suscitem a elaboração e implementação de políticas públicas nas áreas ambientais, indígena, quilombola, gênero, crianças e adolescentes, saúde, educação, cultura e geração de renda; promover estudos, pesquisas, projetos, coordenação e/ou execução de trabalhos de promoção da proteção ambiental aliado ao desenvolvimento social; promover ações, projetos, estudos e pesquisas direcionadas à discussão do ordenamento territorial de zonas urbanas, zonas rurais, terras indígenas e quilombolas e políticas de habitação popular; promover programa de sustentabilidade ambiental, turística e sócio –cultural. Fonte: <a href="http://institutoitec.org.br">http://institutoitec.org.br</a></p>

<sup>316</sup> Não foram obtidas informações das seguintes organizações: Associação Naturalista do Amazonas e Fundação Ecológica de Proteção de Manacapuru (FEPAM).

6. Instituto de Preservação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais da Amazônia (IPRAM)	<p>Missão: melhorar a qualidade de vida da população através da defesa, proteção e utilização sustentável do meio ambiente, da biodiversidade, dos recursos naturais, bem como manter e divulgar suas expressões culturais.</p> <p>Objetivos: Preservar, defender e conservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável; dar apoio irrestrito ao cidadão nas questões ambientais contribuindo para a melhoria da qualidade de vida; promover a geração de trabalho e renda comunitária; fomentar ações que contribuam para manter viva a cultura popular relacionada com os usos, costumes e tradições da diversidade cultural amazônica; promover o uso sustentável de florestas, da ictiofauna e dos recursos pesqueiros; promover o conhecimento, conservação e utilização sustentável da biodiversidade; realizar gestões compartilhadas para o uso sustentável dos recursos naturais; fomentar o desenvolvimento sustentável; fomentar o desenvolvimento de tecnologias de proteção e de recuperação do meio ambiente e de redução dos impactos ambientais; estimular a adoção pelas empresas de códigos voluntários de conduta, tecnologias ambientalmente adequadas e oportunidade de investimentos visando ao desenvolvimento sustentável; contribuir para a formulação da política nacional de desenvolvimento sustentável; criar mecanismos que diminuam as emissões dos gases causadores do efeito estufa; criar mecanismos alternativos de absorção de CO<sub>2</sub>, através dos projetos de sequestro de carbono; promover o ecoturismo; operar, pesquisar, distribuir, dar manutenção, adquirir e transferir dados, analisar, compatibilizar e difundir os produtos e serviços gerados pelos sensores do SIVAM/SIPAM que estiverem disponíveis para a sociedade civil, mormente as informações relativas ao meio ambiente e recursos naturais. (Fonte: <a href="http://www.ipram.org.br">www.ipram.org.br</a>)</p>
7. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA)	<p>Tem a missão de garantir a melhoria de qualidade de vida das populações tradicionais da Amazônia, através da implementação ou potencialização de alternativas econômicas sustentáveis, respeitando o meio ambiente, a diversidade cultural, de gênero e étnica. (Fonte: <a href="http://www.ipdaam.org">http://www.ipdaam.org</a> )</p>
8. Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM)	<p>Missão: a promoção da conservação dos recursos naturais, a manutenção do equilíbrio climático e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.</p> <p>Objetivos: Coordenar e promover projetos, pesquisas e estudos científicos que fomentem a conservação e o desenvolvimento sustentável; prestar serviços técnicos, científicos e jurídicos relacionados ao manejo de recursos naturais e a conservação e o desenvolvimento sustentável; organizar e executar eventos técnicos e/ou científicos, publicações técnico-científicas e cursos em geral como forma de estimular a discussão e o debate na busca de soluções criativas, originais e apropriadas aos problemas ambientais e sociais locais; promover a formação e capacitação de recursos humanos especializados em conservação, manejo de recursos naturais e desenvolvimento sustentável. Fonte: <a href="http://www.idesam.org.br">www.idesam.org.br</a></p>
9. Sociedade Civil Mamirauá (SCM)	<p>Objetivo: captar recursos e administrar as atividades de implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM). Hoje, a SCM funciona como captadora de recursos para o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSAM). Fonte: <a href="http://www.mamiraua.org.br">www.mamiraua.org.br</a></p>
10. Instituto Piagaçu-Purus (IPI)	<p>Missão: apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida humana, dos recursos naturais e do meio ambiente rural e urbano, através de atividades, programas e projetos de educação ambiental, pesquisas científicas básicas e aplicadas, formação profissional especial e formal visando a preservação, a conservação e o manejo ambiental. Uma das metas é arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas, atuantes nas áreas relacionadas com a ecologia, a preservação, a conservação e o manejo dos recursos naturais do meio ambiente, bem como a elevação do padrão de vida das populações humanas tradicionais. Fonte: <a href="http://www.piagacu.org.br">www.piagacu.org.br</a></p>

<p>11. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)</p>	<p>Objetivos: Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de florestas inundadas; Promover o desenvolvimento sustentável da Região em articulação com a população local; Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão; Desenvolver ou financiar estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais das florestas inundadas; Realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins; Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o sistema nacional de Ciência e Tecnologia, público e privado, nas áreas de sua competência e afins; Apoiar e cooperar com a atuação de entidades públicas e/ou privadas, cujo objetivo coincida ser a conservação, a preservação e a melhoria do meio ambiente da Região Amazônica; Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nas florestas inundadas da Amazônia; Realizar e executar projetos próprios ou de terceiros, realizando eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados à conservação e preservação do meio ambiente Amazônico; Desenvolver, gerar, licenciar tecnologias e adquirir no país e no exterior materiais, componentes, equipamentos e serviços para cumprir sua missão, por seus próprios meios ou em associação com centros de pesquisa e/ou entidades nacionais e estrangeiras. Fonte: <a href="http://www.mamiraua.org.br">www.mamiraua.org.br</a></p>
<p>12. Instituto Amazônia (IA)</p>	<p>Objetivos conforme o Estatuto: A - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. B- integrar as atividades das entidades do terceiro setor. C- desenvolver atividades para implementar as economias e atividades sociais de municípios. D - integrar o setor governamental com a iniciativa privada. E - elaborar programas e projetos relativos ao meio ambiente, cultura, educação, assistência social, saúde, direito e desenvolvimento econômico e social. F - desenvolver atividades de treinamento, capacitação e atualização profissional. G - desenvolver atividades com as associações de bairro, entidades de classe e instituições de benemerência para geração de emprego e renda. H - montagem ou parceria com cooperativas de trabalho de multi atividades. I - organizar debates, feiras, seminários, cursos, treinamentos, congressos e eventos. J - promover serviços voluntariados. L - prestar serviços especializados. M - desenvolver atividade experimental, não lucrativa de comércio, serviços, produção, emprego e crédito. N - constituir parcerias com o Setor Governamental em projetos e programas sociais, geração de emprego e renda. O - desenvolver atividades de incubadora de novos negócios e empreendimentos. P - auxiliar a montagem de instituições do terceiro setor. Fonte: <a href="http://www.ia.org.br">http://www.ia.org.br</a></p>
<p>13. Associação Viva Verde da Amazônia (AVIVE)</p>	<p>Objetivo geral: promover alternativa econômica de forma demonstrativa para as mulheres da AVIVE, comunitárias e comunitários do município de Silves - AM, via extração sustentável de óleos vegetais aromáticos e a produção de produtos afins, utilizando-se de tecnologias de baixo impacto e integração de ações de conservação. Fonte: <a href="http://www.florestavivaextrativismo.org.br">http://www.florestavivaextrativismo.org.br</a></p>
<p>14. Instituto Piatam (I-Piatam) (sem informações a respeito da data de sua criação)</p>	<p>Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da Amazônia, valorizando os saberes tradicionais, produzindo conhecimento e formando recursos humanos Fonte: <a href="http://www.institutopiatam.org.br/index.php?page=objetivos">http://www.institutopiatam.org.br/index.php?page=objetivos</a></p>
<p>15. Fundação Amazônia Sustentável (FAS)</p>	<p>Missão: Promover o envolvimento sustentável, conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das comunidades moradoras e usuárias das unidades de conservação no estado do Amazonas. Fonte: <a href="http://www.fas-amazonas.org/pt/secao/a_fas/missao">http://www.fas-amazonas.org/pt/secao/a_fas/missao</a></p>

16. Fundação Almerinda Malaquias (FAM)	Objetivos: Promover a formação profissional, principalmente no interior do estado do Amazonas; Valorizar a identidade cultural e artística regional; Preservar o meio ambiente com a utilização judiciosa dos recursos naturais; Favorecer toda pesquisa relativa aos recursos naturais e o seu uso pelo homem; Promover e desenvolver a venda de produtos acabados no mercado local, nacional e internacional; Prestar assistência educacional gratuitamente para menores e adolescentes carentes, visando a integração ao mercado de trabalho, contribuindo para a formação de mão de obra especializada; Prestar assistência de saúde gratuitamente para pessoas necessitadas. Fonte: <a href="http://www.fam-na-am.com.br/paginas_br/quem_somos.php">http://www.fam-na-am.com.br/paginas_br/quem_somos.php</a>
17. Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA)	A missão da entidade é a de “contribuir para o bem-estar socioambiental, por meio da formação de cidadãos comprometidos e aptos a gerar, difundir e aplicar conhecimentos de lutheria, marchetaria e acabamento fino em madeira” <sup>317</sup> . Objetivo: desenvolver ações voltadas para a educação profissionalizante de adolescentes e jovens amazônidas, respeitando os princípios da utilização racional e sustentável dos recursos naturais da região, contribuindo para a formulação de políticas públicas que atendam aos direitos e necessidades deste segmento populacional. Fonte: <a href="http://www.oela.org.br/">http://www.oela.org.br/</a>
<b>Sede principal em outros estados</b>	
18. Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	Objetivos: Pesquisar espécies raras e/ou ameaçadas e implementar planos de manejo conservacionista, integrando natureza com cativo, através da adoção de técnicas de introdução, reintrodução e translocação dessas espécies; Desenvolver programas de educação ambiental e extensão agroecológica junto às comunidades vizinhas às áreas naturais; Promover a capacitação de profissionais em várias áreas da conservação, especialmente em Biologia da Conservação; Influenciar políticas públicas que beneficiam a conservação da biodiversidade no Brasil; Restaurar, regenerar e reconstruir o habitat de espécies ameaçadas de extinção; Obter apoio financeiro para os projetos em andamento; Desenvolver projetos de capacitação e propor alternativas sustentáveis de geração de renda para as comunidades do entorno das áreas protegidas a fim de diminuir a pressão sobre o meio ambiente; Promover parcerias com empresas que adotam responsabilidades socioambientais de modo a ajudar a disseminar o potencial do mundo empresarial nas mudanças necessárias. Fonte: <a href="http://www.ipe.org.br">http://www.ipe.org.br</a>

<sup>317</sup> De acordo com Charlene Ribeiro, coordenadora de projetos da OELA. In: “Escola de Lutheria da Amazônia, vencedora do Prêmio Ford de Conservação Ambiental em 2009, dá lição de vida e inclusão social no quintal do mundo”. Disponível em <http://ford.jalopnik.com.br/conteudo/escola-de-lutheria-da-amazonia-vencedora-do-premio-ford-de-conservacao-ambiental-em-2009-da>. Acesso em 12.08.11.

19. Instituto Socioambiental (ISA)	<p>Objetivos conforme o art.2 do estatuto:</p> <p>a) promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos;</p> <p>b) estimular o desenvolvimento socioeconômico através da garantia do acesso e gestão democráticos e ecologicamente sustentável dos recursos naturais, com a manutenção da diversidade cultural e biológica, para as presentes e futuras gerações;</p> <p>c) promover, realizar e divulgar pesquisas e estudos, organizar documentação e desenvolver projetos aplicados à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos direitos humanos e dos povos, especialmente de povos indígenas e populações tradicionais;</p> <p>d) promover o intercâmbio com outras organizações e entidades nacionais e internacionais para a defesa do patrimônio ambiental, cultural e dos povos, em especial na América Latina e Caribe, e para a realização de estudos e pesquisas em diversas áreas do saber, relativa às suas atividades;</p> <p>e) divulgar por quaisquer meios as informações e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros e correlatos as suas atividades;</p> <p>f) estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos presentes objetivos;</p> <p>g) estimular e realizar estudos de caráter preventivo e participativo para combater a degradação ambiental e social, em todas as suas manifestações, inclusive estudos de impacto ambiental decorrentes das atividades antrópicas.</p> <p>Objetivo geral no Amazonas, por meio do Programa rio Negro: em longo prazo, visa formular, criar condições e colaborar para a implantação de um programa de desenvolvimento sustentável na Bacia do rio Negro, uma região trinacional entre Brasil, Colômbia e Venezuela.</p> <p>Fonte: <a href="http://www.socioambiental.org.br">http://www.socioambiental.org.br</a></p>
20. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) <sup>318</sup>	<p>Missão: O Imaflora incentiva e promove mudanças nos setores florestal e agrícola, visando à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais e a promoção de benefícios sociais.</p> <p>Fonte: <a href="http://www.imaflora.org">www.imaflora.org</a></p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos sítios das organizações e/ou de informações obtidas na bibliografia consultada.

<sup>318</sup> A ONG atuou no estado do Amazonas de 1998 a 2003.

## ANEXO - G

**QUADRO 13. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS QUE ATUAM NO AMAZONAS<sup>319</sup>**

ONG <sup>320</sup>	PROGRAMAS, PROJETOS OU ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ATUALMENTE <sup>321</sup>
1. AMPA	<p>1. Educação ambiental e de resgate e reabilitação do peixes-bois. De educação ambiental são destacados no sítio da instituição: oficinas de sensibilização para docentes, seminários de educação humanitária para ribeirinhos (valorizando a vida sem distinção, por meio da difusão de valores morais básicos), palestras em escolas públicas, campanhas de preservação ambiental e exposições em shoppings.</p> <p>2. Reabilitação de mamíferos aquáticos. Do trabalho com os peixes-bois, destacam a reabilitação de mais de 100 filhotes e a proteção do mamífero. Fonte: <a href="http://www.amigosdopeixe-boi.org.br">www.amigosdopeixe-boi.org.br</a></p>
2. ASPAC	Turismo ecológico de base comunitária, apoio a artesanato do município de Silves, manejo comunitário de lagos; recuperação da mata ciliar; produção agrícola; capacitação e organização comunitária; apoio a criação de áreas protegidas <sup>322</sup> .
3. FVA	<p>Projetos desenvolvidos atualmente:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Geopolítica da conservação II - fortalecendo o sistema de Áreas protegidas do baixo rio Negro através da pesquisa científica, políticas públicas e manejo local;</li> <li>2. Monitoramento de biodiversidade em unidades de conservação: uma experiência piloto no Parque Nacional do Jaú;</li> <li>3. Fortalecimento Social e Educação Ambiental no Processo de Gestão das Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro na área do Corredor Central da Amazônia;</li> <li>4. Bases socioambientais para a gestão do mosaico de unidades de conservação da bacia do rio Unini, Amazonas, Brasil;</li> <li>5. Sensibilização das comunidades do entorno do Parque Nacional do Jaú e agregação de valor para a conservação e geração de renda na Reserva Extrativista do rio Unini;</li> <li>6. Estímulo à produção da Castanha-da-Amazônia e da Borracha na Reserva Extrativista do rio Unini</li> <li>7. Mercado rio Negro: parcerias para a conservação, visa promover atividades sustentáveis, como o artesanato.</li> </ol> <p>Fonte: <a href="http://www.fva.org.br">www.fva.org.br</a></p>

<sup>319</sup> Não se conseguiu contato com as seguintes ONGs: Associação Naturalista do Amazonas, Associação de Moradores pela Preservação e Desenvolvimento do Jardim Lorena – AMPDYL e Fundação Ecológica de Proteção de Manacapuru – Fepam.

<sup>320</sup> Relação das ONGs citadas pelas siglas: Associação Amigos do Peixe-Boi (AMPA), Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto de Preservação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais da Amazônia (IPRAM), Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia (ITEC), Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA), Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Instituto Piagaçu-Purus (IPI), Instituto Amazônia (IA), Associação Viva Verde da Amazônia (AVIVE), Instituto Piatam (Ipiatam), Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Fundação Almerinda Malaquias (FAM), Oficina Escola de Luteria da Amazônia (OELA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)

<sup>321</sup> Esses projetos e atividades são as que estavam destacadas no sítio da entidade, não dão conta da totalidade das atividades desenvolvidas.

<sup>322</sup> As atividades de parcerias com o IPDA e com o Instituto Amazônia (IA) foram obtidas nos sítios dessas instituições. Sobre o envolvimento com turismo comunitário a informação resulta dos trabalhos de pesquisa de Farias (2005) e Pereira e Farias (2010), pois a ASPAC não possui sítio.

4. IPRAM	<p>Atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criação de RPPN - Reserva particular de preservação do meio ambiente;</li> <li>2. Projeto de educação ambiental voltado aos professores e aos alunos do ensino fundamental;</li> <li>3. Edição de enciclopédia infantil sobre reciclagem de lixo – Reciclopedia do Lixo;</li> <li>4. Participação na criação de Comitê de Bacia Hidrográfica;</li> <li>5. Controle da qualidade da água do igarapé do Tarumã.</li> </ol> <p>Fonte: <a href="http://www.ipram.org.br">www.ipram.org.br</a></p>
5. ITEC	<p>Projetos em andamento:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ponto de Difusão Digital - cinema comunitário, formação de roteiristas, diretores de cinema, profissionais de audiovisual, nas Zonas Leste e Norte da cidade de Manaus;</li> <li>2. Criação da Rede de Tecnologia e Inovação Social de apoio a Ongs da cidade de Manaus (RETIS);</li> <li>3. Pau D´Arco – de música indígena, com artistas dos povos tikuna, munduruku e parintintin;</li> <li>4. Telecentros Comunitários – Qualificações nos telecentros dos Bairros de Petrópolis, em Manaus e em Balbina, no município de Presidente Figueiredo;</li> <li>5. Oficinas de gestão e produção de artesanato, no Alto Solimoes e no município de Iranduba.</li> </ol> <p>Fonte: <a href="http://www.institutoitec.org.br">www.institutoitec.org.br</a></p>
6. IPDA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Projeto Amazonarte nos municípios de Silves (grupos de artesãos) , de Itacoatiara (grupo de artesãos da comunidade de São João do Araújo) e Itapiranga ( grupo de artesãos do Município de Itapiranga e da Comunidade de São José da Enseada) Atividades desenvolvidas: oficina de Sensibilização do Projeto Amazonarte; oficina de Diagnóstico Rápido Participativo – DRP do Artesanato; oficina de Manejo Florestal em EcoDesign e Qualidade em sementes; oficina de Negociação e Comercialização.</li> </ol> <p>Fonte: <a href="http://www.ipdam.org.br">www.ipdam.org.br</a></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2. Parceiro no Projeto mutirão das águas<sup>323</sup>. O Projeto Mutirão das Águas executado pelo Consórcio conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)/Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)/ATECH/Associação de Serviços Ambientais (ASA) nos municípios de Coari (Lago do Mamiá) e Manacapuru (Lagos do Piranha, Castanho, Sacambu e Jaiteua)</li> </ol> <p>Fonte: <a href="http://mutiraodasaguas.blogspot.com/2009/07/saiba-mais-sobre-o-ipda.html">http://mutiraodasaguas.blogspot.com/2009/07/saiba-mais-sobre-o-ipda.html</a></p>
7. IDESAM	<p>As atividades são desenvolvidas de acordo com os programas da organização.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. No programa Mudanças Climáticas, a organização “dá suporte técnico e científico” ao governo do Estado na formulação e implantação da política estadual voltada a esta área<sup>324</sup>;</li> <li>2. No programa de Unidades de Conservação: desenvolveu um projeto visando à quantificação financeira dos esforços governamentais para a consolidação do Programa Estadual de Unidades de Conservação; atua desde 2006 na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uatumã; participou nos fóruns de discussão para formulação do Programa Bolsa Floresta e o implementa na RDS Uatumã;</li> <li>3. No Programa de Manejo de recursos naturais: estruturação de arranjos produtivos locais, integração de cadeias produtivas, manejo florestal, fortalecimento de organizações comunitárias formação de lideranças, certificação e verificação legal de origem de produtos florestais e agroextrativistas.</li> </ol> <p>Fonte: <a href="http://www.idesam.org.br">www.idesam.org.br</a></p>
8. IDSM	<p>Desenvolve suas atividades por meio de programas de pesquisa (pesquisas econômicas, demográficas, de saúde e estudos antropológicos, pesquisa sobre jacarés, quelônios, peixe-boi e botos), manejo (manejo de pesca, manejo florestal comunitário, manejo para a agricultura familiar, para o artesanato - manejo de recursos florestais não madeireiros e outros - e manejo para o turismo de base comunitária) e assessoria técnica nas áreas das Reservas Mamirauá e Amanã, na região do Médio Solimões, estado do Amazonas.</p> <p>Fonte: <a href="http://www.mamiraua.org.br">www.mamiraua.org.br</a></p>

<sup>323</sup> O projeto já foi concluído, conforme informações no sítio do Programa Petrobras Ambiental. Disponível em <http://www.petrobras.com.br/minisite/ambiental/projetos/mutirao-aguas>. Acesso em 26.08.2010

<sup>324</sup> Destaca-se que a instituição, conforme informado em seu sítio na *web*, é observadora oficial registrada na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

9. IPI	O Instituto desenvolve suas atividades a partir dos programas e projetos: 1. conservação e manejo da pesca; 2. diversidade e conservação da ictiofauna; 3. diversidade e conservação da herpetofauna; 4. diversidade e conservação de primatas; 5. diversidade e conservação da avifauna; 6. diversidade e manejo de quelônios; 7. conservação e manejo de jacarés; 8. conservação e manejo de animais silvestres. O Instituto realizou o diagnóstico socioeconômico das populações não indígenas e tinha entre os seus programas o agroextrativismo. A elaboração do Plano de Gestão da Reserva também foi realizado pelo IPI em parceria com o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC/SDS).
10. IA	Experiências: Assessoria a PM de Santa Isabel do rio Negro para criação da Área de Proteção Ambiental Tapuruquara, parceria para gestão desta UC (município de Santa Isabel do rio Negro), parceria com a prefeitura de Apuí para buscar cooperação técnica para desenvolver infraestrutura, projetos, estudos para desenvolvimento de tecnologias de base para produtos originais da floresta e promover a conservação e manutenção da floresta do sul do município de Apuí; protocolo de Intenções com Associação Vida Verde da Amazônia (AVIVE) e com Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) credenciando o Instituto Amazônia à buscar cooperação técnica-operacional e financeira para desenvolver as atividades dessas organizações; Serviços de consultoria ambiental à prefeituras (Apuí, Silves, Maués, Santa Isabel do Rio Negro) e empresas envolvendo planos de controle ambiental, plano de destinação de resíduos da construção civil, projeto de gestão de resíduos sólidos, produção de eventos culturais e publicação relacionados à cultura, plano de desenvolvimento e atividades envolvendo o artesanato indígena; parceria com governos estaduais para o desenvolvimento de programas governamentais municipais (infraestrutura, planejamento, transporte, saneamento básico); convênio para programa de estágio. Os projetos em desenvolvimento compreendem: ações técnicas de apoio e suporte à regularização fundiária no estado do Amazonas; projeto de assistência técnica e extensão aos piscicultores em municípios do Amazonas; unidade demonstrativa de produção de oleaginosas para biodiesel; serviços de suporte, desenvolvimento e implementação de sistema informatizado de controle de dados fundiários; projeto de assistência técnica, extensão rural e florestal. Fonte: <a href="http://www.iamazonia.org.br">www.iamazonia.org.br</a>
11. AVIVE	As atividades são voltadas à organização social e geração de renda associada à conservação ambiental. Trabalham em conjunto com a Cooperativa Coopronat na produção de óleos vegetais, sabonetes, velas, incensos, entre outros. Fonte: <a href="http://www.avive.org.br/bra/index_bra2.php">http://www.avive.org.br/bra/index_bra2.php</a>
12. Ipiatam	O Instituto Piatam realiza estudos e diagnósticos: diagnóstico socioeconômico, pesquisas e estudos de mercado, cenários econômicos destinados às ações de planejamento global e setorial. elaboração de estudos/relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA), levantamento de potencialidades de recursos naturais, elaboração de estudos pedológicos e cartográficos. Com previsão de atuação na qualificação profissional no segundo semestre de 2011 com a oferta dos cursos: Aspectos práticos da legislação ambiental, Licenciamento ambiental de imóveis rurais, Implementação de sistemas de gestão ambiental, Aperfeiçoamento em planejamento e gestão de serviços de saúde, Gerenciamento de resíduos: teoria e prática, Como escrever trabalhos técnicos e científicos. Fonte: <a href="http://www.institutopiatam.org.br">www.institutopiatam.org.br</a>
13. FAS	Programas implementados: Bolsa floresta, Projeto Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma para a redução de emissão de gases do efeito estufa proveniente do desmatamento e Programa de desenvolvimento do etnoturismo. O Programa bolsa floresta compreende os seguintes componentes: bolsa floresta renda; bolsa floresta social; bolsa floresta associação e bolsa floresta familiar; o Projeto Juma visa conter o desmatamento e a consequente emissão de gases de efeito estufa, com as ações para fortalecer a fiscalização e o controle ambiental, a geração de renda através de negócios sustentáveis, o desenvolvimento comunitário, pesquisa científica e educação e pagamento direto por serviços ambientais por meio do Programa bolsa floresta. Fonte: <a href="http://www.fas-amazonas.org">www.fas-amazonas.org</a>
14. FAM	São desenvolvidos programas de geração de renda e de educação. O programa de geração de renda inclui o Centro Artesanal, a escola profissional de marcenaria fina e o programa papel reciclado. O programa de educação é voltado principalmente a crianças e jovens. Inclui o Programa EKOBÉ, o Profuturo de pré- formação profissional e a Escola Silvestre, espaço de estudo e demonstração multidisciplinar.

15. OELA	São desenvolvidos programas de educação, de geração de renda e de políticas públicas. O Programa Educação funciona na sede da instituição, a Unidade I (bairro Zumbi dos Palmares em Manaus). São oferecidos os cursos: curso básico de Lutheria, curso básico e avançado de informática, aulas de música para as crianças, ciclo de palestras para a comunidade. O Programa de Geração de Renda inclui o Atelier OELA, com a produção de instrumentos musicais; e o Barco educador, uma unidade móvel que funciona no município de Boa Vista do Ramos. O Programa de Políticas Públicas ajuda a construir instrumentos para a garantia dos direitos dos povos da floresta e a inclusão social e econômica de crianças e jovens.
16. IPÊ	O IPÊ desenvolve suas atividades em diversos estados brasileiros. No Amazonas a organização desenvolve o Projeto Baixo rio Negro que inclui o programa de Conservação do peixe-boi da Amazônia, e os projetos: agrobiodiversidade, mosaico de áreas protegidas, ecoturismo com bases comunitárias, implantação da meliponicultura junto a comunidades ribeirinhas no baixo rio Negro, educação ambiental, projetos navegando educação na Amazônia, e curso introdutório de gestão de unidades de conservação. Fonte: <a href="http://www.ipe.org.br">www.ipe.org.br</a>
17. ISA	No Amazonas, desenvolve o Programa rio Negro. As atividades envolvem pesquisas, manejo sustentável, educação e cultura e apoio às associações afiliadas à Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN). 1. As atividades de pesquisa compreendem a caracterização preliminar das principais unidades paisagísticas dos diferentes ecossistemas do Alto rio Negro; levantamento das formas de uso dos recursos naturais; e constituição de um acervo de dados georreferenciados sobre a ocupação territorial e atividades econômicas (Alto rio Tiquié, distrito de Iauaretê, Médio Rio Içana e cidade de São Gabriel da Cachoeira e entorno). 2. O manejo sustentável conta com a implantação de três estações de piscicultura e manejo agro-florestal nos rios Tiquié, Uaupés e Içana, de 1999 até 2003. 3. As atividades de educação e cultura envolveram a estruturação das escolas Indígenas Útapinopona (Tuyuka) e Pamáali (Baniwa e Coripaco); assessoria às escolas da calha do Içana, Aiari e Cuiari e programa de formação continuada dos professores Baniwa e Coripaco; publicação de material didático na língua baniwa e em português; apoio e valorização da língua e cultura tariana, tukano, wanano, desana, entre outras; oficinas de capacitação técnica (de manutenção e consertos de motores de barcos, oficinas de computação) 3. O apoio as associações afiliadas da FOIRN compreendem atividades de capacitação de lideranças indígenas (elaboração e gestão de projetos, relatórios descritivos, prestação de contas, atividades de secretaria), a identificação e desenvolvimento de novas experiências piloto de manejo sustentável familiar/comunitário de recursos naturais nativos em parceria com comunidades/associações de base filiadas à Foirn, como o projeto “Arte Baniwa” com a utilização da fibra de arumã na produção de cestaria. Fonte: <a href="http://www.socioambiental.org">www.socioambiental.org</a>
18. Imaflora	Atuou no Amazonas no período de 1998 a 2003 no Município de Boa Vista do Ramos. Inicialmente no projeto Planejamento Participativo do Uso da Terra e Desenvolvimento Sustentável do Município, posteriormente suas atividades se concentraram no manejo florestal, implementação da Agenda 21, criação da Casa Familiar Rural, entre outras atividades.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos sítios das organizações, informações obtidas na bibliografia consultada e/ou entrevistas.

## ANEXO - H

**QUADRO 14. PARCERIAS ATUAIS COM BASE EM INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NAS PÁGINAS VIRTUAIS DAS ORGANIZAÇÕES<sup>325</sup>**

ORGANIZAÇÃO	PARCERIA INTERNACIONAL	PARCERIAS COM O GOVERNO	OUTRAS PARCERIAS
<b>Sede no Amazonas</b>			
1. Associação Amigos do Peixe-Boi (AMPA)	Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNEP) Coreia, National Geographic, Dolphin Society International	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)	Convênio com o Laboratório de Mamíferos Aquáticos (LMA)/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Petrobras (patrocínio), Centro de Preservação e Pesquisa dos Mamíferos Aquáticos (CPPMA), Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Aquário de São Paulo, Museu da Amazônia (MUSA)
2. Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC)	Não possui	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS)/Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) (para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Silves), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	Instituto Amazônia (IA), Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA), Cooperativa de Trabalho Ecoturístico e Ambiental da Amazônia (COPTUR), Instituto de Cooperação Econômica Internacional (ICEI Brasil)

<sup>325</sup> Não se obteve informações das seguintes ONGs: Associação Naturalista do Amazonas, Associação de Moradores pela Preservação e Desenvolvimento do Jardim Lorena (AMPDJL) e Fundação Ecológica de Proteção de Manacapuru (FEPAM). Neste quadro não foi inserida a Sociedade Civil Mamirauá, que faz parte do sistema Mamirauá e é vinculada ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM).

3. Fundação Vitória Amazônica (FVA) <sup>326</sup>	Fundação Gordon and Betty Moore, Blue Moon Found, Agência de Cooperação Alemã (GTZ). (citadas como instituições financiadoras)	Ministério do Meio Ambiente (MMA)/Secretaria de Biodiversidade e Floresta/Departamento de Areas Protegidas/Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), Coordenadoria de Agroextrativismo (MMA) e Programa Corredores Ecológicos /KFW Bankengruppe (grupo do Banco Mundial), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas(FAPEAM), Cooperativa Nacional de Apicultura Ltda (citadas como instituições financiadoras); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS)/Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC).	Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS), Ajuda Brasil, Portal Amazônia, Amazon Active, Associação de Artesãos de Novo Airão (AANA), Associação dos Moradores do rio Unini (AMORU), Associação dos Moradores da Comunidade do Tapiira (AMOTAPI), Associação Indígena de Barcelos (ASIBA), Universidade de Santa Maria, INPA*, Portal Amazônia, Ajuda Brasil, Amazon Active.
4. Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia (ITEC)	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo Canadá (do governo do Canadá)	Governo do estado do Amazonas, Governo Federal, Caixa Econômica Federal, Ministério da Cultura	Manaus Energia, Conselho Municipal de Cultura, HSBC, Petrobras
5. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA) <sup>327</sup>	Não possui	Secretaria de Estado do Trabalho do Amazonas (SETRAB)/Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	Fundação Banco do Brasil, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), ATECH, Associação Agroextrativista do Lago do Limão ( AASTRALL)

<sup>326</sup> As parcerias foram citadas como as atuais. Há no sítio a lista de parceiros ao longo da história da FVA. Informações disponíveis em [http://www.fva.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=57&Itemid=64](http://www.fva.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=64). Acesso em 13.06.11.

<sup>327</sup> Nos links fornecidos pela organização, encontram-se a Secretaria de Estado do Trabalho (SETRAB), a FVA e o Projeto mutirão das águas, sendo o IPDA parceiro no projeto, pode ser que também possua financiamento por meio do projeto, que por sua vez tem o apoio financeiro da Petrobras.

6. Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM)	Fundação Avina, Tropical Forest Trust, Fundação Gordon e Betty Moore, Blue Monn Fund, Conservation Strategy Fund, (São citadas como parceiras)	Fundação Amazonas Sustentável, Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) (citados como parceiros)	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Fundo Vale (citados como parceiros)
7. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) <sup>328</sup>	Wildlife Conservation Society (WCS)	Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), Governo do Estado/ Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)	Sociedade Civil Mamirauá
8. Instituto Piagaçu-Purus (IPI)	Wildlife Conservation Society (WCS) (principal colaborador financeiro)	Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC)/SDS	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Operação Amazônia Nativa (OPAN).
9. Instituto Amazônia (IA) <sup>329</sup>	Não possui	Financiadores: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); Secretaria Estadual de Infra-estrutura (SEINF); Prefeituras de Manaus, Maués, Apuí, Silves; Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM). Apoio: EMBRAPA	Financiadores: Ulbra, Avive, Unilasalle, Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), Suframa, Banco do Brasil, SEBRAE, Tropical Hotel, Faculdade Salesiana Dom Bosco. Apoio: Universidade do Estado do Amazonas (UEA), UFAM/Itacoatiara

<sup>328</sup> Foram inseridas as instituições financiadoras. Informações disponíveis em <http://www.mamiraua.org.br/> . Acesso em 13.06.11. As parcerias técnicas envolvem as organizações locais e instituições de Pesquisa como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

<sup>329</sup> Foram incluídas as Parcerias nos projetos implementados (experiências) e nos projetos atuais. Nos projetos atuais, as parcerias são financiadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Secretaria Estadual de Política Fundiária, Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM) e Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM).

10. Associação Viva Verde da Amazônia (AVIVE) <sup>330</sup>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/Iniciativa Equador, Sony/World Event Village (WEV), Precious Woods Amazon (PWA), Light of Nature, Regenwaldladen	Governo Federal, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS)	Banco da Amazônia, Programa Petrobras Desenvolvimentos e Cidadania, WWF/Brasil, SEBRAE/AM, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), CARE Brasil, Grupo Pão de Açúcar/Programa Caras do Brasil, Hevi Embalagens, Abraroma, INPA*, Programa de Apoio ao Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (Provárzea)/IBAMA*/ /Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID)/KfW/Agência de Cooperação Alemã (GTZ)/Programa Piloto de Proteção a Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).
11. Instituto Piatam (Ipiatam) <sup>331</sup>	Não possui	Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), Secretaria Estadual de Infraestrutura (SEINF)	Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (CENTRAN), Fundação COPPETEC, Suframa, Nokia, CNPq, Instituto de Tecnologia José Rocha Sérgio Cardoso
12. Fundação Amazônia Sustentável (FAS)	Rede de Hotéis Marriott Internacional e parceiros, Instituto Internacional para Ambiente e Desenvolvimento ( International Institute for Environment and Development), Fundação Tauck (Tauck Foundation) e Mitsubishi UFJ Gestão Patrimonial (Mitsubishi UFJ Asset Management), Banco Mundial	Governo do estado do Amazonas (SDS), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do estado do Amazonas (IDAM), Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS)	Bradesco, Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. (Coca-Cola), BNDES (Fundo Amazônia), Samsung, Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS), Associações comunitárias vinculadas ao Programa Bolsa Floresta)
13. Fundação Almerinda Malaquias (FAM)	Financiadores: Associação Suíça Ailleurs Aussi, Pro Victimis, Avina, Rotary, Novartis, Lion's Clube, Ministérios do Desenvolvimento dos governos da Suíça e do Japão	Parceria: Secretaria Municipal de Educação de Novo Airão	Parceria: IPÊ

<sup>330</sup> Fonte [http://www.avive.org.br/bra/index\\_bra2.php](http://www.avive.org.br/bra/index_bra2.php). Acesso em 01.06.11

<sup>331</sup> Não foi possível identificar um dos parceiros pelas logomarcas.

14. Oficina Escola de Luteria da Amazônia (OELA)	Financiadores: Precious Woods, Rainforest Alliance, Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento (ICCO)	-	Financiadores: Petrobras Programa Esporte e Cidadania, Carrefour, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/Manaus, AVINA, Fundação Orsa, Ashoka empreendedores sociais. Cooperação Técnica: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (Amazonas – Campus Manaus/Zona Leste)
<b>Sede principal em outros estados</b>			
15. Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) Sede em Nazaré Paulista (SP)	Mohamed Bin Zayed Species, Conservation Fund Wildlife Trust, USAID	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (IBAMA), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS)/Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), SEMMA, Projeto Corredores Ecológicos/MMA, Ministério do Turismo, Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI/MMA), Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR), Fundo Nacional do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), Secretaria de Meio Ambiente de Manaus (SEMMA),	Associação de Pescadores de Novo Airão; Comunidades Barreirinhas, Boa Esperança, Nova Esperança, Canaã, São Sebastião e Três Unidos do Rio Cuieiras; Fundação Almerinda Malaquias (FAM), Grupo de Pesquisas em Abelhas – GPA/INPA; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão; INPA; SEBRAE

16. Instituto Socioambiental (ISA) <sup>332</sup> Sede em São Paulo	Apoio Financeiro: Fundação Gordon & Betty Moore (apoio financeiro); Apoio técnico: Institut de Recherche pour le Développement (IRD)/França; Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Horizont3000 – Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento/ Campanha Aliança pelo Clima, Consolidación del Amazonas (Coama)/ Bogotá/Colômbia.	Apoio Financeiro: Ministério da Educação e Cultura (MEC)/Coordenação de Educação Indígena e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Apoio Técnico: Secretaria Municipal de Educação de S. Gabriel da Cachoeira (SEMEC), Centro de Pesquisa e Treinamento em Aqüicultura (Cepta)/Ibama, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	Apoio Financeiro: Rede de Cooperação Alternativa (RCA); Apoio Técnico: Fundação Vitória Amazônica, INPA*, Museu Paraense Emílio Göeldi, Belém (MPEG), Programa Waimiri – Atroari (PWA)
17. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) <sup>333</sup>	Conselho Nacional das Instituições Filantrópicas da Loteria inglesa (NCLB – UK), Earth Love Fund (ELF), Northen Cartographics, Gestão Empresarial e Informática Ltda (GEMPI)/Environmental Systems Research Institute (ESRI).	IBAMA, Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos	Fundação Vitória Amazônica (FVA), Escola Agrotécnica Federal de Manaus Oficina Escola de Luteria da Amazônia (OELA) SEBRAE-AM, UTAM, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Instituto Vitae Civilis

Fonte: Elaborado pela autora com base na consulta aos sítios das organizações, bibliografia consultada e entrevistas.

<sup>332</sup> Estão incluídos os parceiros técnicos e financeiros no Programa rio Negro. As parcerias locais envolvem a FOIRN, suas afiliadas.

<sup>333</sup> No sítio, estas organizações estão como parceiros e financiadores (sem uma discriminação entre eles) do projeto desenvolvido no município de Boa Vista do Ramos (AM).

## ANEXO - I

**QUADRO 15. REDES IDENTIFICADAS, DATA DE CRIAÇÃO E OBJETIVOS MEMBROS**

REDES	DATA DE CRIAÇÃO/OBJETIVO OU MISSÃO
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)	1992. Promover a participação das comunidades da floresta nas políticas de desenvolvimento sustentável <sup>334</sup>
Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS) <sup>335</sup> ,	1990. Visava facilitar a participação da sociedade civil em todo o processo da Rio-92. Após a Conferência, seu papel tem sido o de articular de forma integrada diversos movimentos socioambientais, atuando com espaço de interlocução política nas instâncias governamentais e garantindo a participação da sociedade civil na definição das políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Brasil <sup>336</sup> .
Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) <sup>337</sup>	1991. Representar e promover o intercâmbio entre ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia <sup>338</sup> .
União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) <sup>339</sup>	1948. Influenciar, encorajar e assistir sociedades em todo o mundo a conservar a integridade e a diversidade da natureza e assegurar o uso equitativo e ecologicamente sustentável dos recursos naturais. <sup>340</sup>
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) <sup>341</sup>	1995. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados.

<sup>334</sup> Informações disponíveis em <http://www.gta.org.br/redegta>. Acesso em 27.10.2010.

<sup>335</sup> Os membros atuais do FBOMS, tendo como critério o estado do Amazonas, são 13: Associação de Ecologia e Desenvolvimento da Amazônia Matogrossense (ECODAM), Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), Conselho Geral da Tribo Satere-Maué, Conselho Indígena do Vale do Javari, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Fórum Permanente de Debates da Amazônia, Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA), Movimento de Apoio à Resistência Waimiri Atroari, Movimento de Educação de Base, Movimento Nacional dos Pescadores, Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alvarães. Informações obtidas em Fonte: <http://www.fboms.org.br>. Acesso em 02.08.2010.

<sup>336</sup> Com base em informações disponíveis em <http://www.fboms.org.br/>. Acesso em 20.05.11

<sup>337</sup> Vinte ONGs compõem a regional Amazônia, mas não há membros associados do estado do Amazonas. Excetuando-se três sem informação quanto ao estado, a maioria (dez) se localiza no estado do Pará, .

<sup>338</sup> Conforme informações no relatório Democratizar a democracia: o trabalho da Abong em 2002.

<sup>339</sup> Ao todo são 14 os membros institucionais brasileiros na IUCN, sendo que um é governamental. São os seguintes: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável (estado do Acre), Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo, Centro dos Trabalhadores da Amazônia, Ecoa - Ecologia e Ação, Fundação Biodiversitas, Fundação Museu do Homem Americano, Fundação o Boticário de Proteção à Natureza, Fundação Vitória Amazônica, Instituto Conservation International do Brasil, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Instituto O Direito por um Planeta Verde, Instituto Socioambiental, Sociedade Civil Mamiiraua e WWF – Brasil. Informações obtidas no sítio da organização, complementada por e-mail pelo Sr. Frederico Machado, coordenador de Projetos da IUCN Brasil, em 24.05.2011.

<sup>340</sup> De acordo com o Estatuto (del 5 de octubre de 1948, revisados el 22 de octubre de 1996 y últimamente enmendados el 13 de octubre de 2008) y Reglamento. 2010. Disponível em [http://cmsdata.iucn.org/downloads/statutes\\_sp.pdf](http://cmsdata.iucn.org/downloads/statutes_sp.pdf). Acesso em 08 fevereiro de 2011. Com emendas de outubro de 2008.

<sup>341</sup> Conta atualmente com 130 associados.

Rede rio Negro (RRN) <sup>342</sup>	2006. O objetivo geral consiste em estabelecer um espaço de debate e intervenção socioambiental para construção de bases e propostas de promoção da qualidade de vida dos habitantes, da conservação, do uso sustentável e da repartição de benefícios da biodiversidade da Bacia do Rio Negro, por meio de estratégias participativas de planejamento, execução e monitoramento das atividades relacionadas ao ordenamento e destinação do território.
Fórum Amazônia Sustentável <sup>343</sup>	2007. Objetivo de agregar os mais diversos setores da sociedade brasileira em torno de um debate amplo e participativo sobre o desenvolvimento sustentável da região amazônica <sup>344</sup>
Fórum Latino-Americano de REDD	2009. Com o objetivo de facilitar a comunicação e, através do site, promover a troca de experiências e de informação entre os países latino-americanos, reduzindo as barreiras de informações sobre o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) <sup>345</sup> .
Articulação Regional Amazônica (ARA) <sup>346</sup>	2007. Objetivo de somar esforços para combater o desmatamento na região e favorecer o manejo sustentável.

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada.

<sup>342</sup> Os membros da Rede rio Negro, além dos destacados no quadro, são: Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN) e WWF-Brasil.

<sup>343</sup> No total são 246 signatários do Fórum Amazônia Sustentável. Informação obtida em 16.07.11.

<sup>344</sup> Informação disponível em [http://www.forumamazoniasustentavel.org.br/?page\\_id=5](http://www.forumamazoniasustentavel.org.br/?page_id=5). Acesso em 16.07.11.

<sup>345</sup> Informação disponível em <http://www.forumredd.org/pt/index.cfm?fuseaction=conteudo&id=1>. Acesso em 05.07.11.

<sup>346</sup> A rede ARA conta, ao todo, com 34 organizações (não governamentais e governamentais) e envolve 6 países amazônicos: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Brasil.